



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Elisabeth Fernandes Martini

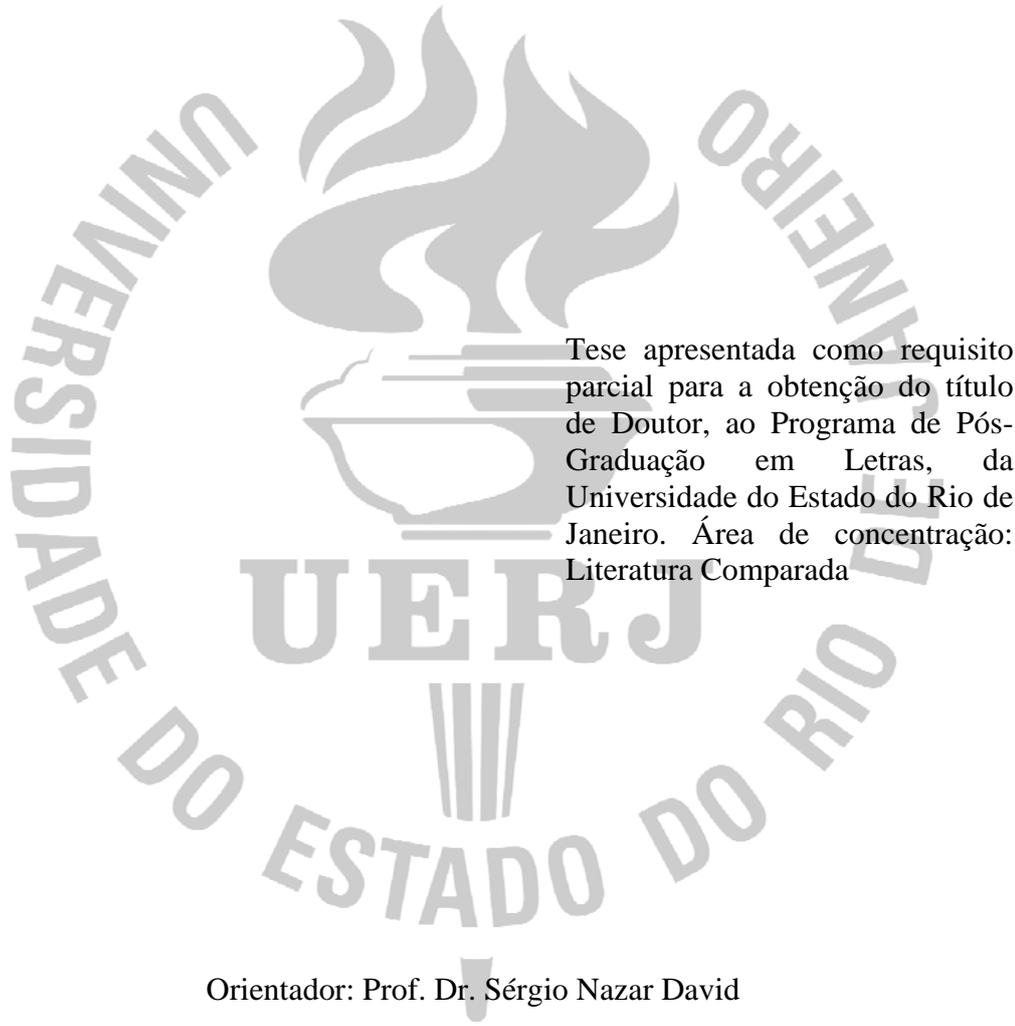
**Entre quatro paredes: a família portuguesa  
na narrativa de ficção do fim do século XIX**

Rio de Janeiro

2016

Elisabeth Fernandes Martini

**Entre quatro paredes: a família portuguesa na narrativa de ficção do fim do século XIX**



Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Comparada

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Nazar David

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

M386 Martini, Elisabeth Fernandes.

Entre quatro paredes : a família portuguesa na narrativa de ficção do fim do século XIX / Elisabeth Fernandes Martini. – 2016.  
281 f.: il.

Orientador: Sérgio Nazar David.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Literatura portuguesa – História e crítica – Séc. XIX - Teses. 2. Família na literatura – Teses. 3. Família – Portugal – Séc. XIX – Teses. 4. Literatura e sociedade – Teses. I. David, Sérgio Nazer, 1964. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0(091)''18'':316.356.2(469)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Elisabeth Fernandes Martini

**Entre quatro paredes: a família portuguesa na narrativa de ficção do fim do século XIX**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Comparada.

Aprovada em 05 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Sérgio Nazar David (Orientador)  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra Maria Luiza Scher Pereira  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ida Maria Ferreira Alves  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cristina Batalha  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Cláudia Maria de Souza Amorim  
Instituto de Letras – UERJ

Rio de Janeiro

2016

## DEDICATÓRIA

A Eduardo, Débora e Vinícius, que me abriram as portas do mundo, de par em par.

A José, Maria Salete, Marcelo e Maria Angélica, que não me deixam esquecer as origens.

## **AGRADECIMENTOS**

A meus guias espirituais, por me fortalecerem em toda a trajetória.

A Sérgio Nazar David, pelo carinho e elegância de sempre e pelo amor confesso à literatura.

Ao corpo docente e de funcionários da Faculdade de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por lutar, de forma aguerrida, pela excelência do ensino.

A Carlos Eduardo Soares da Cruz, Ana Cristina Comandulli da Cunha e Andreia Alves Monteiro de Castro, pela rede de afetos e pelos questionamentos, bem colocados e bem-vindos.

A Simone de Jesus Souza, Fabíola Farias Baptista da Cunha e toda a equipe da SME/GEI, pela confiança depositada em todos os momentos.

A Márcia de Fátima Mello Matta, meu anjo da guarda na PCRJ, que muito me ajudou a conciliar estudos e trabalho.

A Vera Lúcia de Almeida, bibliotecária, e a todos os funcionários do Real Gabinete Português de Leitura, por me subsidiarem a tempo e a hora na elaboração da tese.

A Literatura é mesmo como a transgressão da lei moral, um perigo.  
Sendo inorgânica, ela é irresponsável. Nada repousa sobre ela. Ela pode dizer tudo.

*Georges Bataille*

## RESUMO

MARTINI, Elisabeth Fernandes. *Entre quatro paredes: a família portuguesa na narrativa de ficção do fim do século XIX*. 2016. 281 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Instituto de Letras. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O presente estudo tem como recorte a representação dos agregados domésticos finisseculares, segundo a prosa ficcional de seis autores em evidência na segunda metade dos oitocentos. Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco foram os precursores de uma nova periodização literária; José Maria Eça de Queirós, José Valentim Fialho de Almeida, Maria Amália Vaz de Carvalho e José Augusto Vieira incorporaram os preceitos do realismo-naturalismo e extrapolaram as suas fronteiras. Ao compor o cenário da época, é possível depreender que o século XIX foi marcado por mudanças de cunho científico e tecnológico. A quebra de paradigma ocorreu através das humanidades, que davam do homem uma visão holística, e começaram a perder espaço para o discurso científico. A permeabilidade entre o espaço público e o espaço privado, por sua vez, faz repercutir nos lares as questões socioeconômicas e políticas do período, e gera demandas concretas no campo da religião, da educação e do direito. Nesse ínterim, reconfiguram-se os papéis no seio da família, com o esmaecimento da figura do pai e a valorização da maternagem. Os escritores atentos às mudanças desvelam um processo dinâmico entre quatro paredes e compõem novos álbuns da família finissecular portuguesa, por serem investigados.

Palavras-chave: Literatura Portuguesa. Oitocentos. Espaço público. Espaço privado.

## ABSTRACT

MARTINI, Elisabeth Fernandes. *Between four walls: a Portuguese family in the fictional narrative of the late nineteenth century*. 2016. 281 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Instituto de Letras. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The present study has as a cut the representation of the finissecular household, according to the fictional prose of six authors in evidence in the second half of the eight hundred. Júlio Dinis and Camilo Castelo Branco were the forerunners of a new literary periodization; José Maria Eça de Queirós, José Valentim Fialho de Almeida, Maria Amália Vaz de Carvalho and José Augusto Vieira incorporated the precepts of realism-naturalism and extrapolated their borders. In composing the scene of the time, it is possible to understand that the nineteenth century was marked by changes of scientific and technological nature. The paradigm shift occurred through the humanities, which gave man a holistic view, and began to lose space for scientific discourse. The permeability between the public space and the private space, in turn, has repercussions on the households socioeconomic and political issues of the period, and generates concrete demands in the field of religion, education and law. In the meantime, roles are reconfigured within the family, with the fading of the father figure and the valuation of motherhood. The writers attentive to the changes reveal a dynamic process between four walls and compose new albums of the Portuguese finissecular family, to be investigated.

Keywords: Portuguese Literature. XIX century. Public space. Private space.

## RESUMEN

MARTINI, Elisabeth Fernandes. *Entre cuatro paredes: la familia portuguesa en la narrativa de ficción de finales del siglo XIX*. 2016. 281 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Instituto de Letras. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Este estudio propone abordar la representación finisecular de familia, de acuerdo con la prosa de ficción de seis autores en evidencia en la segunda mitad del ochocientos. Júlio Dinis y Camilo Castelo Branco fueron los precursores de una nueva periodización literaria; José María Eça de Queiroz, José Valentim Fialho de Almeida, Maria Amalia Vaz de Carvalho y José Augusto Vieira incorporan los principios del realismo, el naturalismo y fueron más allá de sus fronteras. Al componer la escena del tiempo, es posible concluir que el siglo XIX estuvo marcado por los cambios en la naturaleza científica y tecnológica. Un cambio de paradigma se produjo a través de las humanidades, lo que dio al hombre una visión holística, y comenzó a perder terreno en el discurso científico. La permeabilidad entre el espacio público y el espacio privado, a su vez, se refleja en los hogares socioeconómicos y los problemas políticos de la época, y genera demandas concretas en el campo de la religión, la educación y el derecho. Mientras tanto, volver a configurar los roles dentro de la familia, con la figura del padre del lavado y la valoración de la maternidad. Escritores alerta a los cambios dan a conocer un proceso dinámico entre cuatro paredes y hacer nuevos discos del extremo portugués de la familia del siglo, siendo investigadas.

Palabras clave: Literatura portuguesa. Siglo XIX. Espacio público. Espacio privado.

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Locomotora de George Stephenson; modelo de 1825.....	29
Figura 2 – "Un Leçon Clinique à la Salpêtrière", Litografia. André Brouillet, 1887.....	33
Figura 3 – <i>Émile Zola</i> , por André Gill, publicado em <i>L'Éclipse</i> , [19--].....	37
Figura 4 – <i>Charles Darwin</i> . Fotografia. 1859.....	39
Figura 5 – <i>De zondeval</i> (A queda), Maerten van Heemskerck, circa 1530.....	42
Figura 6 – Regulamento Policial das Toleradas no Conselho de Braga, 1871.....	46
Figura 7 – Gustave Doré retrata um bairro pobre em Londres, 1872.....	52
Figura 8 – <i>Elogio à dialética</i> . René Magritte, 1936.....	59
Figura 9 – Litografia colorida. Honoré Daumier, 1835.....	67
Figura 10 – Estúdio de Richard Beard. Londres, 1843.....	74
Figura 11 – Eça de Queirós e filhos. Fotografia, s.d, s.l. ....	77
Figura 12 – <i>Os quebradores de pedra</i> , Gustave Coubert, 1849.....	80
Figura 13 – <i>As Papas</i> , 1898, por José Malhoa.....	81
Figura 14 – <i>Clara</i> , 1903, José Malhoa.....	82
Figura 15 – <i>O Dia de Reis</i> . Litografia colorida. Rafael Bordalo Pinheiro, [19--].....	85
Figura 16 – <i>Victor Hugo</i> . Litografia colorida. Ethienne Carjat, 1867.....	88
Figura 17 – <i>Fialho de Almeida</i> . Columbano, 1891.....	108
Figura 18 – <i>Maria Amália Vaz de Carvalho</i> . Reprodução, 1912 .....	115
Figura 19 – <i>O Grupo do Leão</i> . Columbano Bordalo Pinheiro, 1885.....	121
Figura 20 – <i>Os vencidos da vida</i> , Augusto Bobone. Fotografia, 1889.....	124
Figura 21 – <i>Família do banqueiro Henrique Burnay</i> . Fotografia, 1880.....	125
Figura 22 – Ruínas da Igreja do Carmo. 1858.....	127
Figura 23 – Revolta da Maria da Fonte. In: <i>A Ilustração</i> , vol. II, 1846.....	133
Figura 24 – Júlio Dinis. Fotografia, [19--].....	134
Figura 25 – Procissão de N. Sra. dos Remédios. Painel de azulejos, 1903.....	147
Figura 26 – <i>Método Castilho</i> . Brochura. 1853.....	157
Figura 27 – <i>Camilo Castelo Branco</i> . Fotografia, [19--].....	166
Figura 28 – Alunos do Instituto de Cegos do Porto. <i>O Ocidente</i> , 1911.....	174
Figura 29 – Casal de namorados, Minho, final do século XIX.....	179
Figura 30 – “Memória de uma boneca de trapos”. In: <i>Ilustração Portuguesa</i> , 1908.....	189

Figura 31 – <i>The Eel Gatherers</i> . Corot. Óleo sobre tela, 1860-1865.....	205
Figura 32 – <i>A leitora</i> . Federico Faruffini. Óleo sobre tela, 1865.....	207
Figura 33 – <i>Charge</i> . In: <i>A Semana Ilustrada</i> , 1867.....	221
Figura 34 – “A Sagrada Família na mesa” Jacques Callot, 1628.....	230

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	13
1	<b>UM MUNDO EM DISSOLUÇÃO.....</b>	22
1.1	<b>Um retrato em branco e preto.....</b>	22
1.2	<b>Uma questão de saúde .....</b>	30
1.3	<b>Seleção das espécies <i>versus</i> darwinismo social.....</b>	37
1.4	<b>Liberalismo e positivismo: um casamento vantajoso... para quem?.....</b>	43
1.5	<b>Proudhon <i>versus</i> Marx e Engels: consonâncias e dissonâncias.....</b>	51
1.6	<b>Hegel, na raiz das provocações.....</b>	56
2	<b>PORTUGAL NA BALANÇA DA EUROPA .....</b>	66
2.1	<b>Liberalismo em Portugal: um difícil percurso.....</b>	66
2.2	<b>De olhos postos na civilização.....</b>	70
2.3	<b>Do Cenáculo ao vencidismo: <i>Ilusões perdidas</i>.....</b>	85
2.4	<b>Fialho de Almeida: um atento leitor de mundo .....</b>	105
2.5	<b>Maria Amália Vaz de Carvalho e suas primaveras.....</b>	113
2.6	<b>Retratos de uma geração.....</b>	120
3	<b>DE VOLTA À CASA: A PRIMAZIA DA DOMESTICIDADE .....</b>	125
3.1	<b>Religião como meio de vida e de morte.....</b>	128
3.2	<b>Educação enquanto causa: ressurgimento e resistência.....</b>	155
3.3	<b>Justiça seja feita: a família e o braço forte da lei.....</b>	175
4	<b>ÁLBUM DE FAMÍLIA .....</b>	191
4.1	<b>O amor custa caro.....</b>	192
4.2	<b>Entre pais e filhos.....</b>	210
4.3	<b>Entre irmãos e amigos.....</b>	232

4.4	<b>O ponto fora da curva.....</b>	240
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	257
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	269

## INTRODUÇÃO

Sobre a família, acostumamo-nos a pensar que sempre foi assim. Aliás, acostumaram-nos a pensar assim. Seja pelos relatos orais, correspondências, recordações dos entes mais próximos, seja pelos álbuns de família ou pela iconografia religiosa, tudo nos leva a pensar que a família tem uma formação determinada, motes comuns, sentimentos afins. Ledo engano, porque “família” não é bem o que pensamos, nem o que queremos que seja.

As interações entre homem e mulher ou entre pai e/ou mãe e filhos permitem um número inimaginável de narrativas. Narrativas essas que há cento e cinquenta anos, em Portugal, ganhavam outra percepção. Ainda que, na primeira metade dos oitocentos, por vezes o casamento conferisse um fecho de ouro a uma história de amor, nas décadas finais o rito passaria, outras tantas vezes, a ponto de partida para os conflitos representados literariamente.

Observa-se um contraponto, entre as décadas iniciais e finais do século XIX, ancorado nos novos saberes – a Física, a Química, a Biologia à frente – que impulsionam de forma impressionante e em curto espaço de tempo uma verdadeira revolução tecnológica.

O avanço da tecnologia, dentre outras mudanças expressivas, abre o campo para uma nova linguagem, captada pela objetiva da máquina: a fotografia. Prova pronta e acabada da industrialização crescente e apta a captar *flashes* do cotidiano, repercutiu diretamente, com a força da imagética na pintura e na literatura, o húmus de uma retórica da visualidade que proponho descortinar.

Por outro lado, todo o encanto que o progresso inicialmente despertara nos povos, desde os primórdios da Revolução Industrial, ganha contornos mais sombrios, à medida que se avolumam os impasses de cunho social, no decorrer do século XIX. O desenraizamento das populações provenientes do campo e a chegada destas às cidades resultaram em insalubridade, violência e falta de direitos a espoliarem os mais pobres. A cisão da população em estamentos privilegiados, remediados e marginalizados, acentuando o fosso entre os que nunca tiveram em vista a igualdade como exequível, aporta também em Portugal, no período desenvolvimentista conhecido como Regeneração (1851-1868).

Os rescaldos da industrialização apresentam-se como o ônus a pagar por quem se disponha a ascender ao status de “civilizado”. A reboque dos acontecimentos, imersos nesse caldo de cultura que muitos idealizam como o melhor dos mundos e outros tantos denunciam como um presente de grego, os afeitos ao universo da arte – pintores e escritores, dentre os mais combativos – detalham as mudanças em curso e, aos poucos, dimensionam na tela e no

papel a revolução e os desdobramentos decorrentes, seja no espaço público, seja no espaço privado. A arte mesma há que merecer uma reflexão aprofundada, porque as condições objetivas para a sua produção e promoção cambiam radicalmente desde os setecentos. De objeto de fruição promovido pelo mecenato e de circulação, em dados momentos, restrito à corte, torna-se produto com vistas à comercialização e progressivamente disponível para parcelas significativas da população.

O aprimoramento das prensas possibilita a explosão de periódicos e jornais, ampliando sobremaneira o acesso à informação e abrindo as janelas para o universo ficcional. A circulação mais ampla com vistas a um público crescente impacta a demanda por educação, para dar respostas às muitas e emergentes necessidades da nação. Mudanças tão drásticas interferem na visão que o literato tem de si e da própria atuação: de profeta dos novos tempos a produtor de cultura. Tudo isso vem a ocorrer em um intervalo menor do que uma centúria, o que dá efetivamente o que pensar e o que fazer à *intelligentsia* finissecular.

O recorte que proponho analisar diz respeito à figuração da família portuguesa segundo o viés de autores atuantes entre as últimas décadas do século XIX e a primeira década do século XX, percutindo em mudança de paradigma segundo a ótica burguesa. As obras de Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco são chamadas a figurar nesta análise porque ambos, em diversos aspectos, são os precursores de uma estética a ganhar vulto a partir da segunda metade do século XIX, consoante com o discurso cientificista e positivista reinante em Portugal.

Joaquim Guilherme Gomes Coelho (1839-1871), ou Júlio Dinis, forma-se pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, mas é notabilizado ainda em vida pelo talento que demonstra como literato. Escreve de tudo um pouco: poesia, contos e teatro, mas as joias da coroa são os quatro romances compostos entre 1866 e 1871: *As Pupilas do Senhor Reitor*, *A Morgadinha dos Canaviais*, *Uma Família Inglesa* e *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, este último publicado postumamente. Ao falar de coisas que dizem respeito ao cotidiano dos seus leitores, Júlio Dinis mostra-se um sucesso editorial desde o momento em que lança o seu primeiro romance e assim perdura por muitas décadas após a sua morte. No entanto, em meados do século XX, por tematizarem, a família e a aldeia as obras dinisianas passam a ser utilizadas como “portavozes” do governo salazarista. As imagens do Portugal profundo, caras aos portugueses, passam a mote dos que se dizem valorizar a tradição. Tal implicação, ainda que à revelia do autor, faz com que as suas obras, com as mudanças de ventos e a redemocratização de Portugal, a partir de 1974, sejam votadas ao esquecimento.

Camilo Castelo Branco (1825-1890), durante mais de quarenta anos, faz da pena o seu ofício, assumindo a literatura como profissão, em um período em que os autores normalmente se utilizam de outros expedientes, como o serviço público, para sobreviverem. Os contos, as novelas e os romances que Camilo compõe com tino comercial e rapidez invejáveis e que chegam a ombrear com a vida rocambolesca do autor não de permanecer por longo tempo atrelados à categorização romântica. Basta lembrar que *Amor de Perdição* (1862) até os nossos dias figura como um ícone do período. No entanto, por acompanhar as mudanças do cenário em curso e visar em última análise a um contingente maior de leitores, ele engendra fórmulas muito próprias para manter vivo o interesse do público, introduzindo elementos novos a cada narrativa e firma-se como uma ponte entre o fazer literário da primeira e o da segunda metade dos oitocentos, extrapolando categorizações literárias.

Obras suas, das décadas de 60 e 70, acenam, assim como a literatura dinisiana, para um novo enfoque do cotidiano e das relações entre as personagens, tornando-se precursoras do que a Geração de 70 viria a professar com o mais retumbante entusiasmo. A partir de então, os novos autores tomam os seus partidos; enquanto uns permanecem sob as asas de António Feliciano de Castilho, outros se filiam à Ideia Nova. Estes últimos investem na renovação da literatura, tanto no plano formal, quanto no enfoque temático, atuando ora como parceiros, ora como antagonistas. Dentre os escritores que compõem a nova geração, pinçamos José Maria Eça de Queirós, José Valentim Fialho de Almeida, José Augusto Vieira e Maria Amália Vaz de Carvalho, como observadores privilegiados da sociedade portuguesa na virada do século XIX para o século XX.

O estudante José Maria Eça de Queirós (1845-1900), ainda na Universidade de Coimbra, compõe, ainda na década de 60, o *Cenáculo*, com Antero de Quental, Teófilo Braga, Jaime Batalha Reis, dentre outros. No entanto, seu estilo refinado ganha uma expressão singular quando, nas *Conferências do Casino* (1871), profere a conferência “O Realismo como nova expressão de Arte”. Nesta o jovem autor insurge-se contra o que considera a degenerescência romântica e o atraso cultural a que Portugal – assim avalia – está submetido.

A partir de então, Eça passa a ser apontado como um escritor realista, expectativa a que, de início, corresponde com a publicação *O Crime do Padre Amaro* (a primeira versão data de 1875) e *O Primo Basílio* (1878). No entanto, à medida que amadurece, abandona a camisa de força do romance de tese. No que concerne à figuração do espaço privado, a escritura queirosiana passa a sugerir nuances que escapam a qualquer receituário.

José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911), diante das vicissitudes econômicas de sua família, passa anos da juventude atrás do balcão de uma farmácia lisboeta, a travar contato direto com as camadas mais humildes da população. Permanece estudando, forma-se médico, mas não chega a exercer a profissão. Nascido homem de letras no exercício da crítica, Fialho revela-se um exímio contista e atua como jornalista e literato. Enquanto crítico de teatro, de pintura e da política vigente, parece fazer poucas concessões. Em decorrência, seu percurso artístico mostra-se marcado pela incompreensão geral e por desafetos. A permeabilidade entre os espaços público e privado merece um lugar privilegiado nas obras de Fialho e Eça. As mudanças por que passa a sociedade e os seus impactos na família portuguesa merecem uma atenção acurada dos autores que, com a lupa e o escalpelo à mão, pretendem estudá-la como um organismo vivo.

Também Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), considerada uma *vencedista* honorária – quando um Eça já maduro integra um grupo jantante apodado como *Vencidos da Vida* – faz por onde para vencer as barreiras que normalmente a relegariam a um lugar obscuro, por pertencer ao *belo sexo*. Reconhecida por António Feliciano de Castilho, ainda bem jovem, como poetisa, Maria Amália continua escrevendo depois de casada e compõe em parceria com o marido, o poeta brasileiro Gonçalves Crespo (1846-1883), um livro para crianças. Uma vez viúva, envereda pelo jornalismo e pela literatura e dedica-se também às traduções para garantir o ganha-pão diário. Defende publicamente a instrução feminina como forma de a mulher legar uma boa educação para os descendentes e torna-se uma escritora bastante prolífica, não só nos artigos de opinião, como também nas narrativas ficcionais. Mesmo colhendo críticas por suas reservas em relação ao feminismo nascente, Maria Amália não deixa de pugnar pela mulher, como veremos nos capítulos que seguem.

O escritor José Augusto Vieira (1856-1890), por sua vez, em sua curta vida, não se furta a abordar de forma crua questões cruciais para o matrimônio, como é o caso do divórcio, que sequer se aventava em Portugal, no final do século. O autor estica ao máximo os limites estéticos, chegando às raias do naturalismo com *A divorciada* (1881). A repercussão da narrativa dá o que pensar não só ao seu público-leitor. Ao vocalizar um incômodo que a população apenas murmura, como é o caso da violência doméstica e mesmo o dogma religioso que constrange os pares a permanecerem juntos “até que a morte os separe”, José Augusto coloca na pauta do dia um debate ao gosto da nascente opinião pública e que há de chegar aos juristas, redundando na mudança de antigos costumes e até mesmo na criação de leis que venham a coibir os abusos. Diante do exposto, há que delimitar a prosa ficcional dos

referidos escritores, tendo em vista as mudanças no espaço público a repercutirem no espaço privado e vice-versa. Entendendo que a literatura pode dobrar-se sobre si mesma, refletir os diversos matizes e efetivamente fomentar as mudanças em curso no Portugal finissecular, viso o enlace entre história, filosofia e literatura, tendo como esteio as narrativas abaixo relacionadas:

Autor	Obra	Gênero	Ano
Camilo Castelo Branco	“Maria Moisés”	Novela	1876
	“O filho natural”	Novela	1876
	<i>O Romance de um Homem Rico</i>	Romance	1861
José Augusto Vieira	<i>A Divorciada</i>	Romance	1881
José Maria Eça de Queirós	“Adão e Eva no paraíso”	Conto	1902 <sup>1</sup>
	“Civilização”	Conto	1902
	“No moinho”	Conto	1902
	<i>O Crime do Padre Amaro</i>	Romance	1875
	“O padre Salgueiro” (Fradique)	Carta	1900
	“Singularidades de uma rapariga loira”	Conto	1902
José Valentim Fialho de Almeida	“A ruiva”	Novela	1881 <sup>2</sup>
	“Conto do Natal”	Conto	1893
	“Dia de Natal em Lisboa”	Conto	1957
	“Divorciada”	Conto	1893
	“O funâmbulo de mármore”	Conto	1881
	“O milagre do convento”	Conto	1881
José Valentim Fialho de Almeida	“Os novinhos”	Conto	1882
	“Os pobres”	Conto	1893
	“Os três cadáveres”	Novela	1893
	“Pedro e Paulo: primeira fase de dois homens célebres”	Conto	1890
	“Roberto”	Conto	1890

<sup>1</sup> Os contos do referido autor foram publicados postumamente, no volume *Contos*, em 1902.

<sup>2</sup> Os contos de Fialho de Almeida foram publicados em: *Contos* (1881), *Cidade do Vício* (1882), *Lisboa Galante* (1890) e *O País das Uvas* (1893). Quanto a “Dia de Natal em Lisboa”, saiu inicialmente em *Os Gatos* e foi publicado no volume *O Natal na tristeza de um Sem família*, em 1957.

	“Sempre amigos”	Conto	1881
	“Symphonia de abertura”	Conto	1890
Júlio Dinis	<i>A Morgadinha dos Canaviais</i>	Romance	1868
	<i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	Romance	1867
	<i>Uma Família Inglesa</i>	Romance	1868
Maria Amália Vaz de Carvalho	“A história de Berta”	Conto	1880 <sup>3</sup>
	“A preceptora”	Conto	1880
	“A tia Isabel”	Conto	1880
	“Duas faces de uma medalha”	Conto	1880
	“O anel do diplomata”	Conto	1880

Tendo em vista o que Antonio Candido de Mello e Souza nomina *sistema literário* – “um sistema de obras ligadas por denominadores comuns” –, os intelectuais finisseculares, em meio a encontros e embates, criam o substrato sobre o qual se assenta a literatura. Nesse sentido, mostram-se oportunos, visto que as relações de contiguidade e ruptura também contribuíram para a maturidade do sistema, nas décadas finais do século XIX e primórdios do século XX. Percebendo a sociedade a mudar como um todo, oferecem novos prismas de observação do espaço privado, dentre os quais: o esmaecimento da figura autoritária do pai; o fortalecimento da figura materna; e a crescente insurgência dos filhos em relação às ingerências familiares no campo dos afetos. Por outro lado, abrem-se fissuras nessa sociedade, o que oportuniza a figuração: da mulher que abdica da camisa de força de *senhora do lar* e cuidadora; da filha que se ressentida do abandono afetivo ou mesmo do filho que pleiteia o reconhecimento paterno, ainda que à margem da lei.

Um olhar investigativo voltado para o *fin de siècle* faz-se necessário para melhor alcançar as representações ficcionais de uma esfera importante da vida social. Concordo com Erich Hobsbawn, quando diz que o século XIX “(...) exige desmistificação, precisamente porque nós – inclusive os historiadores – não vivemos mais nela, mas não sabemos o quanto dela ainda vive em nós.” (HOBSBAWN, 2011, p. 19) Por isso, no primeiro capítulo, procuro refazer a tessitura histórica da segunda metade dos oitocentos, compondo o cenário europeu. Os avanços tecnológicos que a Revolução Industrial propicia guarnecem um contingente pequeno em comparação com a massa de proletarizados, em progressão geométrica. Nesse período, os avanços da medicina são notáveis, assim como o recrudescimento das práticas higienistas, a incidirem nas taxas de natalidade e mortalidade. O advento de um discurso

<sup>3</sup> Todos os contos de Maria Amália Vaz de Carvalho foram coletados em *Contos e Fantasias*, 1880.

científico há de prevalecer e afetar a literatura que, inclusive, há de denunciar que o progresso tão ansiado por todos não repercute na subvida dos estratos mais pobres. Como Fialho de Almeida observa, adotando o jargão de crítico teatral que lhe é próprio, mesmo com todo o fascínio que diante das transformações em curso, avolumam-se os motivos para um sentimento difuso de mal-estar: “A vida é uma peça e quem a acha má tem dois recursos: pateá-la, é o meu caso, ou ir-se embora, o que é o caso dos suicidas. Suportar a farsa toda, lá porque a maioria gosta dela, um disparate! [...] o suicídio entrou de vez nos hábitos lisboetas [...].” (ALMEIDA, 1935, p. 207-208)

Estabelecido o panorama sociopolítico e econômico, assim como a influência da filosofia positiva (Auguste Comte), do pensamento científico (Charles Darwin), e das leituras que Pierre-Joseph Proudhon e Karl Marx fizeram do pensamento hegeliano, proponho, no segundo capítulo, voltar no tempo e resgatar, ainda no princípio dos oitocentos, os fundamentos do Estado moderno. Proponho lidar não só com as idiosincrasias entre os gêneros como também com as dicotomias entre o campo e a cidade, entre o público e o privado, entre o Estado e a família, a resultar em hierarquizações, no dealbar do século XIX. Esses “retratos de família” ganham uma nova expressão, em princípio documental, por meio da fotografia. Tal invenção também repercute na iconografia e na expressão literária, na medida em que a tônica passa a ser a fidelidade ao que é retratado.

A convivência entre os literatos, em tertúlias literárias tão ao gosto da sociedade europeia, encontra terreno fértil em Portugal. As aproximações e dissensões mútuas merecem uma abordagem criteriosa, assim como os acontecimentos de relevo na seara literária finissecular, tendo em vista a formação de plateia, para o compartilhamento de novas ideias pelos periódicos e jornais e a veiculação de obras literárias.

No terceiro capítulo, abordo o “enxugamento” do núcleo familiar, em relação à família aristocrática. Os processos de individuação e a busca por atalhos ascensionais que influem nas formações familiares também merecem apreciação. O princípio da autoridade é atingido, haja vista os ataques a que a monarquia e o papado são submetidos, enquanto emerge o pensamento laico, que há de resultar na separação entre a Igreja e o Estado.

Prevalece no correr do século XIX e início do século XX, um movimento de descenso da religiosidade; do mesmo modo, a proeminência do direito, com a gradual passagem do súdito para o cidadão, ainda que sob uma ótica estritamente burguesa; e a valorização da educação, diante da constatação do atraso tecnológico de Portugal, em relação a outras nações do continente. Adotando as concepções de Pierre Bourdieu sobre os campos religioso,

educacional e jurídico, situo a relevância destes na estrutura de pensamento do homem oitocentista e a sua progressiva mudança no *fin de siècle*. Com suas altas e baixas, tal e qual uma bolsa de valores, os bens simbólicos, segundo a conceituação bourdieana, hão de interferir sobremaneira nas relações entre os membros dos agregados familiares<sup>4</sup>. É o que busco focalizar, tomando como viés as referidas narrativas ficcionais.

Há que demonstrar como os dramas íntimos das personagens podem saltar das páginas dos livros, levando os leitores a uma reflexão aprofundada sobre as insuficiências de cunho social e as limitações em questões de gênero, de modo a contribuir em médio e longo prazo com o reordenamento da sociedade. É o que privilegio no quarto e último capítulo, desvelando no universo ficcional as interações entre marido e mulher, entre pai e/ou mãe e filhos e entre irmãos e/ou amigos, segundo a ótica do período, assim como os instrumentos de dominação à disposição dos atores.

Adentrando pelos estudos de António Sérgio e Joel Serrão, sobre a história de Portugal no período em tela e imbricando-a com o que José Mattoso, Irene Vaquinhas, descortinam no espaço privado luso, entendo ser possível traçar o percurso do liberalismo português, na segunda metade dos oitocentos, assim como o seu impacto no seio das famílias. Ao pinçar nos textos ficcionais dos autores supracitados os pontos de contato e os interesses comuns que promovem as aproximações entre as personagens e as interdições é possível destacar os preconceitos de classe e as questões de gênero que implicam nos conflitos decorrentes, até resultar na resolução ou, no ponto extremo, na implosão dos núcleos domésticos.

Ao final do capítulo, proponho uma leitura em negativo dos retratos de família, ao abordar os personagens “sem família”, nas ficções de Júlio Dinis, Eça de Queirós, Fialho de Almeida e Maria Amália Vaz de Carvalho. Relevando as narrativas com o foco na família portuguesa – tendo o casamento e o seu contraponto, o celibato, como temas aglutinadores – suponho ser possível romper com o retrato em sépia que chegou até nós, leitores do século XXI, do espaço privado nos oitocentos.

---

<sup>4</sup> Considera-se, na generalidade, como agregado familiar o grupo de indivíduos vinculado por relações jurídicas familiares que vive em comunhão de mesa e habitação e em economia familiar. Cf: Instituto Nacional de Estatística/ Statistics Portugal. Acessível em: <http://smi.ine.pt/Pesquisa> Último acesso: 30/08/2016.

## 1 UM MUNDO EM DISSOLUÇÃO

Em 1870, o mundo ganha novas feições. Mais especificamente, a parcela europeia do mundo descortina algo nunca reparado. O protagonismo de potências tradicionais sofrera abalos desde a independência das antigas colônias, como foi o caso da Revolução Americana (1776) e da independência do Brasil (1822) e da América Central. Para compensar as perdas e garantir nacos de poderio, as nações lançam-se com gula na partilha do continente africano, alterando significativamente o mapa-múndi colonial.

O conceito de “conquista”, até então voltado para a busca e a anexação de terras, cada vez mais longínquas e exóticas, passa a ter uma nova conotação, o que envolve a formação de áreas de influência pelas nações protagonistas. Mas não é só no plano geopolítico que tudo muda de figura. O ocaso do Antigo Regime dá nova feição ao âmbito interno, com pressões várias por um Estado sensível aos interesses e necessidades dos diferentes estamentos sociais. As mudanças de humor são significativas, assim como as disparidades, mais pronunciadas.

### 1.1 Um retrato em branco e preto

Nas décadas finais dos oitocentos, o mundo está praticamente mapeado. Não se trata mais de proceder aos descobrimentos de tempos idos, mas de adentrar pelas picadas e fincar a bandeira em vastos territórios. Mas não é preciso ir tão longe para pressentir o que está por vir. Os avanços técnico-científicos mostram-se palpáveis e repercutem diretamente no modo de vida das populações. A invenção das máquinas a vapor provoca uma revolução no transporte marítimo e terrestre, com a criação das primeiras companhias de navegação a vapor e locomotivas, a partir da segunda metade do século XIX. A mobilidade de pessoas e paisagens torna-se perceptível, como se os diferentes continentes e terras insuladas a convergirem, agregando-se uns e outros. Os avanços são de tal monta que os mais otimistas chegam a acreditar que a civilização rapidamente abarcará todo o conhecimento humano. Maria Helena Santana enfatiza “a afirmação do estatuto e da importância social da ciência [enquanto] um facto incontornável da história europeia pós-iluminista.” E vai além, ao

sinalizar que “essa supremacia se operou no espaço disputado à religião e às humanidades, até então paradigmas dominantes da cultura ocidental, [o que] constitui também hoje um dado adquirido, embora não isento de controvérsia.” (SANTANA, 2007, p. 13).

O quebra-cabeça geopolítico passa a demandar novas respostas para velhas questões: Quem é o senhor do quê? Quem terá o aparato técnico necessário para aspirar a ser o “dono do mundo”? Estas questões parecem claramente identificáveis, como o vizinho do outro lado da cerca. A Grã-Bretanha dá as cartas, avançando com as estradas de ferro e o aporte financeiro para empreendimentos de monta, “fidelizando clientes” e conformando a sua zona de influência econômica aos desígnios da rainha. A França, por outro lado, firma-se como a principal referência cultural do mundo dito civilizado. Como destaca Walter Benjamin, Paris ilumina-se, exportando padrões de etiqueta, gosto e distinção de classe, para todo o mundo burguês. As galerias, fruto da remodelação urbana capitaneada pelo prefeito, o Barão Haussman, tornam-se convites à *flanerie*<sup>5</sup>:

Les passages sont des noyaux pour le commerce des marchandises de luxe. Envie de leur aménagement l’art entre au service du commerçant. Les contemporains ne se lassent pas de les admirer. Longtemps ils resteront une attraction pour les touristes. [...] C’est dans les passages qu’ont lieu les premiers essais d’éclairage au gaz. La deuxième condition requise pour le développement des passages est fournie par les débuts de la construction métallique. [...] Pour la première fois depuis les Romains un nouveau matériau de construction artificiel, le fer, fait son apparition, Il va subir une évolution dont le rythme au cours du siècle va en s’accroissant. Elle reçoit une impulsion décisive au jour où l’on constate que la locomotive – objet des tentatives les plus diverses depuis les années 1828-1829 – ne fonctionne utilement que sur des rails en fer. Le rail se révèle comme la première pièce montée en fer précurseur du support. (BENJAMIN, 1982, p. 60-77)<sup>6</sup>

Empreendimentos de vulto, nascidos no seio das potências da época, – a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Rússia e a França competem entre si pelo domínio do continente –

<sup>5</sup> O termo *flânerie* remete a *flâneur*, aquele que flana, caminha, passeia. O ato de flunar – individual, solitário – está intimamente implicado com o livre trânsito pela cidade; não apenas do corpo em movimento, como também da imaginação do transeunte, em meio à cidade que o habita. Neste exercício distanciado, o que prevalece é o poder de observação do *flâneur*, que esquadrinha o espaço sem, contudo, intervir nele ou nas relações que se estabelecem. Busca, como refere Walter Benjamin, “asilo na multidão” e circula com o olhar investigativo, para melhor compreender a cidade e seus mistérios.

<sup>6</sup> O trecho correspondente na tradução é: “As galerias são núcleos para o comércio bens de luxo. Colocam o arranjo de arte a serviço do comerciante. Os contemporâneos não se cansam de admirá-las. Por um bom tempo elas permanecerão como uma atração para os turistas. [...] É nas galerias que ocorre o primeiro teste de iluminação a gás. A segunda condição necessária para o desenvolvimento das galerias é fornecida pelos primórdios da construção metálica. Pela primeira vez desde os romanos um novo material de construção artificial, o ferro, faz a sua aparição; ele passa por uma evolução no decorrer do século em aceleração. Ele recebe um impulso decisivo quando se constata que a locomotiva – objeto de tentativas as mais diversas nos anos 1828 - 1829 – só funciona efetivamente nos caminhos de ferro. O trilho revela-se como a primeira peça montada em ferro precursora do suporte.”

acabam por se disseminar em território europeu. A chave, cada vez mais se faz sentir, estará nas mãos do melhor aparelhado, incluindo-se não só os contingentes humano e bélico, com a “diplomacia das canhoeriras”<sup>7</sup> a preponderar nas relações internacionais. A dinamite e a nitroglicerina prestam-se tanto às edificações, na abertura de túneis, por exemplo, quanto à destruição, em meio às cruentas guerras coloniais.

Enquanto os protagonistas mundiais prosseguem com o exercício de uma política externa belicosa, no plano interno, o que se vê são populações inteiras deslocadas e núcleos citadinos embevecidos com as descobertas recentes. O aprimoramento dos materiais e de melhores práticas no ramo da construção civil, aliado à estruturação do curso de Engenharia, remodela as cidades com o argumento de que sobrevirão melhores ares e, por conseguinte, uma vida qualitativamente melhor. Por sua vez, as velas de sebo perdem espaço para as de estearina e, mais adiante, para as lâmpadas de querosene e o lampião a gás, o que fomenta novos hábitos entre os notívagos.

A Europa, como um todo, estrutura-se com os olhos postos em um futuro risonho, e acena com promessas de melhoria substantiva para os seus filhos. Estas visões paradisíacas figuram no cartão de visitas da burguesia triunfante, voltada para si própria e para os investimentos significativos no desenvolvimento científico e tecnológico. No entanto, as grandes cidades atraem mais e mais as massas camponesas, as quais, desalojadas das vivências comunais, ao chegarem em solo urbano, despersonalizadas, têm de se adaptar às péssimas condições de vida. Sob as luzes da cidade purga a mais degradante miséria e, em meio ao cenário precário, o operariado recém-nato se reconhece emitindo um rumor cada vez mais expressivo que eclode em nos surtos revolucionários e, em consequência, expondo-se à desarticulação pelos grupos antagonísticos. Adequado aos novos tempos, sobrevém o discurso higienista; uma investida de peso contra a organização dos desprivilegiados. A “limpeza” promovida pelo Barão Haussman<sup>8</sup> – propícia para combater os vetores de contágio e esmagar

---

<sup>7</sup> Segundo Alzira Alves de Abreu: “A expressão *diplomacia das canhoeriras* já foi usada para descrever eventos desde pelo menos o século XVIII [...] [e] designa um método amplamente difundido como instrumento de política externa das potências imperialistas da época. De acordo com a definição clássica de James Cable, trata-se do uso político de uma força naval limitada. Em outras palavras, a diplomacia de canhoeriras pode ser entendida como um método de intimidação ou intervenção militar por meio da mobilização de navios de guerra de pequeno e médio porte para, sem recorrer à declaração formal de guerra, perseguir objetivos nacionais.” (ABREU, 2015, s.p.)

<sup>8</sup> George-Eugène, o barão de Haussmann (1809-1891), fora nomeado prefeito do departamento do Sena por Napoleão III, em 1853, exercendo as suas funções por sete anos e, nesse período, reformulando completamente a face da capital francesa. Seus métodos de intervenção urbana criariam escola nas capitais europeias e mesmo

os atos de resistência da população – vem ao encontro das aspirações das classes médias, particularmente temerosas em relação às classes “perigosas”<sup>9</sup>.

Segundo Boaventura de Souza Santos, o sistema-mundo está tripartido em central, semiperiférico e periférico, categorizando-se os protagonistas no primeiro grupo e os não-europeus, no terceiro. Portugal, por sua trajetória histórica, situa-se no grupo intermédio. Como o próprio autor salienta: “[...] o povo português [era] o único povo europeu que, ao mesmo tempo [em que] observava e considerava os povos de suas colônias como primitivos ou selvagens, era, ele próprio, observado e considerado por viajantes e estudiosos dos países centrais da Europa do Norte como primitivo e selvagem” (SANTOS, 1994, p. 133), o que, para um reino que saboreara o protagonismo em Quinhentos, deixa um travo amargo, ante a constatação cada vez mais notória da perda de voz frente às nações mais potentes. Os portugueses lentamente dão-se conta de que perderam o bonde da história e enfrentam, nas primeiras décadas dos oitocentos, lutas fratricidas entre liberais e miguelistas que dilapidam ainda mais o reino.

Com a vitória do liberalismo, no entanto, Portugal passa por um período de distensão política e econômica, conhecido como Regeneração (1851-1868) e adota o rotativismo partidário, à maneira inglesa, momento em que observa a alternância no poder de dois partidos, o Progressista e o Regenerador, a possibilitar-lhe estabilidade política e a defesa da linha constitucional. Cabe ao regente, segundo a Carta Constitucional, o poder moderador, enquanto Rodrigo da Fonseca Magalhães, ministro do Reino entre 1851 e 1856, faz a mediação política, e o engenheiro António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887) aporta com propostas de intervenção urbana. António Sérgio entende que:

Enquanto o cenário do fomento dava a Portugal a aparência de um país rico, o facto é que a balança económica acusava um *déficit* sempre crescente e o alcance inverossímil quase. [...]. Construir estradas e caminhos de ferro, empregando nisso muita gente, foi a ideia administrativa característica do *fontismo*. Nem por ser moda daquela época nos grandes países industriais (adiantados na faina da produção das riquezas) deixava de apresentar em Portugal especialíssimos inconvenientes,

---

fora do continente. No Rio de Janeiro, por exemplo, o prefeito Pereira Passos inspirou-se no projeto francês e promoveu o “Bota Abaixo”, entre 1902 e 1906.

<sup>9</sup>Aliado da burguesia quando se tratara de derrubar o *Ancien Régime*, o campesinato que, destituído de terras, passara a uma vivência proletária, começara a representar uma ameaça à ordem burguesa, uma vez que, por conta da miséria imperante, ali se encontravam os maiores focos de doenças contagiosas, de insalubridade e de desordem. Além disso, devido à precariedade de trabalho e assistência social e à pouca frequência nos bancos escolares, era nesse meio que se verificavam os maiores índices de marginalidade e criminalidade, o que transformou o movimento revolucionário de coirmão em antagônico aos interesses burgueses.

naturais consequências do nosso atraso. [...] O caminho de ferro, levando subitamente às nossas aldeias a produção estrangeira mais barata, tinha como resultado prejudicar a nossa, – já que lhe não davam, a esta, incentivos e aperfeiçoamentos que a habilitassem a superar os efeitos daquele progresso das comunicações. (SÉRGIO, 1985, p. 138)

A interligação de todo o reino pela nascente malha férrea, projeto ambicioso que grassa pelo continente europeu, demanda um montante de recursos que a Coroa portuguesa não dispõe. A saída é recorrer ao credor externo, em especial aos banqueiros ingleses, que dão largas aos projetos desenvolvimentistas, com os olhos postos no momento do resgate. Mas ao final de 1868 a situação de endividamento torna-se insustentável e arrebenta com a “Revolta da Janeirinha”<sup>10</sup> que marca o fim da política desenvolvimentista. Os emperramentos econômicos e a pressão política sobre a monarquia, só fazem crescer, o que leva Antero de Quental (1842-1891) a fazer uma análise lúcida, por ocasião do *Ultimatum*<sup>11</sup>:

Portugal expia, com a amargura deste momento de humilhação e ansiedade, quarenta anos de egoísmo, de imprevidência e de relaxamento dos costumes políticos – quarenta anos de paz profunda, que uma sorte raríssima nos concedeu e que só soubemos malbaratar na intriga, na vaidade, no gozo material, em vez de os aproveitarmos no trabalho, na reforma das instituições e no progresso das ideias... [...] O nosso maior inimigo não é o inglês, somos nós mesmos. Só um falso patriotismo, falso e criminosamente vaidoso, pode afirmar o contrário. (QUENTAL, 1982, p.32)

Em meio ao melancólico “final de festa” do *fontismo*, o médico Joaquim Guilherme Gomes Coelho (1839-1871), eternizado com o pseudônimo literário de Júlio Dinis, tece críticas à política desenvolvimentista em Portugal e suas graves implicações sociais, políticas, econômicas e religiosas, em *A Morgadinha dos Canaviais* (1868). Como Júlio Dinis põe a nu com a sua ficção elegante, percebem-se melhorias substantivas no reino, mas os transtornos são superlativos e, quase sempre, amplos contingentes populacionais permanecerão alijados

<sup>10</sup> Ficou conhecida como *Revolta da Janeirinha* a insurgência popular contra um novo imposto estabelecido pelo governo para compensar o crescente desequilíbrio das contas públicas, definido entre 31 de dezembro de 1867 e 1 de janeiro de 1868. O movimento começou no Porto e estendeu-se pelo reino, o que levou o governo a se demitir e encerrou melancolicamente a *Regeneração* (1851-1868), pondo em evidência a fragilidade da situação sociopolítica e econômica portuguesa, que só veio a se acentuar à medida que se avizinhava o final do século.

<sup>11</sup> Diante da crescente ocupação e partilha do território africano pelos reinos europeus, Portugal reivindicava os seus direitos, tendo em vista o seu percurso histórico e o protagonismo na descoberta do continente africano. Tinha em vista anexar as terras compreendidas entre Angola e Moçambique, para formar o tão sonhado *Mapa Cor de Rosa*, mas esbarrou nos interesses ingleses. O conflito diplomático, que se arrastava desde 1887, acabou chegando ao limite em 11 de janeiro de 1890, quando o Governo de S.M. Britânica instou o Governo Português a sair imediatamente das terras ocupadas, no que foi prontamente atendido. Segundo Nuno Teixeira: “A partir daqui, torna-se clara a relação política externa/política interna – o aproveitamento de um fator de ordem externa, o *Ultimatum*, para a resolução de um problema de ordem interna – a “decadência a que, segundo os republicanos, a Monarquia conduziu o país”. (TEIXEIRA, 1987, p. 718)

dos benefícios. Trinta anos mais tarde, Fialho de Almeida, com uma redação contundente, faz um balanço dos ganhos e perdas da aventura liberal em solo luso:

Quatro milhões d'analfabetos sobre cinco milhões de criaturas, é forte, e só por esta chaga pavorosa devia ser exautorada a monarchia. Além d'isso a vida dos campos é em muitos pontos barbara e selvagem, como nas servidões agrarias dos séculos XV e XVI; a terra é quase toda dos ricos, e nas províncias populosas como Douro e Beiras, o salario nem chega para pão. Mas por outro lado a elevação das médias favoráveis é um symptoma de progresso, e essa, a estatística constata-a nas categorias de gente imediatamente superior à plebe obreira. (ALMEIDA, 1923, p. 23-235)

O progresso a qualquer preço é o canto de sereia nos ouvidos das classes dirigentes, nos reinos europeus. Mas essa interferência no *modus vivendi* das populações não escapa ao olhar arguto de intelectuais como Émile Zola (1840-1902), sensíveis ao choque que a urbanização ocasiona. Haja vista a personificação que o autor faz do monstro a vapor, em *La bête humaine* (1890):

Malgré la vitesse, par les vitres éclairées des portières, on avait eu la vision des compartiments pleins, les files de têtes rangées, serrées, chacune avec son profil. Elles se succédaient, disparaissaient. Que de monde! Encore la foule, la foule sans fin, au milieu du rolement des wagons, du sifflement des machines, du tintement du télégraphe, de la sonnerie des cloches! C'était comme un grand corps, un être géant couché en travers de la terre, la tête à Paris, les vertèbres tout le long de la ligne, les membres s'élargissant avec les embranchements, les pieds et les mains au Havre et dans les autres villes d'arrivée. Et ça passait, ça passait, mécanique, triomphal, allant à l'avenir avec une rectitude mathématique, dans l'ignorance volontaire de ce qu'il restait de l'homme, aux deux bords, caché et toujours vivace, l'éternelle passion et l'éternel crime.<sup>12</sup> (ZOLA, [19--] p. 88-89)

Antes mesmo de nos lançarmos à leitura, podemos inferir que, ao versar sobre máquinas e homens, a narrativa volta-se para a desumanização que acomete os atores no correr da narrativa. No entanto, há quem escape ao modelo perverso, como diz Paulo Motta Oliveira ao destacar a classe dominante, que “atravessa incólume todo o romance, e chega ao seu final, preparada para sobreviver ao seu fim e ao fim do Segundo Império. [...] [Os burgueses] são mais que sobreviventes: são os vitoriosos, o ponto fixo que ultrapassará incólume a hecatombe. Eles e a classe que representam estão preparados para perdurar”

<sup>12</sup> O trecho correspondente na tradução é: “Apesar da velocidade, pelos vidros das portas iluminadas, tínhamos a visão dos compartimentos lotados, as fileiras de cabeças juntas, cada uma com o seu perfil. Eles se seguiram um ao outro, desapareceram. Quanta gente! Novamente a multidão, a multidão sem fim, em meio ao rolamento dos vagões, ao sibilar das máquinas, ao tilintar do telégrafo, ao toque dos sinos! Era como um grande corpo, um gigante deitado por sobre o chão, a cabeça em direção a Paris, as vértebras ao longo da linha, os membros se alargando como galhos, os pés e as mãos em Havre e em outras cidades de chegada. E passou, passou, mecânico, triunfal, avançando para o futuro com uma exatidão matemática, diante da ignorância voluntária do que restava do homem, para ambas as extremidades, ocultas e ainda vivas, a eterna paixão e o eterno crime.”

(OLIVEIRA, 2008, p. 27) Nesse espaço reordenado segundo as premissas do capitalismo, Zola traduz o fascínio que a máquina exerce sobre os trabalhadores – os quais lhe conferem prumo e velocidade –, os passageiros e a assistência, em meio aos espaços urbanos degradados. Como observa Jorge Bastos:

O mundo é visto a partir do trem e o trem é visto a partir do entorno das vias, transportando sua multidão de anônimos perfilados nas janelinhas de vidro dos vagões. Símbolo do progresso, o trem é uma força cega, indiferente aos dramas humanos e conjuga, no romance a fatalidade mais obscura e o avanço tecnológico. (BASTOS, 2014, p. 15)

Júlio Dinis também não se furta a registrar a sua crítica frente ao avanço da malha férrea em Portugal, cuja primeira linha foi inaugurada em outubro de 1856, ligando Lisboa ao Carregado. Até a década de 1880, observa-se um crescimento espantoso e a conseqüente transformação do cotidiano das pessoas:

A coorte de engenheiros, condutores, apontadores, cantoneiros e mais operários vinha, com seus hábitos e costumes novos, fazer tantas ou maiores mudanças na vida moral da aldeia do que nas condições físicas dela as bandeiras, os niveladores, as enxadas, as pás, alviões, picaretas, carros de mão e padiolas de que era armada essa coorte.

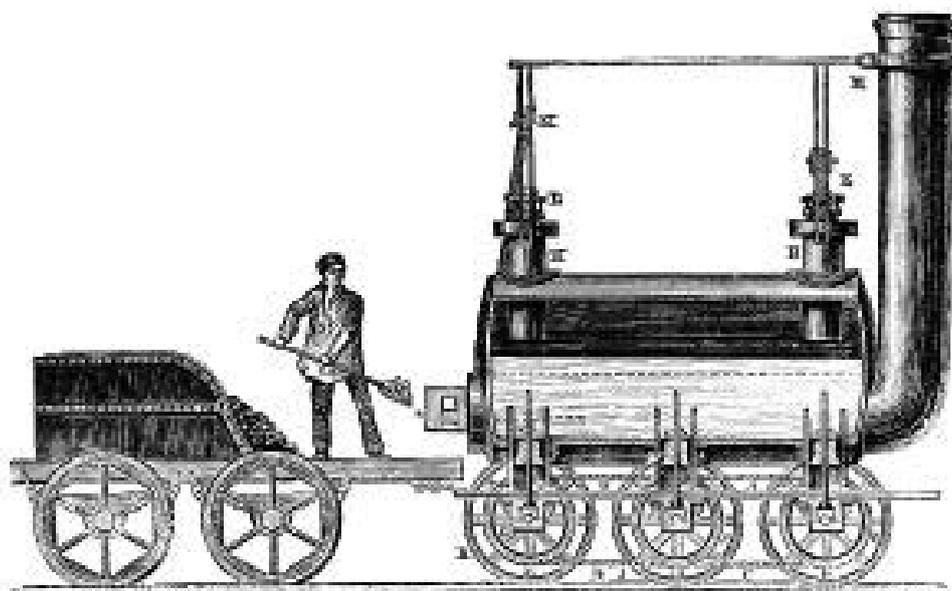
Por isso corria uma verdadeira romagem para o lugar onde com a maior atividade tinham começado os trabalhos. Era, como já dissemos, na casa do ervanário. Pela demolição dela e do quintal que a rodeava, principiaram as obras. [...]

Conceda-se uma lágrima a essas obscuras vítimas dos progressos materiais, lágrima que não importa uma ironia à civilização. Exalte-se embora a rápida carreira da locomotiva, que atravessa, como meteoro, as povoações e os ermos; mas não seja isso motivo para condenar a compaixão pela violeta dos campos, que as rodas deixaram esmagada à beira do carril. (DINIS, [19--] p. 460-463)

O narrador onisciente de *A Morgadinha dos Canaviais*, no correr da narrativa, permite-nos perceber que a sanha de modernização que se reflete no crescimento exponencial da malha férrea lusa atropela quem fica pelo caminho. É o que acontece com o ervanário Vicente, também personagem de *A Morgadinha dos Canaviais*, instado a vender as suas terras para dar a passagem ao progresso, corporificado nas estradas de ferro. Mas junto com as terras de seus pais, suas ervas de cura e as árvores do pomar, vai todo um modo de vida comunal que não mais encontra lugar nos tempos modernos. Prevalecem os interesses maiores com a economia de tempo e dinheiro dos viajantes, em detrimento das necessidades de aldeões e camponeses.

A mobilidade passa a ser vista como algo relativamente apetecível às diferentes camadas sociais: do imigrante, a buscar em outras paragens sustento para si e seus familiares, ao turista que se evade do cotidiano, em busca de novas paisagens. O lazer da classe média, por sinal, amplia-se enormemente, transitando do espaço privado para o público. À prática da jardinagem, à leitura de periódicos e folhetins, às audições de piano em família, aos saraus entre amigos e conhecidos somam-se as idas aos passeios públicos, para quem quer ver e ser visto. A burguesia reinante passa dos balneários, nas férias em família, para a frequência amiúde em feiras e exposições, inaugurando o turismo regular.

Figura 1 - Locomotora de George Stephenson; modelo de 1825.



Fonte: [www.hiru.eus/historia/la-revolucion-industrial-i](http://www.hiru.eus/historia/la-revolucion-industrial-i)

Não há choro nem vela que detenha a marcha do progresso, perceptível também com a criação do telégrafo e a modernização da prensa, a causarem um forte impacto. Distendida em progressão geométrica, a malha comunicativa resulta em um veículo eficaz para incrementar a circulação de notícias. Em paralelo, os investimentos em Educação, ainda que insuficientes, resultam no aperfeiçoamento das habilidades de leitura, o que permite proliferar jornais, periódicos, livros e libretos, com assuntos os mais diversos, para a ilustração de um contingente crescente de homens e mulheres.

## 1.2 Uma questão de saúde

Enquanto o lazer e o turismo ganham espaço na cultura burguesa e as atenções dos afortunados estejam voltadas para uma melhor qualidade de vida, a tuberculose e a sífilis arrebanham uma expressiva parcela da população e não apenas os mais pobres, haja vista que o próprio Júlio Dinis, sua mãe e irmãos morreram tísicos. Ambas as doenças, altamente contagiosas, moldam comportamentos e o discurso higienista ganha campo ao hastear a bandeira da melhoria do padrão de vida das populações. Mais do que boas intenções, seus defensores precisam agir para que as mudanças se façam perceptíveis.

Enquanto sucedem os avanços, as ciências naturais não fazem por menos, firmando-se como um dos pontos altos de um movimento laico, racional e científico, cujas mudanças em Portugal passam a se pronunciar ainda no século XVIII, com a invectiva dos “estrangeirados”<sup>13</sup>, como António Sérgio explicita:

Consultados os sábios da Inglaterra, disseram que o que cumpria antes de tudo era modernizar a mentalidade, substituindo a mediévia orientação das nossas classes predominantes pelo espírito crítico e experimental, e, para isso, traduzir e difundir o *Novum Organum*, de Francisco Bacon. [...] para não citar uma série de nomes que aqui não poderíamos caracterizar, mencionemos somente Ribeiro Sanches (1688-1783), o grande médico, autor de *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, e D. Luís da Cunha, o diplomata (1662-1749), autor de um notável *Testamento Político*, em que indicava ao príncipe herdeiro quais as reformas necessárias, apontando para executante Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal. (SÉRGIO, 1985, p. 122-123)

Desde então, o papel do médico, assim como o aprimoramento de diagnósticos clínicos e métodos de assepsia, começa a coexistir com as crenças antigas. Desse modo, as práticas mais arraigadas ainda hão de viger por um bom tempo, como é possível vislumbrar em episódio d’*As pupilas do senhor reitor*, de Júlio Dinis:

A conversa de João Semana com Daniel, não entendida, e por isso admirada pelos circunstantes, versou sobre medicina. As exaltadas crenças teóricas de Daniel e a casuística inflexível e fria do velho prático acharam-se em conflito. [...] Daniel falou de mil assuntos: nos aperfeiçoamentos da análise médica, no microscópio, na electricidade, na química, na anatomia patológica, com um ardor de proselitismo,

<sup>13</sup> Segundo António Sérgio, o termo “estrangeirados” traz consigo uma carga pejorativa, ao designar os notáveis que o Marquês de Pombal chamou para promover mudanças na realidade lusa do século XVIII. Personalidades como Luís António Verney e Ribeiro Sanches deixaram os seus nomes inscritos nas intervenções propostas e que resultaram nas iniciativas de reforma da Educação e, em particular, na reestruturação do curso de Direito, na Universidade de Coimbra, assim como a adoção de procedimentos experimentais no exercício da Medicina. Cf. SÉRGIO, 1985, p. 121-123.

próprio da idade; chegou a persuadir-se que a sua eloquência conseguiria, enfim, vencer o indiferentismo teórico do clínico. Recebeu, portanto, uma impressão desagradável, quando, ao terminar um bem elaborado período em honra da ciência moderna, obteve em resposta a frase do costume:

– Isso tudo é muito bonito, mas você para cá virá, e então falaremos. (DINIS, s.d, p. 64-65)

Mais do que o mero embate entre o teórico e o prático, observa-se a transição, nem sempre pacífica, entre o campo e a cidade, o novo e o antigo. Ao final do século XIX, o tempo médio de vida fora ampliado, apesar de o índice de mortalidade infantil, só a partir de então, começar a decrescer. Tais indicativos conferem um novo estatuto, como evidencia a escritora Maria Amália Vaz de Carvalho:

A medicina adquiriu pela sua importância enorme na hierarquia das sciencias modernas, pelo subsidio constante que todas as outras lhe fornecem, pela somma de conhecimentos e idéas que em si resume e contém um papel no mundo actual que a vinga admiravelmente do desdém dos séculos de empyrica ignorância. Por isso mesmo ella está pedindo representantes que encarnem visivelmente, como este faz, a sua soberania e império indiscutíveis. (CARVALHO, [19--], p. 196)

Assim como o padre que salva almas, o médico passa a exercer o “sacerdócio” no espaço laico salvando vidas. Figura também como motivo de distinção entre as famílias, como se afige do reparo que o reitor faz ao comportamento que considera inadequado do médico recém-formado e filho único de José das Dornas, n’*As pupilas do Sr. Reitor*:

O que eu digo é que Daniel tem deveres tão sagrados, entrando no seio das famílias, como nós os párcos. E se nas mãos, que devem levar o remédio, espalham a peçonha, a maldição de Deus desce sobre elas. Quem abrirá as portas da alcova, onde padeça uma filha, uma esposa ou uma irmã, ao médico que não tem força para sufocar as paixões más do seu coração? Fá-lo-ias tu? Não, nem eu. Quanto mais santa é uma missão neste mundo, José, mais se rebaixa e avilta quem a aceita sem lhe ter compreendido o alcance. O mau padre é o pior dos homens; e parece-te que será muito melhor o médico imoral? Pensa nisto, e diz-me se Daniel merece grandes desculpas. (DINIS, s.d, p. 114)

Essas “paixões más” que, segundo o reitor, Daniel não sufoca são uns versos que ele oferece a uma “trigueirinha” da aldeia, e que por um triz não o comprometem com a família da moça, que tem em vista um casamento vantajoso. Donde se depreende que – pelo senso comum do tempo – uma “aventura literária” pode até abortar uma carreira promissora.

Qual Júlio Dinis, José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911) forma-se médico, mas vem a se notabilizar na literatura. Cabe observar que, alinhado com o aperfeiçoamento técnico científico, o médico tem os males do corpo para o seu franco exercício e, ainda que não

guarde o *glamour* do advogado e do engenheiro, torna-se um profissional em ascensão, como Maria Amália Vaz de Carvalho faz ver, na virada do século:

as teorias microbianas de Pasteur, cujas magnificas applicações á medicina se ampliam dia a dia, sendo incalculável o alcance que ainda poderão vir a ter, a revolução de que teem a virtualidade, e abrindo um campo illimitado á curiosidade scientifica do seculo em que entramos; as descobertas (algumas tambem pasteurianas), de antissepticos poderosos, de anesthesicos que dão temporária morte, dos raios de Roentgen que permitem ao nosso olhar penetrar através de corpos opacos; tudo isto reunido que facilita á cirurgia todos os milagres que ella opera com arrojio infatigavel , e por assim dizer renovou inteiramente este ramos das sciencias medicas; todas essas aquisições maravilhosas e muitas mais que eu não tenho nem conhecimentos, nem tempo para enumerar aqui, tudo isto é do nosso tempo, tudo isto pertence á gloriosa herança do século que findou. (CARVALHO, [19--], p. 192-193)

Em 1865, o professor de fisiologia Claude Bernard (1813-1878), com vinte anos de estudos voltados para a digestão, o metabolismo e os fenômenos da vasodilatação e vasoconstrição em organismos vivos, sistematiza o seu método de trabalho, em *Introdução ao estudo da medicina experimental*.<sup>14</sup> Mesmo após a sua morte, o enquadre científico há de permanecer, por décadas, sob a sua orientação: “Bernard partilha com o positivismo a aversão à metafísica e a fé nas possibilidades da ciência; não partilha, porém as tendências reducionistas; recusa-se a reduzir a filosofia à ciência, como se recusa a reduzir o espírito à matéria ou a vida aos fenômenos físico-químicos”. (ABBAGNANO, 1970, p. 44)

Os vários sintomas que se pronunciam no corpo físico são convites para acessar os seus mistérios. Quando os pacientes, notadamente as mulheres, começam a externar sofrimentos tais que não encontram a sua confirmação no plano físico, estudiosos como Charcot<sup>15</sup> penetram em um universo até então inexplorado e causam sensação, porque métodos como a hipnose, utilizados no asilo em Salpêtrière, de tão sugestivos são popularizados por ilusionistas em feiras de bizarrices.

As sessões de análise com pacientes e os estudos de caso dão o devido impulso às teorias de Sigmund Freud (1856- 1939), que encontra na literatura, em especial nos mitos gregos, o suporte para o estudo das pulsões nascidas, no mais das vezes, na convivência familiar. Tais incursões no campo da doença mental resultam na ampliação do sistema

<sup>14</sup> Cf. BERNARD, C. *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*, 1865.

<sup>15</sup> Jean-Martin Charcot (1825 - 1893) atuou como clínico e professor de Medicina e tornou-se o fundador da moderna neurologia. Referência no ainda inexplorado terreno da psiquiatria na França, na segunda metade do século XIX, teve Sigmund Freud como um de seus alunos.

manicomial e no desenvolvimento de métodos atrozes para o tratamento dos pacientes. Estendem-se também à seara da criminologia, tendo Cesare Lombroso<sup>16</sup> à frente, com o propósito de detectar o quadro disfuncional dos que se envolvem em crimes, tendo em vista apartá-los do convívio social.

Figura 2 - "Un Leçon Clinique à la Salpêtrière", Litografia, André Brouillet, 1887.



Fonte: [http://diariodeunmedicodeguardia.blogspot.com.br/2014\\_02\\_01\\_archive.html](http://diariodeunmedicodeguardia.blogspot.com.br/2014_02_01_archive.html)

O fomento de novas formas de tratamento torna a voz do médico imperativa, em especial nos espaços urbanos, onde o número de asilos e hospitais aumenta exponencialmente. As instalações hospitalares, última parada antes do encaminhamento aos morgues, são destinadas à população mais pobre. Isso porque, no decorrer do século, o tratamento em hospitais, por indigno e pouco efetivo, perpetua a convicção de que o interno que ali se encontra está desenganado. Como os antibióticos e demais medicações de maior impacto encontram-se em vias de desenvolvimento, muitas das medidas tomadas são paliativas. De

---

<sup>16</sup> Cesare Lombroso (1835), professor universitário e criminologista italiano, alçou projeção com seus estudos e teorias no campo da caracterologia, ao estabelecer relações entre as características físicas e as mentais, para detectar mentes com pendores criminosos.

quebra, a internação hospitalar representa um desprestígio para a família, porque constitui uma informação suplementar sobre a condição social do doente, mais afeita à miséria, como é possível depreender na cena que Fialho de Almeida compõe em *Três cadáveres*:

Naquela época, o hospital ainda era mais soturno do que hoje, infecto e glacial, cheio d'escaninhos e corredores onde fazia noite em pleno dia, e tão pululante de larvas, que pola noite, diziam, se podia ouvir um surdo formilhar, dos alicerces às claraboias do tecto, surdo, ondulatorio, e horrível, pela expressão de sofrer que engastava. [...]. Posta num canto da enfermaria, entre duas janelas de vidros desconjuntados, a cama 27 tinha uma biografia sinistra e mortuária. Era para onde a enfermeira degredava os doentes que lhe faziam perrice, e para onde iam esticar as desgraçadas a quem o médico, logo à primeira, torcia o nariz. Em quinze dias, vinte dias, menos ainda, a pneumonia, alguma febre de mau tipo, encarregavam-se de varrer dali a padecente. (ALMEIDA, 2007, p. 9-10)

A sinistra cama 27, na narrativa fialhiana, faz valer a sina e acolhe como mortalha os os mais pobres, porque, assim como na vida real, para os mais abastados está reservado outro destino. Estes continuam a contar com o médico de família, a atender em casa. Mas os partos de todas as classes sociais – com altas taxas de mortalidade para mães e bebês –, por uma questão de decoro perduram realizados ocorrem no recôndito do lar, pelas mãos das parteiras.

Como a medicina recorre à literatura para nominar os males do corpo e da mente, também a literatura cultiva, com frequência cada vez maior, o fortalecimento da autoridade médica como forma de os escritores atestarem a sua própria legitimidade no estudo das paixões. Haja vista a figuração que Fialho de Almeida faz dos sentimentos familiares *post-mortem*, em “Os três cadáveres”:

A saudade dessas inconsoláveis famílias tinha apodrecido pois, como as pomposas inscrições das coroas fúnebres. Outros amores depois foram crescendo por sobre a reminiscência daqueles decrépitos amores. – Porque a lágrima não fecunda nem alimenta ninguém. É o pus duma úlcera: seca e estanca-se no penso, apenas a úlcera vá estando cicatrizada. (ALMEIDA, 2007, p. 66)

O autor constrói um liame entre os sentimentos humanos e a ciência, comparando a ferida amorosa ocasionada pela perda de um ente querido à purulência da úlcera. Dá a entender que, mais dia menos dia, também essa dor, por profunda que seja, há de atenuar e até passar, o que é mensurável pelo abandono das urnas e mausoléus; momento em que as famílias encerram o luto e vão cuidar das próprias vidas. Esquecimento este que há de alcançar Mata – a tísica abandonada pelo amante e relegada pelo pai – que, uma vez acomodada na cama 27, tem o fim de sua história facilmente deduzível. Quem a singulariza é o médico recém-formado, o João da Graça que, dotado de imaginação romanesca – a ponto de

compor uma música baseada no *Noivado no sepulcro*, de Soares dos Passos<sup>17</sup>, vê na doente a musa talhada pelo ideário romântico. Ainda que os médicos se cotizem, por obra e graça do iniciante, não se verifica a presença da família e uns poucos pobres-diabos compõem o “pacote” a acompanharem o féretro. Como o enterro ocorre em um dia chuvoso, o padre, convencido a enterrar a infeliz criatura de graça, e os convivas driblam as poças aos palavrões e a defunta chega a resvalar na lama, no momento em que a depositam em cova rasa. Os elementos grotescos que permeiam o texto se prestam a dessensibilizar o leitor, o qual, diante do rebaixamento frente ao que seria um momento de elevação, se distancia da tragédia. A cena dantesca torna-se risível, porque, diante da miséria absoluta, o que prevalece é o humor negro a funcionar como um contraponto às idealizações do médico que assistira Marta em seus momentos finais. No entanto, o mesmo João da Graça, à medida que avança no exercício da profissão, perde os sentimentos humanitários. Alguns anos à frente, promovido a delegado de saúde e tendo em vista a carreira em ascensão, ele torna à Mouraria, dessa vez para officiar o óbito do pai de Marta:

Já na escada, inquiriu dum homem que subia, em primeiro lugar as circunstâncias da família... E o homem, depois de lhe assentar familiarmente a mão no ombro, começou a dizer que o velho tivera noutro tempo seu arranjo, mas começou a dar cabo, a embebedar-se, entende bocê? e estava ali morto de miséria como um cão... Havia o filho a deitar sangue da boca, uma pequena... E quanto ao enterro, o que se via. Por duas libras *enxixiam* berlinda e pano rico; vai, como o dinheiro não chegou pra grandes luxos, tinha-se combinado o caixão ser d’aluguel. (ALMEIDA, 2007, p. 87)

Por fim, o médico comparece, no desfecho da narrativa, ao mesmo bairro pobre e infecto, para atestar a morte do sedutor de Marta, o cangalheiro *Izaquiel*, e, por meio do atestado, decreta o veredicto, ainda que não perdure nele a mais leve lembrança do passado:

Quando o médico veio verificar o óbito, não havia uma só pessoa na loja, a fazer guarda. Exalava-se um fétido medonho do cadáver, que se cozia em peste, rápido perdendo a forma originária, e esse cheiro inundava o cacifro, tresandando em espantosas baforadas, te a rua. Toda a vizinhança estava em alarida, quando o doutor chegou. As rameiras e as tascas tinham ido fazer queixa do morto, ao comissário. E João da Graça, sem descalçar as luvas, pôs-se a escrever contra a parede os dizeres de certidão, entre náuseas mortais, rogando pragas. – E nem ele, nem ninguém, poderia talvez reconstruir naquelas cinco tábuas de pinho em que jazia o bêbedo, o impassível caixão que havia recolhido os destroços das três criaturas, despejando-as

<sup>17</sup> António Augusto Pereira dos Passos (1826-1860) cursou Direito em Coimbra e, ainda estudante, fundou o jornal *O Trovador*, onde colaboraram poetas da segunda geração romântica. Seu poema mais conhecido é “O noivado no sepulcro”, publicado em 1856 e implicado com a periodização literária ultrarromântica. Morreu prematuramente, tuberculoso, aos 34 anos, mas não foi poupado pelas gerações posteriores, que ridicularizaram a sua obra e, em especial, a referida poesia, cujos versos finais são emblemáticos:

“Porém mais tarde, quando volvido  
Das sepulturas o gelado pó  
Dois esqueletos, um ao outro unido,  
Foram achados num sepulcro só”.  
(PASSOS, s.d, s.p.)

na terra, com a mesma indiferença, uma após outra, sem indagar se estariam bem mortas as paixões que tanto tempo as havia unido e separado. (ALMEIDA, 2007, p. 89)

Por ironia do destino, as três personagens passam pelo mesmo caixão e vão parar em cova rasa, sepultando-se com eles as paixões que os apoquentaram. Fialho de Almeida oferece diretrizes várias para aprofundar a reflexão: a “queda” da personagem feminina a implodir a frágil estrutura doméstica; a “defesa da honra” familiar, tanto mais arraigada, quanto mais baixa a classe social; o exercício da medicina, enquanto fator de desumanização do médico; a “morte anunciada” que enlaça definitivamente as personagens do título, razões suficientes para destacar *Três cadáveres* na obra fialhiana.

A respeito da questão feminina que o autor coloca como cerne da narrativa, Maria Helena Santana salienta que a história de Marta: “Pretende representar o destino de muitas meninas pobres nascidas nos maus bairros da grande cidade, privadas de protecção familiar, exploradas no trabalho desde crianças e rejeitadas pelos namorados ou pelos pais quando as ilusões do amor as desviam da respeitabilidade social.” (SANTANA, 2007, p. 92) Como a própria Maria Helena prossegue, o autor, dada a formação burguesa, não isenta a personagem do “mau passo”, mas, “presta-lhe uma solidariedade invulgar: se a queda de Marta era previsível no ambiente desleixado em que vivia, o arrependimento deveria resgatá-la aos olhos da sociedade e da família. A acusação dirige-se, assim, aos responsáveis pela sua perdição” (SANTANA, 2007, p. 92), os quais efetivamente pagam pelo martírio da costureira, quando, ao final da narrativa, encontram-se todos a sete palmos.

Enquanto Fialho de Almeida publica o presente conto, em 1883, no jornal *O Atlântico*, ainda com o título “A doente 27” e sem os excertos que dão novo rumo ao texto, o jornalista e escritor Émile Zola (1840-1902) debruça-se sobre os estudos de um fisiologista de renome, para pensar o saber literário sob um novo prisma. A sistematização proposta por Claude Bernard, no que tange aos experimentos humano e animal, campeava em território acadêmico havia quase vinte anos, mas Zola recusa-se a aceitar as ressalvas quanto à utilização do método na seara das humanidades e publica o ensaio *O romance experimental* (1880), abraçando a abordagem bernardiana e trazendo seus conceitos para o universo literário:

Estamos, sem dúvida, longe das certezas da química e mesmo da fisiologia. Ainda não conhecemos os reativos que decompõem as paixões e que nos permitem analisá-las. Frequentemente, neste estudo, lembrarei que o romance experimental é mais novo que a medicina experimental, que por sua vez acaba de nascer. No entanto, não pretendo constatar os resultados adquiridos; desejo simplesmente expor claramente um método. Se o romancista experimental ainda caminha às apalpadelas na mais obscura e complexa das ciências, isso não impede tal ciência de existir. É inegável que o romance naturalista, como agora o compreendemos, é uma verdadeira

experiência que o romancista faz com o homem, servindo-se da observação. (ZOLA, [19--], p. 230)

As premissas zolianas grassam pelo mundo ocidental e, especificamente em Portugal, são plasmadas por um contingente significativo de escritores que buscam uma nova maneira de pensar a realidade em que se encontram emersos. Estudar a fisiologia da nação, da família e do indivíduo passa a objeto de escritores como Eça de Queirós e Fialho de Almeida, dentre outros, que se propõem a mirar esses organismos vivos com um olhar perscrutador e supostamente neutro. Mas o que parece tão simples há de ganhar os seus matizes.

Figura 3 - Émile Zola, por André Gill, publicado em *L'Éclipse*, [19--]



Fonte: [http://expositions.bnf.fr/brouillons/ecrivains/assom/pistes/grands/10\\_caricature.html](http://expositions.bnf.fr/brouillons/ecrivains/assom/pistes/grands/10_caricature.html)

### 1.3 Seleção das espécies *versus* darwinismo social:

A par dos aperfeiçoamentos no campo tecnológico e na medicina, o impulso das técnicas agrícolas mantém a conexão com o avanço das ciências naturais, como demonstra o austríaco Jonh Gregor Mendel (1822-1884), com o cruzamento de ervilhas em sua abadia, ao chamar, em 1865, a atenção para os traços hereditários regulares e lançar as bases da genética. Do mesmo modo, o mistério que cerca a evolução dos tecidos vegetais e animais, dando conta da descoberta da célula, a lei de conservação da energia, por Joule e Meyer (1842) e a divulgação por Charles Darwin (1809-1882) de um estudo criterioso que desenvolvera por duas décadas, altera a percepção do homem sobre os fenômenos naturais e solapa a autoridade da Igreja sobre os desígnios de Deus na vida dos homens. Com *Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural, ou a Preservação das raças favorecidas na luta pela vida* (1859) Darwin demonstra que: as espécies animais se desenvolvem sobre a terra, dos organismos celulares mais simples até os mais complexos; os ascendentes longínquos do homem são os animais (teoria da evolução) e; na luta pela existência, sobrevivem os animais mais adaptados e seus caracteres são transmitidos por herança. Ao lançar os pilares do pensamento evolucionista, o pesquisador vaticina:

Quando as opiniões propostas por mim neste livro e por senhor Wallace, ou quando opiniões análogas sobre a origem das espécies estejam geralmente admitidas, poderemos prever vagamente que terá uma considerável revolução na História Natural. (...) Quando não contemplemos já um ser orgânico como um selvagem contempla a um barco, como algo completamente fora do seu entendimento; quando olhemos todas as produções da natureza como seres que tiveram uma longa história; quando contemplemos todas as complicadas conformações e instintos como o resumo de muitas disposições úteis todas ao seu possuidor, do mesmo modo que uma grande invenção mecânica é o resumo do trabalho, a experiência, a razão e até dos erros de numerosos obreiros; quando contemplemos assim cada ser orgânico, quanto mais interessante – falo por experiência – se fará o estudo da História Natural! (DARWIN, 2009, p. 442-443)

Demolindo as crenças mais arraigadas, o darwinismo grassa como um rastilho de pólvora. Apesar do escândalo inicial, as conclusões de Darwin colhem aceitação, na mesma medida em que o pensamento holístico perde espaço, como observa Otto Maria Carpeaux: “As ciências do espírito do Romantismo – as ciências históricas – perderam a primazia em favor das ciências naturais. A história dos homens foi substituída, nas preferências da época, pela história das espécies zoológicas; e desse fato decorreram graves consequências morais.” (CARPEAUX, 2012, p.20). A explicação científica dos fenômenos torna-se semente fértil para os fisiologismos de toda ordem. As ideias calcadas no cientificismo, portanto, não nascem de uma hora para outra, nem são o constructo de uns poucos atores. Sobre tais bases, a sociedade burguesa, tem o mote ajustado à perfeição, justificando a pujança de seus atos.

Ora, se ocorre, junto às espécies animais, a prevalência do mais apto e se também o homem é um animal em processo de evolução, nada mais “natural” que o mais forte e melhor aparelhado sobrepuje o mais fraco e desabastecido.

Figura 4 - Charles Darwin, por ocasião da publicação de *A origem das espécies*, em 1859.



Fonte: [http://ichef.bbci.co.uk/news/660/media/images/79190000/jpg/\\_79190325\\_79190321.jpg](http://ichef.bbci.co.uk/news/660/media/images/79190000/jpg/_79190325_79190321.jpg)

A linguagem científica e a apresentação de dados sofrem alterações substantivas. No entanto, o fenômeno maior ocorre a médio prazo, com o transbordamento da literatura médica para o cotidiano, fundamental para a construção de um novo modelo de observador, a operar no discurso científico e apropriado por outras formas de discurso, dentre os quais, o ficcional, haja vista o que filtra o português Joaquim Guilherme Gomes Coelho (1839-1871), como membro da comunidade médica local, quando se coloca a par das descobertas que tomam vulto notadamente em Inglaterra e França. As conclusões darwinistas levam-no a criar um hilariante diálogo entre o lavrador José das Dornas e o tendeiro João da Esquina, em *As pupilas do senhor reitor*:

–Mas o Sr. João admira-se? E então se eu lhe disser que ele provou também que um homem é a mesma coisa que um macaco?

João da Esquina fechou com impetuosidade o livro dos assentos:

– Irra! Está a caçar comigo, Sr. José? Ele lá podia dizer semelhante coisa!

- Pergunte-o ao sr. Reitor, que assim o explicou; pergunte se você não acredita.
- Eu não, pois... Macaco! Então eu sou macaco? Então vossemecê é macaco? Então ele é macaco? Então nós somos.... Ora, isso não pode ser.
- Você, sr. João, cuida que eles entendem as coisas assim como nós. Isso lá tem outro sentido.
- Outro sentido! Que diabo de sentido há de ter? Todos sabem o que é um homem, todos sabem o que é um macaco. Não vejo que outro sentido seja. Macaco! Irra! Não, essa agora é que me não entra cá.
- Ele, salvo seja – observou José das Dornas, rindo – aqueles diabos parecem às vezes mesmo gente, lá isso parecem; o Sr. João nunca os viu? [...]
- Macacos! O rapaz não estava em si decerto. Macacos! Mas então que queria ele dizer afinal? Pois somos macacos, Sr. José? Ora, diga?
- Eles lá o leem, lá o entendem.
- Vão para o Diabo! Bem me importa a mim o que eles leem e o que eles entendem. Não está má essa! Macacos! (DINIS, s.d, p.51-52)

Dinis imprime comicidade à narrativa e permite-nos entrever a rejeição do homem comum – mais notadamente o camponês e o aldeão – às conclusões recentíssimas advindas das práticas de observação e experimentação. Surpreende que, em 1866, o escritor insira no universo romanesco polêmica de tão fresca memória, agregando as mais recentes conclusões do naturalista inglês que, em 1871, hão de culminar com a publicação de *A linhagem do homem*. Como Augusto Fitas *et alii* observam:

Com o evolucionismo desapareceu a imagem que durante milênios fora construída sobre o homem e todo o reino animal, uma imagem em que todas as espécies eram fixas e imutáveis desde o acto da criação. Darwin colocava os animais submetidos à escala temporal de milênios, tal como Lyell já o fizera para o próprio planeta nos seus Princípios de Geologia. (FITAS; RODRIGUES; NUNES, 2008, p.23)

As ideias cristalizadas sobre a criação do mundo e da humanidade implodem o referencial cristão e dão margem a novas leituras do mito edênico. Dentre os grandes abalos sofridos pela humanidade, estão a revolução copernicana<sup>18</sup> e as teorias darwinistas, porque o

---

<sup>18</sup> A visão de Copérnico (1473- 1543) criou um novo paradigma quando se substituiu o sistema geocêntrico pelo heliocêntrico. Suas conclusões foram apresentadas no ano de sua morte, mas um material autógrafo, o *Commentariolus*, já circulava desde 1812. Suas conclusões versavam que: “não há um centro único de todos os orbes, o centro da Terra não é o centro do mundo, mas apenas o da gravidade e do orbe lunar; todos os orbes giram em torno do Sol (portanto, o centro do mundo está perto do Sol); a distância entre a Terra e o Sol é insignificante se comparada com a distância às estrelas; o movimento aparente do firmamento se deve à rotação da Terra em torno de seu eixo; qualquer movimento aparente do Sol não é causado por ele, mas pela Terra e pelo nosso orbe, com o qual giramos em torno do Sol; os movimentos retrógrados aparentes dos planetas não pertencem a eles, mas à Terra (apenas o movimento desta explica muitas irregularidades aparentes no céu).” (WINTER, 2012, s.p.)

planeta Terra desde então não mais figura como o centro do universo e o *homo sapiens* deixa de ser soberano entre as espécies. O terceiro abalo na autoestima da humanidade pronuncia-se no último quartel dos oitocentos, quando, segundo os conceitos freudianos, o homem descobre que não é sequer o senhor de seus pensamentos e pulsões.

Eça de Queirós, por sua vez, chega a promover um estranho casamento entre o racionalismo consoante com os novos tempos e a tradição religiosa, que dogmatiza a criação do mundo e do homem. No conto “Adão e Eva no paraíso”, promove uma apropriação inédita do segundo relato do livro de Gênesis, ao fundir a imagética do homem pré-histórico às figurações dos personagens bíblicos. Segundo o narrador onisciente, Adão:

Era medonho. Um pêlo crespo e luzidio cobria todo o seu grosso, maciço corpo, rareando apenas em tôrno dos cotovelos, dos joelhos rudes, onde o coiro aparecia curtido e da côr de cobre fosco. Do achatado, fugidio crânio, vincado de rugas, rompia uma guedelha rala e ruiva, tufando sôbre as orelhas agudas. Entre as rombas queixadas, na fenda enorme dos beiços trombudos, estirados em focinho, as prêsas reluziam, afiadas rijamente para rasgar a febra e esmigalhar o osso. E sob as arcadas sombriamente fundas, que um felpe hirsuto orlava como um silvado orla o arco duma caverna, os olhos redondos, dum amarelo de âmbar, sem cessar se moviam, tremiam, esgazeados de inquietação e de espanto.... Não, não era belo, nosso Pai venerável, nessa tarde de Outono, quando Jeová o ajudou com carinho a descer da sua Árvore! E, todavia, nesses olhos redondos, de fino âmbar, mesmo através do tremor e do espanto, rebrilhava uma superior beleza—a Energia Inteligente que o ia trôpegamente levando, sôbre as pernas arqueadas, para fóra da mata onde passára a sua manhã de longos séculos a pular e a guinchar por cima dos ramos altos. (QUEIRÓS, 1913, p.155-156)

Apesar de codificar os protagonistas segundo os pressupostos evolucionistas, o autor não abandona a figuração católica, quando apresenta-nos o primeiro homem como um sujeito entre perdido e atemorizado pela flora exuberante e agreste do Paraíso:

[...] à maneira que a penumbra das folhagens clareia, vai surgindo, dentro do seu crânio bisonho, como uma alvorada que penetra numa toca, o sentimento das Formas diferentes e da Vida diferente que as anima. Essa rudimentar compreensão só trouxe a nosso Pai venerável turbção e terror. Todas as Tradições, as mais orgulhosas, concordam em que Adão, na sua entrada inicial pelas planícies do Éden, tremeu e gritou como criancinha perdida em arraial turbulento.” (QUEIRÓS, 1913, p. 158-159)

Ainda que o aspecto daquele que representa a nossa ancestralidade mais se assemelhe ao das feras, que viva em meio à ignorância, que caia e torne a levantar, o narrador observa que a “cada um dêstes tombos modificantes, nosso Pai ressurgue mais humano, mais nosso Pai. E há já consciência, pressa da Racionalidade”. (QUEIRÓS, 1913, p. 159) Como observa

Maria Helena Santana, à medida que o humanismo sai de cena, a literatura reputa para si outro lugar, em função da notória perda de *status* frente à nova visão científica do mundo. Tal “perda de reconhecimento social do literato-humanista, cada vez mais confinado a uma esfera de intervenção restrita, de caráter lúdico ou especulativo” (SANTANA, 2007, p. 93), associada ao “progressivo abandono da tradição cultural hermenêutica, quando a capacidade de explicar o real pela linguagem da objectividade científica prometia resultados mais completos e universais” (Ibid.) exigem um novo posicionamento do escritor frente ao mundo.

Figura 5 - *De zondeval* (A queda), Maerten van Heemskerck, circa 1530.



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maerten\\_van\\_Heemskerck\\_-\\_De\\_zondeval\\_ca\\_1530.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maerten_van_Heemskerck_-_De_zondeval_ca_1530.jpg)

Ao implicarem-se mutuamente literatura e cientificismo, percebe-se que, ainda que essa hipercodificação venha a assentá-la em segundo plano, a literatura passa a funcionar como uma ferramenta investigativa, na detecção dos desregramentos e das doenças que acometem o corpo humano. Ao estender-se ao corpo social, o realismo-naturalismo deve

encarnar “la virilité du vrai”<sup>19</sup>, frente a uma sociedade que, confrontada com as próprias idiossincrasias, porta as máscaras do passado e as exhibe no álbum de família, ainda que tão somente para entreter as visitas na sala de estar.

#### 1.4 Liberalismo e positivismo: um casamento vantajoso... para quem?

Faces da mesma moeda, a Revolução Francesa (1789-1799) e a Revolução Industrial (cuja primeira etapa é compreendida entre 1760 e 1860) provocam um rasgo no Antigo Regime; esgarçamento que, por sinal, aumenta no correr dos oitocentos, até resultar na deposição de um grande número de monarquias constitucionais e, particularmente, em Portugal, com o regicídio<sup>20</sup>, em 1910. Se *La Marseillaise* – composta em 1792 para incentivar as forças revolucionárias em meio à batalha e reconhecida, em definitivo, como hino nacional francês na III República, em 1879 – até hoje nos arrebatava, dada a intensidade típica do canto de guerra, imaginemos o revolvimento que a palavra “liberdade” pode provocar nos indivíduos desde sempre submetidos a regimes absolutos. De fato, a simbologia revolucionária acaba por extrapolar as fronteiras nacionais, o continente e até mesmo o período histórico, como analisa José Murilo de Carvalho:

A vasta produção simbólica da Revolução é por demais conhecida. Ela passa pela bandeira tricolor e pela Marselhesa, tão carregada de emoção; pelo barrete frígio, símbolo da liberdade; pela imagem feminina e pela árvore da liberdade; pelo tratamento por cidadão, de enorme força igualitária; pelo calendário revolucionário iniciado em 1792, esforço de marcar o início de uma nova era; pelas grandes festas cívicas como as da Federação em 1790 e do Ser Supremo em 1794, grandes ocasiões de comunhão cívica. Poder-se-iam acrescentar ainda vários símbolos e alegorias menores, como a balança, o nível, o feixe, o leme, a lança, o galo gaulês, o leão etc. Com maior ou menor aceitação, esses símbolos foram exaustivamente utilizados, não tendo sido menos hostilizados pelos inimigos da Revolução. Uma verdadeira batalha de símbolos, em busca da conquista do imaginário social, travou-se ao longo de quase um século de história, ao sabor das ondas revolucionárias de 1789, 1830, 1848 e 1871 e das reações monárquicas e conservadoras. (CARVALHO, 2014, p.12)

<sup>19</sup> “Aujourd’hui, nous avons besoin de la virilité du vrai pour être glorieux dans l’avenir, comme nous l’avons été dans le passé.” Ou, ainda: “Hoje temos a virilidade da verdade para sermos gloriosos no futuro, como fomos no passado.” (Tradução nossa). Ver “Lettre a la jeunesse” In: ZOLA, E. *Le roman expérimental*. s.d., s.p.

<sup>20</sup> Estando de regresso a Lisboa, em 1º de fevereiro de 1908, o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe foram assassinados no Terreiro do Paço, o que resultou em um sério problema político. O príncipe D. Manuel não fora preparado para assumir o trono e não conseguiu gerir a crise política que só fez aumentar após o regicídio. A crescente insatisfação popular e a pressão dos movimentos republicanos, fez implodir a monarquia e implantar a República, a partir de 5 de outubro de 1910.

Como é ponto assente entre os liberais que o dia da liberdade já havia chegado para os franceses, vigora a expectativa de que a imperiosa vontade popular venha a prevalecer sobre os fortes interesses senhoriais e desencadeie uma reação em cadeia, o que Eça de Queirós, diplomata e correspondente em Paris, entre 1888 e 1900, trata de desmistificar:

Em que pode a tomada da Bastilha entusiasmar o povo? Querem dizer que ella era a summa e o symbolo do despotismo monarchico e do direito divino. Mas esse despotismo, na Bastilha, só se exercia sobre os fidalgos. A plebe não gozava a honra de ser encarcerada na Bastilha. Se a sua destruição deve regojisar uma classe, será a classe nobre, a aristocracia do bairro de Saint Germain[...]. Ora, se a aristocracia que é a interessada não regojisa com o dia que a libertou – porque se há de regojisar o povo de Paris? (QUEIRÓS, 1911, p.67)

Apesar de a demanda por liberdade oferecer-se como o mote a guiar os espíritos, é a Inglaterra que principia um movimento de fato revolucionário até os nossos dias, ao protagonizar a industrialização. Como salienta Anna Maria de Castro:

A Revolução Industrial traduz-se, também, em profunda transformação da estrutura da sociedade. Por exemplo, na reordenação da sociedade rural, com a destruição sistemática da servidão e da organização rural, centralizada na vila e na aldeia camponesa, e a consequente emigração da população rural para os centros urbanos. A transmutação da atividade artesanal em manufatureira e, por último, em atividade fabril, deu margem, também a profundas reformas que conduziram à criação do proletário urbano e do empresário capitalista: o primeiro, assalariado, e sem acesso à propriedade pessoal dos meios de produção; o segundo com a função precípua de organizar a atividade produtiva na empresa. (CASTRO *et alli*, 1978, p.14)

Na esteira de ambos os movimentos revolucionários, o liberalismo torna-se a principal corrente política e a plataforma econômica dos oitocentos. Sob esse prisma, o *laissez-faire*<sup>21</sup> possibilita ao mercado criar uma dinâmica própria, seguida da diminuição do papel do Estado. Perdendo o Estado o seu lugar absoluto, perde também o monarca a centralidade do poder e o *struggle for life*<sup>22</sup> figura como expressão a justificar a acumulação de capitais pelos que se adequam aos jogos de um mercado incipiente e ganha uma expressão própria no espaço privado, palco das mais acintosas demonstrações do poderio burguês.

<sup>21</sup> Conforme Plinio Sgarbi: “*Laissez-faire* é a contração da expressão em língua francesa *laissez faire, laissez aller, laissez passer*, que significa literalmente ‘deixai fazer, deixai ir, deixai passar.’

A expressão refere-se a uma ideologia econômica que surgiu no século XVIII, no período do Iluminismo, através de Montesquieu, que defendia a existência de mercado livre nas trocas comerciais internacionais, ao contrário do forte protecionismo baseado em elevadas tarifas alfandegárias, típicas do período do mercantilismo”. (SGARBI, 2007, s.d.)

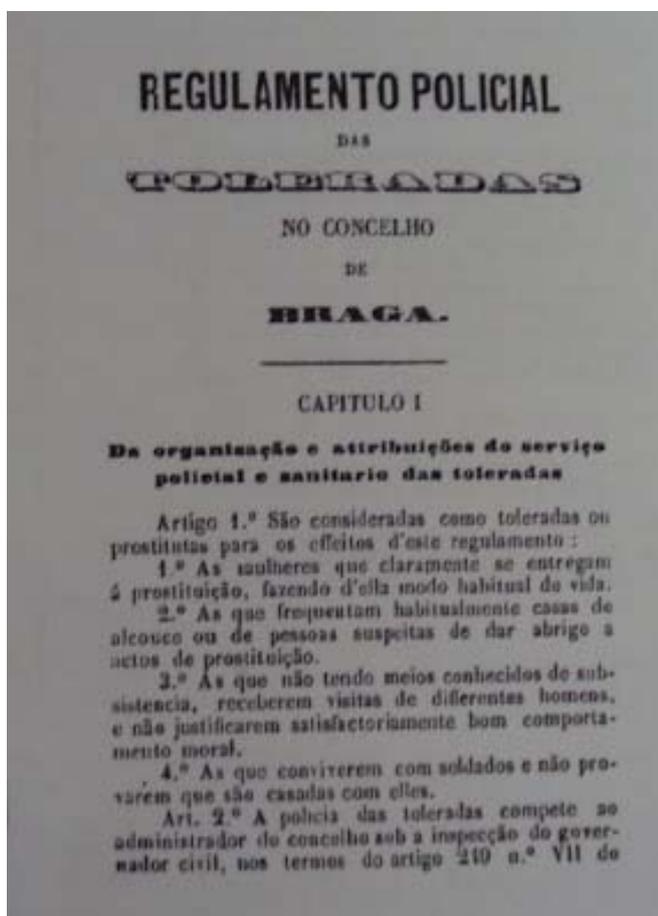
<sup>22</sup> As conclusões de Darwin levaram a um controverso conceito de que seria natural a prevalência entre os seres humanos do mais forte e apto. A burguesia ascendente abraçou o conceito como justificativa para a ação predatória em relação ao operariado e ao campesinato e também para cancelar a conquista de novos territórios pela Coroa.

Como as teses liberais conduzem a uma distensão econômica, propícia à circulação de bens e serviços a embasar uma nova realidade calcada na oferta e na procura, percebe-se mais adiante uma tímida, mas perene, readequação dos costumes, que atinge em cheio a família oitocentista, a qual busca manter a partir de então a fleugma de um espelho d'água que não aparenta se ressentir com os revolvimentos no fundo do lago. Ainda que se desfazendo na raiz, mantém-se a sua fachada normatizada e sacramentada, que confere ao pai de família e à senhora do lar uma aura de respeitabilidade e a inserção em espaços de sociabilidade cada vez mais seletos, na mesma medida em que o provedor galga degraus de reconhecimento no espaço público. Não é à toa que a monogamia recebe especial aporte do Estado, dentre as formas possíveis de associação afetiva, a ponto de o casamento civil ser outorgado em Portugal, em 1867, demarcando assim as atribuições do Estado laico e a Igreja no mercado matrimonial. Por outro lado, existem saídas outras para contornar a regulação: o adultério e a prostituição. Resta saber como a sociedade reage diante desses atalhos: avançando na regulação e proibindo-os ou aceitando-os como efeitos colaterais.

A sociedade oitocentista adota, em geral, uma postura dual, circunscrita ao gênero. Vigora a “vista grossa” em relação ao público masculino, que frequenta casas de tolerância e mantém casas para as amantes. A postura é diametralmente oposta em relação às mulheres, entendidas como matrizes dos futuros herdeiros. Não se dirige para o público feminino um olhar benévolo ou qualquer atenuante, caso o desejo fale mais alto. Se, para elas, não há remissão após a “queda”, para eles, sequer a terminologia faz sentido e não lhes imputa culpa ou crime, a não ser nas situações que envolvam a sedução ou o sequestro de menores.

O Estado, por sua vez, passa a se imiscuir também na distribuição de bens entre pais e filhos. E, à medida que se interpõe contra a destinação de terras a um só herdeiro, contribui para esboroar a autoridade paterna. Cessados os constrangimentos de ordem econômica, torna-se evidente a expressão individual sobrepondo-se à mera obediência. Ao futuro previamente decidido pelo pai-monarca, seguem-se os atos de resistência e diminuem as renúncias às inclinações próprias, o que daria azo aos folhetins. A contribuição positivista confere lastro ao Estado forte, à família harmônica e ao indivíduo a par dos deveres, mas também dos direitos num momento de franca mobilidade sociopolítica.

Figura 6- Regulamento Policial das Toleradas no Conselho de Braga, 1871.



Fonte: <http://alfarrabiosdebraga.blogspot.com.br/2010/08/regulamento-policial-das-toleradas-no.html>

O filósofo que influencia o pensamento europeu chama-se Auguste Comte (1798-1857). Antes de vir ao mundo, cabeças rolavam nas execuções em praça pública, sob o Terror (1793-1794) e, enquanto caminhava para a idade adulta, a burguesia, gradativamente, deixara pelo caminho o afã revolucionário e se distanciara dos movimentos populares. Esse filho típico da Revolução, pretende então, ao publicar o *Curso de filosofia positiva*<sup>23</sup> dar termo às graves crises econômicas e sociais que se sucedem, à medida que o capitalismo avança e se consolida. Ao defender a observação dos fatos como o verdadeiro substrato do conhecimento científico, concebe três diferentes estádios para o pensamento humano, numa espiral ascendente: o teológico, o metafísico e o positivo. Em pouco tempo estas concepções são apropriadas pelas artes e, ainda que tenham sido expostas na primeira metade dos oitocentos,

<sup>23</sup>Tratado filosófico comtiano, cujo primeiro volume saiu em 1831 e o sexto e último, em 1842.

são absorvidas por alguns intelectuais portugueses dos anos 70 e encontram em Teófilo Braga<sup>24</sup> o seu mais acerbo defensor.

Ao traçar a progressão do pensamento humano em linha reta, Comte reconhece que o acesso ao conhecimento é o fim último da doutrina, mas trata de relativizá-lo, por entender que esse processo depende também do aparato sensorial do sujeito-aprendiz para ser absorvido e processado “na exata medida da capacidade humana de relacioná-los segundo leis, o que permite ao homem satisfazer a sua curiosidade, descrever, prever e controlar os fenômenos segundo suas necessidades.” (ANDERY, 1988, p. 390) No sistema comtiano, não se admite a “obra do acaso”, uma vez que todo o fenômeno apreensível pela capacidade humana pode ser decodificado. Há que levar em conta os princípios de ordem e organização, que regem a própria natureza, para ter acesso a todo conhecimento necessário. Esses princípios levam à criação da Igreja Positivista, com grande repercussão no Brasil, onde o escritor Paulo Barreto, o nosso João do Rio, foi batizado segundo os ritos da nova igreja.

Para Comte, o conhecimento positivo, deve ser: “real, útil, certo, preciso, que busca organizar e não destruir e que é relativo”. E propõe “a criação de uma ciência que se ocuparia da explicação da sociedade, possível pela aplicação do mesmo método já empregado em outras ciências” (ANDERY, 1988, p. 394- 395). Batizada sociologia, torna-se a sua perene contribuição. Apesar do individualismo crescente, começa a prevalecer o entendimento de que as pessoas não são o que são por conta unicamente de suas características pessoais. Imersas no meio social, elas respondem às contribuições da cultura e Fialho de Almeida ilustra à perfeição essa conjugação de fatores, ao nos apresentar, em *A Ruiva* (1878), a personagem Carolina:

Da janela da sua mansarda, empinada sobre um banco de pinho, podia ver o que se passava na alcova de um pobre bordel carairo. Apagava a luz para não ser vista, subia ao banco, encostada à janela; e ali, durante horas, passava a espreitar o que fazia a vizinhança. Cenas equívocas desenrolavam-se por lá. Era tão curioso! A nudez impura dos contactos fazia-lhe regurgitar de dentro uma seiva cuja plenitude a estonteava. Era a febre do sangue inficionado pelos microzimas do vício e o desejo de cadela nubente que uma força espicaça de irritantes curiosidades e terrores deliciosos. Aquilo vinha-lhe às ondas, como a babuge das praias contra fragedos solitários. (ALMEIDA, 2012, p. 12)

---

<sup>24</sup> O açoriano Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924) notabilizou-se como político, professor, poeta e ensaísta. Em 1861, deixou Ponta Delgada para cursar Direito na Universidade de Coimbra, vindo a tornar-se um dos principais expoentes da Geração de 70.

Em posição francamente desfavorável, segundo os parâmetros da sociedade conservadora, Carolina tem nas veias o mesmo sangue do pai, um Coveiro bêbedo, e o lar desestruturado também não lhe oportuniza uma criação consoante com os conceitos das “boas famílias”, regidas pelos interditos. O comportamento desregrado da vizinhança, por sinal, desperta o instinto da jovem e a despersonaliza, porque, como diz George Bataille: “O movimento carnal é singularmente estranho à vida humana: desencadeia-se fora dela, sob a condição de que ela se cale, sob a condição de que ela se ausente. Aquele que se abandona a esse movimento não é mais humano, é, à maneira das feras, uma cega violência que se reduz ao desencadeamento, que goza por ser cega e por ter esquecido.” (BATAILLE, 2014, p. 130) Carolina desde criança sente prazer em apalpar os cadáveres e mesmo que, quando crescida, tente com o namorado levar uma vida em comum, não a efetiva, porque o que rege os pares é a atração sexual. Ao ingressar na fábrica, ela principia a fazer pequenos programas que, por fim, hão de lhe acarretar uma doença venérea e levá-la à cova, o que, segundo o narrador, nada mais é do que o encaminhamento “natural” para o descaminho pessoal e familiar, pedra cantada desde a primeira página. Face a esse mundo corrompido e corruptor, vários escritores pronunciaram-se pela remodelação do indivíduo, batendo-se pela laicização da Educação e a sua extensão a toda classe e gênero.

Em Portugal, ainda nos anos 20, Alexandre Herculano se insurge contra a educação de crianças órfãs pela via da catequese; nos anos 40, António Feliciano de Castilho desenvolve e promove o Método Castilho de Alfabetização; nos anos 50, Júlio Dinis, defende a ilustração das massas, por meio da literatura; e, nos anos 80, Eça de Queirós critica as banalidades ministradas às jovens burguesas, assim como Maria Amália Vaz de Carvalho, que toma para si a bandeira da educação feminina. No entanto, enquanto Comte vê a Educação como uma forma de conformar o sujeito à imutabilidade e à inexorabilidade das leis naturais a que está sujeito, Emile Durkheim (1858-1917) percebe-lhe as inúmeras possibilidades de transformação social. Figura basilar para o reconhecimento da sociologia como ciência, Durkheim consolida os seus estudos na virada do século e, em 1887, coloca em xeque a filosofia comtiana. Mas a difusão do seu pensamento só vem a ocorrer a partir do século XX, com a publicação da obra póstuma. Ao apreciá-la, podemos vislumbrar algumas dentre as muitas razões para o prestígio da ciência na modernidade:

Se o homem não tivesse conhecido outras necessidades para além daquelas, muito simples, que têm as suas raízes na constituição individual, não teria procurado a ciência, tanto mais que ela só foi adquirida após laboriosos e dolorosos esforços. Só conheceu a sede do saber quando a sociedade despertou nele, e a própria sociedade

só a despertou quando ela própria sentiu a sua necessidade. Esse momento chegou quando a vida social, sob todas as suas formas, se tornou demasiado complexa para poder funcionar de outro modo que não se baseando no pensamento reflectido, quer dizer, no pensamento iluminado pela ciência. Então, a cultura científica tornou-se indispensável, e é por isso que a sociedade a reclama dos seus membros e lha impõe como um dever. (DURKHEIM, 2007, p. 56)

O lexicógrafo Maximilien Paul Émile Littré (1801- 1881), por sua vez, publica os *Fragmentos de filosofia positiva e de sociologia contemporânea* (1876) em que professa o positivismo com um corte anticlerical, sendo mais lido em Portugal do que o próprio Comte. Outro pensador que figura dentre os que mais entusiasticamente empunham a causa darwinista, é Herbert Spencer (1820-1903) a elaborar um positivismo de pendor evolucionista. Como Nicola Abbagnano salienta:

A época não era, pois, propícia a uma teoria do progresso que não o restringisse ao destino do homem no mundo, mas sim o estendesse ao mundo inteiro, na totalidade dos seus aspectos. Elaborar a doutrina do progresso universal e pôr em relevo o valor infinito e, portanto, religioso (mesmo quando só misteriosamente religioso) do progresso, tal foi o objectivo que Spencer se propôs ao difundir em março de 1860 o plano do seu sistema de filosofia, de vastas proporções. (ABBAGNANO, 1970, p. 20-21)

Hippolite Taine (1828-1893) e Ernest Renan (1823-1892) também enveredam pela vertente positivista. Taine defende que fatores como raça e ambiência externa podem explicitar comportamentos e valores humanos. Quanto à vida psíquica, acaba por reduzi-la a alguns aspectos, como a sensação e a consciência humana. Ao abordar a estética, Taine causa viva impressão em Portugal e tem especial repercussão junto à Geração de 70, com o seu *Philosophie de l'Art* (1865-1882). Renan, por sua vez, aborda a filologia, a história e a crítica. Sua obra de maior repercussão, *A vida de Jesus* (1863), primeiro volume de *As origens do cristianismo*, causa ruidosa polémica. Ao defender que o nascimento e o percurso de Jesus Cristo não devem ser vistos como fatos miraculosos, mas como um ideal moral, dado o momento histórico em que ocorreram sua vida e a morte, Renan desferiu críticas ferinas à igreja católica, que faz da pobreza a sua pedra angular:

A “pobreza” ficou sendo um ideal de que nunca se apartou a verdadeira linhagem de Jesus. Não possuir nada, foi o verdadeiro estado evangélico; a mendicância tornou-se virtude e estado santo. [...]. Mas ainda então foram fecundos os sonhos mais impossíveis da religião nova. A mendicância pia, que tantas impaciências causa às nossas sociedades industriais e administrativas, foi cheia de encanto à sua luz e debaixo do céu que lhe convinha. Ofereceu a grande número de almas contemplativas e afectuosas o único estado que lhes quadrava. Ter feito da pobreza um objeto de amor e desejo, ter ao mendigo sobre o altar e santificado o trajar do homem do povo é acção de mestre a que poderá dar pouco peso a economia política,

mas a que não pode ser indiferente o verdadeiro moralista. A humanidade para suportar o seu fardo carece de crer que não fica bem galardoada com o seu salário. O maior serviço que se lhe pode fazer é repetir-lhe amiudadas vezes que não vive só de pão. (RENAN, 1961, p. 167-168)

Como um iniciado que abandona a batina, porque suas ideias racionalistas não coadunam com a doutrina, Renan pauta-se por um rigor moral que não lhe permite ignorar o fosso entre o discurso religioso e a prática da igreja católica. Sua interpretação converge para o organismo social, voltando o foco para as famílias e, em seguida, para cada indivíduo em particular, porque, como sublinha Nicola Abbagnano: “Uma evolução intelectual é, como tal, aquisição e incremento de verdade; mais ainda, é a própria verdade em progresso através da sucessão de gerações” (ABBAGNANO, 1970, p.32).

À medida que as conquistas se sucedem, a *intelligentzia* europeia percebe que “a capacidade de explicar o real pela linguagem da objetividade científica prometia resultados mais concretos e universais do que a dos filósofos e ideólogos” (SANTANA, 2007, p.14). Ao final do século, o saldo reflete o desmanche da visão holística, o recrudescimento do anticlericalismo e a tendência para a especialização, o que exige do literato um discurso consoante com os novos tempos. Com a prevalência do paradigma racional-científico, o discurso realista se plenifica. Mas o positivismo, por maior que seja o seu alcance, grassando e fundamentando o pensamento liberal, não é expressão única em meio a vozes consoantes e outras tantas dissonantes, na mesma medida em que se entrincheiram as forças políticas. Subjacente ao discurso científico surge também:

(...) a ideia de que a crescente importância da ciência e da técnica traria por arrastamento uma desvalorização do factor humano e dos valores do espírito (que as humanidades, e a literatura em particular, sentem como seu); ou a percepção, não menos angustiante, de que uma nova era antinatural se anuncia, em que a sociedade industrializada e materialista ficará entregue a si própria, qual dinamismo mecânico sem possibilidade de regulação externa. (SANTANA, 2007, p. 14)

Diante da assertiva de Maria Helena Santana, compreende-se porque o escritor Camilo Castelo Branco (1825-1890), ainda que acrescente às obras da maturidade figurações realistas, não abre mão de alfinetar a visão edulcorada do progresso e o novo fazer literário, como é perceptível ao final da novela *Maria Moisés*:

O último feitio das novelas é não pintar, com o colorido gótico dos românticos, os quadros comoventes que rutilam na alma a faísca do entusiasmo. Agora somente se pintam as gangrenas com as cores roxas das chagas, e com as cores verdes das

podridões modernas. Nos literatos, o que predomina é o verde, e nas literaturas é o podre. (BRANCO, 1960, p.488)

### 1.5 Proudhon *versus* Marx e Engels: consonâncias e dissonâncias

Apesar do notório impulso tecnológico do mundo ocidental, torna-se evidente que os benefícios não hão de contemplar a todos por igual. Uma faixa estrita da população, mais endinheirada, passa a usufruir dos louros da civilização, enquanto um largo contingente vem a perder os laços comunais que definem a própria identidade. De artesãos e donos da própria, ainda que ínfima produção, passam a operários, sujeitos a cargas de trabalho superiores a 14 horas diárias, sem direitos que os resguardem em caso de doença e com o mínimo necessário para a subsistência. E as condições de vida no espaço privado não desfazem o mal-estar que o trabalho acarreta, como ficcionaliza Fialho de Almeida:

A casa era numa espécie de grande pombal da Rua Suja, pululando de moradores quási mendigos. Na escada havia garotos em frangalhos, prostitutas nas lojas, e um cheiro a sardinha e a fezes por todos os andares. De roda, onde aquela pobre gente viera cair, a miséria dizia muito mais do que a pobreza, dizia desespero, desleixo, falta d'esperança e falta de coragem. Não se viam senão móveis partidos junto aos muros, ferramentas esparsas no sobrado, trapos de saias cobertos d'imundície, restos de coisas a que se perdeu o amor e que se afundam, como os donos, na fuliginosa tristeza de se sentirem sós e desprezados. Afixava-se em tudo essa miséria, com o propósito de tornar a vida insuportável; ela dizendo as desavenças íntimas, as bebedeiras, as fomes – a casa de penhores, a enfermidade – meses sem trabalho e noites sem dormida – todo o irreparável sarcasmo d'existências sequestradas, martirizando-se, com uma volúpia aguda em soçobrar. (ALMEIDA, 2007, p.83)

O maior contingente de pessoas desordena o espaço urbano e cria espaços desprovidos de saneamento básico, conhecidos em Portugal como “ilhas”. Tal esforço de adaptação, no entanto, é visto como prova de inferioridade dos sujeitos proletarizados. A sanha do patronato se estende às mulheres e às crianças, recrutadas para atividades insalubres nas minas de carvão. O processo industrial mostra a sua face madrasta com a precarização do trabalho, o que só faz aumentar a insatisfação dos explorados com as parcas condições de vida. É a pressão popular, por conseguinte, que há de deflagrar algumas mudanças na legislação:

Em França, a lei de 3 de junho de 1874 exclui as mulheres e as crianças dos trabalhos subterrâneos, mas é a lei de 2 de novembro de 1892 que opera pela primeira vez uma discriminação entre os sexos no domínio do trabalho, uma vez que se aplica a todas as crianças com menos de dezoito anos e sobretudo a todas as

operárias da indústria. [...]. No interior da família “beneficiam-se” as mulheres, ao mesmo tempo em que são privadas do acesso aos trabalhos qualificados. (DUBY; PERROT, 1993, p. 108)

A força de trabalho feminina mais e mais é empurrada para as atividades domésticas. Sob o pretexto da proteção, o que se verifica na prática é a invisibilidade do gênero, restrito ao lar e com baixa remuneração. As crianças, por sua vez, passam a evocar projeções futuras, daí o investimento emocional que gradativamente concentram. Das mais pobres espera-se que, como arrimos de família, salvaguardem a velhice dos pais. Das burguesas e aristocráticas, que aquilatem, quando adultas, o bom nome da família, com vantajosos casamentos. Como a “descoberta” da criança pequena ocorre a partir do século XIX, o conceito oscila de acordo com a classe social, haja vista o tratamento de “adultos em miniatura” dispensado aos estratos mais baixos.

Figura 7 – Gravura de Gustave Doré retrata um bairro pobre em Londres (1872).



Fonte: [www.ifch.unicamp.br](http://www.ifch.unicamp.br)

José Valentim Fialho de Almeida diz ter sentido, quando jovem, essa distinção na própria pele. Nascido na aldeia, ele vive até os sete anos em meio à natureza, quando é

mandado a estudar pelo pai, mestre-escola local, no reputado Colégio Europeu, em Lisboa, onde assiste o tratamento diferenciado que é dispensado aos filhos das melhores famílias. Diante das crescentes dificuldades materiais da família, a partir dos 14 anos, deixa a escola e passa a trabalhar como atendente de botica. Essa vivência deita-lhe fortes impressões, como o próprio pincela na *Autobiografia*:

Davam-me três horas aos domingos para oxigenar os pulmões cançados de respirar fedentinas de drogas e ervas podres; a minha alimentação era uma berundanga que sobrava do jantar da família do patrão, e que mal poderei comparar, como nutriência e aspecto às mais asquerosas pastas que os soldados distribuem nos quartéis á pobralhada. Dormia num cacifro de seis palmos de largo, por vinte de comprimento e dez d'altura, numa enxerga metida numa especie de gaveta, que pela manhã reentrava na parede, e da qual tanta vez pedi a Deus me talhasse caixão onde acabar meus grotescos males por uma vez. A baiuca onde eu praticava, era tão velha, infecta, escura e desornada, que ainda hoje me surpreendo da triunfancia vital deste arcabouço, que pode resistir sete anos áquele inferno de ratos, pias rotas, miséria alimentícia e raçuns d'unguentos pre-historicos. (ALMEIDA, 1915, p. X)

Em que pese o ressentimento imperante que leva o autor a forjar para si uma máscara de eterno revoltado, o senso comum destaca o viés educativo do trabalho, ao contemporizar que pelo esforço pessoal o menino chega a homem. Mas o trabalho também pode alienar, haja vista o conto “Os pobres”, do mesmo autor, que percepção a desumanização do sujeito:

Queixas da vida, não sabe. Reações coléricas, deliu-as ao invectivar inútil doutras noites. E como do passado nada lhe vem que saiba a felicidade, as mais cruéis misérias lhe pareceram sempre coisas naturais. [...]. É um desses tipos de expulso a que as raças regressam como anojadas da cópula bestial que lhes deu causa, monstros da fauna humana, que a natureza recalca em sofrimento, envilecendo-os de propósito, na idade em que a forma animal, transcorrendo da adolescência estreme, à puberdade, reveste em todos os seres linhas de força e musculaturas de nobre estatuária. Só no corpo dele adolescência quase que tem estigmas servis, cifoses de trabalho nos ossos longos, encurvações nas pernas, a espinha giba, os braços bambaleantes, e tais espessamentos de pele, rugosidades, lanugens, que diríeis um orangotango doméstico, prognata horrível, barbarraro nos beiços, hirsuto, torvo, mas em cuja frente baixa luzissem duas lâmpadas cristãs nos olhos tristes. (ALMEIDA, 1973, p. 52)

Ao contrário do orangotango que Eça de Queirós põe na rota da evolução humana, em “Adão e Eva no Paraíso”<sup>25</sup>, o personagem fialhiano chega à fase adulta tratado como um burro de carga. Mas quando ouve o seu nome – José –, torna às reminiscências, às antigas paixões e ei-lo, ainda que por um vislumbre, antropomorfizado. Assim como ele, outros tantos engrossam o chorume, frente a um mundo que se abre deslumbrado para a

<sup>25</sup> O conto “Adão e Eva no Paraíso”, veiculado no *Almanaque Enciclopédico*, em 1897, foi publicado como obra póstuma: *Contos*, em 1902.

modernidade. Estão criadas as condições para surtos insurrecionais por toda a Europa, com os quais as forças repressivas lidam cada qual a seu modo, mas tendo em comum a truculência desmedida e os olhos postos na exemplaridade.

Despe-se das roupagens revolucionárias e da incômoda companhia que o secunda desde os primórdios do liberalismo o burguês. Aquele que, de armas em punho, lutara por causas revolucionárias, no final dos setecentos, não existe mais. E o próprio neologismo “aburguesar” passa a designar a acomodação de uma classe que frui a supremacia como aquilo que lhe é devido. A partir de 1848, no entanto, a “Primavera dos Povos”<sup>26</sup> alastra-se com surpreendente rapidez e se apaga com igual velocidade. Mas antes mesmo das fatais eclosões que mudam a face da Europa, dando-lhe um aspecto mais sombrio, Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) publica *C'est la propriété?* (1840), na qual defende que a terra não pode estar sujeita às limitações da propriedade privada, por acentuar o fosso entre os que têm muito e os que nada têm. Assim como a água, o ar e a luz são comunais, porque indispensáveis à sobrevivência dos seres e não suscetíveis de apropriação, também a terra deve ser partilhada por todos, porque é essencial para a sobrevivência humana. O seu primeiro livro parte para o embate, como um soco no estômago:

Se eu tivesse que responder à seguinte pergunta: O que é escravatura? E respondesse sem hesitar: É o assassinio, o meu pensamento ficaria perfeitamente expresso. Não precisarei fazer um grande discurso para mostrar que o poder de privar o homem do pensamento, da vontade e da personalidade, é um poder de vida e morte e que fazer de um homem escravo equivale a assassiná-lo. Por que então, a essa outra pergunta: O que é propriedade? Não posso responder simplesmente: É roubo, ficando com a certeza que me entendem, embora esta segunda proposição não seja mais que a primeira, transformada? (PROUDHON, 1971, p.12)

Dando prosseguimento à doutrina, Proudhon remonta à origem da propriedade como a causa basilar dos descaminhos da sociedade, uma vez que a falta de igualdade passa a ser

---

<sup>26</sup> Como explica Mauricio Barreto Alvarez Parada: “Originalmente, o termo ‘primavera dos povos’ está associado às revoluções ocorridas na Europa central e oriental em 1848. A grande onda de reivindicações iniciada nesse ano, que tinha em sua agenda política a extensão do direito de voto e a ampliação de direitos das minorias nacionais, foi uma resposta à política continental de restauração que conduziu as decisões internas dos Estados europeus após a derrota napoleônica. Incapazes de absorver as mudanças propostas pelo ideário liberal/burguês e mesmo de processar a incorporação dos novos grupos sociais surgidos das transformações sociais da industrialização crescente, os Estados monárquicos europeus viram eclodir diversas revoluções. O ponto de partida foi a França. Em fevereiro de 1848 os franceses proclamaram a Segunda República, derrubando o rei Luís Felipe I. A Revolução na França teve significativas repercussões no resto da Europa atingindo a Áustria, a Prússia, regiões da península italiana e da atual República Tcheca. Podemos observar a extensão mundial dessa onda revolucionária se considerarmos a Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco, como parte do processo da ‘Primavera dos Povos’”. (PARADA, 2011, s.p.)

vista como a raiz da tirania, da apropriação indébita e de todas as injustiças e crimes perpetrados contra a humanidade e conclui pela sua impossibilidade:

De qualquer ângulo que se encare esta questão da propriedade, desde que se queira aprofundar, chega-se à igualdade. [...] A soberania social oposta à propriedade individual não lhes parece uma profecia da igualdade, um oráculo republicano? Os próprios exemplos se apresentam em quantidade; outrora os bens da Igreja, os domínios da coroa, os feudos da nobreza eram inalienáveis e imprescritíveis. Se, em vez de abolir esse privilégio, a Constituinte o tivesse estendido a cada cidadão; se tivesse declarado que o direito ao trabalho, assim como à liberdade, nunca se pode perder, a revolução estava consumada desde este momento [...]. (PROUDHON, 1971, p. 80-81)

Acreditando na associação livre, Proudhon salienta a desnecessidade de os governos regularem a iniciativa mutualista, visto que o protagonismo das ações deve partir do próprio povo. A força do conclave merece ser notabilizada, haja vista o fervor com que fecha o livro:

Foste tu que me ditaste tudo o que acabo de escrever. Formaste o meu pensamento, dirigiste o meu estudo, encheste o meu espírito de curiosidade e o meu coração de sentimentos, a fim de publicar a tua verdade perante o senhor e o escravo. Falei segundo a força e o talento que me deste; compete-me acabar a sua obra. Sabes se eu procuro o meu interesse ou a tua glória, oh Deus de Liberdade! Ah! Pereça a minha memória e que a humanidade seja livre; que enfim, eu veja na minha obscuridade o povo instruído; que o esclareçam nobres professores; que o guiem corações desinteressados. Se podes, abrevia o tempo da nossa prova; anula na igualdade o orgulho e a avareza; confunde essa idolatria da glória que nos mantém na abjeção; ensina a essas pobres crianças que no seio da liberdade já não há heróis nem grandes homens. Inspira ao poderoso, ao rico, a esse de que os meus lábios nunca pronunciaram o nome diante de ti, o horror das suas rapinas; que seja o primeiro a pedir para ser admitido na restituição, que só a prontidão do seu remorso faça com que seja absolvido. Então, grandes e pequenos, sábios e ignorantes, ricos e pobres unirem-se numa fraternidade inefável; e todos juntos, cantando um novo hino, reerguerão o teu altar, Deus da liberdade e da igualdade. (PROUDHON, 1971, p. 248)

A oração proudhoniana rompe com o dogma religioso para colocar em seu lugar o irresistível apelo em favor da liberdade. Não é à toa que a obra proudhoniana passa, a partir de 1860, a leitura constante de alguns egressos da faculdade de Direito, na Universidade de Coimbra, dentre os quais os jovens Antero de Quental (1842-1891), Eça de Queirós (1845-1890) e Ramalho Ortigão (1836-1915). No entanto, Vitor Sá (1968) demonstra que Proudhon busca compatibilizar forças antagônicas, fazendo algumas concessões ao regime para que os seus ideais prevaleçam. Apesar de a palavra de ordem (“A propriedade é um roubo” e “Deus é o mal”) pender para a radicalização, a verdade é que o engajado autor critica as idiosincrasias, mas não confronta a sociedade burguesa como o faz a reflexão marxista<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> Haja vista a crítica que faz ao idealismo alemão, em clara oposição ao sistema proposto por Hegel, à economia política de Stuart Mill e à utopia socialista de Proudhon. No entanto, Marx conserva os conceitos hegelianos de

Oriundos das classes médias, os estudantes coimbrães nutrem convicções republicanas, mas não querem destituir a burguesia do seu lugar hegemônico. Eles abraçam as lições de Proudhon e mantêm-se reservados diante das sementes revolucionárias de Karl H. Marx (1818-1883), o qual, por sua vez, não perdoa essa visão que chama “pequeno-burguesa”. Em resposta ao libelo proudhoniano “A filosofia da miséria” (1846), Marx tece contundentes críticas em “A miséria da filosofia” (1847) e, ao alinhar um discurso historicista, destaca o papel revolucionário da burguesia, em suas origens:

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais” ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados do êxtase religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal. (MARX; ENGELS, 1985, p. 25-26)

Em meio à agudização dos conflitos, cunha-se o termo “luta de classes” para nomear a cisão entre os burgueses e o operariado nascente, que Proudhon não reconhece, dado o notório empenho em conciliar os extremos. Em meio às exaltações populares cada vez mais pronunciadas, Marx e Engels lançam o *Manifesto Comunista*, em fevereiro de 1848. A subida de tom torna-se assustadora para a classe dominante e coloca-a em oposição frontal com os estamentos mais baixos, momento em que crescem em volume as medidas repressivas. Na verdade, é factível supor que os termos “jacobinismo”, “republicanismo”, “comunismo” e “socialismo” causem uma confusão generalizada e sejam conduzidos à vala comum do “radicalismo”.

Com o propósito colocar a cultura liberal em xeque, Marx procede ao revisionismo dos supostos pontos positivos do capitalismo, toma o idealismo alemão como tese, ao formular um pensamento antitético, incorporando a ideia de que o mundo é movido por contradições, haja vista os binômios “natureza-homem”, “capital-trabalho”, “cidade-campo”, e oferece um diagnóstico da sociedade moderna baseada “na produção e apropriação privada da riqueza socialmente produzida”, vindo a tornar-se “a expressão mais acabada do modo de

produção e de apropriação com base nos antagonismos de classes, na exploração da maioria por uma minoria. ” (MARX, 1985, p. 30). Por fim, o pensamento marxista devolve como síntese as concepções em torno do materialismo dialético, detectando a divisão entre proprietários e trabalhadores, opressores e oprimidos, em permanente conflito.

### 1.6 Hegel, na raiz das provocações

O embate que envolve Marx e Proudhon tem as suas origens em uma tradição filosófica prussiana bastante profícua desde os setecentos, haja vista o diálogo que Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) estabelece com Immanuel Kant (1724-1804) e a sua *Crítica da faculdade do juízo* (1790), na qual prima por deixar de lado o idealismo subjetivo e levar o entendimento à razão. Na *Crítica da razão pura* (1781), Kant justifica a premência do conhecimento científico e demonstra que mesmo que o conhecimento se origine na experiência, não há como prescindir da cognição humana. Hegel estabelece pontes entre a sua forma de pensar e as ideias Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). A convergência entre os direitos do homem e os deveres do cidadão constitui-se em cerne de duas obras rousseauianas – *Du contrat social* e *Émile*, ambas publicadas em 1762.

A resolução possível para essa antinomia configura-se em um pacto que leva o sujeito a abrir mão da vontade individual em prol da vontade geral<sup>28</sup>, visto esta última equivale a uma espécie de consciência divina. Tal linha de raciocínio distingue o Estado e a Igreja, instâncias que Rousseau tenta conciliar com a proposição de uma religião civil, que não seria “nem uma religião cristã da revelação em sentido dogmático, nem uma religião estatal pagã, mas a religião do cidadão humano ou do homem civil ” (LÖWITH, 2014, p. 256). Trava-se também com a obra de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) um diálogo expressivo. O que não significa que Hegel e Goethe fossem íntimos; mesmo a correspondência entre ambos é pouco

---

<sup>28</sup> A leitura que Marcio Pinto faz do pensamento hegeliano define a “vontade geral [como] aquela que dá voz aos interesses que cada pessoa tem em comum com todas as demais, de modo que, ao ser atendido um interesse seu, também estarão sendo atendidos os interesses de todas as pessoas. A vontade geral pode ser entendida como a parte da vontade individual, idêntica em todos os membros da coletividade, que permite o entrosamento de todas as vontades individuais no reconhecimento de certos valores e na procura de determinados objetivos comuns. Ao obedecer-se à vontade geral e às leis nas quais se corporifica, a vontade individual não deixa, pois, de obedecer a ela mesma, vez que o único fundamento possível da legitimidade da pressão exercida pela vontade geral e pela lei que a concretiza reside no fato de que o total dos interesses comuns representa muito mais, para o próprio indivíduo, do que o total dos interesses meramente particulares. Afinal [...], apesar dos indivíduos terem consciência própria, desejos e interesses que podem opô-lo à vontade geral, esta constitui a melhor parte dele, disciplinando todo o resto. ” (PINTO, 2005. p. 95)

volumosa. Mas, além da admiração guardada a relativa distância, percebe-se uma apreciação mútua que se reflete em ambas as obras:

Por mais que a concepção diversa do absoluto – como “natureza” ou “espírito” – caracterize o relacionamento de Hegel com Goethe, isto não significa, entretanto, uma oposição de princípio, mas sim uma diferença no modo de interpretá-lo. Com efeito, quando Goethe fala da *natureza* – na confiança de que ela também fala por meio dele –, ela significa, ao mesmo tempo, a *razão* de todo vivente, assim como os fenômenos originários já constituem eles mesmos uma razão que atravessa em maior ou menor medida todas as criaturas. E quando Hegel fala de *espírito* – na confiança de que o mesmo também fala por meio dele –, concebe com isso, ao mesmo tempo a natureza como o ser-outro da ideia, enquanto o espírito é uma “segunda natureza”. Em virtude da diferença e da concordância, com benevolente ironia, por ocasião da recepção amigável de um presente, Goethe recomenda ao absoluto seu fenômeno originário. (LÖWITH, 2014, p.10-11)

Enquanto, em 1806, Goethe conclui o seu *Fausto*, Hegel dá os retoques finais em *A fenomenologia do espírito*, as quais deixam de ser literatura e filosofia regionais para alçarem a condição de literatura e filosofia universais, repercutindo o idealismo alemão<sup>29</sup> para além das fronteiras prussianas. *A Fenomenologia do Espírito* firma a “história do desenvolvimento do espírito fenomenal e dos estágios da formação do saber, no qual os passos sistemáticos do pensamento e as referências históricas são tão pouco separáveis que carecem de ordenação empírica determinada e se interpenetram”. (LÖWITH, 2014, p. 38)

Partindo do entendimento de que a história da filosofia e a história da humanidade estão intimamente ligadas, vindo a primeira a constituir-se em eixo da segunda, Hegel propõe o “absoluto” como o espírito do mundo e, por conseguinte, também da história. Ao compreender que o melhor caminho para alcançar este fim é a rememoração dos espíritos anteriores, emite uma perspectiva favorável em relação ao progresso:

Como um espírito que progride ao se exteriorizar e rememorar, ele é em si mesmo histórico, ainda que a dialética do vir a ser não corra em linha reta para o infinito, mas conforme um círculo, de tal modo que o fim complete o começo. Quando o espírito, por esse caminho do progresso, finalmente adquire o seu pleno ser e saber, a história do espírito está consumada. (LÖWITH, 2014, p. 38)

---

<sup>29</sup> Hegel propôs uma abordagem dialética da realidade, com a qual veio a embasar a concepção moderna do Direito. A relevância que Kant dera ao trabalho constitutivo da razão acabaria levando Hegel a pensar nas três fases porque deveria passar o homem para açambarcar o conhecimento: a tese, a antítese e a síntese. O caminho que tomariam as muitas questões fomentadas levaria, por um lado à redução das questões filosóficas à problemática do eu e, por outro, a uma síntese das ideias e coisas, o que acabaria por desembocar na concepção total da realidade como espírito, em última análise o conceito hegeliano de idealismo absoluto.

Esse conceito formulado por Hegel, tendo em vista a autoliberação do espírito, faz com que pense a história do mundo como algo consumado, com o berço no Oriente e o ponto de chegada no Ocidente. Nesse caminhar, remonta às origens do cristianismo, cujo papel em seu pensamento filosófico é da maior relevância. Isso porque o movimento cristão, fundado no desdobramento do “poder infinito do livre arbítrio”<sup>30</sup>, passa pela aceitação da fé:

O fundamento último para a construção histórica final de Hegel reside na sua valorização absoluta do cristianismo, para cuja fé escatológica o fim e a plenitude dos tempos apareceu com Cristo. Por Hegel situar a esperança do fim dos tempos no curso dos acontecimentos do *mundo*, e o absoluto da fé cristã na razão da história, ele está sendo apenas consequente ao compreender a realização do começo como o último grande acontecimento na história do mundo e do espírito. (LÖWITH, 2014, p. 42)

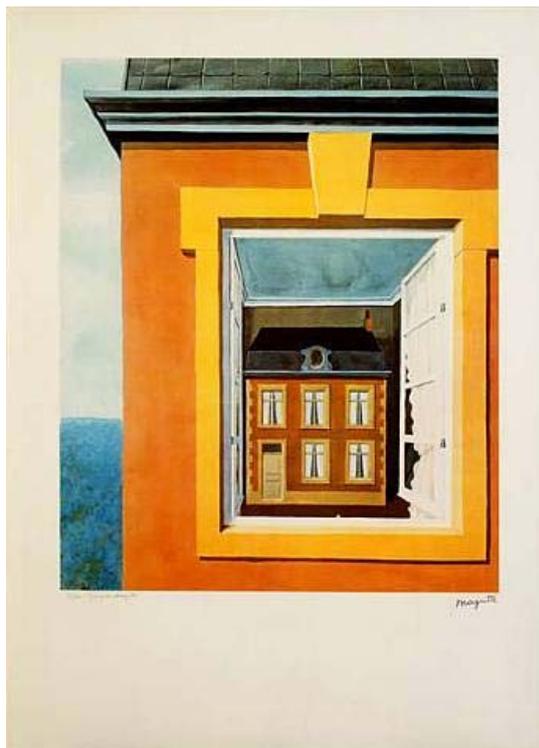
Segundo sua leitura de mundo, assim como Cristo representara uma mudança de paradigma e se constituíra ele próprio em marco histórico, do mesmo modo um novo marco pronuncia-se no final do século XVIII<sup>31</sup>, a conjugar com a convicção do filósofo de ser ele próprio “o porta-voz privilegiado de sua época e considerava que sua filosofia seria a resposta última, vindo a sepultar as doutrinas que a precederam”. (ANDERY, 1988, p. 370) Parece mera presunção, mas consta que, no século XIX, tantas e tão inusitadas descobertas a se descortinarem em sequência fomentam o senso comum de que a humanidade, em meio a tão promissores acontecimentos, há de, em pouco, chegar ao seu ápice.

Figura 8- *Elogio à dialética*. René Magritte, 1936

---

<sup>30</sup> Cf. Nicholas Dent: “A consciência da necessidade de prover ao futuro, ou de controlar os impulsos presentes se eles forem nocivos, requer uma deliberada regulação da conduta. Quando isso ocorre intervém outra capacidade – exclusiva dos humanos na opinião de Rousseau: é o livre arbítrio que, na acepção aqui pretendida, significa justamente essa capacidade para atuar, ou para abster-se de atuar, na base de julgamento de futuro bem ou dano.” (DENT, 1996, pp. 37-38)

<sup>31</sup> Segundo Löwith, Hegel comemoraria, em todos os anos, o 14 de julho, Queda da Bastilha. No entanto, a Revolução Industrial, de origem inglesa, é o verdadeiro marco decisivo do mundo contemporâneo, por significar, em boa medida, a expressão inicial de uma nova forma de sociedade: a do capitalismo industrial.



Fonte: <http://confrariadaarte.blogspot.com.br/2007/09/ren-magritte.html>

Esse sentimento generalizado de “fim de linha” leva Hegel a refletir quanto ao destino histórico da humanidade, dado o entendimento de que “o ser é, fundamentalmente, um vir a ser. O modo como o ser se apresenta em determinado momento é apenas um modo do seu existir, que contempla apenas uma entre as múltiplas potencialidades a desenvolver, que constituem as próprias etapas de seu desenvolvimento, de sua transformação.” (HEGEL, 1988, p. 373) Atrelado a uma situação histórica, o seu pensamento volta-se para a burguesia, que aporta no século XIX como a classe hegemônica.

Ao elevar a sociedade burguesa à categoria de “problema”, Hegel dedica-se a desdobrar os conceitos rousseauianos presentes no *Contrato social*, os quais estabelecem a contradição do burguês moderno, cindido entre o homem e o cidadão, o mesmo que realiza Júlio Dinis no campo ficcional, ao colocar na boca do personagem Manuel, o Conselheiro de *A morgadinha dos canaviais* (1868), um raciocínio condizente com a dicotomia entre o público e o privado a habitar no mesmo indivíduo:

– [...] Olhe, Henrique, visto que me veio encontrar em minha casa, a cuja porta eu deixo, ao entrar, todas as máscaras e artifícios de que uso no mundo, vai ver em mim o homem que talvez não esperasse e que, já lhe digo, debalde procurará reconhecer um dia, se me observar outra vez em Lisboa. O que vou lhe dizer não lho diria nem lho repetirei lá. É verdade que estes ares do campo também actuarão em si para me apreciar e tomar à boa parte a franqueza. Lá não acreditaria nela; se por acaso não a aproveitasse como arma política contra mim... (DINIS, s.d, p. 362)

O trecho acima remete-nos também à cisão entre o campo e a cidade. Imerso nos ares do campo, Manuel sente-se em condições de falar com a devida franqueza. Franqueza essa que não vai se repetir quando retornarem ao meio citadino, porque o convívio social em Lisboa exige as máscaras da polidez e da superficialidade, mais afeitas ao trato político. No desenrolar da narrativa, observam-se poucas evocações ao nome de batismo da personagem, porque só os mais íntimos ou os amigos de outros tempos têm acesso a tal informação. O título que porta como signo de distinção – Conselheiro – vem a conferir-lhe uma segunda personalidade:

– [...] Estou muito longe de ser esse ideal de homem político, a que aludiu. Humildemente o confesso; até porque, se quisesse sê-lo arriscar-me-ia a achar-me só, não teria partido. Porque, qual é o que vê nas condições de constância de opiniões que disse? Tenho crenças políticas, é verdade; esposo no coração certos princípios que quisera ver realizados, mas não combato por eles a todo transe, nem por eles afrontaria o suplício; antes, por vezes, entro em transacções, que são a completa negação da divisa da minha bandeira. E este pecado não sou só eu que o cometo; é um pecado venial da nossa época. As grandes ideias, que definem e estremam os campos na política, havemos-la eu e o mais calcado muitas vezes aos pés, para sustentar umas insignificantes fórmulas, um interesse mesquinho, um capricho pessoal. A política desce muitas vezes a isto. E ninguém é isento de culpa neste mal. Para ele concorrem os mesmos que de fora nos julgam severamente. [...] (DINIS, s.d, p. 362)

Diante das fatais corrupções do mundo, será possível ao moderno *bourgeois* declinar das aspirações de sua própria classe? Será possível, segundo o princípio hegeliano do “auto-alheamento” ou “auto-renúncia”<sup>32</sup>, abrir mão dos próprios interesses em prol da construção coletiva quando, na verdade, o que se torna cada vez mais perceptível é a emergência do individualismo nesta mesma sociedade? Parece, segundo o mesmo Conselheiro, que só a família é capaz de reconduzir o homem aos seus princípios mais caros:

– [...] E, quer que lhe diga, sabe quando vejo claro neles? Quando me persuado de que não são de todo desculpáveis? quando... porque o não direi? Quando sinto remorsos de os ter cometido? É aqui, é perante a boa fé, a sinceridade, a candura desta família que me tem amor, e que me considera um homem perfeito, superior, impecável. [...]. Parece-me que tenho neles juízes inflexíveis, e escondo por isso a minha face política dos seus olhos penetrantes. Há muita coisa nela, para que o mundo é já indulgente, mas que receio eles não me perdoassem. (DINIS, s.d, p. 362)

---

<sup>32</sup> Segundo Marco Aurélio Werle, o “termo *sichnachgeben* é de difícil equivalência no português [e] pode designar algo como ‘auto-renúncia’, ‘um recuo diante de si mesmo’, mas também relaxamento de si”. (WERLE, 2005, p. 236)

Como Manoel tem uma “vida dupla” – em casa é visto como um “homem perfeito, superior, impecável”; na tribuna, mantém-se alinhado com os voláteis interesses políticos – resta-lhe separar os papéis para não conspurcar o nicho familiar, onde é reconhecido como a instância máxima. Mas se tornarmos ao pensamento de Jorge Fernandes da Silveira, segundo o qual a casa portuguesa reescreve Portugal, essa disjunção fala muito de um perfil de nação. Manoel, o Conselheiro é o político maleável e o pai de família austero e, tal e qual a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, há de demarcar a ascensão do Terceiro Estado<sup>33</sup>.

Assim como Rousseau prevê, não sem o devido temor, a eclosão da Revolução Francesa (1789), Hegel dá outro encaminhamento à sociedade burguesa, a partir desse marco. No seu entender, sustém-se um “sistema de necessidade” a pressupor reciprocidade e “cujo princípio [é] o individualismo”, o que resulta em um “cidadão [que é] antes de tudo, fim para si mesmo.”<sup>34</sup> Ao organizar um manual de estudos para os seus alunos<sup>35</sup> que nomina como as *Linhas fundamentais da filosofia do direito, ou Direito natural e ciência do estado em compêndio* (1820), ele percebe questões de estrutura que, com o avanço do capitalismo, tornam-se equações praticamente insolúveis:

como refrear a pobreza originada pela riqueza; [como lidar com] a progressiva divisão do trabalho, a necessidade de uma organização das massas que aspiram elevar-se e [...] a colisão com o “liberalismo”, como uma ambição crescente da vontade “dos muitos” e de sua universalidade empírica que agora quer governar como tal.” (LÖWITZ, 2014, p. 264)

A maneira como os homens encaram promessa liberal define o futuro das nações. As notas dissonantes reverberam no plano privado, mas não é de hoje que a domesticidade está em pauta. Desde o século XVIII, reflete-se sobre o estatuto jurídico do casamento e a sua relevância na consolidação desta mesma sociedade. Há quem pense que a união entre duas pessoas está fundamentada no amor recíproco e na conjugação entre a natureza (sexual) e a

---

<sup>33</sup>Nome dado, em França, até 1789, a todos os que não eram nobres, nem padres. Seriam eles os plebeus laicos (burgueses, artífices, operários, camponeses), excetuando-se os servos que não compunham nenhum estado.

<sup>34</sup> HEGEL, 1988, p. 373

<sup>35</sup> Hegel tornou-se professor da universidade de Heidelberg e, em 1818, foi chamado para Berlim, ocupando a cátedra de filosofia, vaga desde a morte de Fichte. Apesar de mau orador, tinha conceitos pedagógicos bastante modernos para a época, possibilitando a seus alunos o exercício da tese e da antítese, com vistas à síntese e um reiterado confronto de novas ideias. Exerceu, portanto, uma influência enorme no pensamento germânico e seus discípulos, mais adiante, ocuparam postos relevantes nas universidades alemãs.

razão, em meio a qual se abre espaço para o exercício do direito, como é o caso de Fichte<sup>36</sup>. Para ele, o casamento é um fato jurídico que demanda o assentimento dos pares. Tal assentimento pressupõe, como um ato de liberdade, que a mulher se submeta ao homem.

Immanuel Kant, por sua vez, julga que a união entre homem e mulher não é uma simples expressão de natureza animal, consubstanciando o seu estatuto jurídico. Partindo do “sim” ritual, homem e mulher passam a usufruir legalmente dos órgãos sexuais de um e de outro. Esse usufruto mútuo, Kant chama-o de *contrato*. A obediência da mulher ao marido constitui-se, por sua vez, em um fato legal. Hegel, no entanto, discorda tanto de Fichte quanto de Kant, por entender o casamento como um fato moral, com homem e mulher a constituírem um só corpo, sendo o homem a pessoa jurídica. Esse conceito também acaba por alijar o gênero feminino da representação jurídica, porque se verifica na prática que, uma vez casada, a mulher permanece em situação de subalternidade, sendo, portanto, reconduzida à menoridade legal. Qual seria então o espaço por excelência das mulheres? Obviamente, resta-lhes unicamente o espaço privado. Como Geneviève Fraisse observa:

Hegel detém-se longamente nesta partilha dos espaços doméstico e público, partilha entre duas “racionalidades”: uma tendendo para a autonomia e a atividade universal, a outra presa na passividade e na individualidade concreta; uma dirigida para o Estado, a ciência e o trabalho, a outra voltada para a família e a criação da moralidade. [...]. Quanto à relação de igualdade ou de desigualdade entre os sexos, ele alinha as considerações seguintes: a mulher pode ser filha, esposa e mãe, e irmã; só esta última relação com o homem (lembremo-nos de Antígona) é portadora de uma relação de igualdade. Na partilha entre a família e a cidade, só o homem circula entre as duas. Ele pode assim dissociar em si mesmo a universalidade da sua cidadania da singularidade do seu desejo, e beneficiar desse modo da realização das duas; aí se encontra uma liberdade, um reconhecimento de si mesmo a que a mulher não tem acesso. Ela possui apenas a universalidade da sua situação familiar (esposa, mãe), sem possuir a singularidade do seu desejo. (FRAISSE, 1991, p. 63)

Essa dualidade entre os sexos – assim como a distinção entre o público e o privado, o civilizado e o selvagem, o Estado e a família – demarca a forma de ver o mundo, no decorrer do século XIX, e faz do universo ocidental um *locus* de categorizações por gênero, credo, etnia e classe social, com o padrão macho, branco, cristão e burguês a manter-se socialmente valorizado. Aos poucos, Hegel percebe que “na sociedade burguesa, o homem torna-se ‘descomedido’, as necessidades e a satisfação não têm fim. Este princípio fundamental da

<sup>36</sup>Johann Gottlieb Fichte (1762 – 1814), primeiro e maior discípulo de Kant, encaminhou o criticismo pela senda do idealismo. Fichte manteve a ideia kantiana concernente à primazia da razão prática e introduziu os conceitos de eticidade e liberdade. Para ele, o idealismo significaria atividade, independência, liberdade e posse de si. Fichte tinha uma concepção ética do Estado, das nações, dos povos. No seu entender, os povos deveriam ser guiados por um estado ideal, que seria o germânico segundo a mitologia, o que o elevaria a nicho da humanidade.

sociedade capitalista assustou os contemporâneos.” (THEIMER, 1970, p. 247). Tal desmesura pode levar às fatais corrupções do mundo, como observam os personagens dinisianos Henrique de Souselas e Manoel Bernardo:

– Mas não admite possível que um homem possa atravessar a vida política, sem sacrificar um só artigo do seu primitivo credo?

O conselheiro esteve algum tempo silencioso, depois respondeu:

– É difícil. Se um dia a força das circunstâncias realizasse, como um fenômeno natural, uma revolução completa das camadas políticas do país a ponto de trazer à superfície, de uma só vez uma geração nova, impoluta, inspirada de sentimentos generosos e de sinceras crenças, então sim, não bastaria o tempo de uma vida para produzir nesses homens reunidos, que uns aos outros seriam, ao mesmo tempo exemplo e vigilância, a inquinação que eu receio. [...] (DINIS [19--], p. 363)

Esse conclave à regeneração do espaço coletivo, no entanto, evolui como uma quimera diante da visão cética que passa a imperar na segunda metade de oitocentos, a detectar no exercício da política um movimento viciado, segundo as palavras mesmas do Conselheiro:

– [...] lance esses mesmos homens, um a um, a sós, com os seus princípios e com os seus esforços, insulados no meio de uma câmara quase toda composta de elementos velhos, e cada um, após uma luta impotente de momentos, ou se retirará, fiel aos princípios, ou ficará cedendo à corrente e deixando-se penetrar do espírito pouco ideal que rege as massas. Só um desses caracteres de exceção, que são raros na história do mundo, é que poderia lutar e vencer na luta. (DINIS, [19--], p. 363-364)

O cenário pouco edificante que Júlio Dinis nos oferece prenuncia uma final de século desencantado diante da falência do sistema. Cada vez mais, a força da convicção dá lugar à malemolência da conveniência, por isso os que se dispõem a lutar tornam-se cada vez mais raros e relegados ao isolamento. Ademais, o sujeito que se digna obter reconhecimento dos pares há que exibir a carteira cheia e os bens, para não só garantir a sua posição como a dos descendentes. Aqui reside a crítica que Marx faz ao otimismo de matriz hegeliana, ao secundar que:

Se a sociedade só tivesse de se libertar das categorias do ter e do não-ter, fácil seria a qualquer dialético [...] “superar” e “ultrapassar”, com uma perna às costas, estas categorias. [...] Mas como o não-ter não é uma pura categoria, mas sim uma realidade completamente desoladora; como nos nossos dias, o homem que nada tem nada é; como este homem está desligado da existência em geral, e com maior razão, de uma existência humana; como o estado do não-ter é o estado de total separação do homem com a sua realidade objectiva, parece que o não-ter tem pleno direito de ser, para Proudhon, o objeto supremo da reflexão, até porque antes dele e dos autores socialistas se refletiu muito pouco sobre este assunto. O não-ter é o espiritualismo mais desesperado, uma total irrealidade do homem, uma total realidade de inumanidade, um ter muito positivo, o facto de ter fome, de ter doenças, crimes, aviltamento, embrutecimento, de ter toda inumanidade e toda a contra-natureza. Ora, todo objetivo importante, do qual se tome plena consciência e que

pela primeira vez se torne objeto da reflexão, representa por isso mesmo o objeto supremo da reflexão. (MARX, 2005, p. 62-63)

No mesmo romance, o ervanário Vicente, ainda que despojado de suas terras, demonstra natural influência na terra onde é referenciado como um santo. Mesmo devastado, ao exercitar o voto nas eleições locais, passa a fiel da balança:

Todos os da mesa se levantaram instintivamente, e imóveis, viam aproximar-se o velho eleitor, que já supunham à borda da sepultura.

Aquela assembleia, erguendo-se silenciosa e reverente, à chegada de um pobre velho, trêmulo e enfermo, que seguia apoiado ao braço de um pálido mancebo, tinha uma aparência profundamente solene.

O morgado das Perdizes, deveras afeiçoado ao ervanário, não teve mão em si, ao vê-lo assim doente e enfraquecido, que lhe não viesse ao encontro, dizendo comovido:

– Ó tio Vicente! Pois nesse estado?!...

O velho fez um gesto enérgico para afastá-lo de si.

– Arreda-te! – disse com severidade – deixa-me, serpente, que mordes a mão do teu benfeitor! Não me apareças, que não quero mais ter-te na ideia, quando estiver a expirar!

O morgado ficou transido de espanto e de consternação ao ouvir estas palavras.

– Ó tio Vicente!... exclamou, ajuntando as mãos – pois eu que lhe fiz?

– Cala-te. Deixa-me passar, quero, como homem desta terra, protestar contra a iniquidade que tu e os teus praticam hoje, apedrejando aquele a quem devei tudo. Vendei-vos como cães, e ficareis com esse remorso: eu não o quero para mim.

E caminhando para a urna, parou defronte dela, fitou o brasileiro, que não pôde sustentar-lhe o olhar com firmeza e disse-lhe:

– Aí tem o voto do ervanário, Sr. Presidente.

O brasileiro recebeu-lhe a lista e introduziu-a na urna. (DINIS, [19--], p. 550)

Júlio Dinis discorre sobre o ambiente rural e as mudanças por que passa o Portugal do *Ancien Regime* para os ditames liberais. Oferece uma reflexão lúcida sobre as facetas do progresso e o seu lado obscuro, que só aos deserdados da fortuna é facultado ver. Mas faz luzir ao fundo a esperança de que esses mesmos atores tomem em suas mãos o ferramental de que o capitalismo dispõe e, pelo exercício do voto<sup>37</sup>, possam protestar contra a estratificação a

---

<sup>37</sup> Como destaca Rui Ramos: “ao tempo em que a instituição do sufrágio universal alastrava na Europa ocidental, o direito de votar em Portugal, depois de uma expansão relativamente precoce na década de 1870, seria restringido uma primeira vez na década de 1890 e novamente em 1913. O sufrágio universal para os adultos do sexo masculino e do sexo feminino, sem restrições socialmente significativas, só seria adoptado pela primeira vez em 1974. Ora o que estava em jogo no caso dos direitos políticos não era pouco: a esse nível, o «cidadão»

que estão sujeitos e intervir nessa realidade adversa. Toda essa efervescência aporta em Portugal, em meio ao duro percurso do constitucionalismo e os patrícios hão de se defrontar com graves questões a cambiar a face do mundo, nos anos subsequentes.

## 2 PORTUGAL NA BALANÇA DA EUROPA

### 2.1 Liberalismo em Portugal: um difícil percurso

Todas essas vozes, aqui referidas, consoantes ou dissonantes, escolhem cada qual o seu *front* e vão aportando em Portugal, como ondas concêntricas, assim como o discurso liberal que, terminadas as lutas fratricidas entre liberais e miguelistas, casa à perfeição com a formação das identidades nacionais. A guerra civil custa vidas e divisas e, mesmo após o “rei-soldado”<sup>38</sup> desembarcar no Mindelo, ainda perdura o cerco à cidade do Porto por quase dois anos. Por fim, prevalece o respeito à Carta Constitucional, mas o reino queda politicamente fraturado e economicamente dilapidado.

Diante do quadro desalentador, o escritor João Baptista de Almeida Garrett (1799-1854) conclama os portugueses ao engajamento em prol da salvação nacional: “todos num impulso, de um acordo de simultâneo e unido esforço, todos os portugueses, sacrificadas opiniões, esquecidos ódios, perdoadas injúrias, ponhamos peito e metamos obra à difícil, mas não impossível tarefa de salvar, de reconstituir, a nossa perdida e desconjuntada pátria – de reequilibrar enfim Portugal na balança da Europa”. (GARRETT, 1984, p. 183) Esse Garrett engajado permanece no imaginário das gerações subseqüentes, a ponto de o personagem Carlos, de *Uma família inglesa* (1868), ser interpelado por um amigo jornalista: “– Você já leu Garrett, Carlos? Que me diz daquelas *Viagens*<sup>39</sup>, hem? Oh! É inquestionavelmente o

---

<sup>38</sup> Dom Pedro veio a bater-se com o irmão Dom Miguel, por ele descumprir um acordo de casamento com a sobrinha, que teria à época sete anos, e usurpar o trono da que viria a ser D. Maria II. Ao abdicar do trono em favor do infante, que seria coroado D. Pedro II, no Brasil, e da filha que receberia o título de D. Maria II, em Portugal, Dom Pedro (I, no Brasil; IV, em Portugal) tornaria a adotar o título de Duque de Bragança. Em torno do Duque de Bragança aglutinar-se-iam os liberais portugueses. Muitos deles estavam exilados, por perseguição política, e passariam a lutar pelo Constitucionalismo. O período da guerra civil, entre 1832 e 1834, foi dos mais encarniçados. Dom Pedro levantou recursos materiais e humanos e partiu dos Açores, adentrando o reino pela cidade do Porto, com vistas à reconquista da coroa. O cerco da cidade foi mais demorado do que o esperado, mas os miguelistas não conseguiram reavê-la, o que fez com que a cidade do Porto passasse a ser chamada a “cidade invicta”. Dom Miguel e os que combatiam ao seu lado foram derrotados. A assinatura da Convenção de Évora Monte, em 1834, pôs fim às lutas fratricidas e Dom Miguel seguiu para o exílio. Por fim, a jovem rainha, a essa altura com 15 anos, foi entronizada D. Maria II e jurou a Carta Constitucional. Quanto ao Duque de Bragança, viveu o suficiente para vê-la assumir o trono, vindo a falecer quatro dias depois, com 36 anos.

<sup>39</sup> O personagem refere-se a *Viagens na minha terra* (1846), de Almeida Garrett (1799-1854). O autor reconhece a influência de Xavier de Maistre, a começar pela epígrafe das *Viagens*: “Qu' il est glorieux d'ouvrir une nouvelle carrière, et de paraître tout-à-coup dans le monde savant un livre de découvertes à la main, comme une comète inattendue étincelle dans l'espace!” (X. DE MAISTRE). No Brasil, Machado de Assis também receberá uma

melhor dos seus livros. Prefiro-as às de Xavier de Maistre.<sup>40</sup> Que eu não participo da admiração geral por Xavier de Maistre; é preciso que saiba.” (DINIS, [19--], 612)

Figura 9 – Litografia colorida. Honoré Daumier. *La caricature*, 1835.



Fonte: Museo del Dibujo, 2013, p. 12-13.

forte influência de X. de Maistre. Antonio Candido explica que o que atraiu esses escritores-leitores para o texto maistreano foi: “a narrativa caprichosa, digressiva, que vai e vem, sai da estrada para tomar atalhos, cultiva o a-propósito, apaga a linha reta, suprime conexões. Ela é facilitada pelo caminho curto, aparentemente arbitrário, que desmancha a continuidade e permite saltar de uma coisa a outra. Em vez de coordenar a variedade, por meio de divisões extensas, o autor prefere ressaltar a autonomia das partes em unidades breves, que ao facilitarem o “modo difuso” enriquecem o efeito do todo com o encanto insinuante da informação suspensa, própria do fragmento.” (CANDIDO, 1989, p. 101)

<sup>40</sup> Sérgio Paulo Rouanet situa que: “Um dia, o jovem oficial saboiano Xavier de Maistre (1763-1852), a serviço do Exército sardo, bate-se em duelo e é punido por seus superiores com uma pena de prisão domiciliar em sua residência em Turim. Os 42 dias de sua detenção forneceram o assunto para a novela *Viagem em torno do meu quarto* [1794]. O narrador-personagem decide aproveitar o tempo para viajar em seu quarto, da parede à cama, e desta à escrivaninha. Publicado em 1795, o livro contém reflexões sobre a natureza humana, composta de duas metades, a alma e a *outra*; sobre o amor e a amizade desinteressada de seres humildes, como seu criado Joannetti e sua cachorrinha Rosine; e sobre a ambição dos homens e a vaidade das mulheres. Em 1820, publica uma continuação da obra, *Expedição noturna em torno do meu quarto*, com o mesmo tom e uma temática semelhante, embora, talvez, sem a mesma verve.” (ROUANET, 2007, s.p.)

Carlos desconhece o texto garrettiano, mas o percurso da personagem e o de sua família tornam-se factíveis na narrativa dinisiana, porque a vitória constitucional, da qual Almeida Garrett toma parte, abre as portas para a implantação do capitalismo e possibilita à comunidade inglesa radicar-se em Portugal, notadamente a partir da segunda metade dos oitocentos, quando a industrialização ganha maior impulso. Há que destacar a viagem que o leitor Joaquim Guilherme faz por esse universo. São essas as leituras, a compor o seu repertório, que o agora escritor Júlio Dinis há de lançar mão para fundamentar a diegese. Daí a relevância da voz garrettiana, junto a uma pluralidade de vozes em favor do constitucionalismo, a demarcar o seu posicionamento político ainda simpático à causa, mas com já algum distanciamento que lhe permite principiar o balanço de ganhos e perdas da aventura liberal em Portugal.

Alexandre Herculano (1810-1877), por sua vez, mostra a sua face combativa e dá vazão às suas inquietações pelo viés histórico. A independência do Brasil, na sequência das lutas liberais, foi a perda mais sentida, a abalar moralmente a nação. Ao final de *História de Portugal* (1853), o combativo escritor melancolicamente conclui que o tempo de glória é passado e não vê indicativos de retomada do protagonismo português no mundo ocidental. Tão dolorosas conjecturas emergem em meio ao desejo de reafirmação das identidades nacionais. Enquanto as nações europeias mais proeminentes acentuam o processo de industrialização e a disputa de terras em outros continentes, Portugal defronta-se com os próprios fantasmas: um reino arruinado a lidar com as profundas transformações na ordem sociopolítica e econômica em escala mundial.

Por um projeto liberal e democrático, lutam Garrett e Herculano. Uma vez vitoriosos, aos poucos se desiludem, tendo Garrett deixado a função de Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1852, em litígio com amigos próximos, todos liberais. Alexandre Herculano, por sua vez, retira-se para o Vale dos Lobos, que se torna a “pátria espiritual de todos os espíritos protestatários”<sup>41</sup>, como diz António Sérgio. Para muitos dos egressos da Universidade de Coimbra, nos anos finais da década de 1860, Herculano, mais do que Garrett, incorpora “um protesto heroico contra a nova oligarquia e a deturpação por ela feita do pensamento de

---

<sup>41</sup> Cf. SERGIO, 1985, p. 141

Mouzinho<sup>42</sup> torna-se referência obrigatória para a nova geração que intenta contribuir de maneira decisiva para o soerguimento da nação lusa.

O que distingue Alexandre Herculano de Antero Tarquínio de Quental (1842-1891), um de seus mais fervorosos admiradores é o substrato ideológico. Herculano é um liberal de formação católica. Pegara em armas pela defesa do constitucionalismo, mas por fim se decepcionara com as mudanças de percurso no cenário político. Antero, leitor de Proudhon, orienta-se para o socialismo utópico e colhe as próprias desilusões pelo caminho.

Em meados dos oitocentos, vislumbramos a tomada de poder pelo Marechal Duque de Saldanha<sup>43</sup>, tendo como braço político Rodrigo da Fonseca Magalhães, a principiar um período de relativa tranquilidade política e econômica, conhecido como “Regeneração” (1851-1868), prevalece o rotativismo partidário, um estratagema para manter a estabilidade entre os grupos políticos rivais. “Regenerar o reino” é expressão recorrente, seja porque ecoe as veementes exortações garrettianas, seja porque se mantenha em estado de latência entre os portugueses. Constituído o esteio político, o engenheiro Fontes Pereira de Melo lança-se em um ambicioso projeto de remodelação urbana, com vistas a alavancar Portugal para a modernidade. Apesar da aposta em projetos de estrutura, permitir maior oferta de trabalho a tranquilizar a população, considera-se o resultado final tímido, quando comparado com o salto de outras nações europeias em patamar semelhante, como a Espanha e a recém-criada Itália, como Jaime Reis sublinha:

Aos olhos dos historiadores, o século XIX parece paradoxal. No seu decurso deram-se importantes modificações estruturais, como, por exemplo, o desenvolvimento dos transportes, a modernização das instituições, o alargamento e o aperfeiçoamento dos mercados de terra, trabalho e capital. Aparentemente houve uma libertação significativa de forças produtivas, mas ficou-se muito aquém da plena realização deste potencial. De tal modo que, em 1913, Portugal estava, em termos de

---

<sup>42</sup> José Xavier Mouzinho da Silveira (1780-1849) foi figura de proa durante a revolução liberal, ao introduzir modificações institucionais de peso, principalmente na área fiscal, que dariam um novo rosto à legislação portuguesa. Defendeu de forma veemente a Carta Constitucional e viveu o drama do exílio. Como Victor Sá observa: “Protótipo do grande burguês no período de transição do Antigo Regime para o sistema liberal, Mousinho da Silveira é considerado pela historiografia como uma figura carismática do liberalismo português. Ele deu expressão jurídica, em 1832, ao ideal que Garrett sintetizara dois anos antes [...]”. (SÁ, s.d., p. 203) Os tributos cobrados pelo governo somados aos dízimos arrecadados pela Igreja eram, segundo alegação de Almeida Garrett, “bárbaros, desproporcionados e injustos”, razão pela qual pleiteava a sua abolição.

<sup>43</sup> João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun (1790-1876) foi marechal general do exército, par do Reino, conselheiro de Estado, presidente do Conselho de Ministros, ministro da Guerra e ministro plenipotenciário em Londres, mordomo-mor da Casa Real, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. Em 1846, uma iniciativa golpista condu-lo ao poder, de onde sai, por ocasião do cabralismo. Retorna em 1851, destituindo a ditadura cabralista e pondo termo às lutas políticas, com o advento da Regeneração. Presidiu o primeiro ministério regenerador por cinco anos, tendo Rodrigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Melo como braços fortes.

desenvolvimento econômico, na cauda da Europa. Na linguagem da época, era “uma nação decadente”. (REIS, 1993, p. 11)

Não há como desmerecer os benefícios que a Regeneração trouxe para uma nação que enfrentara na primeira metade do século XIX invasões e lutas fratricidas, pois o impulso desenvolvimentista propiciara a pacificação interna. Mas à bonança política e econômica sobrevém um vultoso endividamento do reino junto a credores externos, em especial a Grã-Bretanha.

De todo o modo, o modelo regenerador cunha a sua marca, que há de vigor com novas roupagens<sup>44</sup>, até findar o século e, do muito que se pensara e combatera em favor da liberdade, entre as marchas e as contramarchas da política, surge um novo perfil de intelectual, na segunda metade dos oitocentos. Afinal, as demandas do *fin de siècle* exigem uma nova percepção ideológica e estética, diante do mundo que ora se prenuncia.

## 2.2 De olhos postos na civilização

Nesse ínterim, alargam-se as fronteiras dos reinos europeus e o impacto no ambiente cultural logo se faz sentir. Hábitos atualmente indissociáveis da cultura contemporânea, como a divisão da moradia em cômodos e a instalação de sanitários e casas de banho nos imóveis, efetivam-se a partir de 1820, abrindo, em princípio, para os melhor aquinhoados, espaços específicos para fazer as refeições, dormir e receber. O espaço doméstico – com as gelosias às janelas, para que de fora não se acompanhe o que se passa dentro – encerra em seu âmago as burguesas, agora chamadas “senhoras do lar”. Tantas divisões no espaço interno sequer são concebidas pelas famílias interioranas mais pobres, acostumadas a concentrar todos os membros em um único cômodo, em geral úmido, gélido e destituído de iluminação natural. Com o passar do tempo, esse indicativo de falta de recursos passa a ser execrado até mesmo na tribuna e apontado como um incentivo à promiscuidade nos meios populares.

---

<sup>44</sup> A Revolta da Janeirinha, uma insurgência popular contra a cobrança abusiva de impostos, deu termo à Regeneração, em 1868. Mas a premissa regeneradora encontrou sobrevida através do Movimento Vida Nova e do movimento republicano, este último a recrudescer na viragem do século XIX para o XX.

O cuidado com a higiene pessoal também ganha relevância nos oitocentos, à medida que se compreende que muitas doenças podem ser amainadas ou até evitadas com o recurso usual da água e do sabão, como a experiência e o recurso ao microscópio assim o demonstram. Sugere-se o banho semanal; recomendação essa que entre o fim dos oitocentos e o início dos novecentos é desconsiderada por ampla maioria, mas paulatinamente cultura higienista vinga nos centros e irradia aos poucos para as aldeias.

Observa-se também uma nova postura frente ao que é considerado o cerne da classe burguesa. Com a acalmia social e econômica, percebe-se um relaxamento dos costumes. Nutre-se um gosto pelo *bric-à-brac* nos espaços domésticos e de ostentação nos espaços de sociabilidade. Preocupado em reproduzir as velhas práticas dos estratos superiores, o indivíduo da classe média urbana, segundo a crítica impiedosa de Fialho de Almeida, aceita:

(...) todas as papas feitas que o dispensem de trabalhar e de pensar – organizando desde o berço, legiões de parasitas para a exploração do emprego publico – recorrendo sem repugnância a expedientes financeiros escusos, casamentos calotes, falsificações de firmas, loterias, velhas ricas, subserviências, piranguices... Com a vergonha acomodatória, o descaramento jovial e a imaginativa cabeça em cata sempre d'entretengas fúteis e pascigos fáceis para o sonho, estando bem onde não está, envergonhando sempre do que é, gastando o dobro do que tem, a mentir, a fingir que é muito mais – se é trabalhador fingindo-se de patrão; se é enfermeiro fingindo-se de doutor; fazendo d'esperto se é parvo e de sabichão, se inculto e leigo – com todos estes estygmas ancestrales, essas taras de raça, varado na vida moderna como um casco poder de galeão, o portuguesito liquida afinal num sacripanta nostálgico, um rato d'armazem vivendo de gaspilhar migalhas d'outrem; e quanto mais abjecto se torna, mais patifarias acumula, mais pontapés no cú apanha, tanto mais parede jactar-se de ter sido cantado por Camões e descender do Gama e d'Albuquerque (ALMEIDA, 1915, p. 15-16)

Assim caminham os que pensam que com tais expedientes hão de subir na vida. Mas outros signos de refinamento são detectáveis no meio cultural. A França exporta regras de etiqueta e padrões de comportamento, os quais se constituem em signo de distinção. O francesismo grassa pelo mundo dito civilizado e contribui para veicular os novos costumes. A fruição artística de então é:

(...) dominada por una producción fácil y placentera, destinada a la cómoda y mentalmente pereçosa burguesía. La burguesía, que hace surgir la pretenciosa arquitectura de la época, basada en los modelos más grandiosos, pero habitualmente vacía e inorgánica, y que llena sus viviendas con los artículos pseudohistóricos más caros, pero completamente supérfluos con frecuencia, fomenta una pintura que no es otra cosa que una agradable decoración para las paredes, una literatura que no es más que una diversión apacible, una música que es fácil e insinuante, y un drama que celebra su trinfo con los trucos de la *pièce bien faite*. (HAUSER, 1969, p. 81)

Com o advento do Segundo Império, Paris constitui-se em meca dos *nouveau riche*, mas perde muito da aura cultural, passando a território de prazeres mundanos. Um ícone do período, o piano, passa a instrumento de predileção da classe alta, que o acomoda na sala de estar a título de ostentar uma condição socioeconômica superior, como destaca Irene Vaquinhas:

No que toca à privatização do lazer, assiste-se, ao longo do século XIX, à dinamização de formas de sociabilidade realizadas nos espaços domésticos (salões literários, saraus, bailes, convívios musicais) e que gravitam, sobretudo em torno do piano, instrumento musical que se vulgariza entre a burguesia mais abastada. [...]. Ter piano e ensinar os filhos, sobretudo as filhas, era uma das aspirações máximas da burguesia e um sinal de prestígio social. (VAQUINHAS, 2011, p. 17)

As operetas, em geral, peças ligeiras e de fácil execução, sendo Offenbach a referência máxima, são a coqueluche nas casas das boas famílias, que têm gosto em receber e apresentar aos convivas o império construído pelo patriarca. Também é a oportunidade para os genitores exporem, em ambiente controlado, seus filhos e filhas, de forma a observarem possíveis inclinações entre os pares, conjugando-as, se possível, com vantajosos contratos nupciais. Esse é o sonho maior das classes médias que investem o que têm à mão, tendo em vista criar para si uma dinastia. O que até então era o reduto último da aristocracia, torna-se acessível aos emergentes com o avanço da tecnologia. Com o advento da fotografia, em princípio adstrita aos mais ricos, os orgulhosos senhores passam a exhibir, na falta de brasões, os retratos dos ancestrais na sala de estar. Como Paulo Heitingler observa: “Estes retratos de família (incluindo muitas vezes daguerreótipos de parentes falecidos) são simultaneamente uma forma de afirmar o estatuto social e de criar uma galeria genealógica de imagens, capaz de compensar, de alguma forma, a ausência de antepassados ilustres.”<sup>45</sup>

Em França, Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) é o primeiro a conceber uma imagem fotográfica, entre os anos 1826 e 1827, a qual chama de heliografia. No entanto, além de não conseguir fixar a imagem, o objeto a ser fotografado deveria ficar exposto à luz por muitas horas, inconvenientes equacionados em 1839, por Louis Jacques Mandé Daguerre (1789-1851), que batiza o aperfeiçoamento com o seu nome e ganha muito dinheiro com a novidade. Como Jonathan Crary observa, firma-se uma invenção intimamente imbricada com o discurso liberal:

---

<sup>45</sup> Cf. *Fotografia: os pioneiros*. Disponível em: <http://www.tipografos.net/fotografia/daguerre.html>  
Acesso em: 13 jan. 2016.

Fotografia e dinheiro tornam-se formas homólogas do poder social no século XIX. Ambos são sistemas totalizantes que englobam e unificam os sujeitos em uma mesma rede global de valoração e desejo. Assim como Marx disse a respeito do dinheiro, a fotografia também é uma grande niveladora, um agente democratizador, um “mero símbolo”, uma ficção “sancionada pelo pretense consenso universal da humanidade”. Ambos são formas mágicas que estabelecem um novo conjunto de relações abstratas entre indivíduos e coisas, e impõem essas relações como sendo o real. Por meio das economias do dinheiro e da fotografia – distintas, mas que se interpenetram –, um mundo social é representado e constituído exclusivamente como signos. (CRARY, 2012, p. 22)

A partir de então torna-se possível *retratar* todo tipo de objeto, paisagem ou pessoa, de forma fidedigna e em caráter permanente. A substituição do registro manual pela máquina, a partir da captação de luz e a revelação por meio de processos químicos rapidamente modernizados, representa uma mudança radical no processo de inventário:

A fotografia, no decorrer do seu primeiro século, como destino maior conheceu apenas o de servir, de responder às novas necessidades de imagens da nova sociedade. [...] Como qualquer outra, essa sociedade tinha necessidade de um sistema de representação adaptado ao seu nível de desenvolvimento, ao seu grau de tecnicidade, aos seus ritmos, aos seus modos de organização sociais e políticos, aos seus valores e, evidentemente, à sua economia. Na metade do século XIX, a fotografia foi a melhor resposta para todas essas necessidades. Foi o que a projetou no coração da modernidade, e que lhe valeu alcançar o papel de documento, isto é, o poder de equivaler legitimamente às coisas que ela representava. (ROUILLÉ, 2005, p. 31)

A nova ferramenta implica em precisão, exatidão, confiabilidade e em democratização de acesso. Pensada inicialmente como registro documental, a fotografia passa a ser utilizada pela arquitetura, a arqueologia, a botânica e até pela criminologia, porque:

Mostra alguma coisa diferente, faz surgir outras evidências, por propor novos procedimentos de investigação e a colocação do real em imagens. Às visibilidades produzidas pela arte – ancoradas nas tradições da pintura, do desenho e da gravura –, a fotografia opõe, na metade do século XIX, visibilidades estreitamente ligadas às novas práticas da ciência, da técnica e da indústria. As incessantes querelas e controvérsias que contrapõe a fotografia e a arte manifestam a heterogeneidade e a incompatibilidade desses dois tipos de visibilidade; ou, mais precisamente, indicam que os procedimentos documentais estão passando do domínio da arte e da mão para o domínio da ciência e da máquina. (ROUILLÉ, 2005, p. 41-42)

Os daguerreótipos não tardam a chegar a Portugal e a compor o ambiente burguês. A impressão suscitada pelo novo invento, de tão forte, repercute também na ficção, haja vista um episódio significativo em *O crime do padre Amaro* (1875), de Eça de Queirós. Órfão aos seis anos, Amaro porta uma imagem que, em adulto, há de dizer muito da sua personalidade: “Possuía também um daguerreótipo de sua mãe: era uma mulher forte, de sobranceiras

cerradas, a boca larga e sensualmente fendida, e uma cor ardente. ” (QUEIRÓS, [19--], p. 22) A pequena imagem não admite reprodução e detém, enquanto peça única, uma aura que a transforma em objeto de culto, haja vista o ditado popular: “Mãe só há uma”. A efígie incorpora-se à figuração da personagem, com viés determinista. A sensualidade previamente enunciada torna-se, portanto, a chave da narrativa. Como Fernando Souza nos faz ver:

A chegada da fotografia veio mudar drasticamente as formas de relacionamento; ilustrar profundas mudanças sociais ocorridas durante o Romantismo, associando-se claramente a uma época. [...] As imagens fotográficas passam a substituir as palavras – na frase do físico Jansen, “a chapa fotográfica é a retina do sábio. ” (SOUZA, 2010, s.p.)

Figura 10 – Estúdio de Richard Beard, concessionário de Daguerre; Londres; 1843.



Fonte: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/foco-na-viagem>

A disposição dos membros na pose antes do *flash* evidencia critérios pessoais que privilegiam alguns ângulos em detrimentos de outros, criando um hábito de exposição que cresce acentuadamente com o advento da “sociedade do espetáculo”<sup>46</sup>, a partir do século XX.

<sup>46</sup> Guy Debord entenderia o espetáculo como as relações sociais mediadas pela imagem, em seu conjunto, de modo que a “sociedade do espetáculo”, compreendida em meio ao contexto da sociedade capitalista, trata-se de uma visão crítica dessa mesma sociedade e corresponde ao triunfo do liberalismo em escala mundial, a partir dos anos 80, do século XX.

Jonathan Crary objeta, no entanto que o estatuto de observador viera se formando antes mesmo da criação da máquina fotográfica, dentre tantos outros aparelhos óticos surgidos no período:

Esses componentes centrais do “realismo” característico de grande parte do século XIX *precederam* a invenção da fotografia e *de forma alguma requereram* procedimentos fotográficos ou mesmo o desenvolvimento de técnicas de produção em série. Eles dependeram inextricavelmente de um novo conhecimento sobre o corpo e da relação constitutiva desse saber com o social. Tais dispositivos resultam de uma complexa reconstrução do indivíduo como observador, em algo calculável e padronizável, e da visão humana em algo mensurável e, portanto, intercambiável. A padronização das imagens visuais no século XIX não deve ser vista simplesmente como parte das novas formas de reprodutibilidade técnica, ms em relação a um processo mais amplo de normatização e sujeição do observador. Se há uma revolução na natureza e na função do signo no século XIX, ela não acontece independentemente da reconstrução do sujeito. (CRARY, 2012, p. 25-26)

Esse sujeito reconstruído com o aporte da tecnologia também comparece à narrativa camiliana, quando em *O romance de um homem rico*, o jovem Álvaro que, desde a tenra infância fora apartado da mãe e nunca soubera do seu paradeiro, encontra o seu retrato:

Álvaro entrou no escritório, e refletindo disse entre si:

– Não haverá aqui alguma coisa que me fale de minha mãe?

E diz êle no seu livro, por estas ou consentâneas palavras, que ouvira uma voz do céu que o mandava abrir a gaveta da escrivaninha.

A tremerem-lhe as mãos, abalçou-se o môço ao que nunca se atrevera a fazer. Viu uma caixa de veludo encarnado, com fechos de prata. Abriu a caixa: era um retrato de mulher, sobre marfim.

– Será? Disse êle. “Senhora de rara formosura” me disse o mestre; e esta é tão formosa!...

Entrou de golpe Eufêmia no gabinete particular de seu amo, e, como visse Álvaro ao pé da misteriosa gaveta, com um retrato na mão, correu para junto dele, dizendo:

– Que está a ver o menino?

–É de minha mãe este retrato? – respondeu êle sem turbação.

Eufêmia, apenas lhe relanceou os olhos, exclamou:

–É, é; mas pelo amor de Deus, não esteja aqui, meta o retrato na gaveta de modo que seu pai não dê fé. Venha, venha comigo, menino! (BRANCO, 1960, p. 215)

Encerrada em uma caixa de veludo, com fechos de prata e adornada por marfim, aquela imagem traz consigo uma forte carga simbólica e um expressivo valor pecuniário. Quem a detém deve ser um homem rico; evidências que, para além título, o leitor colhe no percurso

narrativo. Some-se a tudo isso o incomensurável valor afetivo, porque o retrato, nesta narrativa, documenta algo fundamental relevância para a existência do protagonista. Como fora privado da convivência materna desde a infância, Álvaro não a retém na memória. Ele, que “nunca” tivera mãe, percebe a falta na convivência diária com os colegas de internato. Mas quando o menino finalmente reencontra Maria da Glória, que fora há muitos anos encerrada em um convento por seu pai, percebe o descompasso entre a imagem fixada e a pessoa de carne e osso:

Álvaro contemplava a mãe com ar de assombro. Tinha visto um retrato, como êle, naqueles anos, poderia imaginar um anjo. A mulher, que ali via, era magra, lívida, e com rugas da velhice precoce nos rebordos macerados dos olhos. Raros vestígios das feições antigas conservava a infeliz aos trinta e quatro anos, idade em que o toque mórbido e desmaiado da beleza é muitas vezes mais de cativar que o viço dos vinte anos.

– Não esperava ver-me assim tão velha, meu filho? – disse ela correndo as mãos no rosto de Álvaro.

– Faz muita diferença do seu retrato, que lá tem o papá– disse o menino a custo, de apertado que estava nos braços da mãe.

– Quando tirei aquele retrato, meu filho, era feliz, e tinha dezesseis anos. Não sabes que me foste arrancado, há onze anos, dos meus braços, Álvaro? Onze anos a pedir a Deus este dia, meu querido filho!... Onze anos!... E Deus sabe se tornarei a ver-te! (BRANCO, 1960, p. 220)

A figurar como o elemento-chave para o reconhecimento entre mãe e filho, a fotografia de Maria da Glória mantém o frescor e a inocência originais. A carga afetiva desencadeia, a partir de então, a retomada de histórias sepultadas, a reasunção de antigos papéis e a mudança efetiva de comportamento. Também Roland Barthes, em *A câmara clara* (1980), relata o resgate da própria mãe, há pouco falecida. A situação ocorre em mão invertida à do menino Álvaro, da ficção camiliana, porque Barthes perde a mãe já idosa e, ao mexer nos seus guardados, encontra muitas fotos do percurso da sua vida, em poses e roupas outras, quando ela mais se assemelha a uma personagem de ficção. Depara-se, por fim, com uma imagem da infância materna: “A fotografia era muito antiga. Cartonada, os cantos machucados, de um sépia empalidecido mal deixava ver duas crianças de pé, formando grupo, na extremidade de uma pequena ponte de madeira em um Jardim de Inverno com teto de vidro” (BARTHES, 1984, p. 101-102). Ele tem em mãos a imagem de mãe ainda menina com o irmão, uma cena bastante distanciada no tempo e espaço. E, no entanto, é nessa foto extemporânea que, paradoxalmente, ele a reconhece: Observei a menina e enfim reencontrei a minha mãe. [...] Nessa imagem de menina eu via a bondade que de imediato e para sempre havia formado seu

ser, sem que ela a recebesse de ninguém; como essa bondade pôde provir de pais imperfeitos, que a amaram mal, em suma: de uma família? (BARTHES, 1984, p. 102-103)

A expressão na foto é fruto de um átimo. Passado o breve instante não somos mais os mesmos, o que sugere a emergência do duplo: o sujeito ele próprio e o sujeito tornado objeto na representação feita por uma máquina. Barthes parte da lembrança mais recente da mãe “(tão cansada, tão nobre, sentada diante da porta da nossa casa, cercada de meus amigos)”<sup>47</sup> atando as pontas da velhice e da infância, para refazer a vida de quem ele ama. Quanto ao menino Álvaro, por não ter referência pregressa da mãe, agarra-se ao retrato para recriá-la em sua imaginação, o que acarreta, no contato direto com a realidade, o choque inevitável.

Figura 11— Eça de Queirós e os filhos, José e Maria, [19--]



Fonte: <http://mundodelivros.com/neta-de-eca-de-queiroz/>

Quando a fotografia, concebida em um novo suporte – o papel albuminado –, possibilita as reproduções em série, a força e o alcance social da imagem reproduzida só fazem crescer, sobretudo a partir do momento em que o fotógrafo André-Adolphe-Eugène Disdéri (1819-1889) aglutina em uma única chapa de revelação até dez clichês, diminuindo-lhes o tamanho e, por conseguinte, o custo de produção. Essas pequenas fotos, coladas em

<sup>47</sup> BARTHES, 1985, p. 107.

*carte de visite*, nos idos de 1860, foram amplamente propagadas, o que faz ver com a maior clareza o poder de fogo da nova técnica e leva Walter Benjamin a auferir a dimensão do abalo:

O que desaparece na época da reprodução técnica da obra de arte é a sua aura. Esse processo é sintomático, e seu significado estende-se para além do âmbito da arte. Técnica da reprodução, assim podemos formular, separa aquilo que foi reproduzido e o âmbito da tradição. Ao multiplicar a reprodução, ela substitui a experiência única por uma existência serial. E na medida em que a reprodução permite que o receptor tenha acesso à obra em qualquer circunstância, ela a atualiza [...]. Seu significado social, também em sua forma mais positiva, não é compreensível sem o seu lado destrutivo, catártico: a liquidação do valor tradicional no patrimônio cultural. (BENJAMIN, 2012, p. 13)

O retrato extrapola o caráter privado e passa a repositório de informação pública, vindo a constar em passaportes e fichas de identificação penal. Na medicina, é promovido a complemento ou até mesmo substituto dos relatórios descritivos das moléstias. O médico francês, Jean-Martin Charcot<sup>48</sup>, utiliza-o para documentar as crises de histeria que acometem as suas pacientes, classificando-as segundo o seu entendimento dos sintomas e vindo a compor, por conseguinte, um portfólio de diagnósticos, com vistas a partilhar o conhecimento adquirido junto às futuras gerações de médicos. Nada escapa ao clique da objetiva: *flashes* do cotidiano, cenas festivas e rituais de passagem. O sucesso comercial suscita novas formas de consumo do material fotográfico, chegando, inclusive, a oferecer gratificação sexual, com a circulação das *carte de visite* eróticas. Essas últimas atualizam as velhas práticas: “Poses de velhas imagens pornográficas foram recicladas; mas este novo meio punha também menos ênfase no movimento sugerido ou no cenário evocativo, em favor de uma exposição genital detalhada.” (HIGONNET, 1991, p. 341)

Não por acaso, no século XX, o *jingle* “uma imagem vale mais do que mil palavras” chega à máxima expressão com a emergência da *mass media*: “Como o olho apreende mais depressa do que a mão desenha, o processo de reprodução das imagens experimentou tal aceleração que começou a situar-se no mesmo nível que a palavra oral.” (BENJAMIM, 1985, p. 167) O senso comum faz crer que a fotografia oferece um material documental isento e fidedigno, o que, com o passar do tempo mostra-se uma visão ingênua, porque, diante das decisões inevitáveis do fotógrafo envolvendo pose, enquadramento, iluminação, modelo,

---

<sup>48</sup>Jean-Martin Charcot (1825-1893) desenvolveu durante mais de três décadas no Hospital de Salpêtrière um estudo sobre a histeria feminina, que levaria o seu nome para além das fronteiras da Europa. Estudiosos de várias partes do mundo vieram ter com o clínico e professor, dentre os quais: Alfred Binet, Pierre Janet e Sigmund Freud. Seus estudos mostraram que nem todas as doenças eram de fundo orgânico, o que possibilitaria a Freud levantar hipóteses relacionadas com as causas psíquicas. O pioneirismo charcotiano voltado para as disfunções orgânicas ampliaria notavelmente o campo da Psicologia.

momento e local, cabe à máquina captar o exposto, traduzindo assim uma dada intencionalidade que, no mais das vezes, reforça visões preconceituosas de classe e gênero. Ainda assim, a popularização da foto oferece possibilidades de leitura as mais diversas que avivam o interesse dos historiadores, como sublinha Irene Vaquinhas:

(...) no que respeita à vida privada, para além de consistir num importante testemunho documental (de etno-história, de antropologia...), denunciando em alguns casos, aspectos concretos da realidade portuguesa, [...] permite a afirmação da identidade individual, avivando a importância e a singularidade de cada um. A emergência da imagem fotográfica vai ao encontro do desejo colectivo das classes médias de aceder ao retrato, prerrogativa tradicional dos estratos sociais mais abonados, em especial aristocráticos, que o mandavam executar por pintores consagrados. Já nos meios populares, a popularização da fotografia é mais tardia, ocorrendo no século XX, contribuindo o fotógrafo “à minuta” ou o retratista ambulante para a sua difusão social. Nas praias, nas eiras, nas romarias ou em outros ambientes festivos, com ou sem acessórios ou recurso a poses estereotipadas, fotografavam a preço módico. (VAQUINHAS, 2011, p. 456)

Fatalmente o impacto da fotografia haveria de se pronunciar nas outras linguagens. Com aproximar do *fin de siècle*, pintores como Gustave Coubert<sup>49</sup> passam a representar lugares comuns, situações prosaicas e personagens anônimos, como é possível apreciar em *Les casseurs de pierres* (1849). Coubert retrata – suprema ousadia! – a genitália feminina em primeiro plano, em *L'Origine du monde* (1866), obra que, no século XXI, chega a causar comoção.

Tal impacto repercute também em um novo perfil da crítica, como é possível depreender na resenha de Fialho de Almeida relativa à exposição do Grêmio Artístico português, em 1899. O crítico observa que a iconografia portuguesa precisa encontrar um percurso próprio, porque tais eventos prestam-se ao exercício da “ vaidade d’alguns *poseurs* sem nexos”<sup>50</sup>, uma vez que, na falta de talentos genuínos, “a pintura começava a se fazer prenda ociosa de mãos, nos passatempos das meninas casadoiras”<sup>51</sup>. Signo de distinção, a pintura sugere mais uma estratégia da família burguesa para burilar o material humano que tem em mãos, fazendo pulular os amadores e colocando em xeque o conceito de arte nos *vernissages* locais.

---

<sup>49</sup> HIGONNET, 1991, p. 341

<sup>50</sup> ALMEIDA, 1915, p. 181

<sup>51</sup> ALMEIDA, 1915, pp. 177-178

Figura 12 – *Os quebradores de pedra*, 1849, por Gustave Courbet. Óleo sobre tela, 159 x 259 cm. Museu de Dresden, Alemanha (antes de ser destruída, ao final da 2ª Guerra Mundial).



Fonte: [aboutgustavecourbet.blogspot.com](http://aboutgustavecourbet.blogspot.com)

Fialho reconhece, no entanto, artistas de verdadeiro talento, como José Malhoa, e dá especial atenção à sua obra não só pela técnica apurada, mas principalmente por propor um novo olhar sobre o *cotidiano*, perceptível, por exemplo, na tela *As papas* (1898):

As duas velhas de *Papas* são um estudo da sordidez plebea, piolhosa, ramelosa, em que líquida a velhice anquilosada de trabalho, porfiando nos mestéres lazentos da lucta pelo pão. Malhõa tem deferências christãs por estas cafurnas da miseria, e a lista dos seus quadros de plebe, é já numerosa, e faz mesmo uma dramaturgia humoral na pequerrucha historia da pintura portuguesa, que seria curioso reunir um dia ou outro. As velhas d’*As Papas* tem um desafogo de factura e um cosido de côr, onde se vêem vinte anos de pintura, e a tranquila hombridade dum trabalhador sadio que procura exceder-se, e não vegeta, como alguns mysantropos, na adoração das suas próprias borracheiras. (ALMEIDA, 1915, p. 183)

Ao enaltecer Malhoa, Fialho destaca os seus 20 anos de experiência e a “hombridade de trabalhador sadio” que resultam em uma leitura densa da velhice. Em primeiro plano, vemos uma mulher a mexer com a colher o seu mingau, possivelmente de milho, conhecido como papa de carolo. A iluminação da pintura, converge para a idosa e o prato com alimentos frugais – a broa e as sardinhas – e típicos da população portuguesa. Apesar da capa esfarrapada e do balaio que tem ao seu lado, os quais explicitam a difícil vida das massas campestinas, a mulher porta um terço como signo de sua filiação católica. Mais ao fundo da cena, um homem alheio à idosa, preocupa-se em ingerir o seu próprio quinhão.

Figura 13 – *As Papas*, José Malhoa, 1898. Óleo sobre tela, 85x120 cm.



Fonte: <http://desenvolturasedesacatos.blogspot.com.br/2013/07/o-povo-visto-por-jose-malhoa.html>

Como a *Ilustração Portuguesa*, periódico de Lisboa, reporta em maio de 1906: “As *papas* e outras obras-primas, [...] contrastam com a maneira pitoresca das suas paisagens. É o aspecto filosófico da vida rural”. O acervo cruzou os mares a convite do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em maio de 1906. No catálogo da exposição consta *Clara* (1903), retrato, segundo o próprio Malhoa, de uma d’*As Pupilas do Senhor Reitor*, de Júlio Dinis, o que evidencia o diálogo entre iconografia e literatura. Pintores e escritores fruem as produções culturais e fazem, em ocasiões várias, releituras em novos suportes, a resultar na refração do objeto representado, como em um jogo de espelhos.

Figura 14- Clara, José Malhoa, 1903. Óleo sobre tela, 224 × 134 cm



Fonte: <http://www.museuartecontemporanea.pt/ArtistPieces/view/58/artist>

Enquanto José Malhoa dedica-se a fixar costumes e tradições populares, outro pintor bastante apreciado no período, Columbano Bordalo Pinheiro, lida com temas históricos e paisagens. Mas é no retrato que a sua verve naturalista se torna mais evidente, por captar “perfis psicológicos” de seus retratados, dentre os quais Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Teixeira de Pascoaes, Oliveira Martins e Guerra Junqueiro. A pintura a óleo que faz de Antero de Quental, em 1889, é particularmente significativa, como observa Pedro Lapa:

*O Retrato de Antero de Quental* encerra e inicia uma nova fase na obra de Columbano Bordalo Pinheiro. Os valores matéricos diluíram-se e o fundo escureceu completamente, o que permite realçar uma interioridade e um valor simbolizante ao retratado, aspectos de que os seus retratos estavam arredados, mais preocupados que estavam com a superfície e a construção pela mancha, num esquema reportável ao pré-impressionismo. A representação da carnação é subtilmente vaga de forma a deixar transparecer a estrutura óssea do crânio, sugerida pelas narinas descarnadas,

as maçãs do rosto salientes e os olhos fitos e encovados nas órbitas, bordejadas pelas arcadas supraciliares proeminentes. Também o cabelo, reduzido a uma ligeira mancha transparente, prolonga a testa aclarada por uma luz vertical e esbranquiçada que melhor contribui para revelar o crânio como símbolo da morte, que Columbano parece ter pressentido no rosto do poeta, que daí a dois anos se suicidaria. [...] [Como] a maioria das leituras tende a interpretar o retrato como uma antecipação do trágico destino de Antero, então talvez seja pertinente considerar como os novos horizontes da pintura de Columbano – o tenebrismo espanhol associado a um simbolismo híbrido –, ainda que voluntariamente autónomos da esfera das relações socioculturais do curso histórico, se estruturavam num quadro geral onde os processos de significação esbarravam com esse mesmo horizonte histórico intransponível e que, no fundo, os produzia.<sup>52</sup> (LAPA, [19--], s.p.)

Outro artista que se projeta com a representação gráfica é o irmão de Columbano<sup>53</sup>, Raphael Bordalo Pinheiro<sup>54</sup>, tecendo-a, no entanto, pelo avesso. Fialho afiança a sua verve artística:

É, já lhes disse, na caricatura europeia um nome raro, e no meio dum obra considerável estragada a fazer página d'actores e cantores sem nome, politicastos sem brio e escriptorécos sem nexo, nem sexo (as exigências tressuantes do jornalista lisboeta, vivendo do assignante e repastando a *actualidade*, como prato de resistência), algumas delas resahem, fumegantes de gênio como na primeira hora, elaboradas d'instincto, certo, mas com a chancela de as ter esquisado a verve calamitosa dum gigante. (ALMEIDA, 1915, p. 212)

Com sua fina ironia, Rafael Bordalo consegue a adesão imediata do público, o que só faz crescer a veiculação de suas charges na mídia. Fialho de Almeida, por sinal, tece com as letras o que chargista dispõe no traço: ambos lidam costumeiramente com a caricatura enquanto estratégia de humor. Mas fazer rir, longe de ser o que aparenta – um ato irresponsável e

<sup>52</sup> Ver <http://www.museuartecontemporanea.pt/ArtistPieces/view/28> Último acesso 13/01/2016.

<sup>53</sup> O irmão mais novo de Raphael Bordalo Pinheiro, o pintor Columbano Bordalo Pinheiro (1857- 1929), ao contrário do notável chargista, começara a estudar desde os 14 anos na Escola de Belas-Artes de Lisboa e, a partir de 1881 foi contemplado por uma bolsa de estudos, D. Fernando Saxe-Cotemburgo, viúvo de D. Maria II, pagava do próprio bolso. Voltando a Lisboa dois anos depois, passaria a frequentar o Grupo do Leão, formado por artistas que aspiravam por uma revolução estética, e o eternizaria em mural, feito com o irmão. Dentre os muitos intelectuais que retratou estariam, além de Antero de Quental que tão viva impressão causaria, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Teófilo Braga, dentre outros. Em 1901, passaria a professor de pintura histórica na mesma academia onde iniciara os seus estudos na juventude. Após 1911, passou a diretor do Museu de Arte Contemporânea, onde permaneceria até a aposentadoria.

<sup>54</sup> Desenhista e aquarelista, ilustrador em periódicos e livros de temas os mais variados, decorador, caricaturista, jornalista, ceramista e professor, Raphael Bordalo Pinheiro (1846-1905) era um aluno de talento, mas inquieto, que iniciou os seus estudos sucessivamente na Academia de Belas-Artes, como o irmão Columbano, no Curso Superior de Letras e na Escola de Arte Dramática, para desistir mais adiante. O pai, preocupado com a sua instabilidade, conseguiu-lhe emprego na Câmara dos Pares, onde começaria a exercer a sua veia humorística. A caricatura, que principiara por traquinagem, acabou por lhe assegurar o reconhecimento, com uma demanda crescente, a partir de 1870, em toda sorte de publicações. Bordalo Pinheiro criaria um personagem essencialmente popular o *Zé Povinho*, por meio do qual criticaria a resignação do povo português diante dos casos de corrupção e demais problemas que assaltavam o cotidiano luso. Seria um dos frequentadores do Café de Leão Ouro e comporia com o irmão o painel que eternizaria o Grupo do Leão.

quimérico, como costumeiramente alardeia a parte que se julga atingida – demanda leitura de mundo e o apuro técnico, como Henri Bergson desvela:

A arte do caricaturista consiste em captar esse movimento às vezes imperceptível, e em torná-lo visível para todos os olhos mediante ampliação dele. Ele faz com que seus modelos careteiem como se fossem ao extremo de sua careta. Ele adivinha sob as harmonias superficiais da forma, as revoltas profundas da matéria. Efetua desproporções e deformações que poderiam existir na natureza se ela pudesse ter vontade, mas que não puderam concretizar-se, reprimidas que foram por uma força melhor. A caricatura, que tem algo de diabólico, ressalta o demônio que venceu o anjo. (BERGSON, 1983, p. 17)

O poder da ironia, portanto, mostra-se mais eficiente do que quaisquer compêndios laudatórios, porque não há nada mais impactante do que disparar em poucos traços que *o rei está nu*<sup>55</sup>. Haja vista o arrazoado que Fialho de Almeida redige para brindar a participação de D. Carlos na exposição do Grêmio Artístico de 1889. O rei notabiliza-se como um excelente marinista, mas o resenhista não se faz de rogado e exerce a sua crítica afiadíssima:

O Rei D. Carlos com o seu *Levantar duma armação de atum* (Algarve), é dos que mais cavaleiramente hombream no certamen. O seu pastel, mau grado o ser filhado na instantaneidade um pouco mecânica do Kodak, tem todavia qualidades de quadro que põem o monarca em artista, desmentindo o parecer dos que vêem na obesidade um signal d'estupidez. Desenho largo, seguro traço, compreensão integral do conjunto de fôrmas que em matéria d'arte pintada devam constituir o *quadro*, isto é, o drama completo, synthetico, característico dum mais vasto ciclo d'estados emotivos – tudo isto há no pastel do reisete portuguez, que se não fôra aquela côr de lytographia colorida, seria um dos mais flagrantes trechos da vida piscatória, fixados em papel, desde alguns anos. [...] Estas aptidões artísticas [...] teem-no conseguido pôr sympathicamente até aos olhos dos jacobinos ferozes, que enfim, á frase clássica do rei “reina e não governa”, não teem remédio senão acrescentar a atenuante, “mas já pinta”. [...]. No caso dele, guiando-nos o critério de que todo homem valido tenha obrigação de ser útil dentro da esfera em que é eleito, o que nos cumpriria fazer era abdicar sem perda de tempo, e abrir atelier de pintor retratista, com vista aos atuns d'ambos os sexos. (ALMEIDA, 1915, p. 181-182)

Ao questionar a atuação do monarca enquanto governante, particularmente em 1890, ano em que o descontentamento popular cresce, até culminar com o *Ultimatum*<sup>56</sup>, Fialho de

<sup>55</sup> Evocação a *A roupa nova do imperador*, de Hans Christian Andersen, cuja primeira publicação ocorreu em 1837.

<sup>56</sup> Como salienta Nuno Severiano Teixeira “O *Ultimatum* é um acontecimento de política externa — pelas suas causas diplomático-coloniais— que se transforma e ganha relevo como acontecimento de política interna—pelos seus efeitos político-ideológicos” (TEIXEIRA, 1987, p. 687). Com a abolição do tráfico negreiro, o continente africano quedou relativamente esquecido entre as décadas de 40 e 60 de oitocentos. No entanto, desde a Regeneração e a criação do Conselho Ultramarino, Portugal passara a preocupar-se com suas possessões em África. Desde a década de 70, no entanto, reacendeu-se o interesse europeu pelo continente africano. Além das questões de ordem econômica – a predação de matérias primas e a consolidação de novos mercados, além do papel estratégico que os pontos de apoio nos territórios africanos conferiam às navegações – havia também o seu papel simbólico, porque começavam a desenhar-se as grandes ideologias coloniais. Particularmente, para Portugal, as possessões africanas eram uma questão de honra e ilustravam a vocação colonial lusa. Mas a partir de 1875, a tese dos direitos históricos no direito internacional perderia terreno para a tese da ocupação efetiva, o

Almeida põe o dedo na ferida e sinaliza uma insatisfação que só faz crescer nos anos seguintes.

Figura 15 – *O Dia de Reis*. Litografia colorida. Rafael Bordalo Pinheiro, [19--]



Fonte: <http://becastanheiradepera.blogs.sapo.pt/o-rol-dos-santos-reis-rafael-bordalo-144873>

### 2.3 Do Cenáculo ao vencidismo: *Ilusões perdidas*

Os espaços de sociabilidade que grassam na Europa em primórdios dos oitocentos são os herdeiros naturais das academias (protagonizadas, majoritariamente, por homens) e das assembleias (protagonizadas por mulheres) setecentistas, de fundamental importância para o pensamento iluminista, por que, “uma nova consciência (agora no sentido de opinião crítica)

---

que marcaria a corrida das nações europeias, cada uma mais preocupada do que a outra em demarcar o seu quinhão em território africano. Portugal pleiteava as terras compreendidas entre Angola e Moçambique, ao mesmo tempo em que tentava ganhar tempo para realizar as difíceis incursões e ocupações em solo africano, mas passaria a esbarrar nos interesses franco-belgas e ingleses. Como o projeto da África meridional portuguesa inviabilizava o projeto ferroviário inglês de ligação entre a Cidade do Cabo e Cairo, as notas diplomáticas foram ganhando em virulência até chegar a uma situação insustentável. A Inglaterra posicionou seus navios na costa africana e enviou em 11 de janeiro de 1890, o referido ultimato, instando que “se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares no Chire, país dos Macololos e Machonas se retirem”, ao que o reino português respondeu, na mesma noite, disposto a ceder às exigências inglesas e seguir com as negociações. Era o fim do acalentado “mapa cor de rosa”. Apesar de figurar como um fracasso da política externa portuguesa, Nuno Severiano Teixeira analisa que não havia o que pudesse ser feito pelos diplomatas lusos diante da massiva demonstração de força pelos britânicos. Mas à época, a desistência, ainda que única saída possível, se associaria ao sentimento latente de fraqueza e “desvirilização” da raça que os portugueses alimentavam, gerando fortes repercussões junto à opinião pública e resultando na queda do governo, em uma nota a mais de desprestígio para a monarquia portuguesa, e no recrudescimento dos movimentos nacionalistas e republicanos.

faria a sua aparição com renovada sensibilidade política”. (VIANNA, 2005, s.p.) Essa “intelectualidade de notáveis”, em princípio restrita aos círculos aristocráticos, expande-se, como sublinha Alexander Martins Vianna, e confere um novo *status* ao indivíduo:

(...) o surgimento de novos espaços de sociabilidade alternativos à corte e as transformações na vida econômica estimularam novos processos de construção de identidade que libertaram muitos indivíduos letrados dos referenciais político-jurídicos estamentais. Em larga medida, o termo “bom nascimento” perdera a exclusividade do referente que o ligava à nobreza de nascimento. Agora, um leque de novas opções sociais abriu-se devido à progressiva especialização técnica e funcional da vida social, exigindo dos membros desta sociedade boa formação intelectual e recursos materiais. Portanto, ser “bem fornido” e ser “bem letrado” tenderam a predominar como marcas de “excelência social”. De certa forma, isso se expressa, por exemplo, na recorrência de termos como “nobreza de espírito”, ou que determinados títulos acadêmicos passassem a “conferir nobreza” como forma de premiar o mérito. (VIANNA, 2005, s.p.)

Dentre as mais notórias academias estão a *Arcádia Lusitana*, inspirada na agremiação italiana *Academia dell’Arcadia*, que conta com a simpatia do Marquês de Pombal e a *Nova Arcádia*, que tem entre os seus membros o poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805). Mas as mulheres também protagonizam concorridas assembleias, como os salões promovidos por damas da aristocracia, como Teresa de Mello Breyner<sup>57</sup>, quarta Condessa de Vimieiro, e Leonor de Almeida Portugal de Lorena e Lencastre (1750-1839), a Marquesa de Alorna<sup>58</sup>. Vanda Anastácio explica que, em Lisboa, na segunda metade dos setecentos, ocorria:

(...) a difusão de uma forma de sociabilidade de um novo tipo, que diferia dos hábitos vigentes até então pelo facto de permitir o convívio entre homens e mulheres, uma prática quase inexistente nos anos anteriores ao terramoto de 1755.

<sup>57</sup> De D. Teresa de Melo Breyner (1739 - 1794), dama de honra e camareira-mor da rainha D. Mariana Vitória de Bourbon, descenderia Francisco Manuel de Melo Breyner (1837- 1903), o 4º Conde de Ficalho, Par do Reino e Mordomo Real, como era a tradição da família. De grande ilustração, que lhe permitiria atuar também como professor da Escola Politécnica de Lisboa, produziu um vasto material historiográfico e etnográfico, atuando também como contista. Compôs o grupo “jantante” *Vencidos da Vida*, que é como ficaria conhecida a Geração de 70, em sua última fase.

<sup>58</sup> Filha de D. João de Almeida Portugal, 2º Marquês de Alorna e de D. Leonor de Lorena, por sua vez, filha dos Marqueses de Távora, a jovem Leonor conheceria a ira desmedida do Marquês de Pombal que, sob a acusação de atentado a D. José I, sentenciara à morte os Távora, à prisão o pai e o irmão, e à sua reclusão, aos oito anos, juntamente com a mãe e as irmãs no Mosteiro de S. Félix, em Chelas, onde permaneceu até a morte do monarca e o afastamento de Pombal, vindo a completar dezoito anos. Dois anos depois, casou-se com o Conde de Oyenhausen. Mãe de oito filhos, passaria um bom tempo a viajar pela Europa, por conta das ocupações do marido. Mas já era respeitada como livre pensadora em Portugal, e conhecida pelo seu pseudônimo literário “Alcipe” entre os árcades. Retornou a sua terra em 1885 e promoveu os famosos salões literários, como informa Rachel Bello Vásquez “Das assembleas celebradas sob a protecção de alguma mulher ilustrada no período em foco, as mais citadas, (embora nom necessariamente conhecidos) som o de Joana Isabel de Lencastre Forjaz, [...] ou andado o tempo, o de Leonor de Almeida, posteriormente conhecida como Marquesa de Alorna.” (VÁSQUEZ, 2004, p. 2)

Os contemporâneos chamaram “assembleias” a esta nova forma de reunião, que tornou possível que um número significativo de mulheres instruídas difundisse os seus escritos e as suas ideias de modo discreto entre os intelectuais seus contemporâneos. Organizados por elementos da aristocracia e da alta burguesia, as assembleias tinham lugar em casas particulares e eram presididas pela dona da casa (acompanhada por seu marido). Tinham periodicidade regular (uma ou duas vezes por semana) e incluíam, para além da recitação, do improviso poético e da leitura de textos em voz alta, a execução musical, o canto e a dança. Sublinhe-se que, apesar da sua aparente informalidade, a assembleia só era acessível a um número restrito de participantes, admitidos ao convívio através de alguém que fosse já frequentador de um determinado grupo. (ANASTÁCIO, 2006, p. 3)

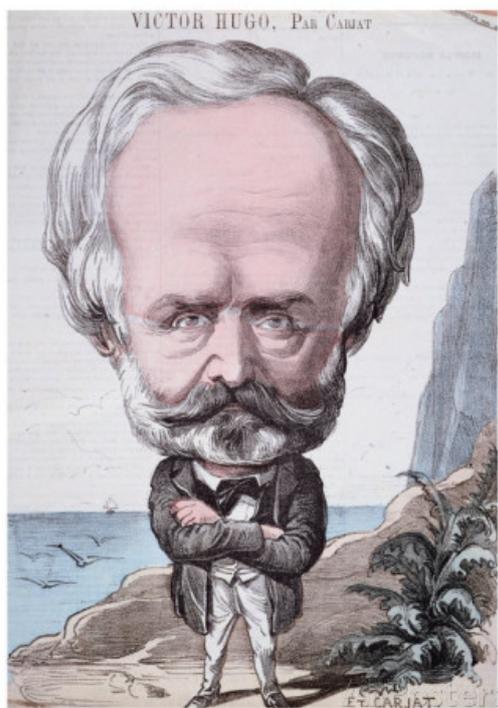
Vanda Anastácio esclarece também que os frequentadores são distinguidos por sua relevância no meio social ou por sua capacidade “para escrever poesia, improvisar ou declamar” (ANASTÁCIO, 2006, p.3), maneira pela qual se franqueia a entrada de um poeta como Bocage que, mesmo não pertencendo à alta aristocracia, transita nesse meio, o que faz do talento uma moeda de troca. Da nobreza de sangue à nobreza de espírito; a mobilidade social passa a ser admitida. Outra figura de relevo da sociedade portuguesa, Leonor de Almeida Portugal, depois de retornar do exílio – onde permaneceu entre 1802 e 1813, por apoiar a oposição a Napoleão Bonaparte – promove os seus salões literários, nos quais admite o jovem Alexandre Herculano, trazido pelas mãos de Antonio Feliciano de Castilho, cuja importância é capital para a oxigenação cultural do reino, como observa Rachel Vázquez:

Igual que outros mecanismos e espaços de sociabilidade como a correspondência ou as academias, aquelas formavam parte também das estratégias para desenhar grupos, que identificando-se publicamente por meio dos seus relacionamentos sociais, eram definidos fundamentalmente pelos seus posicionamentos ideológicos, a orientação das suas atuações e as suas estratégias de acumulação de poder e de intervenção no campo. A existência dessas estratégias de intervenção convertiam a lealdade a um determinado círculo em fundamental para os membros de cada grupo, do qual podemos concluir que se estabelece nesta altura uma concorrência entre as damas da primeira nobreza e outras de mais baixa procedência social por agrupar em torno a elas um maior número de elementos do campo intelectual. Parece evidente que esta concorrência responderia a uma luta dentro do campo social português na segunda metade do século XVIII por aumentar o capital simbólico de cada família. (VÁZQUEZ, 2004, p. 5)

No século XIX, no entanto observam-se mudanças substantivas, a começar pelo *status* dos seus porta-vozes. A aristocracia, com o poderio diminuído, deixa de ser a promotora das tertúlias literárias e musicais e a burguesia, ao investir fortemente no capital simbólico para se enobrecer, passa a herdeira dos espaços de sociabilidade. Em França, na década de 20, “Victor Hugo é convidado a compor o *Cenáculo*, em reuniões organizadas por Charles Nodier, romancista protorromântico, na Bibliotheque de l’Arsenal, da qual é o bibliotecário.

Em dois anos, Victor Hugo tornara-se animador do seu próprio cenáculo, levando consigo a maior parte dos jovens escritores. ” (Jonhson, 2006, p. 161).

Figura 16 – Victor Hugo. Litografia colorida. Ethienne Carjat, 1867. Le Drolatique n. 12.



Fonte: Museo del Dibujo, 2013, p. 6.

Na década de 1830, a iniciativa renasce com *Les Petits Romantiques*, que formam *Le Petit Cenacle*, sob a batuta de Théophile Gautier e Gérard de Nerval e, trinta anos depois, começa a fervilhar em Coimbra e depois pelos cafés de Lisboa uma turba irreverente a se nominar *Cenáculo*, numa clara deferência a “Papá Hugo”, como é distinguido o autor francês. Como José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915) testemunha:

O Cenáculo era uma pequena reunião de rapazes em sessão permanente em casa de Antero. Uns passavam lá o dia. Outros iam lá ficar de noite. Todos ali tinham os melhores de seus livros, as suas notas, as suas provisões de princípios e de tabaco. Cada um desses homens possuía, pelo menos, uma das ciências capitais que constituem as bases dos conhecimentos humanos: a física e a química, as matemáticas, a fisiologia, o direito, a história, a linguística. Antero de Quental, cabeça verdadeiramente enciclopédica, um dos mais sólidos e profundos entendimentos que tem produzido este século, era como a lógica viva daquele foco intelectual.<sup>59</sup>

<sup>59</sup> Acessível em <https://lusografias.wordpress.com/2008/08/31/ramalho-ortigao-eca-e-o-cenaculo/>

Assim é se lhe parece. Afinal, o próprio Ortigão está implicado com o nascimento de um grupo singular na vida intelectual portuguesa do *fin de siècle*, mas, à medida em que doura a pílula, enaltece a si próprio. Nem todos, no entanto, conferem esta dimensão idílica ao grupo. Para Fialho de Almeida, o Grupo do Cenáculo, não era mais do que:

(...) uma especie de bohemia artistica formada em Lisboa pelos insurrectos de Coimbra, já bachareis e sem emprego, de roda aos deslumbramentos do cavaco d'Anthero, cujo mysticismo metaphysico fazia d'ele uma especie de genio perturbante e illuminado, ajuntando-se-lhes outros de proveniencia varia, de rustilhão com alguns janotas simplesmente interessados de fisgar pela evidencia modo de vida ou casamento. (ALMEIDA, 1923, p. 127)

Mesmo que a avaliação de Fialho de Almeida não seja das mais lisonjeiras, também ele, na posição de antagonista, os seus próprios interesses. De fato, o Cenáculo constitui-se enquanto *carte de visite* desses novíssimos escritores que, à medida que os encontros crescem em regularidade, escolhida como “quartel-general” a residência de um dos seus membros<sup>60</sup>, afiam as suas garras. O que surge como uma aventura inconsequente encontra ressonância no meio literário, porque Antero de Quental e Teófilo Braga, ambos poetas estreantes, apresentam produções suas a António Feliciano de Castilho, referência de toda uma geração, o qual lhes dá somenos importância. Mas, o mesmo Castilho, ao prefaciá-lo o *Poema da Mocidade*, de Manuel Pinheiro Chagas, endossa a poética do protegido e tece críticas à Geração Coimbrã. Antero e Teófilo tomam as dores para si e respondem vários tons acima à crítica felicianiana, alimentando uma contenda que se estenderia por seis meses, entre 1865 e 1866, conhecida como a *Questão Coimbrã* ou ainda como a *Questão do Bom Senso e Bom Gosto*<sup>61</sup>. Importa destacar que, abaixo da superfície a espelhar a celeuma literária está em jogo

---

<sup>60</sup> O ponto de encontro em Lisboa pertencia a Jaime Batalha Reis. Mas alguns eram oriundos da Universidade de Coimbra, dentre os quais Antero de Quental, que lá chegara em 1858, e Eça de Queirós que aos dezesseis anos ingressaria na Faculdade de Direito, onde se bacharelaria em 1866. A esses se juntariam Manuel Arriaga e Teófilo Braga, também da universidade, e os “de fora”: Oliveira Martins, Adolfo Coelho e o próprio Batalha Reis.

<sup>61</sup> Conforme António José Saraiva: “António Feliciano de Castilho, o velho mestre, prefaciara o Poema da Mocidade de Pinheiro Chagas, em estilo romântico tradicional, contrapondo-o aos novos estilos de Antero de Quental, em *Odes Modernas*, de Teófilo Braga, em *Visão dos Tempos* e de Vieira de Castro, hoje esquecido. Antero respondeu com um panfleto, que teve um sucesso instantâneo e memorável, *Bom Senso e Bom Gosto*, [...]. Seguiram-se dezenas de outros panfletos, quer de escritores veteranos, quer de jovens estreantes. [...] Depois de *Bom senso e Bom Gosto* Antero publicou um segundo panfleto com o título *A Dignidade das Letras e as Literaturas Oficiais*, onde insiste em que o seu ponto de vista na polémica é moral mais do que literário. O que o repelia em Castilho era o oportunismo e a adulação do mundo estabelecido (como ele bem sabia instintivamente desde a estadia de Castilho em Ponta Delgada). (SARAIVA, 1990, p. 25)

a cadeira de professor de literatura moderna, no Curso Superior de Letras. As hostes rivais, defendendo os respectivos candidatos – Castilho, enquanto apoiador de Pinheiro Chagas, e Teófilo Braga, como o nome da nova geração –, exibem publicamente o seu poder de fogo. Como Ana Cristina Comandulli observa:

Os responsáveis pelo apagamento de António Feliciano de Castilho também tiveram um grupo que os apoiou. A história comprova que as sociabilidades mudaram de nomenclatura ao longo dos anos – arcádias, academias, sociedades, grupos –, sempre com o mesmo objetivo, o de firmarem-se em um determinado contexto. António Feliciano de Castilho utiliza as sociabilidades como estratégia de promoção cultural, e faz dos paratextos, tipo textual tão utilizado por ele, a continuidade ou ênfase desse trabalho, razão pela qual a Geração de 70 o critica e ataca como organizador de uma sociedade do elogio mútuo. (COMANDULLI, 2015, p. 128)

Com roupagens atualizadas, um novo espaço de sociabilidade abre-se para os seus membros e ganha em proeminência política. No entanto, como Fialho de Almeida analisaria *a posteriori*, o episódio reverbera porque “Essa geração nascera, toda gente o sabe, da bestificação em que cahira, pela mingua de creadores originaes a litteratura portuguesa, reduzida a traduções de poetas latinos e á imundicie do elogio mutuo, causas longinquas da dissidência coimbrã contra o pontificado de Castilho.” (ALMEIDA, 1923, p. 127) Como o próprio Eça admite, passados trinta anos, o epíteto de “arcade póstumo” que Teófilo Braga, no calor da refrega, impingira a Castilho não lhe faz justiça:

O velho Castilho, contra quem se ergueram então tantas lanças e tantos folhetos, não se petrificara realmente numa forma literária que pusesse estorvo à delgada corrente do espírito novo. Fora, é verdade, trovador e bardo; mas renovara o naturalismo clássico com as suas traduções de Virgílio; e passara para a nossa língua Molière, um dos mais nobres avós da família psicóloga. Todas estas almas diversas (é certo) as moldava dentro de uma vernaculidade arcádica que as deformava: mas a sua arte de escrever era polida, e houve dignidade e beleza no seu prolongado amor das Letras e das Humanidades. (Seriam hoje úteis, entre nós, um ou dois Castilhos.) (QUEIRÓS, 1896, p.484)

Teófilo Braga torna-se professor universitário e Pinheiro Chagas ganha estatura política com o correr dos anos, mas não há de perdoar a afronta. E se, ainda hoje, detemo-nos nesse episódio é porque vários dos que esgrimem verbalmente com Castilho, amadurecem e partem, seis anos depois, para uma iniciativa de verve, forjada nas leituras insones de Proudhon e Taine e na forte impressão que lhes causara a deposição da monarquia, ainda que por um período relativamente curto na vizinha Espanha:

A efêmera república proclamada a seguir à fuga da rainha Isabel II incendiava a imaginação dos radicais portugueses: era uma república latina, mesmo aqui ao lado,

num país irmão, viva, palpável. [...] Era bem oportuno o nome do jornal [República] que Oliveira Martins e os seus colaboradores iam fundar. Aparentemente a ideia de um estado sem chefe hereditário ainda era inconcebível na Península. (SARAIVA, 1990, p. 18)

Não bastasse o simbolismo deste acontecimento, em 1870, outro episódio de maior expressão mobiliza toda a Europa: a Comuna de Paris. A tomada do poder pelos *comunards* e a violenta repressão que consegue calá-los exige uma tomada de posição e a resposta vem desenhada como um ciclo de palestras sobre o Portugal contemporâneo<sup>62</sup> pelo grupo que mantém remanescentes do antigo Cenáculo e agrega outros pensadores<sup>63</sup>. A abertura com Antero de Quental, em 22 de maio, versa sobre "O Espírito das Conferências". Ele próprio torna à carga, cinco dias depois, com as "Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos"<sup>64</sup>. Augusto Soromenho, em seguida, comparece com a conferência "Literatura Portuguesa" e Eça de Queirós, com "A literatura nova. O Realismo como expressão da arte". Adolfo Coelho, com "O Ensino", em 19 de julho, é o último a compartilhar as suas reflexões com o público do Casino Lisbonense, porque o Estado suprime a manifestação do grupo<sup>65</sup>. A postura aguerrida dos jovens intelectuais retoma a luta dos primeiros liberais. No entanto, mais inusitada para os conservadores é a concepção de obra de arte focalizada sob outros prismas, como destaca Carlos Reis: "A aspiração e a obra do espírito revolucionário têm mesmo em vista três aspectos, sem os quais não se completam: o verdadeiro na ciência, o justo na consciência, o belo na arte." (REIS, 1988, p. 135)

A proibição das conferências por António José d'Ávila só aumenta a grita dos que assumiram a empreitada por sua conta e risco, ao mesmo tempo em que obtém a adesão de nomes do porte de Alexandre Herculano. Clama-se por liberdade de expressão e coloca-se em xeque também o princípio da equidade, porque, como Eça de Queirós advoga, é um absurdo

<sup>62</sup> Porque ocorreram no Casino Lisbonense, alugado para esse fim, as "Conferências Democráticas", organizadas por Antero de Quental, passaram a ser assim referendadas.

<sup>63</sup> Constavam na assinatura do programa os "seguintes nomes: Adolfo Coelho (o jovem etnógrafo), Antero de Quental, Augusto Soromenho (professor do Instituto Superior de Letras), Augusto Fuschini (estudante de Matemática em Coimbra), Eça de Queiroz, Germano Vieira Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, J. P. Oliveira Martins e Teófilo Braga (Sabemos que Teófilo foi convidado por Antero, mas ignoramos a sua resposta. Antero assinou por ele. [...])." (SARAIVA, 1990, p. 43)

<sup>64</sup> Embasado pelas teses de Alexandre Herculano, Antero responsabiliza o Concílio de Trento (1545-1563), a centralização política operada pela monarquia absoluta e o sistema econômico que desde os descobrimentos operava segundo uma lógica predatória, pelo atraso em que Portugal vigia na contemporaneidade.

<sup>65</sup> As demais conferências, de Salomão Sáraga, Antero de Quental, Jaime Batalha Reis e Adolfo Coelho versavam, respectivamente, sobre: "Historiadores críticos de Jesus", "A república"; "O socialismo" e "A instrução primária", conforme o plano inicial.

calar as conferências e deixar circular as obras de autores (Renan, Michelet, Proudhon, Louis Blanc, etc.) tão críticas como os encontros que se propunham a realizar. Aos pouco foi possível perceber que aos arroubos estudantis de 1865 sobrevêm a maturidade expressa em um programa consistente para repensar a nação sob perspectivas diversas. Por sua vez, a proibição notabiliza o grupo, cujas ideias ganham asas com a inesperada publicidade, e igualmente ruidosa é a condenação de Alexandre Herculano à truculência governamental:

Erro deplorável. Idéa perseguida, idéa propagada; lei perpetua do mundo moral, perpetuamente esquecida pelo poder. Por certo o governo teria obrigação de manter a religião do estado como tem obrigação de manter todas as instituições do paiz. O respeito pela inviolabilidade do pensamento entra também no numero de suas obrigações. E quando a religião do Estado e a liberdade do pensamento colidem, é aos tribunaes judiciais que cumpre dirimir a contenda. O discurso oral é manifestação da idéa como o é o discurso escripto. Não se póde supprimir o escritor. Para um, como para outro, ha a responsabilidade e a punição. (HERCULANO, 1871, P. 257)

Herculano, ao relevar a relação problemática entre a Igreja e o Estado, não perde de vista a defesa de “um cristianismo de corte ancestral, identificado com os anseios mais legítimos e mais puros da pessoa humana e depois confirmados, na justeza, pelo ideário liberal”. (REIS, 1990, p. 78) No entanto, o liberal de cepa e os conferencistas passam de pedra a vidraça, porque a decisão das autoridades, segundo os conservadores, mostra-se “quando muito uma repressão prudente de um diluvio de idéas contrárias á religião do paiz, e que ameaçavam inundar a crença religiosa da grande maioria dos portugueses, que pelo voto mesmo do snr. A. Herculano, o governo tem obrigação de sustentar e defender em virtude do artigo 6º da Carta Constitucional da Monarchia.” (AZEVEDO, 1873, p. 10) O senso comum enxerga no ato de protesto um atentado à religião católica e o aviltamento da família portuguesa, haja vista o arrazoado que o articulista Sousa Monteiro<sup>66</sup> tece:

(...) o snr. A. Herculano por ódio a Roma propunha o casamento civil e a amputação da dogmática do catholicismo. [...] Ora, isto não póde por forma alguma conservar-lhe as sympathias dos homens religiosos, pois mau grado seu, ao par das palavras mui doces e brandas que lhes soam aos ouvidos, veem a pátria e a família feridas por desgraças infandas. (MONTEIRO, 1875, p. 119-120)

A médio prazo a iniciativa revolucionária abre sendas no regime e deixa transparecer a simpatia de muitos pelo socialismo utópico de Proudhon e pelo republicanismo, o que acentua

---

<sup>66</sup> Sousa Monteiro apresenta-se como o "principal redator do Bem Público", de perfil conservador. O *Bem Público: Jornal catholico, scientifico e litterario* teve como principal redator o Marquês de Vallada e circulou em Lisboa entre 1857 e 1877. (Cf. RAFAEL; SANTOS, 2001, p. 102)

as críticas contra a claudicante monarquia constitucional. Essa juventude inquieta passa a matutar um novo modelo de nação; vem à mente um retrato pouco lisonjeiro da burguesia que desdobra no espaço doméstico as pequenas corrupções naturalizadas no espaço público, o que a leva a empunhar bandeira e lança para “espicaçar a sociedade”, com vistas a um projeto civilizatório efetivo.

Essa maneira combativa de lidar com os acontecimentos demanda um novo olhar, como observa Elza Miné: “Ontem, como hoje, para fazer ver (verdadeiro ou não...) o jornalista é, antes de tudo, aquele que olha. Olha e vê (às vezes também não vê ou não quer ver). [...] O jornalista olha e percebe imagens, mas não apenas para si. O que na verdade faz é construir imagens para que os outros as vejam por seus olhos. Ele olha para ver e fazer ver.” (MINÉ, 2000, p. 78), o que reforça o papel da visualidade, nas últimas décadas do oitocentos e confere ao intelectual finissecular um novo status. Como Jonathan Crary reitera, há que:

[...] delinear um sujeito observador que é a um só tempo causa e consequência da modernidade no século XIX. Em linhas muito gerais, o observador sofre um processo de modernização no século XIX, ajustando-se a uma constelação de novos acontecimentos, forças e instituições que, juntos, podem ser definidos, de modo vago e talvez tautológico, como “modernidade”. (CRARY, 2012, p. 18-19)

Sob essa aura de comentadores da realidade circundante, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão iniciam, ainda em 1871, a veiculação do periódico mensal *As Farpas: chronica mensal da politica das letras e dos costumes* (1871-1882), cujo viés editorial opta por um jornalismo que fomente a opinião pública incipiente. A decomposição pela ironia de velhas práticas e comportamentos arraigados dessa mesma sociedade torna evidente a intenção provocativa, o que, para Hegel, tem o seu valor, porque:

(...) a opinião pública merece ser tanto *respeitada* como *desprezada* [:] desprezada segundo sua consciência e sua externalização concretas, respeitada segundo seu fundamento essencial, que apenas aparece mais ou menos turvado naquele concreto. Posto que ela não tem nela o critério da diferenciação nem a capacidade de elevar dentro de si o aspecto substancial até o saber determinado, assim a independência em face dela é a primeira condição formal para alcançar algo de grande e de racional (na efetividade como na ciência). Esse de sua parte, pode estar seguro de que ela [a opinião pública] na sequência o admitirá, reconhecerá e fará um de seus pré-juízos. (HEGEL, 2010, p. 292-293)

A inspiração, buscam-na no satírico *Les Guêpes*, de Alphonse Karr, que, desde 1839, distribui ferroadas à larga, em bom francês. O modelo vem a calhar, porque lhes apetece atingir o leitor com o agulhão da crítica sociocultural, o que logo atrai a atenção de muitos e a

ira de outros tantos. Por sinal, Charles Baudelaire (1821-1867), referendado poeta francês, também serve de mentor para o grupo, quando, ao assentar os fundamentos da comicidade, pontua que:

O riso é satânico; ele é, pois, profundamente humano. Ele é, no homem, a consequência da idéia de sua própria superioridade; e, com efeito, como o riso é essencialmente humano, ele é essencialmente contraditório. Quer dizer que ele é, ao mesmo tempo, marca de uma grandeza infinita e de uma miséria infinita: miséria infinita, se comparado ao Ser absoluto, do qual ele possui a concepção; a grandeza absoluta, se comparado aos animais. É do choque perpétuo entre esses dois infinitos que surge o riso. (BAUDELAIRE, [19--], p.6)

Refinada nas longas tertúlias noite adentro a esgrima verbal há de marcar as vidas e plasmar os escritos destes Homens de Letras, uma vez que o fazer jornalístico permite-lhes debruçar sobre questões as mais comezinhas para que a *bengalada do homem de bem*, que ambos desferem n'As *Farpas*, cumpra o seu papel depurativo. Aliás, a epígrafe que encima o periódico, em circulação entre 1871 e 1883, verte integralmente as palavras de Proudhon:

Ironia, verdadeira liberdade! És tu que me livras da ambição do poder, da escravidão dos partidos, da veneração da rotina, do pedantismo das ciências, da admiração das grandes personagens, das mistificações da política, do fanatismo dos reformadores, da superstição deste grande universo e da adoração de mim mesmo. (PROUDHON *apud* ORTIGÃO, 1946, s.p.)

Com um mantra de tal magnitude, os autores dizem a que vieram e desvelam o ridículo a que estamos sujeitos. Mas Eça de Queirós vai além e adentra pelo campo da ficção para descortinar para o leitor as situações que no dia a dia podem até passar em brancas nuvens, mas que, quando postas sob análise, nos remetem a reflexões mais profundas, quais sejam: a ética, a moral e a tradição, dentre outras. Ele sabe que a ficção faz pensar e, ao direcionar o olhar para o espaço doméstico, percebe-o como o ancoradouro do indivíduo. Haja vista a primeira impressão que o narrador de *Singularidades de uma rapariga loira* tem de Macário, que, em uma viagem de trem, narra um episódio marcante de sua vida:

Começou pois por me dizer que o seu caso era simples – e que se chamava Macário. Perguntei-lhe então se era duma família que eu conhecera, que tinha o apelido de *Macário*. E como ele me respondeu que era primo desses, eu tive logo do seu caráter uma ideia simpática, porque os Macários eram uma antiga família, quase uma dinastia de comerciantes, que mantinham com uma severidade religiosa a sua velha tradição de honra e de escrúpulo. (QUEIRÓS, 1970, p. 1094)

A personagem evoca a honra familiar, o que por si desperta a imediata simpatia do narrador. A família de Macário compõe uma “quase uma dinastia de comerciantes”, o que nos remete à conquista da tão almejada “nobreza de espírito” segundo o pensamento corrente: o acesso ao estamento social superior, galgado à custa de muito esforço. Seu tio, dono da loja em que trabalha, encarna a retidão moral dos ancestrais.

O narrador percebe em Macário a “carne viva de uma lembrança”, uma marca indelével que rescende “a mulher”. Ao tirar os “grossos sapatos de casimira, com sola forte e artilhos de couro” que traduzem a força de caráter e uma certa bruteza de espírito adquiridas em meio às intempéries da vida, Macário passa às reminiscências e volta aos seus vinte e dois anos quando era “naturalmente linfático e mesmo tímido”; vivia uma “existência [...] caseira e apertada. Uma grande simplicidade social aclarava os costumes: os espíritos eram mais ingênuos, os sentimentos menos complicados.” (QUEIRÓS, 1970, p. 1094)

A sugerida inocência, fruto da vida circunscrita ao espaço doméstico e à inexperiência de Macário, que à época, “[...] ainda não tinha – como lhe dizia uma velha tia, que fora querida do desembargador Curvo Semedo, da Arcádia – “sentido Vénus.” (QUEIRÓS, 1970, p.1096), introduz uma justificativa plausível para a obnubilação perceptiva que acomete a personagem. Cabe, no entanto, observar que o olhar perscrutador da tia adiciona uma nota dissonante à genealogia, visto que os demais parentes “mantinham com uma severidade religiosa a velha tradição de honra e escrúpulo.” A experiência afetiva da preferida do desembargador faz um contraponto com a falta de conhecimento que Macário demonstra no campo sexual; desvantagem que há de conferir maior consistência ao desenrolar da trama.

Diante desse moço virgem, “louro, com a barba curta [e] o cabelo anelado [com] aquele ar seco e nervoso que depois do século XVIII e da Revolução, [...] tão vulgar nas raças plebeias” (QUEIRÓS, 1970, p.1096) abre-se uma janela. Nela surge uma rapariga loura “por trás de uma cortina de cassa bordada” que, como diz o narrador, desde os tempos de Goethe servem para **revelar**. Até mesmo o “famoso escritor romântico alemão” é arrolado, para compor o esteio do interlúdio amoroso. No entanto, ao contrário da ambiência romântica que situa os amantes nas mais elevadas esferas, o que Macário sente é o prazer do *voyeur* a enredá-lo, o que o conduz à situação de desequilíbrio, uma vez que, segundo Georges Bataille:

O erotismo, já o disse, é a meus olhos o desequilíbrio em que o próprio ser se coloca em questão, conscientemente. Em certo sentido, o ser se perde objetivamente, mas

então o sujeito se identifica com o objeto que se perde. Se for preciso, posso dizer, no erotismo: EU me perco. Sem dúvida não se trata de uma situação privilegiada. Mas a perda voluntária implicada no erotismo é flagrante: ninguém pode duvidar dela. Falando agora do erotismo, tenho a intenção de me exprimir sem rodeios em nome do sujeito, mesmo se, para começar, introduzo considerações objetivas. Mas, se falo dos movimentos do erotismo objetivamente, devo sublinhá-lo logo, é porque a experiência interior nunca é dada independentemente de visões objetivas; nós a encontramos sempre ligada a tal ou tal aspecto, inegavelmente objetivo. (BATAILLE, 2014, p. 55-56)

Os primeiros elementos que, como leitores, colhemos daquela loura de olhar azul que faz Macário se sentir “envolvido na doçura do céu” são todos materiais: a cortina, “a almofadinha de rebordo de peitoril” e, em especial,

[o] leque que preocupou Macário: era uma ventarola chinesa, redonda de seda branca com dragões escarlates bordados à pena, uma cercadura de plumagem azul, fina e trêmula como uma penugem, e o seu cabo de marfim, de onde pendiam duas borlas de fio de ouro, tinha incrustações de nácar à linda maneira persa.

Era um leque magnífico e naquele tempo inesperado nas mãos plebeias duma rapariga vestida de casa. Mas como ela era loura e a mãe tão meridional, Macário, com esta intuição interpretativa dos namorados, disse à sua curiosidade: *será filha dum inglês*. O inglês vai à China, à Pérsia, à Ormuz, à Austrália e vem cheio daquelas joias dos luxos exóticos, e nem Macário sabia porque é que aquela ventarola de mandarina o preocupava assim: mas segundo ele me disse – “aquilo deu-lhe no goto”. (QUEIRÓS, 1970, p. 1096)

Impressiona-nos, leitores do século XXI, como um simples leque traz em suas dobras tantas camadas de significado. Mas, se focalizarmos aquele mundo em seus ínfimos detalhes, entenderemos que os jogos de galanteria entre homens e mulheres são cifrados porque pressupõem o máximo de discrição. Especialmente reprimidas no que tange às estratégias de sedução, elas dispõem de toda a sorte de objetos moldáveis à codificação – lenços, missais, sombrinhas, leques e chapéus – com vistas a estabelecer uma eficiente “sinalética comunicativa”<sup>67</sup> com o sexo oposto. Em sociedade, cada posição do leque veicula uma mensagem direta aos interessados: da simples rejeição ao expectável acolhimento.

Ocorre que a vizinha defronte à janela de Macário veste-se de modo simples, mas tem uma ventarola que mostra e oculta o seu rosto, remetendo à sensualidade do movimento. A peça que tem em mãos também evoca o exotismo e o luxo de terras distantes, o que faz circundar a moça de um erotismo que não combina com a sua efígie casta. Ao mesmo tempo em que Macário se deixa inundar pelo desejo, vê acender uma luz de alerta quanto à lisura da vizinha.

---

<sup>67</sup> Cf. PAIS, 2007, s.p.

A iniciativa de travar o primeiro contato vem da moça que, em companhia da mãe, atravessa a rua e entra na loja a pretexto de ver uns lenços importados. Surge o pretexto para os primeiros dedos de prosa entre ambos, enquanto os caixeiros procuram em todo canto um pacote de lenços da Índia que estranhamente se perdera. Os encontros amorosos passam a ocorrer em “assembleias simples e pacatas, onde se cantavam motetes ao cravo, se glosavam motes e havia jogos de prendas do tempo da Senhora D. Maria I, e às 9 horas, a criada servia a orchata.” (QUEIRÓS, 1970, p.1098), o que ratifica figurarem esses espaços de sociabilidade em oportunidade de a burguesia ver e ser vista, firmando contatos úteis. Entretido pela moça, Macário deixa cair uma moeda de ouro, perde-a de vista e não mais a recupera, o que o irrita sobremaneira e faz com que desconfie de outro comensal.

Firme em seu intento matrimonial, Macário pede licença ao tio, o qual, entre “majestoso e terrível”, entende não ser a menina Vilaça adequada para o jovem guarda-livros. Ao enfrentar a vontade do patrão e tio, Macário tem de deixar o emprego familiar, a que narrador secunda: “As antigas educações produziam estas situações insensatas. Era brutal e idiota. Macário afirmou-me que era assim.” (QUEIRÓS, 1970, p. 1102) A decisão do jovem, no entanto, tem um custo alto e o expõe às tênues ilações entre o público e o privado. Desempregado, ele enfrenta privações, sem deixar de dedicar-se ao namoro, mas “não a via de dia, porque trazia já a roupa usada, as botas cambadas, e não queria mostrar à fresca Luísa, toda mimosa nas suas cambraias asseadas, a sua miséria remendada: [...]” (QUEIRÓS, 1970, p.1103)

A saída que se apresenta a Macário é emigrar para a África, ajustando o consórcio para dali a um ano, porque “os lucros de Cabo Verde não podiam constituir um capital definitivo: eram apenas um capital de habilitação.” (QUEIRÓS, 1970, p. 1105). “Amor” e “negócio” ocupam o mesmo campo, arrolados ao montante de investimentos exigido para que o pretendente constitua família e nome. Ao mesmo tempo, ao voltar-se integralmente para o trabalho, tendo em vista o casamento com Luísa, Macário é interdito frente ao desejo sexual. Bataille analisa esse movimento como produtivo, uma vez que:

[...] O interdito executou de antemão as tarefas da ciência: afastava da nossa consciência seu objeto que ele interdizia; furtava ao mesmo tempo à nossa consciência – à consciência clara, ao menos – o movimento de pavor cuja consequência era o interdito. [...] Sem o interdito, sem o primado do interdito, o homem não teria podido chegar à consciência clara e distinta, sobre a qual a ciência está fundada. (BATAILLE, 2014, p. 60)

Como afiançara o empreendimento comercial de um suposto amigo que vem a se escafeder com a mulher de um alferes, Macário vê-se moralmente obrigado a honrar-lhe as dívidas. É um duro golpe, mas ele não se furta a ressarcir os credores e, novamente empobrecido, prepara-se para reviver toda a sorte de agruras em Cabo Verde, não fosse o tio, sabedor por terceiros da sua integridade, reconduzindo-o à antiga residência e elevando-o à condição de sócio. Reconhecido por suas mais caras virtudes, que, em suma, são as de sua família, obtém a tão sonhada permissão para casar com Luísa, pois as provas de iniciação que enfrentara durante o período de privações credenciam-no como homem de bem frente ao tio e como pretendente confiável junto a Luísa e sua mãe.

Aguçando um pouco mais o olhar, percebemos que, desde o início da narrativa, as *coisas* estão a serviço da caracterização das personagens. Dentre os primeiros elementos a compor o sexagenário estão as grossas botas de casimira, assim como os demais passageiros do comboio, esquisitados pelos sapatos que deixam à porta dos respectivos quartos<sup>68</sup>. Macário, ainda em boa condição financeira, gira uma peça de ouro entre os dedos<sup>69</sup>; quando empobrecido, tem de dispor dos bens: “[...] começou por empenhar – depois vendeu. Relógio, anéis, casaco azul, cadeia, paletó de alamares, tudo foi levando pouco a pouco, embrulhado debaixo do xale, uma velha seca e cheia de asma.” (QUEIRÓS, 1970, p.1103), o que nos faz pensar na leitura que Michel Löwy faz do pensamento luckacsiano: “Lukács insiste no fato de que, na sociedade capitalista, nenhuma relação entre os homens escapa à submissão, à forma reificada de objetividade, que transforma cada característica ou qualidade humana em “coisa”, ou então em mercadoria.” (LÖWY, 1990, p.76)

No clímax da narrativa, o fetiche do objeto desmancha toda a frágil arquitetura amorosa. Em visita a uma ourivesaria, a máscara de moça bem-comportada cai – “ela, trêmula, assombrada, enfiada, descomposta” –, diante da convicção de um caixeiro jovem, que atenta para o momento em que subtrai uma joia, enquanto o noivo lhe compra um anel de pérolas: “Essa senhora não sei quem é. Mas tirou o anel. Tirou-o dali...” (QUEIRÓS, 1970,

---

<sup>68</sup> “O número 3 era no fundo do corredor. Às portas dos lados os passageiros tinham posto o seu calçado para engraxar: estavam umas grossas botas de montar, enlameadas, com esporas de correia; os sapatos brancos de um caçador; botas de proprietário, de altos canos vermelhos; as botas de um padre, altas, com a sua borla de retrós; os botins cambados de bezerro, de um estudante; e a uma das portas, o número 15, havia umas botinas de mulher, de duraque, pequeninas e finas, e ao lado as pequeninas botas de uma criança, todas coçadas e batidas, e os seus canos de pelica-mor caíam-lhes para os lados com os atacadores desatados. Todos dormiam”. (QUEIRÓS, 1970, pp. 1093-1094)

<sup>69</sup> A peça em questão, uma moeda de ouro com valor estimado em sete mil réis, acaba por escapar dos dedos de Macário, rolar no chão e simplesmente sumir, sem maiores explicações.

p.1109) Aliás, *essa senhora* também Macário, até aquele momento, não sabia quem era. O seu campo de visão fora distorcido pelas lentes da paixão. À saída da loja e ainda não recuperado do vexame, “via-lhe a mão pendente, a sua linda mão de cera, com veias docemente azuladas, os dedos finos e amorosos: era a mão direita e aquela mão era da sua noiva!” (QUEIRÓS, 1970, p. 1109) e percebe o que está por trás das aparências. O desmascaramento de Luísa torna impossível a consumação do enlace amoroso.

Por outro lado, até então a menina Vilaça cumprira o que lhe fora exigido pela sociedade: posar para o retrato, com uma expressão fresca e serena. Luísa não exhibe nenhum traço marcante da sua personalidade, como o próprio Macário vem a descrevê-la:

Tinha o caráter louro como o cabelo – se é certo que o louro é uma cor fraca e desbotada: falava pouco, sorria sempre com os seus brancos dentinhos, dizia a tudo “pois sim”; era mais simples, quase indiferente, cheia de transigências. Amava decerto Macário, mas com todo amor que podia dar a sua natureza débil, aguada, nula. Era como uma estriga de linho, fiava-se como se queria; (...)” (QUEIRÓS, 1970, p. 1103).

Pega no dolo, descobrimos em meio à suposta personalidade condescendente um ser desejanste, cuja pulsão conflui para a corrupção e quedamo-nos a refletir: quem é mais perversa? A sonsa rapariga que goza com a transgressão ou a sociedade que assiste cúmplice o jogo de cena no campo do amor e a derrocada do investimento socioafetivo? Como Georges Bataille observa:

[...] o efeito mais constante do movimento a que dei o nome de transgressão é o de organizar o que por essência é desordem. Pelo fato de introduzir a superação num mundo organizado, a transgressão é o princípio de uma desordem organizada. Ela deve seu caráter organizado à organização atingida por aqueles que a praticam. (BATAILLE, 2014, p. 144)

Com essa carta de apresentação, o jovem Eça mostra-se e à “literatura nova”. A abordagem mostra-se “científica” porque, desde que a ciência e a tecnologia aportaram como ferramentas para explicar o mundo, a literatura perdera muito do seu capital simbólico e, por conseguinte, também os escritores o seu *status* de “guias da humanidade”. A contraofensiva do literato finissecular leva-o, à maneira de Émile Zola<sup>70</sup>, a lançar a mão à lupa para melhor

---

<sup>70</sup> Émile-Édouard-Charles-Antoine Zola (1840-1902), escritor francês e intelectual engajado, mudou os rumos da literatura ocidental ao propor as técnicas científicas de observação e a experimentação no exercício literário. Como salienta Otto Maria Carpeaux: “(...) em numerosas edições e traduções baratas, a sua obra está circulando pelo mundo inteiro, constituindo para inúmeros leitores a primeira iniciação e a iniciação definitiva na literatura. O método de Zola deixa entrar luz em lugares escondidos. Não há nada de “misterioso” na sua obra nem na sua

“estudar” o comportamento social e, ao fazer da literatura a sua *pièce de resistance*, reclamar para si o papel de estudioso da vida e da alma humanas. Zola, por sua vez, aponta Flaubert como aquele que, com *Madame Bovary* (1857), lança as bases da nova arte, dado o “seu interesse pela realidade e, em consequência, pelo abandono do caráter romanesco, pela ausência da intriga e da surpresa, pela escolha de homens simples como personagens e não heróis, pelo papel de *metteur en scène* oculto de um narrador não moralista e vivamente interessado na sua matéria.” (CARA, 2009, p. 33)

Um novo “modo de fazer” confere um perfil diferenciado ao produto literário e aos seus produtores. Aliado ao exercício formal, Eça e os que o ladeiam aspiram por um novo “modo de ver” esse mundo, que se desfigura e reconfigura a olho nu como as imagens de um caleidoscópio. Este jogo essência/imagem começara a se pronunciar dois anos antes na imprensa, com a publicação dos versos de um poeta satânico<sup>71</sup>, até aquele momento desconhecido, no jornal *A Revolução de Setembro*:<sup>72</sup>

Já em 69, participando no *Cenáculo* da travessa do Guarda-Mor, Antero e Eça tinham criado um poeta imaginário, Carlos Fradique Mendes, que é como que um heterônimo colectivo, e uma “escola satânica”; essa invenção, em que participou Jaime Batalha Reis, foi continuada mais tarde por Antero no *Primeiro de Janeiro* e por Eça de Queiroz no jornal *A província* (dirigido por Oliveira Martins) e na *Revista de Portugal* (do próprio Eça de Queiroz). (SARAIVA, 1990, p. 12-13)

O satanismo<sup>73</sup> que Fradique bebe na fonte remete às grandes questões que a sociedade europeia enfrenta com a modernização das cidades, a começar pela remodelação dos centros urbanos que alija a população das antigas formas de convivência, o fracionamento do tempo, a alienação do homem e todas as turbações sociais daí decorrentes e, em especial, a instauração do tédio enquanto sintoma. O poeta surge então como o vocalizador da perplexidade de toda uma geração e António Saraiva aponta a gênese e a evolução deste a

---

personalidade de um pequeno-burguês tímido e ambicioso, trabalhador assíduo, escritor profissional com desejos confessados de fazer publicidade e ganhar dinheiro. Zola tem muito de jornalista, de repórter; e, na qualidade de repórter, descobriu o mundo moderno, ao qual, até então, a literatura não prestara a atenção devida” (CARPEUX, 1966, p.39)

<sup>71</sup> Fradique é apresentado como um dândi, culto, que privou contato com Charles Baudelaire e Leconte de Lisle entre outros, o que atualizaria o seu fazer literário segundo as premissas das escolas alemã e francesa. Crítico arguto das questões nacionais, passaria a porta voz dos jovens poetas. Teria quatro de seus poemas publicados em 29 de agosto de 1869, no jornal *A Revolução de Setembro*, dentre os quais “Serenata de Satã às estrelas”.

<sup>72</sup> *A Revolução de Setembro* foi fundada em 1840 e circulou até 1892, adotando sempre uma postura combativa em relação ao governo.

<sup>73</sup> Segundo Dolf Oehler: “A ironia em todas as suas variedades (cinismo, paródia, sarcasmo, satanismo), visa garantir o desfecho bem-sucedido de seu jogo estético-econômico ambíguo, desse prostituir da obra com o grande público.” (OEHLER, 1997, p. 56)

meio caminho do que faria Fernando Pessoa com o seu transbordamento de heterônimos, a partir do século XX.

Paulo Motta Oliveira, além de reconhecer o poeta satânico nessa condição singular, considera que, antes mesmo dos rapazes do Cenáculo, Camilo Castelo Branco fizera de Silvestre da Silva o primeiro rascunho da heteronímia, em *Coração, Cabeça e Estômago* (1862), onde atua como personagem e narrador e injeta, com as diferenças de ponto de vista, uma comicidade invulgar à narrativa. Como Paulo Franchetti salienta:

Uma personagem que assume a voz narrativa e trata a si mesma como objeto de análise postula sempre um grau de distanciamento entre os dois momentos temporais: o da ação narrada e o da narração. [...] quando são tênues as linhas de continuidade e contraposição, e o leitor não consegue identificar exatamente as contraposições e semelhanças entre o ponto de vista do narrador enquanto narrador e enquanto personagem, o efeito cômico se instala e passa a tornar ambíguas todas as declarações, pois é o ponto de vista que se torna cambiante e pouco definido. (FRANCHETTI, 2003, p. XXXIX)

Abundam os “Silvestres” – desde o juvenzinho inconsequente até o escritor maduro – o que faz com que as escritas e pontos de vista fluam. Ao final, mais um elemento entra na trama dizendo-se “o editor”. Este último compõe a diegese e firma um jogo autoral muito utilizado em oitocentos, tendo em vista a coerência interna e a verossimilhança, a partir da suposta existência de um manuscrito.

O expediente das cartas pode configurar-se como um procedimento camiliano, mas Silvestre da Silva não chega ao paroxismo de saltar da brocura para o cotidiano, diferentemente da Geração de 70, cuja atitude colaborativa e orgânica entre os seus membros resulta em autoria coletiva, a conferir uma rede de afetos e referências que situam a personagem. Fradique é um pouco de cada um e, ao mesmo tempo, algo singular, a criar vida própria. Ao interagir com os diferentes atores da vida real, por meio de uma correspondência bastante articulada, Fradique discute questões da contemporaneidade, faz reflexões de cunho político e chega a enredar-se sentimentalmente, pontuando a paixão do início ao fim. A carta que Eça envia a Oliveira Martins, em junho de 1885, dá uma dimensão mais clara desse processo criativo:

Tenho aqui, para ti, isto é, para o *Repórter*, dadas certas condições, uma imensa quantidade de prosa. De facto, todo um livro. Livro, porém, que se pode publicar aos bocados, todas as semanas, sem lhe prejudicar a unidade e o interesse. Compreenderás quando eu te disser que se chama – *Correspondência de Fradique Mendes*. Trata-se, como desde logo deduzes, de fazer para Fradique (não sei se te lembras deste velho amigo) o que está na moda fazer a todos os grandes homens que

morrem – publicar-lhe as cartas particulares. Fradique foi um grande homem – inédito. Eu revelo-o aos seus concidadãos, publicando-lhe a correspondência. Se bem te recordas dele, Fradique, no nosso tempo, era um pouco cómico. Este novo Fradique que eu revelo é diferente – verdadeiro grande homem, pensador original, temperamento inclinado às acções fortes, alma requintada e sensível... Enfim, o diabo! Tudo isto, até aqui, vai muito bem em relação ao jornal – porque nada mais conveniente do que publicar todas as semanas, ou pouco mais ou menos, alguma destas cartas. Somente eu não podia editar a correspondência de Fradique, sem a preceder de um estudo sobre esta singular personalidade. Ora, esse estudo não pode ser fragmentado – quero dizer, tem de aparecer seguido e a seguir. E ele compreende, pelo menos, dez artigos. Que queres tu? Eu conheci tanto este homem, tenho tantas coisas a contar dele, tão curiosas... (QUEIRÓS, 1983, p. 473-474)

Eduardo Moreira externa que ler Fradique “ é não ler Eça ou Ramalho, é ler algo novo e principalmente algo único em um sentido estilístico” (MOREIRA, 2011, p. 76). As concepções do poeta já maduro vocalizam muito do pensamento queirosiano, mas o seu espaço de sociabilidade é delineado nas noites longas noites da turma do Cenáculo:

Desde a criação de Fradique, a várias mãos, este foi colocado como personagem real da sociedade lisboeta. Logo, essa realidade, tendo em vista as propostas de crítica social e política de seus efabuladores, se torna bastante pertinente para fazer com que tais opiniões das personagens possam ter valor real, possam criticar um mundo real. (MOREIRA, 2012, p. 96)

Ao atravessar com os seus interlocutores as décadas finais do século XIX, Fradique questiona não só a monarquia agonizante, mas também os seus súditos pelo projeto gorado de nação e chega mesmo a tomar uma posição contrária ao empenho da diplomacia portuguesa em assegurar o quinhão em África, por ocasião do *Ultimatum*, em 1890:

É com efeito mais importante para Portugal possuir vida, calor, energia, uma ideia, um propósito – do que possuir a terra de Mashona [...] sem vida em nós mesmos, como poderíamos nós levar vida à África? Por isso, na verdade, a questão do Niassa e de Masona desaparece perante este movimento, tão real, tão intenso, tão persistente – primeira e única afirmação de vida que Portugal tem dado nestes últimos trinta anos, molemente estragados na mudez e na inércia. ” (QUEIRÓS, 1929, p. 249)

É por essas e outras que, não só a obra fradiquiana, como a sua biografia e a preservação da sua memória se entrecem com as vidas de seus criadores e compõem os atestados de sua passagem pela terra, como Paulo Motta Oliveira sintetiza:

Fradique pode ser considerado não só como um heterônimo, mas provavelmente também como o símbolo de uma geração. E, se pensarmos na distância que separa o Fradique das "Memórias" daquele das cartas, que nada tem da grande envergadura com que Eça apresentou o primeiro - lembremos aqui, por exemplo, em como o autor da *Lapidárias* usa a sua grande inteligência para seduzir, amar e depois se

descartar de Clara, sem que falte nesse episódio doses de cinismo e de hipocrisia - podemos considerar que talvez essa distância possa simbolizar justamente o imenso abismo que separou o que essa geração, a de 70, esperava ser, daquilo em que, por fim, se transformou. Fradique talvez seja o símbolo desses intelectuais que se reuniam para almoços e jantares e que, mesmo sendo individualmente vencedores, se consideravam, com razão, os **vencidos da vida**. (OLIVEIRA, [19--], p.192)

Passados vinte anos do fulgor do Cenáculo, alguns dos antigos frequentadores reaviam os encontros, em princípio, gastronômicos. Eça de Queirós, mesmo no exterior, a exercer atividade consular, não deixa de se corresponder com os seus e publica na imprensa local, além de lançar obras seminais de literatura, não sem escândalo; Ramalho Ortigão prossegue com *As Farpas* e mantém-se influente como jornalista e escritor, dedicando-se à efeméride dos trezentos anos de Camões, em 1880; Oliveira Martins, seguindo as pegadas de Alexandre Herculano, contribui sobremaneira com a historiografia portuguesa, elege-se deputado e passa a ministro, ainda que em um período particularmente conturbado, o que culmina com a sua saída quatro meses após empossado; e Antero de Quental mantém um contato estreito com os amigos de juventude, mas não integra esse último grupo, a se encontrar regularmente, entre 1887 e 1889. Ele segue lutando pelos seus ideais de nação, até chegar, como último esforço, a presidir uma liga patriótica de salvação nacional, que o arrasta à derradeira decepção e, por fim, ao suicídio<sup>74</sup>.

O referido “grupo jantante”<sup>75</sup> ganha com os novos atores um rosto novo; quatro deles detém titulação aristocrática: os condes de Arnoso, Ficalho e Sabugosa e o Marquês de Soveral. Com a projeção do grupo, até o príncipe D. Carlos passa a considerar-se um dentre os “vencidos”, o que fomenta nos participantes a esperança de intervenção nos graves problemas políticos, sociais e econômicos enfrentados pelo reino português, nas últimas décadas. Os onze comensais aspiram por uma “aristocracia de espírito”, que, aglutinada em torno do monarca, guie a nação em meio às incertezas do presente.

---

<sup>74</sup> Como Unamuno vaticina em *Portugal povo de suicidas*: “Suicidaram-se Antero, Soares dos Reis, Camilo...; suicidou-se também Mouzinho de Albuquerque, que em muitos esperavam ver ressurgir algum dos heróis antigos da epopeia camoniana. No ano que corre suicidaram-se duas ou três pessoas conhecidas, entre elas Trindade Coelho. E digam-me: o que aconteceu com Buíça, o regicida, não foi em rigor um suicídio? [...] Não acham que é pouco mais que uma “boutade” alguém ter dito que o rei D. Carlos foi um suicida, que Buíça o suicidou? (UNAMUNO, 1986, p. 66)

<sup>75</sup> Cf. MÓNICA, 2001, p. 729: “A composição social era variada: havia representantes da velha nobreza, como Ficalho e Sabugosa; da aristocracia constitucional, como Lobo d’Ávila e Soveral; intelectuais, como Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós e Guerra Junqueiro; um político, António Cândido; um filho de uma família estrangeirada, Carlos Mayer. Na periferia do grupo gravitavam algumas figuras conhecidas, os chamados «vencidos hononários», Antero de Quental, Maria Amália Vaz de Carvalho e o conde de Casal Ribeiro. ”

Os encontros mensais repercutem na imprensa local. Manuel Pinheiro Chagas – que alçara proeminência política e não esquecerá da contenda dos anos 1865-1866, chegando mais tarde a preterir uma obra de Eça inscrita em um concurso da Academia de Ciências<sup>76</sup> – ridiculariza essa casta intelectual que se diz “vencida”, em balde os privilégios que os circunda. Mas Eça de Queirós não perde a chance de responder ironicamente que os encontros no Hotel Bragança, no Tavares ou mesmo nas casas de alguns dos membros permitem “destapar a terrina de sopa e trocar considerações amargas sobre o Colares.” Diz não entender o porquê de todos os olhares estarem para eles direcionados, como se estivessem a tramar algo. Mas, ao assumir o trono, D. Carlos chama alguns desses homens para tomarem assento no governo, porquanto a situação do país andasse por demais crítica. Os “vencidos” ainda subsistem até 1894, em encontros cada vez mais espaçados. Mas, de pouco em pouco, até mesmo o sonho da aristocracia iluminada cai por terra. E ironicamente, passados outros 20 anos, sai desse quadro um perfil claramente republicano para compor a nascente república, nos primórdios do século XX: o poeta e jornalista Guerra Junqueiro<sup>77</sup>.

Os jantares tão visados, para além da prosa inteligente sobre cultura e literatura, permitem-lhes exprimir o desgosto com a anemia portuguesa, que extrapola a seara intelectual, e o modo como passam a ser conhecidos dá concretude ao *vencidismo* em Portugal.<sup>78</sup> Pelo muito que acalentaram desde a juventude, projetando mudanças substantivas nos destinos da nação, o sucesso individual acaba por se mostrar um prêmio menor, uma vez que “[...] para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade

---

<sup>76</sup> Como Eça escreveria a Ortigão: “Diz-me meu pai que se abriu, ou vai abrir, esse famoso concurso da Academia, em que um conto de reis substitui a nobre coroa de louros do tempo de Heródoto. Seguindo o exemplo desse mesmo Heródoto e de tudo quanto havia de chique na velha Grécia literária, eu pretendo entrar nesse concurso, com *A Relíquia*: não porque haja sequer a sombra fugitiva de uma probabilidade mais magra do que eu, de que me seja dado o conto, entre o clamor das turbas e as palmas de Temístocles – mas porque desejo gozar a atitude da academia diante de D. Raposo!” (QUEIRÓS, 1983, pp. 416-417). A comissão julgadora, da qual Pinheiro Chagas era o relator, concedeu o prêmio ao drama *O duque de Viseu*, de Henrique Lopes de Mendonça. *A relíquia* amargaria a segunda colocação.

<sup>77</sup> Abílio Manuel Guerra Junqueiro (1850- 1923) foi poeta, jornalista, funcionário de Estado, político e deputado com claras simpatias republicanas. Sua poética de cunho social fez com que o equiparassem a Victor Hugo. Teve atuação de destaque no cenário literário e político português, no final do século, vindo a compor os *Vencidos da Vida*.

<sup>78</sup> Cf. MÓNICA, 2010, s.p.: “A ideia de um repasto a realizar-se num dia regular, a fim de reunir os amigos, partiu de Ramalho Ortigão, o qual evidentemente a importara de Paris. Um dia, lia ele um texto do livro *La vie à Paris*, de Jules Claretie, onde se relatava a existência de tertúlias artísticas, quando, ao mencionar «les uns glorieux, les autres battus de la vie» Oliveira Martins o obrigou a parar, tendo declarado, radiante: “Battus de la vie!” Eis afinal o que todos nós somos, “vencidos da vida”.

aparente a que chegou – mas do ideal íntimo a que aspirava. ” (QUEIRÓS, 1928, p. 211) retruca Eça de queirós à provocação de Pinheiro Chagas, no jornal *O Tempo*.

Nesse ínterim, Fradique Mendes volta à baila, exprimindo o sentimento de fracasso que irmana os membros do antigo *Cenáculo*, os comensais do “Vencidos” e até mesmo quem não fazem parte de grupo tão seletivo. E os motivos para a insatisfação geral são facilmente identificáveis, como destaca António Sérgio:

[...] redundara o *fontismo* num adiamento das grandes dificuldades do país. Por volta de 1890, estas tinham-se acumulado: era o *Ultimatum* da Inglaterra, por causa de questões coloniais (golpe profundo na monarquia); a revolta republicana de 31 de janeiro, na cidade do Porto; a crise econômica e financeira, com suas consequências naturais de falta de trabalho e agitação do povo; era a baixa do câmbio do Brasil a diminuir o dinheiro que de lá vinha, enviado pelos emigrantes [, e com que se cobria o *deficit* comercial]; era o pânico das praças; era a falta de crédito no estrangeiro... (SÉRGIO, 1985, p. 143)

As ironias amargas que emergem desse pântano em que o reino se atolara não são mero diletantismo e o escritor não se furta a apontar as muitas fragilidades que reverberam em um sentimento generalizado de fracasso. E Eça de Queirós, mesmo tendo, em função da diplomacia, permanecido a maior parte do tempo afastado fisicamente do seu país, mantém o contato com os amigos e o embate com os desafetos, como é possível verificar na farta correspondência privada e na sua presença na mídia impressa local. Apontado como um “estrangeirado” pelos conterrâneos, morre longe de Portugal, mas ainda aspira na última década “não o desenvolvimento do materialismo científico, mas o da reação “espiritualista, simbolista, neocristã e místico-socialista. ”<sup>79</sup> Ele morre longe da terra natal, em exercício consular Neuilly-sur-Seine, entre 1888 e 1900, mas a sua casa em torna-se o ponto de encontro de escritores portugueses e brasileiros, residentes ou de passagem pela França.

## 2.4 Fialho de Almeida: um atento leitor de mundo

No mesmo ano em que José Maria Eça de Queirós conclui, com 21 anos, o curso de Direito, na Universidade de Coimbra (1866) José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911) principia os estudos em Lisboa. Cinco anos depois, sai da escola para trabalhar como

---

<sup>79</sup> MATOS, 2014, p. 236

atendente de botica. Mais adiante, forma-se pela Escola Médico-cirúrgica, mas não chega, a exercer a profissão de médico. Assim como Eça, ele responde a outro chamado, intimamente implicado com as prensas e as rotativas e tão logo vislumbra a oportunidade, funda e dirige a sua própria revista literária, *A crônica* (1880), assinando como “Valentim Demônio”. Os textos ecianos desempenham um papel importante na opção de Fialho pelo jornalismo e pela literatura. Ele próprio admite que ler, aos 16 anos, *O crime do Padre Amaro*, ainda em sua primeira edição, redireciona e redefine a sua relação com a literatura:

A forma literária desse esboço era de um desleixo como nunca vi, mas tão pitoresca e tão musical, que palavra de honra, embriagava quem lia. Guardo preciosamente esse texto, a quem devo um reviramento mental, tão intenso que bem poderia ser comparado a um desabamento. Porque escuso dizê-lo: era o primeiro livro da arte nova, que chegava à desconsoladora penumbra em que eu então vivia. (ALMEIDA, 1923, p. 110)

No entanto, mesmo reconhecendo o papel fundamental de Eça de Queirós na sua constituição enquanto escritor reputado, Fialho não lhe faz maiores concessões. Como um leitor atento, acompanha as mudanças operadas nas três edições d’*O Crime do Padre Amaro*, vindo a preferir-lhe a segunda, chamada *definitiva*:

O Padre Amaro apareceu depois, modificado e correcto em volume, na chamada edição definitiva, e há quatro anos ou três, notavelmente ampliado em segunda edição, onde Eça modificou a acção, introduzindo-lhe typos novos. [...]. Eu prefiro-lhe, inda assim, salvo num ponto ou outro a edição definitiva, mais sóbria e por isso mais lúcida, onde não predomina como na última, a intenção de deslumbrar por detalhes escusados e multiplicidade de tipos. [...] O Crime do Padre Amaro é uma obra-prima igual às melhores que a admiração universal tem consagrado, porque ninguém como Eça de Queiroz compreendeu melhor, com a sua prodigiosa sagacidade de artista como o romance moderno aspira ser a fotografia da sociedade, surpreendida no seu labutar incessante ou na sua atonia de decadência – manifestação de arte das mais complicadas e esplêndidas. (ALMEIDA, 1923, p. 111-113)

À medida que ganha expressão como literato, Fialho muda de posição: de leitor apaixonado a crítico assaz rigoroso e cultiva o temor entre os avaliados – de artistas de peças teatrais a figurões do governo – enquanto se aventura em um novo projeto: *Os gatos: Publicação mensal de Inquérito da Vida portuguesa* (1889-1894), que, de certa forma, dá prosseguimento às ousadias que Eça e Ortigão empreenderam n’*As Farpas*. Haja vista a linha editorial, quando do lançamento do pasquim:

Deus fez o homem à sua imagem e semelhança, e fez o crítico à semelhança do gato. Ao crítico deu ele, como ao gato, a graça ondulosa e o assopro, o *ron ron* e a garra, a língua espinhosa e a *calinerie*. Fê-lo nervoso e ágil, refletido e preguiçoso; artista até ao requinte, sarcasta até à tortura, e para os amigos bom rapaz, desconfiado para os

indiferentes, e terrível com agressores e adversários. Um pouco lambareiro talvez perante as belas coisas, e um quase nada cético perante as coisas consagradas: achando a quase todos os deuses pés de barro, ventre de jiboia a quase todos os homens, e a quase todos os tribunais, portas travessas. – Amigo de fazer *jongleries* com a primeira bola de papel que alguém lhe atire, ou seja, um tratado, ou seja, um código. [...] Desde que nosso tempo englobou os homens em três categorias de brutos, o asno, o cão e o gato – isto é: o animal de trabalho, o animal de ataque, e o animal de humor e fantasia – por que, não escolhemos nós, o travesti do último? É o que se quadra mais ao nosso tipo, e aquele que melhor nos livrará da escravidão do asno, e das dentadas famintas do cachorro. Razão por que nos achará aqui, leitor, miando pouco, arranhando sempre e não temendo nunca. (ALMEIDA, 1945, p.41)

Salta aos olhos o tom paródico do texto fialhiano, porque, assim como *As Farpas*, *Os gatos* apresenta-se como uma publicação capaz de arrancar o leitor da zona de conforto, “miando pouco arranhando sempre e não temendo nunca”. A comicidade rescende na comparação que o articulista estabelece entre homens e bichos. Como Henry Bergson destaca:

[...] não há comicidade fora do que é propriamente humano. Uma paisagem poderá ser bela, graciosa, sublime, insignificante ou feia, porém jamais risível. Riremos de um animal, mas porque teremos surpreendido nele uma atitude de homem ou certa expressão humana. [...] Já se definiu o homem como “um animal que ri”. Poderia também ser definido como um animal que faz rir, pois se outro animal o conseguisse, ou algum objeto inanimado, seria por semelhança com o homem, pela característica impressa pelo homem ou pelo uso que o homem faz dele. (BERGSON, 1983, p. 8)

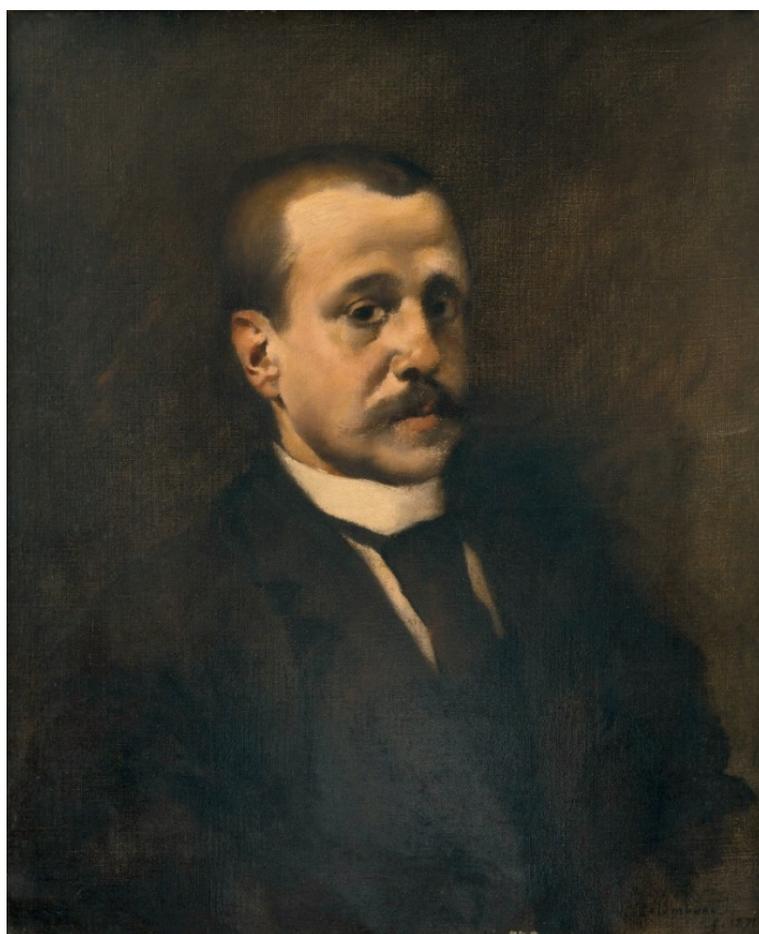
Quando toma a peito publicar *Os gatos*, Fialho de Almeida aproveita o canal aberto pela dupla de *As Farpas* sete anos antes e produz um jornalismo ferino capaz de dar-lhe projeção no meio intelectual português e agregar novos leitores. Ele põe a lenha na fogueira, com o seu estilo jocoso, muitas vezes chegando às raias do grotesco, a deflagrar a risada espontânea. Segundo Bergson, o riso é um poderoso reformador social, porque:

[...] ‘castiga os costumes’. Obriga-nos a cuidar imediatamente de parecer o que deveríamos ser, o que um dia acabaremos por ser verdadeiramente. [...] O riso não advém da estética pura, dado que tem por fim (inconsciente e mesmo imoralmente em muitos casos) um objetivo útil de aprimoramento geral. Resta, no entanto, alguma coisa de estético, pois o cômico surge no momento preciso no qual a sociedade e a pessoa, isentas da preocupação com a sua conservação, começam a tratar-se como obras de arte. Em resumo, se traçarmos um círculo em torno das ações e intenções que comprometem a vida individual ou social e que se castigam a si mesmas por suas consequências naturais, restará ainda do lado de fora desse terreno de emoção e luta, numa zona neutra na qual o homem se apresenta simplesmente como espetáculo ao homem, certa rigidez do corpo, do espírito e do caráter, que a sociedade quereria ainda eliminar para obter dos seus membros a maior elasticidade e a mais alta sociabilidade possíveis. Essa rigidez é o cômico. (BERGSON, 1983, p. 13-14)

Fialho de Almeida esgrime as palavras e suscita o humor que, à primeira vista, parece involuntário. Nada mais enganoso, pois o senso estético fialhiano supera o viés moralizador da prosa de ficção, uma vez que, segundo Lilian Vieira:

Por mais que Fialho apresente em seus textos argumentos condizentes com a imagem de um reformador, ele não acredita em progresso, mudanças ou regenerações (até porque, como todos os homens do seu tempo, Fialho via o progresso com medo); possui uma visão uma visão altamente pessimista sobretudo; daí que não se possa afirmar que seja um autêntico reformador. Contudo, Fialho apresenta um desejo imenso de que sua voz seja ouvida e de que suas sugestões sejam seguidas. (VIEIRA, 2008, p. 30)

Figura 17 – Fialho de Almeida. Columbano. Óleo sobre tela, 1891.



Fonte: <http://www.museuartecontemporanea.pt/pt/pecas/ver/363>

A rigorosa resenha a respeito de *Os Maias*, em que questiona os tipos construídos, assim como a monumentalidade da obra (quase 900 páginas, em dois volumes), chama a atenção do seu autor, o qual retruca n’*O Repórter*, em 20 de julho de 1888:

Querido amigo, assim escoucinei e berrei, enquanto V. com a mão dura e forte, me estava mergulhando na água benta da sua crônica sobre *Os Maias*. V. concordará que esta analogia é rigorosa. Eu, com efeito, represento para V. Satanás, o pai de toda falsidade. [...] a sua crônica escrita com a sua costumada verve, espantou-me. Que V. fizesse ao calhamaço um *enterrement* de 1ª classe bem está! O grosso cartapácio, com mil bombas, fervilha de defeitos. As duas próprias cenas que V. incondicionalmente louva, estão bem longe de me agradar! Mas que V. fizesse vista grossa sobre esses defeitos para se lançar com indizível fúria e acusar-me de falta de respeito pelas nossas virtudes, pela nossa elevação moral, pela grandeza da nossa civilização, e pelo esplendor de Lisboa como capital – é forte! (QUEIRÓS, 1983, p. 493- 495)

Ao ironizar Fialho de Almeida pelo escândalo que provoca, em nome da moral e dos bons costumes, diante do tabu do incesto desvelado em *Os Maias*, Eça de Queirós sublinha que o crítico não é nenhuma soror, incorrendo, no seu entender, nos mesmos expedientes em suas obras literárias. Mas o conhecido iconoclasta percebe no verso e reverso da obra queirosiana as corrupções domésticas a implodirem a família portuguesa e, de um modo alargado, o projeto de nação. Ao apontar o dedo em riste para um autor já consagrado, ele colhe desafetos, mas não se mostra preocupado em nutrir melhor imagem, haja vista o que diz Ana Luísa Vilela:

Fialho se auto-inflige, com uma espécie de exasperada lucidez, no famoso texto “Eu”, a imagem literária de “um desequilibrado indolente, que arma à sensação por via do galicismo”, a qual reconhece ser a sua imagem perante os outros – o fraseado truculento, feito, como diz, de verrina e de espuma, e eivado de auto-justificações e misantropia, não esconde, antes revela, a sua exacta consciência de uma prolificidade e de uma genialidade estilística a que o seu tempo e o seu temperamento literário não puderam, nem nunca poderiam, conferir a perfeição a que aspira. (VILELA, 2011, p. 16)

A neurose é a característica mais saliente a compor o retrato do escritor finissecular. Ao portar a máscara de ressentido, que acaba por aderir à sua personalidade artística, Fialho de Almeida tem lá as suas razões, a começar pela consciência aguda de que as origens, os percursos e mesmo os espaços de sociabilidade são bem demarcados, o que exige dele uma atitude autoafirmativa para romper com o raio de exclusão a que propende votar-lhe a *intelligentsia* local. Como José Valentim não tem o aspirado *physique du rôle* de um *Homem de Letras*, tem de se fazer por si. Alguns anos mais adiante, torna-se um exímio contista e, apesar de nunca chegar a escrever o tão ansiado romance, cobrado por si e pelos outros para laurear-se literato de primeira linha, encontra por caminhos tortos o seu lugar na seara literária.

O pó do Alentejo rural permanece sob as suas unhas. A observação de populares, exercitada por trás do balcão da botica, ressuma em um falar grosso, rico de matices e

achados linguísticos, mas tendente à abjeção e ao grotesco, perceptível no conto “Os novilhos” publicado em *Cidade do Vício* (1882), onde o autor recria um ambiente rural altamente impressivo, a partir da descrição de uma aldeia e dos costumes populares.

O início da narrativa abre para a véspera de São João e as raparigas, em torno da fonte, bebem a água abençoada e vivenciam os costumes da aldeia. Só uma fica para trás: “Ora a Rosária só desceu da herdade á uma hora, a grande preguiçosa! E sósinha por entre as árvores, numa palidez de audacia que lhe ficava bem! Tudo no monte ficára a dormir, o pae estiraçado na eira, a mãe ressonando na alta cama de casamento, os rapazes por cima das morêas de trigo, bois deitados por baixo das azinheiras da pastagem.” (ALMEIDA, 1932, p. 23). Ocorre que, a altas horas, “olhando para si, reparou que estava em colete, braços nús, pernas núas, as primeiras redondezas do seio em evidencia. Nisto os novilhos brancos romperam na clareira, ás cambalhotas.” (ALMEIDA, 1932, p. 25). Ela mira o novilho da vaca de sua propriedade se achegando à novilha do vizinho e logo associa: “tão novitos ainda, e já namorados.” Ambos, novilho e novilha, humanizados, “dir-se-iam príncipes encantados, esquecidos dos seus palácios de ouro, naquela metamorfose exigida por alguma fada rabugenta”. (ALMEIDA, 1932, p. 23)

Nesse ínterim, Rosária depara-se com o pastor das terras vicinais, Pedro, que conversara com seu pai sobre as suas intenções matrimoniais, mas ciente de que a falta de condições materiais não lhes permite dar o próximo passo. Como a jovem pondera: “(...) quem faz casa, necessita que lhe metter dentro. Tu bem sabes, Pedro. Inda que uma creatura, sim, seja pobre, ninguem casa sem arranjos.” (ALMEIDA, 1932, p. 26). Enquanto entabulam a conversa, no entanto, tomam-se de assalto por uma tensão sexual que só faz crescer, à medida que o ritual de acasalamento dos animais avança. Pedro, fascinado pela sensualidade da novilha, visualiza em Rosária um ser metamorfoseado em metade mulher, metade vaca, como um Minotauro de saias. Nesse momento, homem, mulher e bichos se mesclam, diante da expressão irracional do desejo e os seus desdobramentos:

Pedro chegára-se mais contra ella. Os novilhos tinham-se enlaçado afinal e rolavam nos fenos, mugindo no exuberante prazer de uma força esbanjada. Então Rosaria que o encarou de face, viu-lhe bem a rijeza das fórmas negras, o tronco arquejante, que pinhas de músculos disformes enfloravam, a redondeza núa dos deltoides cinzelando-lhe magnificamente os ombros de titan, bicipedes formidáveis contrahidos sob a tortura de um desejo esmagado, e na rude face de fundibulario celta, uma rigidez que apenas de longe em longe, o fulvo corisco das pupilas conseguia desmentir. Ella não pôde mais, e na meia nudez em que viera, atirou-se-lhe conta o peito, beijando docemente esse bronze latejante, mesmo sobre o coração. As mãos de Pedro apanharam-na pelas espadas e cingiram-na pelos rins, hesitantes

num delírio que o fazia cambalear como um touro ferido entre os cornos, e não sabendo se cingil-a até lhe fazer estalar os ossos, se arrojá-la lá para o largo, onde a não visse mais naquele abandono desleixado. (ALMEIDA, 1932, p. 29)

Em meio ao encontro amoroso, invertem-se os papéis dos estereótipos de gênero: Rosária provoca o incêndio e Pedro quase sucumbe à provocação. Mas ele não é aquele homem natural rousseauiano; sabe que certas práticas sociais tornam a livre vazão dos desejos algo proibitivo e guardar a castidade antes do casamento é especialmente benquisto entre os mais pobres, os que se mantêm mais apegados à tradição e à crença religiosa. O seu súbito afastamento sugere um sentimento de rejeição tal que nem mesmo a promessa de casamento consegue atenuar:

Rosaria inda ficou a vê-lo, ladeiras acima, de manta ao hombro, desolada pela recusa e quasi cheia de desprezo por semelhante honestidade. E no caminho do monte ia furiosa, com ganas de se dar ao novilho branco da *Mourisca*. Ao passar na eira, entre duas morêas, o boiadeiro do Monte-de-trigo, que estava de guarda aos calcadouros, ergueu a cabeça. E alli mesmo, esfaimada como uma bacora, Rosaria se entregou. ” (ALMEIDA, 1932, p. 30)

O medo amplificado pela sociedade de que as moças cedam aos seus impulsos dá relevo aos dramas familiares, mas, no campo, a vigilância sobre as mulheres solteiras é distensionada, de modo que Rosária – metade gente, metade bicho – pensa no novilho e encontra providencialmente o boiadeiro. Como o ato de Rosária ocorre por força do impulso sexual, observa-se a degradação da personagem, segundo o viés do narrador, que a associa a uma “bácora”, expressão última da narrativa. Como Sérgio Nazar David observa:

De fato, a literatura realista-naturalista vai deslocar o foco de interesse àquilo que até então muitas vezes se fingia ignorar: cobrindo-o, entretanto, com o manto da indignidade. Retira-se o véu com o qual se quis ocultar determinada parcela da vida. E qual não foi o nosso espanto ao vermos que mesmo assim permanece o enigma? É isto que a escrita do realismo-naturalismo não suportou, não sustentou até o fim. Por se acreditar destinado à verdade, o escritor naturalista talvez se sinta no dever de reconhecer a força do desejo sexual; mas só consegue fazê-lo apontando-lhe “degenerescência”. Parecem dizer a todo o tempo: há algo no humano que repugna. (DAVID, 2007, p. 28)

A moça-novilha e a novilha-moça descobrem seus poderes e os exercem no campo da sexualidade e nós, leitores, percebemos o acento moral na última linha, mas podemos também abrir para outra leitura... Independentemente do ponto de vista do narrador, a força do sexual insiste, escapando – sempre, de algum modo – à moral pequeno-burguesa. O resultado é que, enquanto Luísa, a noiva de Macário, satisfaz a sua pulsão com a cleptomania, Rosária pleiteia

e obtém acesso ao gozo cambiando os parceiros e o narrador fialhiano só faz ampliar esse espectro, ao apontar atalhos outros, passíveis de sátira, que as mulheres tomam para satisfazer os seus desejos inconfessáveis:

Os pecegos!... Adorei já uma mulher que gostava d’elles, e tinha uma graça infinita a mordel-os com os seus brancos dentinhos de roedora. [...] Pobre quinquilharia loira!... Tamanha voracidade a possuía ante esses fructos voluptuosos e quentes, que d’uma vez engoliu os caroços e partiu para o cemiterio. Na sua cova, como lição a incautos, viridente pessegueiro todos os anos carrega de fructos, brotado d’esse corpo que foi vaporoso como uma nudez de Fragonard, e branco da inexplicável brancura que dir-se-hia feita com nuances de hortensia, pennugens ventraes de gegonha e corações de rosas brancas. (ALMEIDA, 1932, p. 10-11)

Cá está o narrador a mangar da gulodice feminina, em “Symphonia de Abertura”, suscitando hilaridade na mesma medida em que nos faz ver “no ser humano um fantoche articulado. [...] O efeito cômico é flagrante, e tanto mais refinada a arte do desenhista quanto essas duas imagens – a de uma pessoa e a de um mecanismo – estiverem o mais rigorosamente inseridas uma na outra. ” (BERGSON, 1983, p. 19) Como em um jogo de espelhos típico das feiras de bizarrices que deambulam pelas localidades, a mulher, ainda que com “graça infinita”, assume as feições de um roedor, que tudo consome com sofreguidão. Em seguida, passa à condição de “pobre quinquilharia loura”, porque acumula sem a devida fruição até, ápice do desespero, morrer engasgada. E o termo “quinquilharia” remete-nos também à sanha de colecionador do homem burguês, transformando-se a mulher mesma em um “troféu no meio da buginganga.”<sup>80</sup> Praticamente inevitável é o riso amarelo de quem, sem resistir ao seu colorido, se escandaliza diante do humor arrasador que a narrativa enseja.

As estratégias narrativas do autor permitem inferir que perdura a intenção de, pelo acúmulo de imoralidades, chocar o público, confrontando-o com seus próprios vícios. No entanto, Fialho de Almeida encara um mundo em dissolução e, ao descortinar a ruína, não oferece aos seus leitores alento quanto a reforma desta mesma sociedade. Afiado na crítica, ele também questiona o uso de francesismos e anglicismos nos textos queirosianos, exibindo essa prática como prova de corrupção da língua literária. Mas Eça contraargumenta:

V., por outro lado, nunca tomou a pena, que não fosse para cair sobre os homens e as coisas do seu tempo, com um vigor, uma veia, um espírito, um *éclat*, que fazem sempre a minha delícia. E quando eu faço o mesmo, com mais moderação, infinitas cautelas, *et une touche très juste* – você aparece e grita, “aqui-del-rei patriotas”. É escandaloso. Para vocês tudo é permitido: galicismo à farta, pilhérias à pátria, à

---

<sup>80</sup> LEE, Rita. *Mutante*. 1981.

*bouche que veut-tu!* A mim, nada me é permitido! Ora, sebo! (QUEIRÓS, 1983, p. 496)

Pode escapar ao observador menos atento que Fialho de Almeida utilize estrangeirismos e neologismos em profusão, para fazer paródia<sup>81</sup>. Sem perder de vista a próxima vítima, ele não abre mão da máxima de que o tema está a ditar o estilo e revela o que está por trás da caricatura: a pretensão de lustro social que acomete a burguesia desnudada e exposta ao ridículo. Como esgrimista da palavra, Fialho faz arte pelas avessas, tal e qual Bergson sublinha: “A arte do caricaturista consiste em captar esse movimento às vezes imperceptível, e em torná-lo visível a todos os olhos mediante a ampliação dele. [...] A caricatura, que tem algo de diabólico, ressalta o demônio que venceu o anjo.” (BERGSON, 1983, p. 17). A formação fialhiana em medicina só reforça o uso da pena como um escalpelo, para melhor dissecar o organismo social.

Mesmo que se digladiem na mídia impressa, Eça e Fialho têm mais em comum do que desejariam e oferecem uma notável mudança de perspectiva em seu fazer literário. Como Unamuno registra: “O português é constitucionalmente pessimista; ele próprio no-lo repete. Não é acaso a poesia desesperada e dura de Antero de Quental a flor amarga deste espírito?” (UNAMUNO, 1986, p. 47) O sintoma manifesta-se entre os escritores finisseculares, que veem crescer o desalento em relação a essa mesma sociedade, pouco ciente das próprias limitações, levando-os a enveredar pelo estetismo, pelo decadentismo<sup>82</sup> e, em vários episódios, pelo humor negro escancarado. Fialho de Almeida, por sinal, mostra-se grande nesse exercício e, por vezes, é mal interpretado.

## 2.5 Maria Amália Vaz de Carvalho e suas primaveras

---

<sup>81</sup> Como podemos verificar em “Madona do Campo Santo”: “(...) A cada passo a sua arenga vinha infectada com essas phrases de *meeting*, tympanicas pela falta de sentido. (...)” (ALMEIDA, 1932, p. 211)

<sup>82</sup> Fialho de Almeida plasma as teorias mais modernas do período, que versam sobre o darwinismo e o fisiologismo, formulando que “Ao findar do século XIX, os portugueses sofriam de uma debilidade congênita de sangue, agravada pela educação, e que os transformava num povo inerte, passivo, servil, desleixado e propenso à imitação, à burla e ao fatalismo. [...] Desprovidos de vontade, subalternizados, governados por políticos charlatães e dominados pelas potências estrangeiras, são vítimas das injustiças, dos abusos de poder, mas passivamente, quase com gosto, e sem coragem, nem força, nem ânimo para lutar pela vida, pelo governo honesto.” (ALMEIDA, 1945, p. 279).

Em meio a tantas vozes masculinas que apresentam as mulheres segundo os seus próprios filtros<sup>83</sup> – ora passivas e artificiais, ora ardilosas e interesseiras – ganha corpo na segunda metade dos oitocentos um quadro de escritoras – dentre as quais: Guiomar Torresão, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Maria Amália Vaz de Carvalho e demais talentos<sup>84</sup> – que passa a problematizar a questão feminina “de dentro”. Enfrentando muito preconceito por abraçarem o labor literário – o que leva algumas a equipararem o seu talento a uma “maldição” –, essas mulheres passam a protagonistas, no momento em que a imprensa ganha outra dinâmica, com a crescente a industrialização de fim de século.

Maria Amália cedo se inicia na seara literária, quando, em 1867, levada pelas mãos do pai recebe o aval de António Feliciano de Castilho e publica o poema em quatro cantos “Uma Primavera de mulher”, obtendo uma avaliação bastante favorável. A partir de 1874, após o casamento com o poeta brasileiro Gonçalves Crespo (1846-1883), passa a publicar traduções e livros de autoria própria, vindo a constituir uma obra expressiva. Em companhia do marido, compila *Contos para os nossos filhos* (1886). Como Gonçalves Crespo falece precocemente, passa a chefe de família e assume a literatura como ganha-pão. Graças a seu empenho, a primeira edição das *Obras completas de Gonçalves Crespo* sai em 1887.

A participação amaliana no universo das letras não é meramente figurativa, porque ao agarrar com unhas e dentes a causa da educação, em um momento particularmente penoso para Portugal, cujo desafio, dentre tantos, é lidar com as altas taxas de analfabetismo, ela desvela que a mulher portuguesa é a mais penalizada no universo de iletrados. Por certo, a defesa da educação feminina figura como um ponto de luz na escuridão intelectual em que se encontra imersa grande parte das mulheres, mas nesse embate não reside a intenção de advogar pela independência do *belo sexo*.

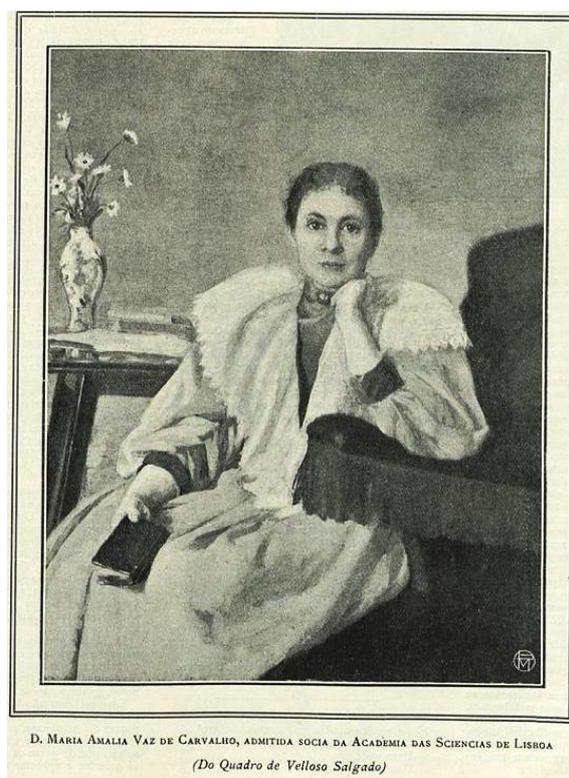
---

<sup>83</sup> Além de se apoiarem na visão que nutrem a partir das mulheres com quem privam os primeiros contatos da infância à maturidade, sejam elas mães, irmãs, tias e avós, ou ainda as *coquettes*, pelas mãos das quais uma ampla maioria há de passar, esses escritores dispõem também de aportes literários a desnudar o mistério que são as mulheres. Felix Davin (1805-1836), fazendo-se porta-voz da obra balzaquiana, diz: “Mas como Balzac adivinhou a mulher! Ele sondou todos os castos e divinos mistérios de seus corações tão frequentemente incompreendidos. Que tesouros de amor, dedicação, melancolia ele extraiu dessas existências solitárias e desdenhadas.” (DAVIN; BALZAC, 2007, p. 38)

<sup>84</sup> Além de Guiomar Torresão, ficcionista, e Carolina Michaëlis de Vasconcelos, filóloga, outras que alcançaram prestígio na mídia impressa foram: Maria José Canuto, jornalista; Júlia de Gusmão, poetisa; Maria Peregrina, poetisa; Catharina Máxima de Figueiredo, poetisa; e Maria Rita Chiappe Cadet, professora e escritora.

Bianca Coutinho observa, “Maria Amália Vaz de Carvalho fazia parte desta geração que utilizou o argumento da instrução utilitária feminina proposta pelo pensamento liberal para ter acesso à cultura e ao mesmo tempo se fazer ouvir e respeitar por cumprir a posição considerada mais digna à mulher na época: mãe e esposa.” (COUTINHO, 2012, p. 15) Ao se dirigir às mães – atuais e futuras –, Maria Amália serve-se da própria experiência, pois tivera três filhos com o poeta Gonçalves Crespo nos nove anos em que estiveram casados. Uma vez viúva, passa a viver de e para a literatura, colaborando em jornais e periódicos vários<sup>85</sup>, em Portugal e no Brasil, e produzindo uma obra extensa que engloba o conto, a crônica, a poesia, a epistolografia, a biografia, a crítica literária e o ensaio.

Figura 18 – Maria Amália Vaz de Carvalho. Reprodução da pintura de Velloso Salgado. *O Ocidente*, 1912.



Fonte: <http://escritorasportuguesas.blogspot.com.br/2014/10/maria-amalia-vaz-de-carvalho.html>

Não bastasse a consolidação de uma obra profundamente autoral, ela colabora também com prefácios e prólogos nas obras de outrem, prefaciando a primeira edição portuguesa de *Crime e Castigo*, de Dostoiévsky, e vertendo para a língua portuguesa obras de Lamartine e

<sup>85</sup> Amaro Carvalho da Silva fez um exaustivo levantamento dos periódicos onde Maria Amália colaborou, a saber: em Lisboa, publicou no *Álbum das Glórias*, *Brasil-Portugal*, *Correio da Manhã*, *Diário Ilustrado*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Gabinete de Reporters*, *Jornal do Commercio*, *Jornal da Noite*, *A Moda Ilustrada*, *Novidades*, *O Ocidente*, *O Reporter* e *Revista Occidental*; no Porto, publicou em *Actualidades*, *O Atheneu*, *Commercio do Porto* e *A Mulher*; no Rio de Janeiro, no *Jornal do Commercio* e *O Paiz*; e, em Paris, na *Revista Moderna*. (Cf. SILVA, 1997, pp. 224-229)

Henry Bernstein. Sem perder de vista a sua *pièce de résistance* – a formação feminina – traz para o seu público as questões referentes à conjugalidade, ao investimento na formação das crianças, à defesa da família. Haja vista uma de suas cartas, dirigida a uma hipotética noiva:

Em primeiro lugar, mãe nenhuma devia dar sua filha – educada desde a tenra infância com ideias diversas das que hoje recebe – sem saber bem a que espécie pertence o homem a quem a entrega. Se ninguém compra para as filhas um vestido, sem saber exatamente se é de boa ou má qualidade; se ninguém escolhe um mestre, sem ter dele as mais minuciosas informações morais e intelectuais; se os mais simples negócios demandam uma soma enorme de cuidado, de atenção, de escrupulo, – por que é que há de ser justamente o assunto mais grave da vida, aquele que todos nós deixamos mais ao acaso, à ventura ao cargo do destino? (CARVALHO, [19--] p. 65)

Proveniente de um meio abastado, Maria Amália percebe as hipocrisias da classe à qual pertence e os aprendizados, no seu entender, pouco efetivos destinados às meninas e moças, que pouco contribuem para o dia a dia em família. Expostas a várias línguas desde a tenra idade – o que, segundo a autora, impede-as de pensar em português – as moças treinam a postura e aprendem a fazer mesuras diante das autoridades; são também instruídas em dança, canto, bordado, pintura e tudo o mais que lhes permita conquistar um “bom casamento”. Estão mais para “senhoras do lar”, conceito que, com o passar do tempo, perde espaço para a figura produtiva da “dona de casa”. Embaladas pela esperança de se tornarem as estrelas dos salões, anseiam pelo brilho da noite. Mas os ideários dos pretendentes podem ser de ordem bem mais modesta. Eles podem simplesmente almejar o comedimento nos gastos e uma vida mais tranquila, no aconchego do lar, o que, segundo Maria Amália pode ser a origem das desavenças conjugais. Além dos interesses comuns que permitam aos pares o diálogo, Maria Amália defende veementemente o exercício do livre arbítrio no campo amoroso como o primeiro passo antes de se chegar ao altar, porque “em Lisboa, em cada trinta lares, há vinte infelizes, umas vezes por culpa da mulher, outras por culpa do homem, e não raro por culpa de ambos. [...] O meio de remediar isto? Não sei. Imagino que o remédio virá da educação dada às raparigas e aos rapazes, e da transformação que é necessário fazer sofrer ao casamento, tal como nós o praticamos.” (CARVALHO, [19--], p. 64) Haja vista a tessitura narrativa de “Duas faces de uma medalha”, publicado em *Contos e fantasias* (1880).

O narrador principia o conto dispondo sobre um casal de enamorados e as suas diferenças de idade e classe: Margarida e Eduardo de C... Ela, filha de um banqueiro, 25 anos, criada sob uma redoma, conforme os moldes aristocráticos: “tinha então a vida fútil e ociosa de todas as rainhas da alta vida” (CARVALHO, 2007, p. 112); ele, três anos mais jovem,

“criança triste e ambiciosa” (CARVALHO, 2007, p. 111), tem como principais atributos a inteligência e um brilho próprio que “na sombra, de longe, já se vê; ela na plena irradiação da sua graça, da sua formosura, da sua opulência, de todo o seu esplendor. ” (CARVALHO, 2007, p. 112) Apesar da notória desigualdade material, germina entre ambos um interesse mútuo porque “falavam a respeito de tudo, com a liberdade de pessoas que se entendem e apreciam. Discutiam literatura, música e versos. Às vezes falavam ambos do futuro.”<sup>86</sup>

No entanto, o futuro de Margarida – ela bem o sabia – não tarda a bater-lhe à porta. O casamento com o Conde de V..., acertado à sua revelia, promete ser um grande negócio: uma das maiores fortunas Lisboa associada ao reconhecimento social que só um título nobiliárquico poderia, à época, trazer. Durante toda a vida, a filha do banqueiro aprendera a transigir e como não se insurge frente à determinação paterna, o casamento consuma-se sem maiores problemas. A escritora entende que muitos dos dramas íntimos começam nesse ponto, porque, como deixa explícito em artigos seus veiculados nos jornais: “os pais, as mãis, os tutores e gente experimentada que devia servir de piloto aos moços nestes mares encapelados da vida são os primeiros que prescrevem como bagatelas, criancices, exageros ou afectações romanescas, todas aquelas considerações que se filiam numa ordem de ideias mais levantadas e mais profundas. ” (CARVALHO, [19--], p. 70).

Ao fim de dez anos, com a fortuna familiar dilapidada pelo marido *marialva* e o pai morto de desgosto, Margarida, que fora “a brilhante Condessa de V..., a filha adorada de um dos homens mais ricos de Lisboa, a rainha dos salões luxuosos, a estrela mais fulgurante do alto mundo, dava lições para sustentar os dois filhos que lhe restavam, únicos vestígios de um passado de pomposas mentiras. ” (CARVALHO, 2007, p. 188) O narrador reconhece a parcela de *culpa* que a protagonista tem no fracasso matrimonial e na derrocada familiar, o que justifica a *expição* que terá de passar com a devida resignação. Entre os erros contabilizados, consta o fato de não se posicionar diante do pai; o confluir com aquela vida artificial; o desprezo que nutre pelo marido “que tinha nas veias o sangue dos reis godos, e na cabeça a mais crassa estupidez de que há memória desde o tempo dos ditos” (CARVALHO, 2007, p. 115); o abandono dos filhos aos cuidados da governanta e o deixar-se levar por “uma profunda e desdenhosa indiferença da vida. ” (CARVALHO, 2007, p. 117) Margarida, ao renunciar à própria voz deixa-se recobrir por um verniz de indiferença e mesmo que se

---

<sup>86</sup> CARVALHO, 2007, p. 114

perceba arrastada “para a mais negra miséria”, continua entregue ao luxo, o que não redundava em benefício para si ou para os seus.

Fica em aberto o que acontece com o marido – não sabemos se sumiu ou morreu. Sabemos, no entanto, o que sucede a Eduardo de C... que, tendo começado como um funcionário de carreira, chega à pasta de ministro, abalizado pela atuação ilibada na tribuna.

Quando seus olhares se entrecruzam pela última vez, em dia particularmente inóspito – ela na rua, seguindo a pé para as casas das pupilas e ele, na carruagem, a olhá-la com compaixão – consuma-se a troca de papéis entre ricos e pobres. O episódio reflete a emergência da classe média, em situação inversamente proporcional à aristocracia que graças à própria leniência entra em derrocada. Eduardo de C... ascende porque cultiva a aristocracia de espírito. Quanto a Margarida, contrai uma febre e morre, deixando nas mãos de um misterioso benfeitor o futuro de suas crianças. Diante deste desfecho, podemos depreender que Maria Amália Vaz de Carvalho não propala o feminismo, o sufragismo ou qualquer outra forma de assunção política pelas mulheres, expedientes para os quais ela torce o nariz. Arraigada ao tradicionalismo de sua própria formação, julga não ser esse um atributo feminino. Defende que as mulheres, guardando o respeito que julga devido à figura masculina do pai e do marido, ocupem os seus espaços no ambiente doméstico, com a qualidade de sua intervenção, mas sem perder a ternura.

O conto amaliano deposita, por fim, na conta “[d]essa Lisboa que assistiu ao louco esfacelar de uma fortuna enorme, com o sorriso banal e adulator que ela tem para todos os perdulários” (CARVALHO, 2007, p. 118) os despojos de tantos casamentos infelizes. Maria Amália reclama para si, para os seus e para as gerações vindouras a “felicidade pela instrução”, abrindo o flanco da sociedade patriarcal para mudanças substantivas em relação ao protagonismo feminino, ainda em gênese, na virada para o século XX.

Três tipos de mulheres, como vimos, são apresentados nas referidas narrativas: Luísa (“Singularidades de uma rapariga loura”), Rosária (“O novinho”) e Margarida (“Duas faces de uma medalha”) pertencem à pequena burguesia, ao campesinato e à alta burguesia respectivamente. Cada uma dessas mulheres reage a questões emergentes, diante das quais a sociedade clama por posicionamentos, compondo as falas de um *script* consoante com o tempo e o espaço, em interação com os demais atores envolvidos nas tramas.

As narrativas dos dois primeiros autores levam a conclusões parecidas que penalizam sobremaneira as mulheres, desvelando os seus vícios e as tentativas de corromper os homens. Acenando com a imagética de Adão e Eva antes da expulsão do Éden, Eça deixa subentendido que tais investidas e perversões são próprias da condição feminina, dada a alegada fragilidade física e a presunção de menor capacidade intelectual. O discurso misógino, por vezes, encobre o medo que os homens têm da sugestão feminina, como pondera Michelle Perrot:

(...) se as mulheres não têm o poder no sentido estrito do termo, elas têm a influência muito mais difusa e eficaz dos costumes. Em todos os tempos, os homens tiveram medo das mulheres. A Mulher é a Outra, a estrangeira, a sombra, a noite, a armadilha, a inimiga. A Mulher é Judite ou Dalila, que se aproveita do sono do homem para cortar-lhe os cabelos: a sua força. Este medo ancestral, primitivo, ligado talvez à sexualidade (e que a psicanálise tanto expressa quando tenta elucidar), encontra, em cada época, sua expressão própria. (PERROT, 2005, p. 264-265)

A personagem burilada por Maria Amália, no entanto, parece sentir a letargia e a indiferença que, pelos anos 80 do século XIX, transpiram em todos os setores da sociedade portuguesa. Margarida tem os seus atenuantes: a começar pelo projeto familiar e o modelo educacional a que fora exposta e que condicionam o seu modo de vida.

Transitando em um universo literário dominado por homens, Maria Amália toma os seus cuidados para não confrontar o público masculino. Quando se dirige às mulheres à guisa de conselho, Maria Amália recomenda atitudes de moderação e escuta por parte da mulher, deixando para o homem papel de “cabeça do casal”, o que filósofos como Kant e Hegel endossam, por entenderem que a realização feminina só se torna plena quando recebe a chancela masculina.

O percurso profissional de Maria Amália desde o início fora referendado pelo pai e pelo marido, literato como ela, o que, pelo Código Civil (1867) de então, é plenamente aceito. Fora do âmbito doméstico o poeta António Feliciano de Castilho reconhece o seu talento e incentiva a sua expressão artística.

Apesar das posições tradicionalistas que adota, pelas quais é julgada e estigmatizada com o advento da república, Maria Amália desenha um movimento latente de inclusão da mulher no campo social que há de se alargar no século seguinte.

Ao mesmo tempo, às teses que a periodização romântica introjetara na sociedade – particularmente no que concerne às questões de gênero, aos espaços público e privado, aos papéis desempenhados pelos atores nos diferentes espaços – sobrepõem-se antíteses várias que se interpõem aos retratos sépias da condição feminina, da primeira metade dos oitocentos.

Irene Vaquinhas destaca que aquela “imagem de mulher simultaneamente idealizada e insignificante: a mulher frágil, cujo charme reside precisamente na sua vulnerabilidade; a mulher espartilhada em termos físicos ou morais, posta ao abrigo dos perigos exteriores, virginal e ignorante, cujos conhecimentos se deviam reduzir [a] apenas o necessário para animar os salões ou os saraus familiares (...).” (VAQUINHAS, 2000, p. 24-25) que o romantismo ajudara a forjar, deixara de existir. Lá estão elas, na imprensa, a sinalizar os novos tempos.

## **2.6 Retratos de uma geração:**

Como Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos observa, no que concerne à formação dos homens de letras nos primórdios do Liberalismo, a origem há de se refletir na sua formação. Para recompor a construção desses intelectuais, Maria de Lourdes Santos dividiu os agregados familiares, segundo suas condições materiais, em três grupamentos – o Tipo 1, de “famílias que aspiravam a um futuro melhor para os seus filhos, dispendo embora de um capital global modesto” (SANTOS, 1988, p. 40); o Tipo 2, “caracterizado por deficientes recursos materiais em termo de capital cultural e social corresponde, na maior parte dos casos, a uma fase descendente nas trajetórias das famílias, que anteriormente se aproximavam do Tipo III.” (SANTOS, 1988, p. 43); e o Tipo III, através do qual “as estratégias de reprodução social para estas situações familiares definem-se de um modo particularmente coerente e eficaz, podendo envolver, para além do pai, outros parentes diretamente empenhados na orientação dos futuros intelectuais.” (SANTOS, 1988, p. 46)

Segundo esses parâmetros, a família de Alexandre Herculano pertence ao segundo grupo. Com perda de melhor condição, a partir da cegueira e aposentadoria do pai, o escritor envereda pelos cursos técnicos de comércio e de diplomática.

Almeida Garrett e António Feliciano de Castilho, pelo contrário, dispunham dos aportes familiares quando do início da vida profissional. O primeiro, cujo pai era proprietário rural na Ilha Terceira e fidalgo cavaleiro, recebeu de dois tios – um dos quais, Frei Alexandre da Sagrada Família<sup>87</sup> – as orientações nos estudos, antes de ingressar na universidade. Quanto ao segundo, o pai fora lente da Faculdade de Medicina, em Coimbra. Herculano, Garrett e Castilho foram os grandes intelectuais portugueses da primeira metade dos oitocentos, mas o acesso aos bens culturais, de início, foi bastante facilitado para os dois últimos.

Figura 19 – "O Grupo do Leão", óleo sobre tela. 200 cm x 380 cm. Columbano Bordalo Pinheiro, 1885. Museu do Chiado, Lisboa.



Fonte: <http://www.museuartecontemporanea.pt/ArtistPieces/view/26>

Sob esse enquadramento, Fialho de Almeida, oriundo de uma família com poucos recursos materiais, mas ambições de melhoria, está no primeiro grupo, diferentemente de Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Teófilo Braga, que compõem, segundo essa classificação, o terceiro grupo, onde “não se tratava propriamente de lutar para conquistar para os filhos uma formação escolar capaz de lhes proporcionar melhores condições de vida, ou de fazer sacrifícios para que essa formação pudesse atingir o nível universitário, mas antes de

<sup>87</sup> António Ferreira de Serpa (1737-1818), conhecido como D. Frei Alexandre da Sagrada Família, foi bispo de Angra e homem de grande erudição, destacando-se como poeta árcade e mentor do jovem João Baptista da Silva Leitão, o qual mais tarde acrescentaria outros dois sobrenomes que o imortalizariam: Almeida Garrett.

assegurar uma reprodução alargada de um capital familiar já existente.” (SANTOS, 1988, p. 48)

Esses articulistas e ficcionistas encontram os seus nichos, seja nos espaços de sociabilidade, seja na preferência do público. Maria Amália inaugura salões literários frequentados por Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Alexandre Herculano, António Feliciano de Castilho, Pinheiro Chagas, Camilo

,Castelo Branco, Guerra Junqueiro e tantos outros de expressão no meio literário que compartilham suas ideias com essa “vencida honorária”.

Enquanto Manuel Pinheiro Chagas, filiado à plêiade castelhana, ocupa todos os espaços de projeção política, como representante da situação, Eça de Queirós distingue-se, com o *Cenáculo* na mocidade, e com os *Vencidos da Vida*, 20 anos depois. Luís Teixeira eterniza os *vencidos* em caricatura:

Os “Vencidos da vida” ceavam no Tavares, informa Silva Gaio. No fim, a conta registava: bacalhau e pão 18 vinténs, champagne 18 mil réis.... Um homem alto e magro como uma palhinha de carapinhada, de monóculo e sorriso desdenhoso, vinha de quando em quando a Lisboa para ver o Céu e deambular de noite pelas ruas a falar de Flaubert e de Zola. Regressava e depois, entre uma carta de Fradique para a “Revista de Portugal” e a biografia de S. Cristóvão, escrevia os seus comentários de civilizado sobre a cidade: “Em Lisboa a vida é lenta. Tem as raras palpitações de um peito desmaiado. Não há ambições explosivas. A iluminação é um côro de gás, bocejando. Das encruzilhadas das ruas solitárias, de todo este deserto de cantarias e de vidraças, exala-se uma sonolência fluida, um hálito de tédio...”. (TEIXEIRA, 1941, p. 9-10).

Além dos espaços seletos, existem outros adequados a todo tipo de bolso, gosto e ocupação profissional, conforme o mapeamento do mesmo Luís Teixeira:

Os cafés eram, então, uma espécie de clubes com frequentadores habituais, divididos por características distintas e separados por castas: os “Marialvas” audaciosos, valentes e descarados, no “Central”, a uma esquina do Chiado; os tropas graduados, no “Suíço”; os burgueses rícos, no “Áurea Peninsular”; os toureiros, no “Marrare das Sete Portas”; os literatos, os políticos e a gente do teatro, no “Martinho”; – os pintores, no “Leão de Ouro”. [...]. No “Leão de ouro” estabelecera-se uma certa camaradagem de artistas e homens de letras, quási todos rapazes ainda, hoje desaparecidos, depois de realizarem, cada um deles, uma obra admirável e, em muitos casos, gloriosa. [...]. Outros entravam. Aparecia Fialho de Almeida num intervalo das suas “lições” a um grupo numeroso de oficiais de artilharia na mesa do “Martinho”. Abel Botelho, Bulhão Pato, Coelho de Carvalho, Monteiro Ramalho, o Dr. Fortunato Fonseca, ainda estudante de medicina, Dantas Baracho e tantos outros vinham sentar-se nas mesas do “Leão” a essa hora já manchadas com sinais do lápis genial de Rafael. (TEIXEIRA, 1941, p. 12-14)

Fialho de Almeida aproxima-se de um outro tipo de intelectualidade, formada por pintores, jornalistas e artistas de teatro. Como Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos observa, os espaços de legitimação literária ganham no final dos oitocentos um novo rosto:

Outro era o significado das ironias que, [...], ridicularizavam os saraus e as recitações no último quartel do século XIX, quando a organização do mercado de bens culturais tendia a profissionalizar a sua difusão. Assim, à semelhança do que tinha acontecido com os teatros particulares, também os saraus iam perdendo sentido e desmembrando-se. O desenvolvimento da comercialização da literatura e a correspondente especialização de tarefas a cargo das editoras iam começando a assumir parte das funções que os saraus preenchiam, designadamente a capacidade de proporcionar aos autores reconhecimento e consumidores. (SANTOS, 1988, p. 294-295)

De um lado, a efervescência da imprensa, com o nascimento e o desaparecimento de publicações as mais variadas, para todos os tipos de público, que possibilitam o surgimento e o reconhecimento de novos autores; de outro, o baixo índice de alfabetização, que repercute nas baixas tiragens e, por conseguinte, nos questionamentos dos autores quanto à remuneração que percebem e o real valor do produto literário. E, nesse meio de campo, os atritos entre os literatos por suas diferentes tomadas de posição frente à política e à estética, derrubando mitos e fazendo surgir novas referências. Todo esse revolvimento a que os homens de letras estão sujeitos acaba por denunciar um amadurecimento estrutural, o que, no entender de Antonio Candido, compreende:

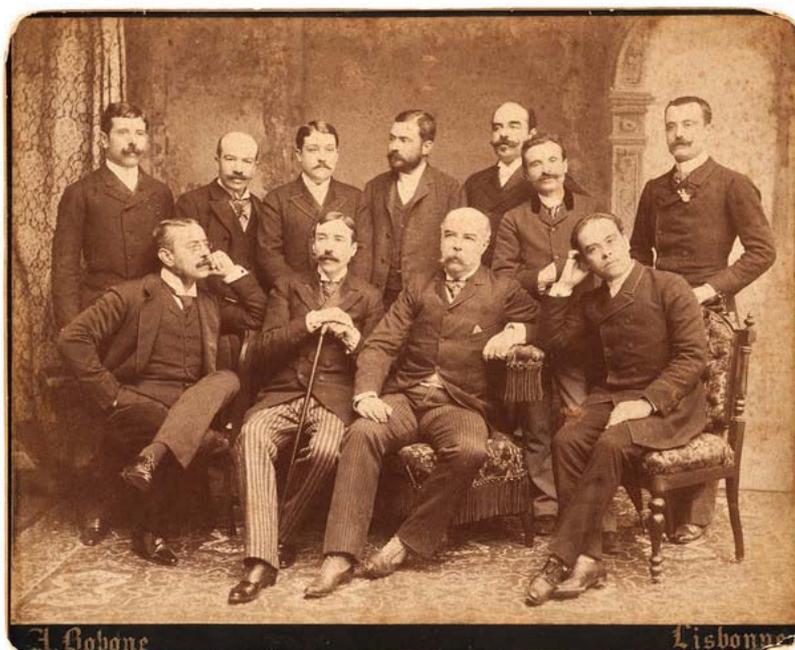
Além das características internas (língua, tema, imagem), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os mais diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem traduzida em estilos), que liga uns aos outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece, sob este ângulo como sistema simbólico, por meios do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens e de interpretação das diferentes esferas da realidade. (CANDIDO, 1964, p. 25-26)

Malgrado todos os confrontos entre os atores e a disseminada sensação de decadência que perpassa o país no final do século, a literatura demonstra um sentimento de pertencimento que aglutina os produtores de cultura em um sistema literário consolidado. Saliente-se que o tricentenário da morte de Camões, em 1880, a irmanar portugueses e brasileiros nas comemorações, ganha, em Portugal, repercussões políticas, desvelando a queda de braço entre o republicanismo emergente e a monarquia agônica. Colocando-se como colegas de profissão, parceiros de caminhada ou mesmo antagonistas, os autores plasmam à ficção finissecular

visões variegadas sobre literatura, indivíduo, Estado, família e nação, até então restritas pelas clivagens de gênero e classe social.

A literatura também pode desvelar a faceta falaciosa dos manuais de civilidade e demais atos prescritivos, possibilitando aos personagens da vida real e aos da ficção, mais dia, menos dia, deixarem as amarras e desempenharem novos papéis, seja no espaço público, seja no plano privado.

Figura 20 – *Os vencidos da vida*<sup>88</sup>, Augusto Bobone. Albumina, 26 x 31 cm. Col. João José P. E. Clode. Fotografia publicada na *Ilustração Portuguesa*, Lisboa 1903, A.1, p. 21, 1889.



Fonte: <https://fasciniodafotografia.wordpress.com/2015/11/02/a-questao-coimbra-e-os-vencidos-da-vida/>

---

<sup>88</sup> De pé: Conde de Sabugosa, Carlos de Lima Mayer, Carlos de Lobo de Ávila, J. P. Oliveira Martins, Luís de Soveral, Guerra Junqueiro e Conde de Arnos; sentados: Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, Conde de Ficalho e António Cândido.

### 3 DE VOLTA À CASA: A PRIMAZIA DA DOMESTICIDADE

As transformações por que passa o mundo ocidental no século XIX e sobre as quais discorreremos, repercutem na esfera privada. Paralelamente, os processos de individuação levam o sujeito não só a olhar para dentro de si, mas também para o entorno. Um modelo pautado na domesticidade emerge, retornando os membros, em especial as mulheres, para dentro das casas, o que leva os agregados domésticos a transitarem do modelo alargado para o nuclear.

Figura 21 – Família do banqueiro Henrique Burnay (1º conde de Burnay). Fotografia, 1880.



Fonte: <http://www2.iict.pt/?idc=6&idi=13112>

O “enxugamento” das famílias diz respeito às condições objetivas de vida que a proposta liberal e a subsequente implementação do capitalismo impõe às sociedades, extinguindo antigos modelos comunais, fracionando o tempo, individualizando a forma de ver e sentir o mundo. Cunha-se como paradigma a família burguesa, a percutir os valores da classe. A austeridade e a virtude que devem pautar o homem público encontram o seu nascedouro no âmbito privado.

Os valores burgueses são veiculados em manuais de civildade, anteriormente voltados para a distinção da aristocracia. Como Maria de Lourdes Lima dos Santos salienta a respeito dos costumes de “bom-tom”:

No século XIX assiste-se a uma nova fase de grande voga do manual de civildade como instrumento promocional das frações da burguesia em ascensão. E nesse mesmo século em que se proclama [...] que o domínio do consumo está ao alcance dos trabalhadores, o acesso ao domínio da etiqueta aparece igualmente como um dos elementos da ideologia democrática burguesa. O manual de civildade exprimirá, a partir de então, a pretensão de facultar a todos o conhecimento do código do “saber viver” e, nesta medida, está aparentemente a minar os seus próprios objetivos – possibilitar que os iguais se reconheçam entre si e os de fora sejam assinalados e mantidos à distância, isto é demarcar e distinguir – a supor que o número de iniciados se iria alargando progressivamente, a tendência seria para a anulação do privilégio implicado nas regras de etiqueta... (SANTOS, 1977, p.11)

Passam por codificação os comportamentos desejáveis para que o indivíduo circule em ambientes os mais requintados: das medidas à arte de receber; das formas sub-reptícias de namoro à consagração pelo casamento, tendo em vista, a partir da estrita observância às regras, a almejada mobilidade social. O privilégio, antes votado a muito poucos, com a disseminação de valores de classe, agrega novos contingentes e aspirações crescentes de mobilidade social.

Essa busca por pertencimento, no entanto, acaba não só por deslindar as diferenças de padrão, mas também os espartilhamentos em que muitos se veem metidos. Com a crescente valorização do “eu”, novos posicionamentos são adotados pelos atores. O modo de vida dos religiosos, por exemplo, progressivamente visto pelos leigos como corrompido e corruptor, é deveras questionado. A animosidade crescente resulta, com a vitória liberal, na venda dos bens sob o seu domínio e a expulsão dos frades e das irmãs de caridade<sup>89</sup>.

Até então, a Igreja detém o monopólio dos pobres. O Estado passa a ocupar postos onde os religiosos são atuantes, notadamente nas áreas de Educação e Assistência Social. A Igreja, tendo em vista a tradição milenar se misturar com a formação da nacionalidade

---

<sup>89</sup> Segundo o relato de Augusto Barbosa de Pinho Leal em relação aos conventos de Vila Real de Trás-os-Montes, as mudanças seguiam gradativas, mas inexoráveis: “Em 1855 achando-se extintas as rendas d’este convento e sendo habitado por uma única freira, foi esta expulsa e a casa passou para o estado; depois cedeu às recolhidas de Nossa Senhora das Dores, que n’elle se instalaram e n’elle se conservam inda hoje (1885) passando o Lyceu para o edifício do Recolhimento, onde hoje está o asylo da infância desvalida. Assim terminou este venerando mosteiro de Santa Clara no fim de 282 annos de existência, e dentro em pouco se extinguirão todos, porque o decreto de 28 de maio de 1834 extinguindo no nosso paiz os frades, por muito favor conservou as freiras no tempo existentes, mas prohibiu-lhes novas profissões, pelo que as poucas freiras que hoje restam se acham todas caducas e prestes a caírem na cova. Só est’anno de 1885 já se fecharam no nosso continente 4 conventos de freiras! ...” (LEAL, 1886, pp. 988-989)

portuguesa, luta para manter os fieis sob a sua guarda. Quanto ao Estado, com o discurso da Razão, prima por apartar os poderes, distinguindo religião de ciência, tradição de modernidade.

Nessa queda de braço entre gigantes, cabe aos intelectuais filiarem-se à hoste favorável à Igreja, implicada com a monarquia, ou à corrente anticlerical, simpática ao socialismo proudhoniano e ao republicanismo. Tal como faz Teófilo Braga<sup>90</sup> ao associar a religião com o atraso científico e defender um novo viés moral implicado com o livre-pensamento, o anticlericalismo e o laicismo.

Figura 22 – Ruínas da Igreja do Carmo. 1858. Desenho de Francisco Augusto Nogueira da Silva e gravura de João Maria Baptista Correia Júnior.



Fonte: <http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com.br/2014/05/largo-do-carmo-v.html>

<sup>90</sup> “(...) os partidarios das Monarchias constitucioaes querem uma religião de Estado privilegiada, dotação do clero, educação publica submetida á inspecção religiosa, casamentos, nascimentos e obitos subordinados a dados sacramentos, em fim as consciencias subjugadas por juramentos e outros manejos. Tal e a situação politica dos povos adstrictos á monarchia. E á sombra destas concessões que o clericalismo tenta outra vez assaltar a esphera civil (...) (BRAGA, 1879, p. 61)

O chamado em prol da construção nacional exige um olhar atento dos homens de letras, os quais põem na pauta do dia o que Pierre Bourdieu chama de *bens simbólicos* – a religião, a educação e o direito –, enxertando-os nas resenhas jornalísticas e na prosa ficcional. Tais questionamentos, com especial projeção no fim de século, propomo-nos desdobrar.

### 3.1 Religião como meio de vida e de morte

Com o advento da sociedade liberal, a família é reconhecida enquanto organismo essencial para hastear a bandeira dos novos tempos. Para que o liberalismo passe a viger de forma hegemônica, é preciso que ela própria passe por mudanças. É o que se vê, a começar pelo âmbito doméstico, seja na reorganização do espaço, seja na distribuição dos papéis, com clara delimitação por gênero.

A casa, que antes aglutinava gentes e fazeres os mais variegados, ganha especificidade e as construções discursivas também sofrem um deslocamento, passando a delimitar “dentro e fora” e relacionando o trânsito pelos diferentes espaços com as vivências subjetivas. Passa a “continente vital no imaginário humano”<sup>91</sup>, enquanto ponto de origem e espaço para proteção e repouso. Ou como Gilbert Durand sublinha, “A casa inteira é mais do que um lugar para viver; é um vivente.”<sup>92</sup>

A expressão “entre quatro paredes” passa a ser entendida como o *locus* último da intimidade, porque constitui-se em berço e sepulcro. E sugere também, como acentua Ida Maria Alves, movimentos vários: seja a passagem para o interior do ser individual, com o retorno às lembranças da infância, ou do coletivo, manifesto nas expressões de identidade cultural; seja a passagem para o exterior, como um exercício que o ser humano faz para questionar a própria existência, o que repercute na desconstrução de uma realidade artificial e o desfazimento das ilusões que a memória engendra. Por muito que se ande, a casa perdura como ponto de partida e de chegada. Ainda que não seja o mesmo espaço físico e atores, há que retornar, tendo em vista “a necessidade de reconstruir o espaço de intimidade sob nova perspectiva, assumindo-se o corpo liberto e a linguagem libertadora.” (ALVES, 1999, p.

---

<sup>91</sup> DURAND, Gilbert, 1989, p. 168.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 168.

479), como o traje de *filho pródigo* que o eu poético transveste em “Retorno ao lar”, de Guerra Junqueiro (1850- 1923):

[...] Como antigamente no regaço amado  
 (Venho morto, morto!...) deixa-me deitar!  
 Ai, o teu menino como está mudado!  
 Minha velha ama, como está mudado!  
 Canta-lhe cantigas de dormir, sonhar!... (JUNQUEIRO, 1892, p. 30)

Não são só os filhos que tomam novos rumos e se confrontam com sua individualidade. No que concerne aos provedores – papel predominantemente masculino – o que se vê é o distanciamento destes da ambiência privada, devido às funções laborais que exercem predominantemente em outros espaços. Esse distanciamento ganha contornos dramáticos com os movimentos migratórios que levam meninos e homens feitos para outras regiões no território português e além-continente, por meses ou anos seguidos, alijando-os da vida doméstica. Um fenômeno que Unamuno não se furtaria a comentar:

(...) sem embargo, que matéria prima para um povo aqui existe! Que vitalidade a desta gente! E que prolíferos, Santo Deus! Como se hoje a sua principal exportação fosse a exportação de homens, de gado humano, como um deles afirmou. E de homens duros, resistentes, sofridos. Dizia Spencer que o principal é fazer do homem um bom animal; e como o animal é uma espécie de ser vivo, o principal é fazer dele um bom ser vivo. Como os há aqui: bons viventes, com uma robusta vitalidade de planta, como a desses pinheiros que deitam raízes nas costas portuguesas. E tão submissos. Submissos até quando se revelam. (UNAMUNO, 1976, p. 52)

Com o distanciamento prolongado, o retrato do patriarca começa a esmaecer no seio familiar. Quanto às mulheres, apesar de amargarem a solidão e enfrentarem privações, ganham com o aprofundamento das relações, firmando laços umbilicais com os filhos, como Elisabeth Badinter pontua:

[...] foi o interesse da mulher que ditou o comportamento da mãe. Mesmo que este tenha sido realmente influenciado pelo discurso que celebrava o reinado da “boa mãe”, dois fatores influíram igualmente na opção das mulheres. Em primeiro lugar, suas possibilidades econômicas, mas também, variando segundo sua posição social, a esperança ou não de desempenhar um papel mais gratificante no seio do universo familiar, ou da sociedade. Segundo fosse rica, abastada ou pobre, a mulher do final do século XVIII e sobretudo a do século XIX aceitou, com maior ou menor rapidez, o papel da boa mãe. (BADINTER, 1985, p. 201)

O amor materno, vendido como um fenômeno natural, desloca as mães para o papel de educadoras, sendo elas as primeiras a iniciarem as crianças na inculcação dos comportamentos sociais e nos mistérios da religião. Crianças e adultos veem as etapas da vida, do nascimento à morte, talhados pela cosmovisão cristã. A oração é o modelo

comunicativo por excelência com a espiritualidade, como podemos perceber nos serões da Tia Doroteia com Maria de Jesus, patroa e criada, em *A Morgadinha dos Canaviais*, a pedirem ambas a intercessão dos santos, das mais diversas procedências e funcionalidades:

Ouvir rezar as duas santas velhas – e era essa a ocupação dos seus curtos serões – equivalia a escutar uma resenha das diferentes calamidades que perseguem e apoquentam o gênero humano e que elas, desta maneira, pretendiam evitar: – Um padre-nosso e uma ave-maria a S. Marçal, para que nos livre do fogo – dizia D. Doroteia, e seguia-se o Padre-Nosso. – Outro a Santa Luzia milagrosa, para que nos dê vista e claridade na alma e no corpo; outro a S. Brás, para que nos proteja da garganta; outro a S. Vicente, por causa das bexigas, etc. Seguia-se um padre-nosso por todos os que andam sobre as águas do mar; outro por os pobres sem abrigo nem alimento; outro por os órfãos; outro pelos doentes; um pelos vivos; outro pelos mortos; um pelos justos; outro pelas almas do Purgatório, não hesitando até a sua caridade em transpor as portas do Inferno e pedir também a remissão dos condenados. E ainda depois desta minuciosa e longa enumeração, um último padre-nosso fechava a primeira série, compreendendo todos, os não contemplados por esquecidos, ou por não terem lugar na classificação. (DINIS, [19--], p. 249)

A nota bem-humorada do narrador pode sugerir os traços da caricatura, mas Maria Lúcia de Brito Moura confirma a profusão de santos a habitarem os oratórios domésticos, assim como o papel que cada um desempenha junto aos devotos. Daí a necessidade de recorrer a tantas entidades, por meio das mais variadas rogativas:

Quase sempre os santos tinham uma função específica: São Sebastião livrava da peste, Santa Eufêmia curava certos males da pele, São Brás tratava as doenças da garganta, Santa Luzia protegia das doenças dos olhos, Santa Bárbara defendia das trovoadas, Santo Antonio dava uma ajuda quando se tratava de encontrar objetos perdidos, Santo Amaro acorria em caso de fractura de braços ou pernas. Este santo protegia também o gado ovino. Numa sociedade rural, em que os animais desempenhavam um papel relevante na economia doméstica, outros santos eram invocados quando a vida de um animal corria perigo: São Torcato, Santo Antão, São Silvestre. (MOURA, 2011, p. 292)

Os aposentos por sua vez, são invadidos pela iconografia de cenas bíblicas e pela estatuária religiosa – “Cada parede era um museu de estampas de devoção. Poucos santos e santas da corte celestial não estavam ali representados e com um colorido, que era o maior pecado a que estes bem-aventurados haviam dado lugar cá no mundo.” (DINIS, [19--], p. 250). Esse contato mais íntimo com a espiritualidade, comungam-no a senhora de Alvapenha e sua criada, ambas de idade avançada, a respirarem “todo aquele cheiro de beatitude e de antiguidade” (DINIS, [19--], p. 251) que se presta a lastro existencial.

O narrador, no entanto, não demonstra preocupação com essa devoção algo folclorizada, porque compreende ser esse o comportamento corrente nas aldeias, não

implicando em maiores prejuízos para as devotas ou para quem as circunde. Para Pierre Bourdieu: “ (...) a religião permite a legitimação de todas as propriedades características de um estilo de vida singular, propriedades arbitrárias que se encontram objetivamente associadas a este grupo ou classe na medida em que ele ocupa uma posição determinada na estrutura social (efeito de consagração como sacralização pela “naturalização” e pela eternização). (BOURDIEU, 1974, p. 46)

Além de consolidar-se enquanto um fenômeno de sociabilidade, por agregar os suplicantes, cada qual com a sua demanda particular, as orações exigem um conhecimento prévio das práticas e crenças religiosas, compartilhadas de geração para geração.

Entre as classes populares também se observam formas próprias de lidar com o divino, como Fialho de Almeida detalha em *Os novinhos*, narrativa que principia em uma festa de aldeia, cuja origem religiosa ganha contornos pagãos:

Vespera de S. João á meia noite, a agua das fontes é santa, santa como os remédios eficazes, como a benção nupcial que um velho padre estende aos noivos, como os vestidos e os bentinhos das imagens, como a cruz dos adros desertos, como os mentastres das ermidas distantes e os cordeiros dados de fogaça pelas festas da paschoa. Quem a bebe, viva aquela hora, junto da fonte onde o luar se espelha, e em cujo fundo dormem suavemente o reflexo das estrelas, é feliz todo o anno, fecundo se é mulher e bom trabalhador se é homem. (ALMEIDA, 1932, p. 22)

Essa água milagrosa que ainda no Brasil dos anos 70, em pleno século XX, era benta pelo rádio, diariamente, às seis da tarde, encontrâmo-la na vida interiorana que o narrador situa. Mas a água da fonte aldeã guarda uma destinação específica: assegura trabalho aos homens, para sustarem a família. Quanto às moças, exige-se delas a fecundidade, como se parir fosse a utilidade última da mulher.

Observe-se a ligação cada vez mais estreita do contingente feminino com o plano espiritual, em grande parte porque, uma vez compondo o corpo da igreja, as mulheres encontram uma justificativa socialmente aceita para a ausentar-se de casa. São elas as primeiras a se envolverem nas ações civis de assistência social, no guarnecimento de creches e asilos para a infância desvalida e abandonada; a vestirem o confessor com os paramentos litúrgicos e a zelarem pela conservação do espaço sagrado. São também as maiores evangelizadoras em seus lares. Dado o momento agudo que enfrenta a igreja católica, em que se avoluma o movimento secular no Portugal finissecular, a catequese informal junto aos familiares arrebanha adeptos.

O sentimento anticlerical, que começara a aflorar ainda na segunda metade dos setecentos, com o Marquês de Pombal e os “estrangeirados”<sup>93</sup>, recrudescer e, na segunda metade do século XIX, ganha a adesão de um número significativo de intelectuais. Um largo contingente do público masculino deixara de frequentar usualmente a igreja, o que não significa que se pronunciassem ateus ou descrentes. Por sua vez, a modernização da sociedade e a preponderância do discurso racional exigem, a cada dia, com a maior premência, a separação entre Igreja e Estado, cujas medidas não tardam a se efetivar.

A vitória liberal, ainda na primeira metade dos oitocentos, deflagrara, dentre outras medidas, a venda das propriedades congregacionais, a partir de 1834, para acrescer dividendos à Coroa. Mas a indignação popular se faz sentir com o decreto de D. Maria II, assinado em 1844, pondo fim ao sepultamento dentro das igrejas, configurando-se o estopim para um surto insurrecional conhecido como *Maria da Fonte*.<sup>94</sup> Protagonizado inicialmente por camponesas do Minho, estendeu-se por todo o reino e deu outra configuração à ordem política. Júlio Dinis, 20 anos mais tarde, utiliza o episódio como pano de fundo, em *A Morgadinha dos Canaviais*, verbalizando o modo como o decreto oficial afrontara as crenças das comunidades rurais:

O morgado das Perdizes [...] na questão dos cemitérios era intolerante, não podendo levar à paciência que quisessem enterrar um homem como ele, num lugar onde chovia e fazia sol, como num campo de centeio. [...] no tópico do cemitério [que] arditosamente o espírito tentador do brasileiro insistia. Fazia avivar a ideia ao morgado de que ele próprio ia ser ali enterrado, porque na freguesia de Pinhões iam também ser proibidos os enterros na igreja, o que este negava berrando; e todos afirmavam o mesmo que o brasileiro dizia, o que dava lugar a novas punhadas, novas irritações e a novas pragas do Sr. Joãozinho. (DINIS, [19--], p. 494)

---

<sup>93</sup> *Estrangeirado* foi o termo depreciativo que os opositores encontraram para nominar os retornados, na segunda metade dos setecentos, a convite do Marques de Pombal para compor, sob os seus auspícios, um ministério de notáveis. Segundo António Sérgio, “homens de superior inteligência, que saíram do País para a Europa culta (muitos deles por temor do Santo Ofício), tiveram o ensejo de medir os efeitos da Contra-reforma na mentalidade, e do parasitismo sobre as colônias em toda a vida metropolitana.” (SÉRGIO, 1985, p. 121)

<sup>94</sup> Camilo Castelo Branco refere que o “Gomes de Amorim viu em 1846 o palco da guerra e ouviu os coros das várias Marias da Fonte, cantando ora o *Bemdito*, ora o *Rei-Chegou*. No mês de abril, escreve o biógrafo, a província do Minho, mais insofrida sempre que as outras do reino, começou a insurgir-se alegando ser vexatória a lei do imposto [para os enterramentos] e protestando que não pagaria o cruzado para as estradas. Afirmou-se que uma camponesa chamada Maria da Fonte soltara o primeiro grito revolucionário, correndo sobre os exactores do governo, armada de fouce roçadoura. Juntaram-se-lhe outras mulheres igualmente armadas, e quando a força publica se lhe quis opor, acudiram os maridos, os filhos, os irmãos e os pais, e travou-se a luta. Verdade ou mito, chamou-se a esse movimento Revolução da Maria da Fonte. A musa popular consagrou-lhe cantos e fez-se-lhe um hino. Gomes de Amorim, mais inclinado à realidade que ao mito, acrescenta em nota: O autor viu tantas marias brandindo fouces, forcados e outras armas, que julga possível ter sido alguma delas a heroína citada.” (BRANCO, s.d, pp. 35-36)

Segundo o credo local, que mais se fortalece quanto mais se adentra pelas aldeias, a igreja é a casa para onde retorna o corpo físico do devoto, uma vez morto, enquanto a alma cumpre o trajeto ascensional. Em termos míticos, equivale à volta do filho aos braços do Pai. Com as determinações do governo, no entanto, a morte sai do domínio religioso e os procedimentos burocráticos impactam economicamente as famílias. Além de procederem ao chamado de um oficial de saúde para autorizar o enterro, os familiares têm de arcar com os custos do funeral, o que, nas regiões mais pobres, equivale a punir duplamente os que restam vivos.

Figura 23 – Revolta da Maria da Fonte. Gravura. In: *A Ilustração*, vol. II, 1846, p. 71



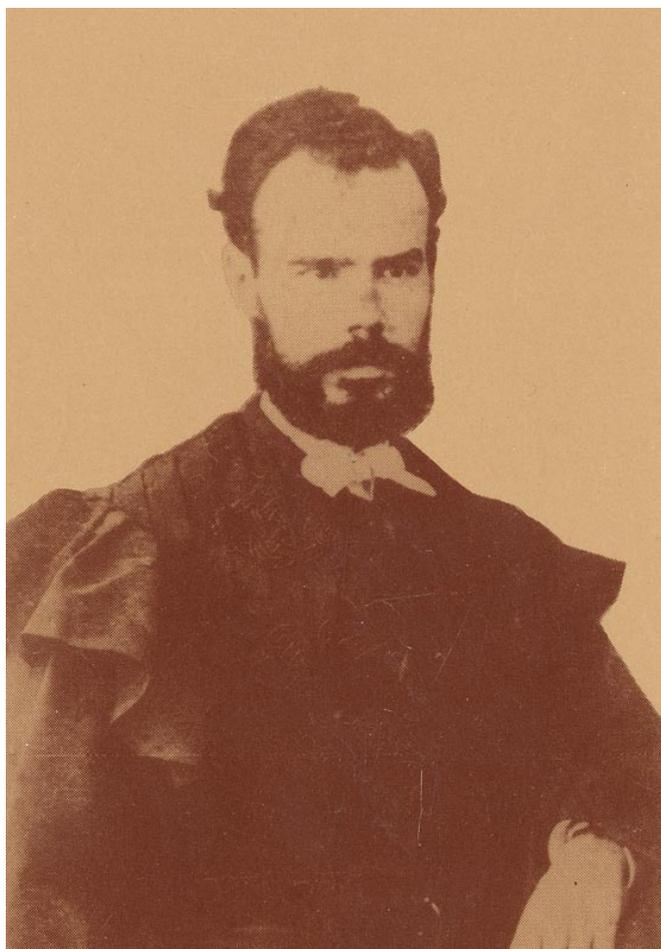
Fonte: <http://dicionarioportugues.org/pt/cabralismo>

Entre o entendimento oficial e as crenças populares cria-se um conflito alimentado pelos ultramontanos, que entendem letra morta da lei como uma retaliação à Igreja e ao seu projeto salvacionista, o que dista do principal argumento veiculado pelas autoridades, assentado no pensamento higienista. Pretende-se, com a alocação dos caixões em cemitérios distanciados das vilas e cidades, evitar as contaminações a que os vivos ficam sujeitos, à medida que os cadáveres putrefam e expelem miasmas e gases nefandos. O discurso oficial prevalece à custa de muita repressão junto aos devotos mais empedernidos.

O sentimento beligerante que culminara na *Maria da Fonte*, é revivido 20 anos depois pela diegese dinisiana, na mesma *Morgadinha*. Ermelinda, órfã de mãe, é filha única e dileta do recoveiro Cancela. Os padrinhos cuidam dela nas longas viagens que o pai faz a serviço.

Mas a vida conjugal de Zé Pereira e D. Catarina não é satisfatória, como o marido comenta com Augusto, o mestre-escola: “Olhe repare neste desaforo! .... Venho para casa, morto de trabalho e vejo o lar apagado! A minha mulher está a ouvir a missa, a confessar-se, a comungar... a tomar todos os sacramentos... acho que está a tomar todos... Louvado seja Deus! Vem aí tão limpa da consciência, como eu estou do estômago. Ora, senhores...” (DINIS, [19--], 304) Cada um a seu modo passa ao largo da vida a dois. A mulher refugiar na religião e o marido, nas doses de bebida: “Bem morria eu de frio e de fraqueza, se não fosse aquele quartilhito... o último, que sempre me deu sua aquela... sim... sempre me conchegou o estômago.” (DINIS, [19--], p. 303).

Figura 24 – Júlio Dinis. Fotografia, [19--]



Fonte: <http://purl.pt/93/1/iconografia/imagens/bb11278/bb11278.html>

Zé Pereira demonstra ter ciência dos ritos católicos que professara para contrair núpcias com a beata Catarina, que, pelo sobrenome, já se vê consagrada a Deus:

Um homem casado... casado à face da Igreja... que me casou em dia de Sant'Iago o abade que foi ... e que Deus o tenha em descanso. Não faltou nada... correram-me banhos diante de quem os quis ouvir, e não houve quem pusesse impedimento... porque eu não devia nada a ninguém ... sempre fui liso de contas... Sou casado com a Catarina do Nascimento de S. João Baptista, filha do Antonio Canhestros, do lugar dos Fojos... E casado para quê? Faz favor de me dizer? Para que casei eu?... (DINIS, [19--], p. 303)

Zé Pereira justifica o seu vício, dizendo que a mulher o trocara pela religião. Ou, quem sabe, o alcoolismo do marido empurrara a mulher para as novenas. Estaria o mote religioso mascarando uma realidade insuportável? Ele evoca o livro de Gênesis, Velho Testamento, ao versar sobre a criação de Eva<sup>95</sup>. A leitura, pelo viés patriarcal, admite a submissão da mulher em relação ao marido como um fato natural. Segundo o mito, a primeira mulher fora criada por Deus, a partir de uma costela extirpada do primeiro homem:

Diz que Deus disse, que a mulher era a carne da nossa carne e o osso do nosso osso... Deus devia de vez em quando tornar a dizer estas coisas... para não esquecerem... como se faz na escola com a tabuada. A minha Catarina já o não sabe, aposto... e pelos modos os padres não lhe dizem na Igreja... pois deviam dizer!... A carne da minha carne e o osso do meu osso!... mas é carne e osso que não me fazem caldo... (DINIS, [19--], p. 303)

Zé Pereira põe-se a questionar a Igreja no cerne da religião, pois a leitura corrente do episódio reconhece a submissão da esposa ao marido. Catarina, no entanto, resiste ao papel de coadjuvante na vida a dois e encontra na beatice a janela para escapar ao inferno doméstico. Ela e as demais beatas nutrem um fascínio absoluto por Frei José: “um homem gordo, corado, de olhos e frentes pequenos, cabelos grisalhos, rompendo-lhe a um dedo das sobranceiras.” (DINIS, [19--], p. 441)

Segundo Cristian Santos, a figuração do padre aquinhado pelos prazeres da mesa contrapõe-se à das beatas ressequidas e, segundo a terminologia médica do período, histéricas, porque apartadas das fruições terrenas como forma de sacrifício junto à divindade. A literatura finissecular colheu estas figurações junto ao senso comum, uma vez que:

No curso dos séculos, devotos, padres e beatas tiveram sua identidade estabelecida a partir da deterioração de uma imagem idealizada de sujeito, mesmo no campo literário. A continuidade dessa leitura analítica se explica, parcialmente, em virtude da força do paradigma que associa, em maior ou menor grau, a religiosidade ao anacronismo. Historicamente vai se estabelecendo no Ocidente um discurso com tom praticamente inconciliável entre a razão e a experiência mítico-religiosa. O uso da razão como premissa para o progresso da humanidade, ou ainda, a defesa do

<sup>95</sup> O texto bíblico narra o momento em que Deus, decidido a conceder uma parceira a Adão, fez-lhe cair em sono profundo, retirando-lhe uma costela, com a qual comporia a primeira mulher. Tendo acordado, “disse então o homem: Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada. (Gênesis, 2:23)

conhecimento racional como meio para a superação de preconceitos e ideologias tradicionais, reduz profundamente o campo de ação da religião, hostilizando a instituição clerical, ou ademais a própria religiosidade como práticas obscurantistas e inconciliáveis com um novo tempo. (SANTOS, 2010, p. 16)

O carisma do missionário arrebanha um contingente significativo de fiéis, notadamente feminino: “A sua passagem para a sacristia foi uma passagem verdadeiramente triunfal. Curvaram-se até o chão as beatas, beijando-lhe a mão ou as borlas da batina, e pedindo-lhe a benção, que ele distribuía com profusão.” (DINIS, p. 441-442).

A credibilidade granjeada pelo padre junto a suas seguidoras extrapola a seara do racional, o que leva a narrativa dinisiana a contrapor-se a essa entrega cega e desenfreada. A comoção despertada pelo missionário realimenta a estrutura, o que, segundo Bourdieu, traz para si novos associados:

(...) o capital de autoridade propriamente religiosa de que dispõe uma instância religiosa depende da força material e simbólica dos grupos ou classes que ela pode mobilizar, oferecendo-lhes bens e serviços capazes de satisfazer seus interesses religiosos, sendo que a natureza destes bens e serviços depende, por sua vez, do capital de autoridade religiosa de que dispõe, levando-se em conta a mediação operada pela posição da instância produtora na estrutura do campo religioso. Esta relação circular, ou melhor dialética (pois o capital de autoridade que as diferentes instâncias podem utilizar na concorrência que as opõe, é o produto das relações anteriores de concorrência), é a base da harmonia que se observa entre os produtos religiosos oferecidos pelo campo e as demandas dos leigos e, ao mesmo tempo, constitui a base da homologia entre as posições dos produtores na estrutura do campo e as posições dos consumidores de seus produtos na estrutura das relações de classe. (BOURDIEU, 1974, p. 58)

Percebemos, na relação estabelecida entre o pastor e as suas ovelhas, um *mercado de trocas simbólicas* em funcionamento: o missionário oferece à clientela os *bens de salvação* e os fiéis ofertam, em contrapartida, a sua devoção inconteste.

O montante de devotos infla a credibilidade do padre, chancelando-o junto à hierarquia clerical, o que leva mais e mais fiéis a se congregarem em torno da figura carismática. Essa relação simbiótica permite-nos chegar ao “núcleo do sistema de produção da ideologia religiosa, a saber, o princípio mais específico (mas não último) da *alquimia ideológica* pela qual se opera a transfiguração das relações sociais em relações sobrenaturais, inscritas na natureza das coisas e, portanto, justificadas.” (Bourdieu, 1974, p. 58)

Os “especialistas” a serviço da divindade, tendo Frei José como porta-voz, tornam-se casta e distinguem-se dos leigos. Por sua vez, cabe aos devotos darem provas do seu

comprometimento, para fortalecer a causa coletiva, o que, a partir da demonstração de fé, faz crescer o capital simbólico.

Catarina do Nascimento afasta os olhos da disfunção conjugal que protagoniza, voltando-os, com o seu filtro beato, para a afilhada sob os cuidados da família. Tendo surpreendido a menina a despedir-se de um amigo de infância, a madrinha passa a vê-la como “uma perdida”. A doutrina exige que lhe inflinja os terrores da fé cristã como forma de expiação dos pecados.

Esse deus do Antigo Testamento bíblico é marcadamente beligerante, como a figuração fialhiana sugere: “um ser feroz e sujeito a caprichos de benevolência, para este ou para aquele, sepultando uns sob as ruínas das casas, roubando a outros as colheitas, fulminando os filhos, matando de fome os pais, e não cedendo nunca da sua raiva faraônica senão á força de procissões e sacrifícios” (ALMEIDA, 1931, p. 321), com a finalidade última de constranger o crente à virtude pelo medo, diante da incomensurável dimensão da ira divina. O terror diante do desconhecido amalgama imemorialmente a relação entre os homens e a divindade, os quais se veem, quando ameaçados, diante da “prova inequívoca” da sua existência.

No retorno, o pai fica indignado ao encontrar a menina fraca, andrajosa e com os cabelos louros cortados. Ela própria justifica o ato: “ — Não se aflija assim, meu pai, que me mata! Não vê? Escute... Para servir a Deus... foi para servir a Deus que eu os cortei... A vaidade é um pecado grande. ” (DINIS, [19--], p. 453) A busca da ascese prevê a mortificação da carne, cujas evidências encontramos em relatos da Idade Média. No entanto, no século XIX, o corpo devoto recebe especial atenção da literatura médica e a devoção exacerbada é encarada por muitos como um distúrbio nervoso a demandar tratamento.

A expiação de Ermelinda ganha, para os crentes, a estatura de um sacrifício. Para os médicos, no entanto, o diagnóstico é outro: a menina é acometida por uma nevrose, termo muito utilizado na época, que altera a sua disposição física e mental. O seu enterro adquire conotações políticas, por servir como o vocalizador da insatisfação dos locais com as normas oficiais. O padre-mestre, a celebrar os ritos fúnebres, confronta os revoltosos:

– Julgam que Deus não receberá as almas, cujos corpos não estejam lá dentro, a apodrecer sob os telhados da igreja e a envenenar o ar que se respira lá? [...]

– Ora o padre-mestre tem vagares! Disse o façanhudo Cosme – e tu pachorra para escutá-lo, João. Para isso não foi que viemos. Sermões para a quaresma. Vamos!

Cante lá os seus responsos e latinório e ande-me para a igreja. Vamos nós fazer o enterro. Ó Manuel, coveiro, traz a enxada e vem daí. [...]

– A justiça de Deus caia sobre o ímpio que com as mãos impuras tocar neste cadáver que está abençoado pela Igreja. – exclamou o velho, indignado e com um metal de voz vibrante e terrível.

Na aldeia os homens mais endurecidos não são superiores à intimação religiosa. O Cosme retirou a mão, como se receasse que a imprecação do padre se cumprisse ali mesmo. (DINIS, [19--], p. 503)

Os aldeões são embalados, no curso da vida, pelo consolo de que a casa de Deus será também a sua pela eternidade, o que lhes confere o senso de pertencimento a um corpo social e de acolhimento pela instituição religiosa. Mesmo que as decisões do Estado desdobrem o pensamento científico que o padre-mestre reitera, há de perdurar no imaginário coletivo o corpo relegado à solidão do ermo.

Os membros dos estratos mais baixos tendem a mesclar crenças arraigadas, dogmas da religião e pontos da legislação em vigos<sup>96</sup> – ou, pelo menos, a explicitá-las de forma ingênua –, até porque a relação que se estabelece com o divino está embasada numa lógica de trocas. À medida que estratos superiores se pronunciam a situação muda, porque “a cidade e as profissões urbanas constituem as condições mais favoráveis à ‘racionalização’ e à ‘moralização’ das necessidades religiosas.” (BOURDIEU, 1974, p. 84)

O missionário, que se encarregara da orientação espiritual de D. Catarina e sua afilhada, consegue, com efeito, constituir uma clientela considerável. A morte de Ermelinda, no entanto, coloca-o em rota de colisão com o pai da menina, que agride-o verbal e fisicamente: “– Anda meu impostor do inferno! [...] – Anda meu envenenador de almas! [...] – Anda meu caluniador de Deus!” (DINIS, [19--], p. 457)

---

<sup>96</sup> No conto “Maria Moisés”, Camilo Castelo Branco ironiza uma crença que, segundo observa o autor, agrega as diferentes classes sociais no Minho: “A profunda certeza de que o corpo humano está exposto às invasões diabólicas, entra no Minho, em capacidades de bicharéis. [...] por 1841, na freguesia de Ribas, concelho de Celorico de Basto, um môço de lavoira requeria ao juiz de paz – que o era dos órfãos também – neste sentido: ‘Que a alma de certa pessoa se lhe metera no corpo, e o não deixava dormir, exigindo-lhe um sermão e certo número de missas; e como êle, suplicante, era pobre, requeria que esta despesa fosse feita à custa da caixa de órfãos.’ O juiz de paz ponderou seriamente e conscienciosamente a justiça do pedido; mas não quis ainda assim decidir sem consultar pessoas de maiores teologias. Mandou, pois, ouvir o doutor curador dos órfãos; o qual respondeu que “se ouvisse previamente o conselho de família”. O conselho reunido deliberou que, visto o doutor curador não impugnar, era de parecer que se concedesse à ala a graça que requeria, e se aliviasse o rapaz do vexame. Em consequência, pregado o sermão e ditas as missas, o rapaz ficou são e escoreito. (Veja o *Periódico do Pobres no Pôrto*, de maio de 1842, e a *Revista Universal Lisbonense*, do mesmo ano, p. 430). O doutor curador de Celorico provavelmente está hoje no Supremo Tribunal de Justiça a lavar acórdãos. Semelhante magistrado, se conservar ainda no espírito as velhas crenças até certo ponto cristãs, decerto não fará justiça de moiro.” [N. do A.] (BRANCO, 1960, p. 448)

Para os fanáticos, a morte de Ermelinda significa a remissão dos seus pecados e o retorno ao Éden. Mas o narrador codifica o misticismo com o atraso. Ao chegar para o enterro da filha, o Cancela se manifesta:

Voltando-se para o povo que se conservava ali, perguntou com voz alterada:

– Que procuram?... Que querem?... o que fazem aí armados, ao pé de minha filha morta?

– Queremos que eles a enterrem na igreja. – responderam, já tibiamente, algumas vozes.

– Na igreja?... Isso é que não! Sabem quem me matou a filha? Foram eles.... Esses que ma tolheram de medos, que lhe roubaram as alegrias... que fizeram dela isto que aí vedes... Pois não a conheciam? Não a tinham visto aí nos campos, nas novenas e nas festas?... Viram-na nunca com estas cores desmaiadas? Viram-na sem aqueles cabelos louros, que tão bem lhe ficavam? E que eles cortaram sem piedade? E querem-te ainda guardar, desgraçadinha! Não, não te entregarei. Não, não irás lá para dentro. Quero-te aqui, minha filha; aqui, debaixo dos olhares de Deus.... Eu mesmo te vou deitar, como tantas vezes o fiz quando dormias no berço, que ficará sempre vazio! Oh meu Deus, que vida vai ser a minha, se te não compadeces de mim, Senhor! ... (DINIS, s.p., p. 509)

Ermelinda é enterrada no cemitério, o que sugere a vitória do Portugal novo (da legislação liberal) sobre o Portugal velho (do fanatismo religioso). Segundo o otimismo dinisiano, embora o mundo não se mostre claramente identificável, acena com um futuro promissor. Quanto aos dilemas da conjugalidade que os padrinhos hão de enfrentar, Júlio Dinis consegue delineá-los, ao focalizar as classes populares e abre um veio para a reflexão sobre a violência doméstica, mais comum do que os seus membros deixam transparecer:

(...) se mal corria há muito a casa e o governo doméstico da família Zé Pereira, pior se tornou depois desta época. [...] Marido e mulher fustigavam-se com os menos amáveis epítetos e atribuíam-se reciprocamente as honras da ruína do casal. De noite desencadeava-se a tempestade doméstica e cada vez mais ameaçadora. Um dia, o marido, excitado pelo vinho, foi mais além do que a sua timidez habitual o permitira até ali, e a Sr.<sup>a</sup> Catarina soube, pela primeira vez, que o osso de que ela era osso não tinha a brandura que lhe suspeitava. Deu-se uma cena escandalosa em que interveio a vizinhança. Daí por diante foram frequentes iguais espetáculos. (DINIS, [19--], p. 565)

A leitora (o público feminino era o leitor de romances por excelência) depreende da prosa dinisiana que o casamento não dá as garantias de felicidade que o idealismo romântico propaga. Julio Dinis demonstra que, na falta de compreensão mútua, o sofrimento conjugal passa a fato consumado. Admite-se que tal comportamento disfuncional ocorra nos extratos mais baixos da população, dado o entendimento de que a pobreza e a falta de perspectivas são

as principais causas para o naufrágio dos relacionamentos. Entretanto, não se percebe na prosa dinisiana tais afrontas perpetradas pela burguesia que, dotada de oportunidades para crescimento pessoal, devem necessariamente servir de padrão para os demais grupos.

No que tange à derrocada da vida em comum entre Zé Pereira e Catarina, o homem poderia até escudar-se numa pretensa intenção pedagógica, ao agredir a esposa, visto os pilares patriarcais serem pronunciados. No entanto, aquele que submete a mulher a sevícias, não goza de atenuantes, devido ao habitual estado de embriaguez e aos escândalos, que protagoniza. Mas, uma vez casados, não se verifica a mais remota possibilidade de interdição.

O missionário parte da cidade, mas mantém a reputação ilibada, porque o acerto de contas do Cancela “rodeara aquele santo varão do prestígio dos mártires perseguidos; e as saudades por ele e a devoção pela sua memória aumentaram consideravelmente na aldeia.” (DINIS, [19--], p. 564) Ao contrapor a figuração de Frei José, o missionário, com a do padre-mestre, o narrador apresenta-nos guias espirituais em consonância com os respectivos públicos consumidores de *bens de salvação*: a beatice doentia da Sr.<sup>a</sup> Catarina do Nascimento a contrastar com a religiosidade com “cheiro de beatitude e de antiguidade” de Tia Doroteia e Maria de Jesus. A pureza aldeã das duas últimas esteve por longo tempo associada ao espírito português. Tanto que Antonio Nobre, na virada do século, viria a evocá-la, como a reminiscência de um Portugal que deixara de existir:

[...] Ora às ocultas, eu trazia  
 No seio, um livro e lia, lia,  
 Garrett da minha paixão...  
 Daí a pouco a mesma reza:  
 – Não vás dormir de luz acesa,  
 Apaga a luz!... (E eu ainda... não!)  
 E continuava lendo, lendo...  
 O dia já vinha rompendo,  
 De novo, Já dormes, diz?  
 – Bff!... e dormia com a ideia  
 Naquela tia Doroteia,  
 De que fala Júlio Dinis. [...]

(NOBRE, 1892, s.p.)

A Sr.<sup>a</sup> Catarina, com o seu rigor moral e o apego extremado à religião, leva a afilhada ao abandono de si. Mas Bourdieu encontra nos encaminhamentos distintos dos diferentes agregados familiares, as delimitações de classe a selar o destino das personagens:

Se a religião cumpre funções sociais, tornando-se, portanto, passível de análise sociológica, tal se deve ao fato de que os leigos não esperam da religião apenas justificações de existir capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica da doença, do sofrimento ou da morte. Contam com ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir como de fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes. (BOURDIEU, 1974, p. 48)

O conforto material que acomoda a velha senhora e a sua criada faz um contraponto com a miséria material e moral em que vivem Zé Pereira e Catarina do Nascimento. Para esta última, a igreja sugere uma segunda via, diante da falta de perspectivas. Sua fé incondicional é um cheque em branco, com vistas a uma nova vida, mesmo que num breve aceno *post mortem*.

Fialho de Almeida também volta suas baterias para a religião em “O milagre do convento”, conto que escreveu na década de oitenta, do século XIX, no qual agrega religiosos, leigos, laços comunais e mobilidade social, sob o registro da farsa. A narrativa decorre num convento que em quinhentos tivera dias de fausto. No período em que se passa a ação<sup>97</sup>, no entanto, encontra-se praticamente abandonado: “em torno ao velho casarão, a ruína dos muros da cerca, uma alta cruz truncada e dois ou tres arcos de um antigo aqueducto de abastecimento, assignalavam a expulsão violenta dos pobres capuchos, primeiros senhores da casa até ás luctas da ultima guerra civil.” (ALMEIDA, 1931, p. 243-244)

A simpatia pelos jesuítas, no entanto, termina na terceira linha, porque os “capuchos”, como eram popularmente chamados, mesmo nos bons tempos do convento não eram melhores ou piores que os contemporâneos, estes últimos a se digladiarem com a sanha anticlerical:

No tempo dos frades, as festas cheias de rumores do velho órgão, de incensos e flôres chamavam dos arredores as aldêas e farta colheita de esmolos. Agora a devoção por essa velha igreja em ruínas, de altares carunchentos e abobada fendida, esmorecia lentamente. Fallavam de medos errantes pelos claustros, soluços pelas

---

<sup>97</sup> Como relata o autor, antes de a narrativa começar, os jesuítas são expulsos. Os bens da igreja passam para o Estado e são vendidos a particulares, marca da política setembrista (1836-1842). Possivelmente a ação ocorre no período de calmaria política conhecido como Regeneração (1851-1868).

escadas de pedra, e vozes que vinham gargalhar blasfemias á boca do poço quadrado do pateo. Aparecera mãe uma filha do eremita. (ALMEIDA, 1931, p. 245)

À abundância dos tempos antigos sobrevém o relaxamento dos costumes e o desfazimento da fé, como o espaço conspurcado denuncia. Ruem também os santos, intercessores junto à divindade-mor, o que os desvaloriza junto aos fiéis:

(...) os santos, toscamente esculpidos e miseráveis nos seus farrapos de túnicas, não inspiravam respeito. O Senhor dos Passos, com uma enorme cabeça de marfim, estava alliviado a um canto, do peso da cruz, que o sacrista bebedo partira uma noite, depois da procissão.” (ALMEIDA, 1931, p. 245- 246)

O grotesco prevalece sobre a ascese. Os espaços de oração assemelhados a pocilgas e as imagens de santos “martirizadas” por carunchos e ratos sugerem o desleixo gradativo de um povo que – em meio a tantas necessidades insatisfeitas, chega aos liames da barbárie – perde a fé no caminho entre a aldeia e o mosteiro. Mas o padre Nazaré, sucessor do capelão do convento que morrera havia pouco, “torcendo o focinho bilioso de egoísta” (ALMEIDA, 1931, p. 246), enxerga o potencial do empreendimento, desde que se efetuem as devidas reformas, o que à primeira vista parece improvável:

Que diabo de reformas seriam? A igreja não tinha rendas, nem alfaias, nem concerto sequer. A miseria ia, esfrangalhada e immunda, das toalhas dos altares aos doces desbotados da capella-mór. Começava a estalar a carnação dos martyres; nosso padre mestre S. Domingos perdera pouco a pouco as orelhas; havia um S. Luís carunchoso, em cujo ventre os ratos faziam residencia segura, por todo o anno. E fallar o padre Nazaré em reformas! ... (ALMEIDA, 1931, p. 246-247)

Finda a guerra civil portuguesa, os bens da igreja passam para o domínio do Estado que, por sua vez, os repassa a mãos privadas. A conservação dos antigos equipamentos e o sustento dos religiosos começam a depender diretamente da contribuição dos devotos. No estado em que se encontra, saltando aos olhos a precariedade e o abandono, a igreja do mosteiro e os seus santos perdem a aura de objetos de adoração. Ninguém respeita o que não se faz respeitar, ainda mais quando é a crença que está em causa. E a religião, descarnada de seus símbolos e ritos, não atrai fiéis:

Tendo em vista que o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades materiais ou simbólicas associadas a um tipo

determinado de condições de existência e de posição na estrutura social, dependendo portanto diretamente dessa posição, a mensagem religiosa mais capaz de satisfazer o interesse religioso de um grupo determinado de leigos, e de exercer sobre ele o efeito propriamente simbólico de mobilização que resulta do poder de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário, é aquela que lhe fornece um (quase) sistema de justificação das propriedades que estão objetivamente associadas ao grupo na medida em que ele ocupa uma determinada posição na estrutura social. (BOURDIEU, 1974, p. 51)

As paróquias do entorno arrebanham os devotos, rendendo quermesses e procissões, prestígio para os párocos e circulação de bens e pessoas, a repercutir na viabilidade econômica das localidades abertas às visitas de romeiros e a expressões de fé as mais bizarras.

A mistura entre o profano e o sagrado é estimulada pela própria Igreja que, ao privilegiar o ritualismo popular, mais direcionado para a profissão de fé do que para a observância dos preceitos morais, cria um movimento concorrencial recoberto pelo discurso salvacionista. A expensas do homenageado, o religioso vê multiplicar o rendimento do capital simbólico, que não se mostra pouco:

Santo Antonio, por exemplo, de tres palmos de alto e o rostinho garoto de um alumno desinquieto, adorado num cerro enorme de montado, e vizinho de um moleiro borrachão, protegia os namoros. Era o mais querido dos arredores. Nas tardes bonitas de Primavera e nos domingos abafadiços de Verão, a gente moça vinha bailar-lhe e cantar-lhe no adro, com um desejo de nupcias traduzido em clarões de olhar. Uma a uma, as raparigas iam cozer-lhe no manto, sorrateiramente, pequenos bilhetes escaldando de fé e de peccado também, em que se supplicava a intervenção da bendita imagem no bom exito de uns amores que qualquer dia rebentavam em escandalo grosso — não tinha dúvida nenhuma! (ALMEIDA, 1931, p. 247-248)

Longe da depuração espiritual, o que as moças buscam é a satisfação dos seus desejos imediatos, direcionados para o envolvimento amoroso. Quanto às beatas, recorrem a São Pedro, que tem em mãos as chaves do céu, e seguem o cortejo a se fustigarem, junto a “antigas fandanguadeiras alegres, cuja fé lhes chegára com rugas e cabellos brancos, após annos e annos de rasgada pandega.” (ALMEIDA, 1931, p. 248)

É o público que o padre Nazaré pretende atrair. Mas precisa de um grande atrativo que Manoel do Cabo, o sacristão, acaba por descobrir ao retirar do sótão da nave a *Crônica dos Capuchos*, datada de 1570, cujo cabeçalho causa espécie: «De como Jesú Nosso Senhor se mostra prodigiosamente aos seus humildes servos capuchos, e da narração dos milagres succedidos no convento de Santo Antonio de Villa Alva.» (ALMEIDA, 1931, p. 250)

Manoel do Cabo não acredita na pureza clerical ou mesmo na remissão de pecados. Antes cético, torna-se cínico ao trabalhar como sacristão. Nem mesmo os frades de antanho pareciam-lhe mais virtuosos do que os religiosos do presente:

Olharam-se. Manuel do Cabo ria com a sua figura podenga de camponio, olhinhos de malícia precavida, um tamborilar de dedos na tampa da arca.

– Que grande milagre! – fez com ênfase untuosa o padre Nazaré.

– Que grandessíssimo! – juntou Manuel do Cabo, não se sabendo se falava do prodígio, se do capellão.

– Como já se não fazem hoje – ecoou saudoso o padre, repotreando-se, com os bogalhos dos olhos nos seios da Escolástica, entretida a esburgar as ervilhas secas.

– Pouca virtude hoje! – disse o sacristão. – Os tratantes são como água de pedra.. – E com profundidade convencida, dando uma risada bronca:

– Mas naquele tempo eram maiores, vá com Deus! (ALMEIDA, 1931, p.253)

O padre Nazaré – prometendo pagar os seis meses de atrasados e destinar à Escolástica, “para os alfinetes”, a futura produção de santinhos – consegue, por fim, convencer o sacristão a associar-se a ele, para empreenderem o que o narrador chama de “patifaria”, atenuada pelo argumento do “útil e agradável”:

– Assim mudava tudo, vossê entende. Quando correr que o Senhor dos Passos chora não faltará cão nem gato que não queira vê; calcule as esmolos e as prendas a seguir. Vossê entende... São velas, azeite, túnicas, castiças, dinheiro, legados por testamento, o arraialito todos os annos, missas aos centos e gorgetas de estalo. Concerta-se a igreja, aceia-se, pinta-se, caia-se, vossê entende. No verão, bailarosca na cerca, fogo de vistas, gente assim... [...] O povo tem muita religião ainda. Veja vossê, quando levam a Senhora das Relíquias, pelas seccas, ali na Vidigueira. Veja! É um choro, que nem que as moessem de pancadaria. Que nome tem aquillo senão fé? (ALMEIDA, 1931, p. 255-256)

Entendendo aonde quer chegar o padre Nazaré, Manoel do Cabo não faz por menos e, na primeira oportunidade, examina acuradamente a imagem. Os andrajos e o resplendor não conferem à figura a glória esperada, vindo a destituí-la, na atual condição, de sua principal atribuição: funcionar como um bem de salvação. Não é um ídolo de pés de barro, mas tem a cabeça oca, o que Manoel do Cabo descobre ao desatarraxá-la do tronco: “– Cá está a marosca! – resmungou, torcendo a venta de um modo pujante. Deitou água no bojo e vascolejou. A água tingiu-se de vermelho. ” (ALMEIDA, 1931, p. 259).

Descoberto o logro que os antigos donos da casa perpetraram em tempos imemoriais, nada impede os atuais ocupantes de trilharem o mesmo caminho, em favor da “causa santa”.

Prepara-se o cenário para o desenrolar da encenação, como o diálogo entre os dois finórios bem ilustra:

– Todo santo dia andei ma-la rapariga a retirar estrume da igreja. Aquillo não é dizermos que estava porca, senhores, mas tenho visto malhadas de cabras mais limpas. Têas d’aranha então, capazes de cobrir o mar. Emfim, ao menos acuada ficou. Tudo varrido, muita flôr nos altares, azeite nas lampadas, túnica nova no senhor dos Passos. É uma imagem p’ra um bocado de respeito. Sempre lhe digo que Padre Eteno era homem do tamanho da torre de Beja, se tinha parecenças com o seu filho. Alentado, palavra.

– Mais respeito com essas cousas, senhor Manoel do Cabo, mais respeito com essas cousas – advertiu padre Nazaré [...] E com um formidavel arrote abriu a velha homilia sobre o temor de deus e os mysterios da Trindade. – Padre, Filho e Espirito Santo. (ALMEIDA, 1931, p. 261-262)

Com a farsa preparada, desenham-se as condições ideais para que se consuma o engodo: “- Vossê sabe que a mãe do fidalgo vem passar um mez para a horta. Grande devota, segundo me contaram. Em Lisboa, diz que leva a vida pelas igrejas a commungar, a confessar-se, a encomendar reliquias e bentinhos. Excellente senhora! e para mais, oitenta annos! Veja vossê...” (ALMEIDA, 1931, p. 256)

O padre Nazaré não perde a oportunidade de criar um produto ficcional ajustado às esperanças de salvação da velha senhora. Primeiramente, ganha a sua confiança e passa a seu confessor. Depois prescreve, à guisa de tratamento espiritual, uma dieta à base de orações e jejuns que servem para impressionar a fidalga quanto aos mistérios do além-túmulo e ligá-la cada vez mais ao “médico espiritual”. Quanto ao padre, ainda afeito a certas brutalidades da vida campesina, trata de mudar o perfil rapidamente:

Pouco a pouco, padre Nazaré foi-se afazendo ao novo estado, lia o *Flos Sanctorum*, em casa para alardear de instruido, limava as unhas e andava gordo. Na Feira de Evora, trocou a mula por uma egua castanha, comprou arreios vistosos e estribos de ferro. Ia todas as manhãs dizer missa ao convento e ouvir a velha de confissão. Á medida que ascendia no espírito da fidalga, tratava de complicar os regulamentos da devoção, difficultando a entrada no reino dos céos e pintando Deus como um rábula exigente, que embirra com as comidas dos seus fieis, e com as palavras e vestidos das mulheres. Segundo elle tudo era peccado; Deus vigiava das nuvens a humanidade; a vida era simplesmente a ante-camara do grande reino da luz, onde cada mortal mal tinha tempo para se lavar das pustulas malignas originadas da carne, e transmittidas de Adão. E recommendava á velha as asperas penitencias que alquebram, horas e horas de joelhos ante os altares, desfiando rosarios bentos e lendo com voz lamentosa as biographias dos martyres e doutores da Igreja. (ALMEIDA, 1931, p. 270-271)

Por fim, o capelão apresenta à fidalga o livro dos fradinhos, para conferir um caráter documental ao “milagre” que se prenuncia. Apesar de todas as rezas e tratamentos espirituais, observa-se a piora no estado de saúde da octogenária, o que leva à celebração de uma missa em sua intenção. Horas antes, o sacristão deitara água quente à cabeça da imagem. Estando os fiéis a rezar o terço:

Então o filho do caseiro, que andava á roda bulindo, erguendo a tunica da imagem e dando-lhe puxões na guedelha, gritou de repente com dedo estendido para a face do idolo:

– Mãi, sangue!

A caseira, que estava de lado, alongou um pouco a cabeça na direcção em que o rapaz apontava, e pôde vêr uma lagrimasinha vermelha, que, cahida da palpebra do Senhor, vinha pela face livida fazendo um traço de sangue miraculoso. A pobre mulher nem pôde dar palavra, levou as mãos á barriga abaulada por uma prenhez medonha, revirou os olhos e cahiu para traz barafustando. Ao mesmo tempo, a Escholastica que da palpebra do seu lado vira cahir tambem a sua gotinha de sangue, abalou pelas escadas largando o livro e fazendo cahir a repariga do caseiro. E, possessa, berrava igreja abaixo em direitura á horta – que acudissem aqui d’el-rei, não era cousa boa, ia acabar-se o mundo! Foi o sacrista quem primeiro acudiu á berraria, e picando o charuto para a cigarrada de ripanço: – Qual acabar-se o mundo, nem qual diabo! O mundo não dá fim, em quanto houver santos que façam milagres e desavergonhadas que creiam nelles. (ALMEIDA, 1931, p. 285-286)

Ante o inusitado da situação, o que prevalece é a hilaridade do episódio que nos permite entrever o jeito de pensar da população rural. Alijada da revolução científica, mistura religião e misticismo. A notícia se espalha e é incondicionalmente abraçada por todos, até porque escasseia assunto de interesse na vila – “ O último caso de aborto tivera lugar havia já um mez – velharia em que mal se fallava já. ” (ALMEIDA, 1931, p. 288) – e mesmo as beatas, segundo o narrador, “imbecilizadas e secas”, buscam motivos para se autoflagelarem:

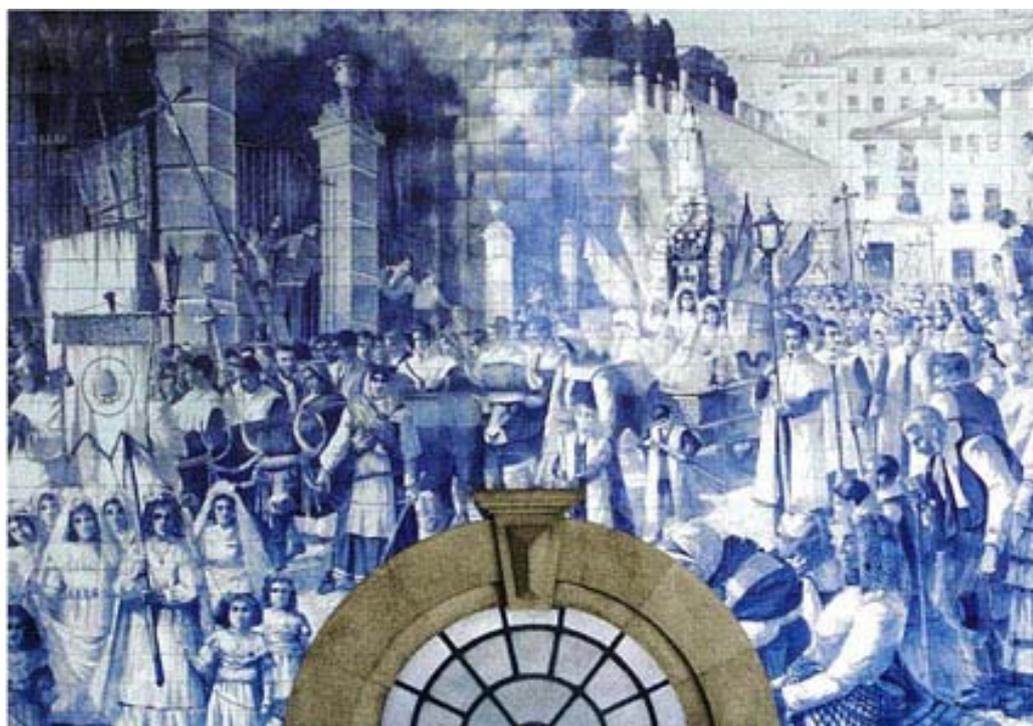
O mulherio acreditava fanaticamente no sangue do Senhor do convento, uma lição a esses herejes que vinham do estudo fallando mal dos santos e rindo da confissão e da missa. Deus não era pois uma palavra vã! Vivia, amando sempre a humanidade e chorando pelas suas loucuras e crimes, no fundo melancolico de um templo, que a guerra civil profanara e derruira, nas suas contorsões de bacchante. Iam começar os bons tempos de fé absorvente e sincera, em que as almas vestem a gaze da innocência para os esponsaes da bem-aventurança. [...]. Viria o bom tempo das procissões do campo e das festas a orgão, em que as vozes dos frades entoariam a missa num extase seraphico, do fundo dos seus capuzes bemditos. E essa azinhaga lugubre que conduzia ás ruinas, o claustro transfeito em lagar de azeite e as cellas aproveitadas para residencia de gente mundana regorgitariam novamente de fradinhos gordos, olho dôce e dentes gulosos, que em tardes de primavera, das grades do côro, lançassem cantigas bréjeiras ás roliças lavradoras ingorgitadas de desejo e devoção erotica — como noutro tempo. Muitas velhas ainda eram do tempo dos frades; algumas mesmo tinham dado guarida a guardiões varrascos, por noites chuvosas, em quanto os maridos na adega resonavam espapaçados no vinho d’essas bebedeiras do Alentejo que chegam a durar semanas. E voltadas para o passado em que se reviam frescalhonas e vivas, as pobres davam suspiros de mágua, lamentando a falta de crenças de hoje, e batendo com as cabeças nos toldos do carroção, a cada solavanco do eixo. (ALMEIDA, 1931, p. 289-290)

Fialho de Almeida não deixa pedra sobre pedra, ao renegar a nostalgia do passado e as esperanças do presente. Aqueles “bons tempos” em que os mais velhos costumam se fiar trazem lembranças pouco inocentes, nas quais nem os frades mostram-se mais puros, nem as famílias são incorruptíveis, como é de costume apregoar.

Apesar da breve polêmica, prevalece a tese do milagre, alavancada por interesses políticos, religiosos e econômicos. A oposição – aqui um carreiro, acolá um poeta –, tímida diante da massa de crédulos, prepara-se para também garantir o seu quinhão na festa. A renovação mística do mosteiro seguiria sem contestações, não registrasse a existência do prior, o único na vila a não afiançar o embuste:

Era homem de cinquenta e tantos, calado e grave, com a bondade rude que nasce da misanthropia aldeã em perpetua contemplação do mesmo horizonte e das mesmas arvores. Velho leitor da Revolução, e liberal de tempera, viam-no sempre prompto a bramir contra os escandalos que manchavam o sacerdocio, violencias, seducções, roubos, toda a casta de vicios. Intimamente rosnava contra a penitencia, a confissão e essa idolatria das imagens, que torna mais alvar ainda o povo das freguezias. (ALMEIDA, 1931, p. 292)

Figura 25 – Procissão de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego (1903). Painel de azulejos do pintor, ceramista, ilustrador e caricaturista Jorge Colaço (1864-1942). Estação da C.P. de S. Bento, Porto.



Fonte: <https://br.pinterest.com/lealisa62/azulejos-d-esta%C3%A7%C3%B5es-da-cp-/>

O prior não se coloca frontalmente em relação ao padre Nazaré, para não desmerecer a própria casta. Suas reservas são interpretadas como meros ciúmes diante do sucesso do capelão. Não obstante as muitas orações e mortificações, a fidalga falece e passa a ser reverenciada como uma santa, enquanto a Escolástica e os demais personagens secundários faturam alto com unguentos e benzeduras, chegando a se indispor no conclave à clientela. São eles os “vendilhões do templo”, a lucrarem com a ingenuidade dos humildes:

O tosco madeiro que primitivamente só chorava sangue fazia agora, no dizer das gentes rudes, toda a casta de maravilhas. Os cegos recuperavam a vista limpando á fimbria das túnicas bentas a ramella dos olhos assolapados. Paralyticos, que em cadeirinhas e macas abalavam dos seus vilarejos nataes aos hombros de carregadores, desandavam a passear sem detenças, mal punham os olhos na igreja. Para expelir o demo dos esqueletos da pobre gente, que, exhibindo caratonhas e soltando berros, era trazida em coletes de força até ao santuário, bastava muitas vezes um sopapo teso do padre Nazaré, algum latim quando muito. (ALMEIDA, 1931, p. 298)

O dito popular assevera que “a fé remove montanhas”. Bourdieu percebe uma relação clara entre a crença e a eficácia simbólica das práticas ou das ideologias religiosas<sup>98</sup>, no jogo que se estabelece entre produtores e consumidores dos bens de salvação:

Contava-se de lavradeiras estereis que se punham fecundas como marrãs, mediante alguns dias de residência na horta, dietas mysticas e certas rezas adequadas. E era infinito o numero de rapagões do campo roubados á recruta, panelas de dinheiro descobertas em rochedos lendarios, e jumentinhos alegres que, depois de roubados, vinham dar ás portas dos donos, fazendo signaes maçonicos com o orelhame. Desde que, no Alemejo, a qualquer familia se afigurava insuperavel um problema economico, um caso pathologico mais grave, ou um casamento menos licito de realizar, as opiniões voltavam-se logo para o Senhor do Convento, na certeza de um exito prospero e immediato – o que punha em banca-rotta os curandeiros, as mulheres de virtude, os procuradores, os alveitares e os médicos. D’esta cegueira absorvente de crenças, foi-se pouco a pouco originando toda uma engrenagem de pequeninas industrias devotas e a villa, tão pobre e tão reles, tomou de subito a importancia de um centro activo e florente, em que se fallava com respeito. (ALMEIDA, 1931, p.298-299)

Independente da desaprovação do prior, a província de Vila Alva consolida-se como um importante centro de romagens. Restaura-se o exercício da religiosidade estrídulo em suas manifestações, mas esvaziado na essência. O capelão não chegaria à unanimidade, não houvesse a conivência da sociedade a embasar seus atos inconfessáveis. Como Bourdieu reflete:

O êxito da empresa, isto é, a força da crença, é função do grau em que o grupo traz sua contribuição à empresa individual de ocultação, e portanto, do interesse do grupo em ocultar a contradição. Vale dizer, a mentira consigo mesmo presente em

---

<sup>98</sup> Cf. BOURDIEU, 1974, p. 54.

qualquer fé (e geralmente, em qualquer ideologia) só consegue se impor quando a má fé individual é mantida e preservada pela má fé coletiva. “A sociedade, dizia Mauss, se contenta com a moeda falsa do seu sonho.” Somente a sociedade porque só ela pode organizar *a falsa circulação da moeda falsa* a qual, dando a ilusão da objetividade, distingue entre a loucura como a crença privada e a fé como crença reconhecida, ou seja, como *ortodoxia*, opinião e crença (*doxa*) corretas e, por assim dizer, de direita. E por fim, capaz de apreender o mundo natural e o mundo social do modo como eles se oferecem à apreensão, isto é, como *evidentes*. (BOURDIEU, 1974, p. 56)

O engodo, antes restrito a uns, ganha o *status* de ficcionalização coletiva. A partir do momento em que se põe em marcha, a indústria do milagre passa a se alimentar das graças alcançadas e vocalizadas, cujos relatos mágicos se disseminam, angariando assim mais devotos. Na queda de braço entre o capelão embustreiro e o prior probro, leva a melhor o primeiro:

(...) o velho cura ia ser transferido a exigências da política, para Sant’Ana, lugarejo de algumas casas, sem recursos, sem agricultura e sem rendas, torpemente esquecido na aridez da serra. Em casa das Silva, padre Nazaré mostrou-se penalizado do pobre homem, que ficava a morrer de fome. Mas intimamente dava-se os parabens. Conseguira afastar finalmente o pulha que se atrevia a humilhar com sessenta anos de honrada labuta a sua florente carreira de homem sagaz, em tirocinio para conego. (ALMEIDA, 1931, p. 302)

Fialho de Almeida põe abaixo a aura sublime da religião, contrapondo-a a situações e imagens grotescas. Os leitores miram velhos conhecidos, mas não os reconhecem, por trás das horrendas carrancas. Sentem os seus desvios libertos da “caixa de Pandora”, expostos e ridicularizados. É como se, em uma sala de espelhos, mirássemos a nossa própria imagem deformada.

No epílogo, quando um mendigo pede esmolas a Manoel do Cabo, percebe-se o caráter reformador da prosa fialhiana. A leitura às avessas do princípio ético feita pelo sacristão fica evidenciada no curioso diálogo a seguir:

- Grande cavalgada!
- Porque, meu bemfeitor?
- Inda o pergunta! Aposto que é homem de bem!
- Saiba o meu bemfeitor que sim.
- Pois, amigo, se vossê tem feito canalhice enquanto era forte, estava agora rico. Pedaco d’alarve! E, exemplificando, estendia o braço para o fundo da praça, onde d’um lado sorria a casa nova do capellão, ampla, clara e toda alegre das tintas

frescas, e a miserável vivenda empardecida e deserta, que pertencia ao parócho velho, e desde a sua partida se não abriera mais! (ALMEIDA, 1931, p. 302)

O capelão e o cura sugerem figurações simétricas. Vê-se que a honestidade do último reflete a “esperteza” do primeiro, conferindo-lhe uma dimensão monstruosa. Entretanto, as virtudes do cura não lhe pavimentam o percurso digno de que se mostrara merecedor.

Ao final da narrativa perdura o travo amargo a engolir, enquanto nos reconhecemos na figuração perversa do padre Nazaré, e a “moral da história” paira às avessas. O transbordamento da farsa leva narrador e personagens a refletirem a postura cética de Fialho de Almeida diante do mundo, descrente que é da regeneração do organismo social. No entanto, é a dessacralização do protagonista que faz emergir o humor, por força da ironia, como Messias Basques faz saber:

[...] a comicidade da paródia teria sugerido a alguns filósofos a ideia de definir a comicidade em geral como degradação. O risível nasceria quando nos apresentam uma coisa (antes respeitada) como medíocre e vil. Ademais, pode-se enunciar o que deveria ser, fingindo acreditar que isso é precisamente o que é: nisso consiste a ironia.” (BASQUES, 2011, s.p.)

Em meio às parelhas de religiosos – o místico *versus* o consciente, em Júlio Dinis; o venal *versus* o probo, em Fialho de Almeida – Eça de Queirós, por meio de Fradique Mendes, também estabelece os seus *tipos*, como o autor das *Lapidárias* assim lhes chama. Ao comentar o primeiro contato que teve com o padre Salgueiro<sup>99</sup> – conhecido de um primo seu, o Metafísico –, Fradique conta que não observara no corpo e na alma do religioso algo que o distinguisse dos colegas de profissão, o “que resume mesmo, com uma fidelidade de índice, o pensar e o sentir e o viver, e o parecer da classe eclesiástica em Portugal.”<sup>100</sup>

A ideia que esse padre tem do sacerdócio é, segundo Fradique, sintomática, por considerar o seu trabalho mais um dentre tantos outros exercícios de profissão. Oriundo da província – “tudo nele pertence a essa forte plebe agrícola de onde saiu, e que ainda hoje em Portugal fornece à Igreja todo o seu pessoal, pelo desejo de se aliar e de se apoiar à única instituição humana que compreende e não desconfia.” (QUEIRÓS, 1980, p. 185) –, a entrada

<sup>99</sup> Na carta XIV que endereça a “Madame” de Jouarre, Fradique narra a conversação que travou com “um padre, o padre Salgueiro, que talvez a minha madrinha, com essa sua maliciosa paciência de colecionar Tipos, ache interessante e psicologicamente divertido.” (QUEIRÓS, 1980, p. 184)

<sup>100</sup> QUEIRÓS, 1980, p. 185.

do padre Salgueiro na hierarquia religiosa, longe de se mostrar um abraço à vocação, sugere a escalada de um funcionário de carreira.

Fradique diz que o padre evidencia “uma estrutura moral pitoresca e nova”. Apresenta-se como um funcionário diligente em sua função, mas ignorante quanto aos dogmas da religião. Atuando no registro da caricatura, Fradique diz “encantar-se” com o padre Salgueiro, dado o modo como transforma a missão sacerdotal em mera função civil.

A Igreja e o Estado passaram por um longo e penoso processo de laicização, mais acentuado nas últimas décadas dos oitocentos, quando se discerniram as atribuições religiosas das funções governamentais. Processa-se em Salgueiro uma cisão semelhante, tendo o padre se decidido pela prática cotidiana de um funcionário público, ao invés da missão do formador de almas.

Como homem afeito a todos os saberes, praticamente um protoetnógrafo, Fradique não perdoa ao religioso “a sua ignorância [...] deliciosa”, visto o padre Salgueiro declarar que “nada sabe do Evangelho – que considera todavia ‘muito bonito’. À doutrina de Jesus é tão alheio como à Filosofia de Hegel.” (QUEIRÓS, 1980, p. 187).

Emanação coletiva da Geração de 70 e de alguns “vencidistas”, Fradique leva-nos a perceber, por meio de fina ironia, o alijamento do padre Salgueiro em relação aos fundamentos católicos:

Padre Salgueiro imagina que o Cristianismo se fundou de repente, num dia (decerto um domingo), por milagre flagrante de Jesus Cristo: e desde esta festiva hora tudo para ele se esbate numa treva incerta, onde vagamente reluzem nimbos de santos e tiaras de papas, até Pio IX. Não admira, porém na obra pontifical de Pio IX, nem a Infabilidade, nem o *Syllabus*<sup>101</sup>: – porque se preza de liberal, deseja mais progresso, bendiz os benefícios da instrução, assina o *Primeiro de Janeiro*<sup>102</sup>. (QUEIRÓS, 1980, p. 188)

O padre Salgueiro quer, portanto, aliar a pouca leitura que tem das raízes da Igreja Católica a um discurso atualizado que põe em causa os dogmas da Igreja, que ele próprio alega desconhecer, o que traz desconforto a Fradique.

---

<sup>101</sup> A bula papal "Syllabus" (1864) e o Concílio Vaticano 1º (1869-1870) consagraram a doutrina do ultramontanismo, defendida pelo papa Pio IX. Em linhas gerais, essa doutrina postulava a infalibilidade do papa e combatia as ideias e instituições que defendiam a secularização e o anticlericalismo.

<sup>102</sup> O jornal portuense *Primeiro de Janeiro*, fundado em 1º de janeiro de 1868, propunha-se a publicitar as aspirações liberais de viés progressista e informar de forma isenta e plural.

O que dizer então do *modus operandi* do padre ao ministrar os sacramentos? Como não se vê como o detentor de uma missão, o padre Salgueiro abre mão da orientação espiritual que deveria dar ao seu rebanho, deixando-a a cargo das figuras de devoção que, no seu entender são:

(...) uma Casta, uma Aristocracia espiritual, com obrigações sobrenaturais que lhe são delegadas e pagas pelo Céu. Muito diferentes se apresentam as obrigações de um pároco! Funcionário eclesiástico, ele só tem a cumprir funções rituais em nome da igreja, e portanto do Estado que a subsidia. Há aí uma criança para batizar? Padre Salgueiro toma a estola e baptiza. Há aí um cadáver para enterrar? Padre Salgueiro toma o hissopo e enterra. No fim do mês recebe os seus dez mil-réis (além da esmola) – e o seu bispo reconhece o seu zelo. (QUEIRÓS, 1980, p. 188-189)

Nesse momento a crítica fradiquiana cresce em agudeza e nos remete à família portuguesa, a buscar no padre mais do que o rito, o conforto moral e as respostas para as questões existenciais, coisas que o padre Salgueiro não pode dar, por lidar com as exterioridades do sacramento. Como encarar então o casamento religioso, em que a presença do padre, além dos noivos, é fundamental para que a união seja reconhecida?

Padre Salgueiro, hoje, já esqueceu regaladamente a significação teológica e espiritual do casamento: – mas casa, e casa com perícia, com bom rigor litúrgico, com boa fiscalização civil, esmiuçando escrupulosamente as certidões, pondo na benção toda a unção prescrita, perfeito em unir as mãos com a estola, cabal na ejaculação dos latins, porque é subsidiado pelo Estado para casar bem os cidadãos, e, funcionário zeloso, não quer cumprir com defeitos funções que lhe são pagas sem atraso. (QUEIRÓS, 1980, p. 187)

Dentro dessa lógica, o padre Salgueiro cumpre aquilo a que se propõe: “Levanta-se às dez horas, hora classicamente adotada pelos empregados do Estado” (QUEIRÓS, 1980, p. 187) e prima pelo zelo e pela correção no tramitar da burocracia. De quebra, mantém-se casto, não porque não lhe apeteça uma mulher, mas porque a normativa eclesiástica assim o proíbe. Transita com liberdade nos meandros políticos, fazendo campanha ou providenciando mimos para os superiores ou quem o valha, “qualificativos” esses que culminam na expressão de uma inteligência “prática e metódica”.

Fradique comenta que, diante da inegável eficiência e dedicação à hierarquia da Igreja, Salgueiro pode ascender a cônego. O missivista “aplaude” o reconhecimento: “Larguissimamente o merece. Jesus não possui melhor amanuense.” (QUEIRÓS, 1980, p. 190). Mas será que é disso que a Igreja precisa? Será que para chegar a pobres e ricos sem distinção há que demandar meros escriturários a oferecerem os *bens de salvação* que os fiéis demandam?

Fradique evoca um frade com o devido esteio moral – “pelo êxtase da sua fé, a profusão de sua caridade, o seu devorador cuidado na pacificação das almas [que] me faz lembrar os velhos homens evangélicos” (QUEIRÓS, 1980, p. 190) – para deplorar o padre Salgueiro que, segundo o julgamento do amigo, é “horrendo”. Fradique cede mais uma vez à ironia, ao dizer que não o compreende, mas o leitor possivelmente há de sentir o chute na canela. Segundo Bourdieu:

A contribuição mais específica da Igreja (e geralmente da religião) para a manutenção da ordem simbólica reside menos na transmutação para uma ordem mística do que em uma transmutação para a ordem lógica, a que ela sujeita a ordem política exclusivamente através da unificação das diferentes ordens. Assim, o efeito de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário é produzido não somente pela instauração de uma correspondência entre a hierarquia cosmológica e a hierarquia social ou eclesiástica, mas também e, sobretudo, pela imposição de um modo de pensamento hierárquico que, por reconhecer a existência de pontos privilegiados tanto no espaço cósmico quanto no espaço político “naturaliza” (Aristóteles costumava referir-se a “lugares naturais”) as relações de ordem. (BOURDIEU, 1974, p. 71)

Nesse sentido, mesmo que o padre Salgueiro seja simpático à causa liberal e correto no desempenho de suas funções, nada o isenta da mediocridade em que chafurda. Porque são indivíduos dessa estirpe, corretos e até ingênuos que mantêm a estrutura eclesiástica cada vez mais engessada e referendam o que aí está, tão diverso do que o cristianismo apregoara nas origens.

Fosse um evangelizador à moda antiga, o Padre Salgueiro ofereceria aos que buscam alento a caridade e a pacificação das almas, como faz o amigo de Fradique, tornando à essência da fé cristã. Mas como um sacerdote tão “zeloso, tão pontual, tão eficiente, tão respeitável” assim pode fazer mal a alguém? Ao não se imiscuir nos mistérios da fé, o Padre Salgueiro, mesmo com todas as suas inegáveis virtudes de burocrata, não diz a que veio e torna-se mais nocivo do que à primeira vista pode parecer.

Na verdade, Eça/Fradique desenha com esse *tipo* um conceito que daria margem a profundas reflexões sobre as raízes do totalitarismo, em meados do século XX. Uma vez desprovido de discernimento moral, um funcionário como o Padre Salgueiro está pronto para obedecer a quaisquer ordens de seus superiores sem pestanejar, o que pode levar o indivíduo, até por cumprir com desvelo a sua função, a cometer monstruosidades, sem se sentir

diretamente responsável por elas. Estão lançadas as bases para a *banalidade do mal*, conceito que Hanna Arendt cunha e desdobra na obra *Eichmann em Jerusalém*.<sup>103</sup>

Fradique conclui a sua missiva implicando a pouca profundidade do funcionário da Secretaria dos Negócios Eclesiásticos com a inoperância que se estende por toda a estrutura. Ao se enredar na burocracia, a Igreja abre mão de sua função precípua: o guarnecimento espiritual da população, o que, em última análise, descaracteriza o retrato do Pai, como instância máxima da doutrina:

“(…) menos de dois mil anos bastaram para que o Cristianismo baixasse dos grandes padres das Sete Igrejas da Ásia até o divertido padre Salgueiro, que não é de Sete Igrejas, nem mesmo de uma, mas somente e muito devotamente, da Secretaria dos Negócios Eclesiásticos. Este baque provaria a fragilidade do Divino – se não fosse que realmente o Divino abrange as religiões e as montanhas, a Ásia, o padre Salgueiro, os cabritinhos folgando, tudo o que se desfaz e tudo o que se refaz, e até este seu afilhado, que é todavia humaníssimo.” (QUEIRÓS, 1980, p. 191)

São três autores, três narradores e seis religiosos, estes últimos a funcionarem como ponte entre o público e o privado. Dentre os padres, de um lado, o místico, o venal e o burocrata; de outro, o coerente, o probo e o essencial. E, apesar de os maus padres surgirem aqui e ali à vista de todos, são os bons padres que com a sua abnegação e o seu voto de silêncio mantêm o caráter humanista da religião. Trata-se de representar a vida que segue o seu curso, com todos os elementos que remetem à realidade, como Andreia Castro observa:

As instituições do catolicismo são povoadas por religiosos de todas as inclinações: os austeros e tiranos, os glutões e folgazões e até mesmo os amáveis e caridosos. Dependendo da ocasião, ora eles auxiliam, ora atrapalham a vida dos seus protegidos. Os conventos e mosteiros são representados como um microcosmo da sociedade, compartilhando o seu melhor e o seu pior. (CASTRO, 210, p. 108)

Desnudando os interesses comezinhos e atuando na simetria, Júlio Dinis, Fialho de Almeida e Fradique/Eça demonstram, por meio destes retratos ficcionais, terem a clareza de que a Igreja perde, em inúmeras situações, a oportunidade de agregar em torno de si os que a procuram ao agasalho da fé cristã. Cada um a seu modo defende que essa casta de

---

<sup>103</sup> *Eichmann em Jerusalém: um retrato sobre a banalidade do mal*, obra publicada em 1963, é o resultado da cobertura que a filósofa judia Hannah Arendt fez do julgamento do nazista Adolf Eichmann, apontado como um dos mentores da “solução final” de judeus em campos de concentração alemães, nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial. Raptado por agentes do serviço secreto israelense na Argentina e julgado em Jerusalém como criminoso de guerra, Eichmann alegou que era um funcionário exemplar e cumprir ordens superiores. Hannah Arendt fez a cobertura do julgamento para a revista *New Yorker* e causou desconforto entre a comunidade judaica, por enumerar grupos judeus que, à época, cumpriram ordens sem questionar, as quais levariam à política de extermínio e por desenhar o réu nazista não como um monstro, mas como um mero burocrata.

*especialistas* deve cultivar o essencial da doutrina como os primeiros católicos, tendo em vista padrões éticos que remetam ao exercício da compaixão e da solidariedade em todos os espaços. Principalmente no interior dos lares, esse princípio merece ser mais observado, porque entre os seus membros o movimento pode variar da aproximação estreita ao afastamento em definitivo.

Mesmo que a sociedade pareça navegar à deriva em meio à sensação de mal-estar generalizada, o povo continua a exigir um olhar mais amoroso. É o que salienta o organizador da correspondência fradriquiana:

Fradique em Portugal amava sobretudo o povo – o povo que não mudou, como não muda a natureza que o envolve e lhe comunica os seus caracteres graves e doces. Amava-o pelas suas qualidades, e também pelos seus defeitos: – pela sua morosa paciência de boi manso; pela alegria idílica que lhe poetiza o trabalho; pela calma aquiescência à vassalagem com que depois do “Senhor Rei” venera o “Senhor Governo”; pela doçura amaviosa e naturalista; pelo seu catolicismo pagão, e carinho fiel aos deuses latinos, tornados santos calendares; fiel pelos trajes, pelos seus cantos... “Amava-o ainda (diz ele) pela sua linguagem tão bronca e pobre, mas a única em Portugal onde não se sente odiosamente a influência do Lamartinismo ou das *Sebentas* do Direito Público.” (QUEIRÓS, 1980, p. 78)

É com o foco nesse povo, que precisa se conscientizar para melhor se defender, que as grandes questões envolvendo a educação se adensam na segunda metade dos oitocentos.

### 3.2 Educação enquanto causa: ressurgimento e resistência

Desde o século XVIII, as reformas pombalinas também tiveram forte impacto sobre a medicina e o direito português. A expulsão dos jesuítas de Portugal<sup>104</sup>, em 1759, desnuda ainda mais a necessidade de uma ampla reforma e obriga o governo ocupar a vacância deixada pelo ensino de orientação religiosa com professores seculares.

---

<sup>104</sup> Através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, o Marquês de Pombal suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias ao expulsar os jesuítas e, ao mesmo tempo, criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas. [...]. Somente quando a Real Mesa Censória, criada em 1767 (inicialmente com atribuição para examinar livros e papéis já introduzidos e por introduzir em Portugal), alguns anos depois, passa a assumir a incumbência da administração e direção dos estudos das escolas menores de Portugal e suas colônias, é que as reformas na instrução ganham meios de implementação. Com as novas incumbências e a partir das experiências administrativas da direção geral de estudos, nos anos anteriores, a Mesa Censória apontou para as necessidades tanto na metrópole quanto na colônia referente ao campo educacional. Assim, os estudos menores ganharam amplitude e penetração com a instituição, em 1772, do chamado “subsídio literário” para manutenção dos ensinos primário e secundário. Cf. SECO; AMARAL, s.d., s.p.

As invasões francesas, a subsequente guerra civil e os percalços sociopolíticos porque passara o reino, na primeira metade de oitocentos, interrompem avanços significativos e levam à retração de várias propostas que Luís António Verney<sup>105</sup> desenhara ainda no ministério pombalino. Na década de 1870, Portugal, Espanha e Itália – esta última recém-unificada – amargam os índices mais baixos de escolarização no continente.

Jaime Reis observa que o esforço governamental, apesar de expressivo – “registraram-se avanços consideráveis na taxa de escolarização primária portuguesa, que triplicou, o que representa sem dúvida um notável esforço, pois uma tal variação correspondeu a que o número de alunos do ensino primário passasse de 60 mil em 1850 para 356 mil em 1910.” (REIS, 1993, p. 231) – não dá vencimento à massa de iletrados. Mesmo após aumentar o número de escolas públicas e de docentes e de criar a primeira Escola Normal, em Marvilla, no ano de 1864, à qual se somam outras seis com vistas à qualificação de pessoal, percebe-se que:

(...) ao ritmo de escolarização que estava então a ter lugar – a taxa de entre 200 e 300 alunos por 10.000 de população – apenas se poderia reduzir a taxa de analfabetismo inicial de 80% ou mais em cerca de 0,3% pontos por ano, o que equivalia a levar aproximadamente 100 anos para atingir o estágio dos 50% da população. O mesmo cálculo aplicado ao fim do período, já com a escolarização em 500-600/10.000, aponta para melhores resultados, embora ainda muito inferiores aos padrões europeus contemporâneos. (REIS, 1993, p. 232)

Como a parcela majoritária da população portuguesa não sabe ler nem escrever<sup>106</sup>, busca-se veicular a literatura em sociedades e saraus, nos quais os autores leem suas obras e comentam-nas entre si. Nas aldeias, os serões são também bastante concorridos e assim a produção literária, apesar das baixas tiragens, alcança paragens as mais recônditas.

A preocupação com o analfabetismo da população incorpora-se ao discurso dos liberais das décadas de 1830 e 1840, o qual repercute os ideais da Revolução Francesa e faz viger a ideia de que o intelectual desempenha um papel messiânico na condução das massas ao esclarecimento.

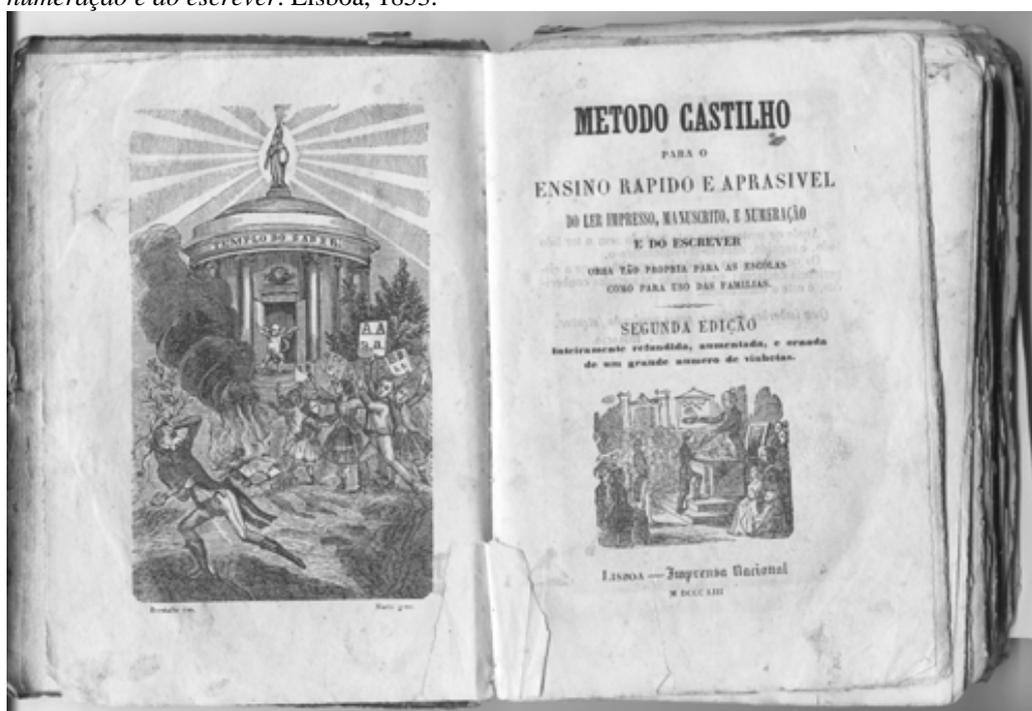
<sup>105</sup> Como refere Pedro Calafate, Luis António Verney (1718-1792) foi uma “figura cimeira do Iluminismo português, [...] desenvolvendo [...] uma intensa atividade intelectual, com a generosa intenção de reformar o ensino e a mentalidade cultural em Portugal, podendo considerar-se a publicação do seu *Verdadeiro Método de Estudar*, tanto pelo conteúdo como pela polémica gerada, como um dos mais dinâmicos factores de sistematização do ideário iluminista entre nós.” (Acessível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ilu5.html> )

<sup>106</sup> Segundo Maria Lúcia de Brito Moura, “em 1900, os analfabetos constituíam 78,2% da população” (MOURA, 2011, p.304)

No período, António Feliciano de Castilho<sup>107</sup> (1800-1875) empenha-se por um movimento de alfabetização, chegando a compilar uma cartilha que vem a ser bastante utilizada em Portugal e no Brasil. A difusão da instrução elementar, em que se “ensinava apenas a ler, escrever, a contar e as noções de Moral e Religião [...]” (REIS, 1986, p. 242), também modela condutas e dissemina princípios.

Ao empreender várias iniciativas culturais, criando espaços de sociabilidade e incentivando o labor literário de homens e mulheres que primam por seu ideal estético, Castilho opera como um articulador de fôlego, interligando grupos, dando visibilidade à produção escrita, com especial apreço pela terceira geração romântica, e fomentando a participação feminina no cenário intelectual. Mas o abraço de Castilho à causa também diz respeito às questões de mercado, uma vez que aumentando o contingente leitor, naturalmente aumentam as tiragens, o que repercute positivamente junto aos escritores.

Figura 26 – *Método Castilho para o ensino rápido e aprasível do ler impresso, manuscrito, e numeração e do escrever*. Lisboa, 1853.



Fonte: <http://portugalmemoria.blogspot.com.br/2016/01/da-instrucao-popular-ao-ensino-basico.html>

<sup>107</sup> *O Método de Leitura Repentina*, de António Feliciano de Castilho, passou a ser difundido pelo próprio, a partir de 1850. Mesmo colhendo críticas, seu trabalho rendeu frutos. A partir de 1853, o autor passaria a comissário de Instrução Primária do reino português.

O método castelhano pretende ser “rápido e aprasível”, tendo como objetivo último a formação de plateia. Ao criar audições em salões concorridos, António Feliciano de Castilho congrega em torno de si uma numerosa plêiade. No entanto, com o passar dos tempos e as mudanças de percepção estética, estes mesmos poetas passam a ser apontados pejorativamente como membros de uma “sociedade do elogio mútuo” pelos autores mais jovens, dentre os quais alguns conimbricenses, o que daria a entender que o nicho de sociabilidade perdera o compasso frente às aspirações literárias da década de 70.

Nesse ínterim, escritores como Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco ganham projeção com o sucesso de suas novelas e romances. Júlio Dinis<sup>108</sup> obtém um reconhecimento fulgurante a partir da publicação do seu primeiro romance, *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867), vindo a manter uma enorme popularidade com a publicação de outras três obras de vulto<sup>109</sup>, entre os anos de 1867 e 1871. Defensor da relevância da literatura na educação das massas e, com especial apreço pela população rural, cunha uma distinção entre o que chama “livros monumento” e “livros instrumento.”<sup>110</sup>

Segundo a sua teoria, os “livros monumento”, produtos grandiloquentes, alçam o estatuto de obra de arte e são bem menos acessíveis que os “livros instrumento”. Estes últimos têm pretensões mais modestas, voltados que são para a formação do sujeito enquanto um ser consciente. Em *A Morgadinha dos Canaviais*, por exemplo, somos apresentados ao seu projeto edificante por meio da personagem Madalena e, pelos olhos de Henrique de Souselas, vêmo-la em ação:

Um grupo de crianças e de mulheres do povo escutavam em pleno ar e com religiosa atenção, a leitura que uma senhora jovem e elegante lhes fazia das cartas, que elas para esse fim lhe davam. A senhora estava montada, não como romântica amazona, em hacaneia fogosa, mas modesta e simplesmente num digno exemplar daqueles pacíficos animais a que Sterne não duvidou dedicar algumas palavras de simpatia nas páginas mais humorísticas, e que Pelletan incluiu entre os colaboradores da

<sup>108</sup> Joaquim Guilherme Gomes Coelho (1839-1871) formou-se médico, mas alçou reconhecimento como escritor de teatro, romance, contos e poesias. O acento rural em quase todas as suas obras faria com que estas últimas fossem apontadas como retratos do Portugal campesino, o que o fez, no século XX, apropriado pela ditadura salazarista.

<sup>109</sup> Os romances publicados por Júlio Dinis em vida foram: *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867), *A Morgadinha dos Canaviais* (1868), *Uma Família Inglesa* (1868). *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1871) é obra póstuma.

<sup>110</sup> “Há livros que são monumentos e livros que são instrumentos. Os primeiros levantam-se a perpetuar a memória de uma literatura, ainda mesmo que se extinga a nacionalidade a que pertencia. Primorosamente trabalhados, constituídos por os materiais mais duráveis, é antes para o futuro que eles se erigem do que para os contemporâneos, cuja maioria nem sempre os compreende. Os livros instrumentos são, pelo contrário, para andarem nas mãos de todos, para o uso cotidiano, para educarem, civilizarem e doutrinares as massas.” Cf. DINIS, s.d., pp. 552-553

humanidade na grande obra do progresso, ou deixando a perífrase, em uma possante e bem aparelhada jumenta.

À roda as ouvintes encostavam-se com familiaridade às ancas e ao pescoço do imóvel quadrúpede.

A senhora segurava no colo a mais pequena e a mais nua das crianças do rancho.

Lia com voz agradável e sonora; e, graças à serenidade da manhã e ao sossego do lugar, ouviam-se distintas, à distância que ficava Henrique, as palavras que ela pronunciava lentamente, como para as deixar penetrar bem na inteligência do auditório.

Henrique reconheceu muita desta gente pobre, por a mesma que, momentos antes, vira na casa do correio. [...] compreendeu logo a significação da cena, a que tão inesperadamente, viera assistir. Aquela mulher parara ali, para ler a essa gente, pobre e ignorante, as cartas que havia recebido do correio.

Também era caridade a ação, muito mais cumprida com o bom modo e o carinho com que ela o fazia (DINIS, s.d, p. 266-267)

A cena permite-nos entrever uma mulher letrada, proferindo uma leitura utilitária para uma massa de camponeses impedida do pleno acesso às novas de seus parentes, porque analfabeta. O autor compõe uma cena prosaica em que a moça, assentada numa simples jumenta, presta um serviço com forte carga simbólica e afetiva aos demais. A própria Madalena justifica o ato:

– Aquela gente encontrou-me no caminho quando eu voltava de uma visita a uns parentes pobres, e não me deixou sem que eu lhe abrandasse a ânsia do coração que a afligia. Coitados! Que havia eu de fazer? Diga-me, já pensou no suplício que deve ser olhar a gente para uma folha de papel escrita, na qual sabemos que se fala de uma pessoa querida, e não ter poder para decifrar aquele enigma? Que martírio! Eu, por mim, confesso que me falta ânimo para recusar pedidos daqueles, como me faltaria para negar uma gota d’água ao desgraçado que visse a morrer de sede. A crueldade seria quase igual. Não lhe parece? (DINIS, [19--] p. 273)

Júlio Dinis chega a considerar a água – fomento para o corpo – e a leitura – fomento para o espírito – elementos fundamentais para a sobrevivência da espécie humana. Os livros dinisianos remetem ao cotidiano oitocentista (em três deles relata o dia a dia nas aldeias), ao falar regional e à casa portuguesa como o lugar do retorno e do reencontro com a família. Acenam também com a possibilidade de mobilidade social em uma sociedade a enfrentar a rigidez dos estamentos.<sup>111</sup> Além disso, o conceito de organicismo social defende que cada indivíduo tenha um papel a desempenhar e não viva de forma isolada, o que implica na

<sup>111</sup> Ver DAVID, Sérgio Nazar. “Virtude e cordialidade em Júlio Dinis”. In: *O século de Silvestre da Silva. Estudos sobre Garrett, A. P. Lopes de Mendonça, Camilo Castelo Branco e Júlio Dinis*. Lisboa: Prefácio, 2007.

tessitura de uma “rede de proteção” a ser entretecida pela própria sociedade. Tal intenção pedagógica resulta em uma resposta quase imediata dos leitores, redundando na publicação sucessiva dos quatro romances e no reconhecimento do talento literário do jovem médico.

Também Camilo Castelo Branco (1825-1890) foi um escritor de enorme sucesso editorial. Atento às mudanças em curso na cena literária, Camilo soube ajustar-se ao que estava por vir, com obras em que transpiram ácidas críticas à sociedade portuguesa e às novas premissas literárias, verificáveis em *Eusébio Macário* (1879) e *A corja* (1880)<sup>112</sup>. Maria de Lourdes Ferraz compreende que:

Camilo era avesso à escola realista, porque nela lhe repugnava, certamente, o pormenor visual que para si era sempre uma distorção do autêntico real: o do sentir, o do conhecer sentindo, o de ver conhecendo. Dessa escola conseguiu, no entanto, apreender o estilo, (como lhe chamava), algo que foi quase um tique do processo realista: o discurso indirecto livre, que não pratica regulamente antes de *Eusébio Macário*. (FERRAZ, 1991, p. 82)

Seguindo esta linha, vale voltar o olhar para a novela “Maria Moisés”, integrante das *Novelas do Minho*, publicadas entre 1875 e 1877. Às páginas iniciais da narrativa, sucede algo inaudito: encontrada moribunda à beira do açude por um pastor de cabras e um pescador, a filha de um lavrador de Santo Aleixo não chega a explicar, antes de expirar, o que lhe sucedera. Como hipótese mais provável, aventa-se o suicídio:

Vinte e quatro horas depois, o cadáver de Josefa do Santo Aleixo, a loura mocetona, desceu à cova, porque o fedor da podridão obrigara a alterar o estilo das quarenta e oito horas sobre a terra. Maria da Laje, a mãe, diziam que dava em louca, porque não comia, nem bebia, nem chorava; e, durante a noite, fugira para o lado da serra. O pai da defunta, aborrecido dos interrogatórios impertinentes que lhe faziam os vizinhos e parentes acerca das causas que levaram Josefa a matar-se, fechou-se na adega; e, nas securas da sua ardente aflição é natural que bebesse. (BRANCO, 1960, p.447)

---

<sup>112</sup> Cf. Luciene Pavanelo: “Em 1879 o autor de *Amor de perdição* publicou *Eusébio Macário*, romance que supostamente iniciaria o projeto “História natural e social de uma família no tempo dos Cabrais”. Ao colocar como subtítulo uma evidente “imitação, um ‘pastiche’ do que acompanha a série Les Rougon-Macquart de Zola, ‘Histoire Naturelle et Sociale d’une Famille sous le Second Empire’, Camilo mostra claramente que o alvo de sua crítica seria o naturalismo à Zola. Ao afirmar na “Advertência” que os processos utilizados no romance seriam o “estudo dos meios, a orientação das ideias pela fatalidade geográfica, as incoercíveis leis fisiológicas e climatéricas do temperamento e da temperatura, o despotismo do sangue, a tirania dos nervos, a questão das raças, a etnologia, a hereditariedade inconsciente dos aleijões de família, tudo, o diabo!”, o autor escancara a sua intenção paródica. [...] O “projeto” iniciado em *Eusébio Macário* foi seguido da publicação de *A corja*, no ano seguinte, e teve uma espécie de continuação em *O senhor Ministro*, um romance curto publicado em 1882, pouco estudado pelos camilianistas. Caracterizada ironicamente pelo narrador como uma “empada etnológica”, ridicularizando o termo usualmente empregado pelos naturalistas, a obra dialoga com o discurso cientificista em diversos momentos [...]” (PAVANELO, 2015, s.p.)

A tragédia doméstica pede um maior aprofundamento. Movidos pelo desejo de esclarecer a incógnita, acabamos sabedores do envolvimento da moça com o morgado Antônio de Queirós e Meneses: “ – Se conheço! Aquele cadete de cavalaria de Chaves que estudou primeiro para frade crúzio, e assentou praça quando ficou senhor da casa por morte do irmão.... Esse rapaz foi para a corte com o pai.... Foi ele então que na apaixonou...” (BRANCO, 1960, p. 449)

Depois do impacto inicial em que a cena pintada culmina com o afogamento de aldeã, fiska-se o leitor pelo inaudito da situação. O narrador passa a dispor as peças de um quebra-cabeça ou quaisquer pistas que acusem o encaminhamento para uma questão sem resposta: porque ou por quem Josefa teria se matado? O veio amoroso é uma pista relevante, haja vista os *flashes* introduzidos na narrativa, a partir do primeiro encontro entre os dois jovens:

[...] coraram ambos. Este rubor era o primeiro lampejo do incêndio. [...]. Rodeava-os uma natureza contemporânea do homem vestido da pele do seu confrade em civilização, o grande urso e o grande veado. A forma selvática e antiga dos proscênios deu-lhes jeitos de antigos atores da vida animal. Ninguém que os visse, ninguém que lhes lesse os grandes livros do padre Sanches, acerca do matrimônio. Oh! A solidão, entre os amantes, faz os poetas; mas talvez primitivos demais, algum tanto gaélicos, normandos, alheios de tudo o que é epistolografia morosa, – peles-vermelhas no rigor antropológico, à vista do modo como a gente em honesta prosa costuma casar-se. (BRANCO, 1960, p. 451)

A entrega dos amantes é pintada com as cores fortes do perigo com o pretexto de precaver o público, mas também como um estratagema para inserir ofertas de gratificação sexual na narrativa. Porque, ao mesmo tempo em que o leitor desautoriza a intrepidez dos amantes, goza com o episódio sem correr maiores riscos. Em meio à efusão amorosa, Josefa engravida e o jovem oferece-lhe a devida “reparação”, bastando aguardar a morte do seu pai, à primeira vista, premente. No entanto, a barriga e a aflição de Josefa só fazem crescer, enquanto o pai de Antônio toma alento e, por suspeitar do envolvimento indesejado, pavimenta o futuro do filho com um vantajoso casamento. Ao não aceitar a proposta e se declarar apaixonado por uma moça de baixa condição, o morgado é penalizado com a prisão. Josefa pouco pode interferir, porque:

(...) não sabia ler, não tinha ninguém a quem pedir a esmola de uma carta. [...]. Estava ali aquela desgraçada mulher sobre as brasas do seu suplício, e à volta dela a bruta vida de seus pais – ele a esconder o pipo da aguardente de medronho, a mãe a pisar a erva semprônia e a pedir sinceramente ao céu que lhe levasse o marido em uma das suas frequentes borracheiras.” (BRANCO, 1974, p. 455-456)

Camilo expõe o problema do analfabetismo, mais dramático porque, de um modo geral e de maneira bem mais flagrante no que tange à parcela da feminina da população, como bem salienta Irene Vaquinhas, constitui-se em entrave para o projeto liberal de modernização:

(...) grande parte das jovens portuguesas em idade escolar não frequentava as escolas, começando a trabalhar desde a tenra idade, convertendo em letra-morta as expectativas depositadas na modernização da sociedade por via da instrução feminina e da implantação do sistema escolar. (MATTOSO; VAQUINHAS, 2011, p. 205)

Não bastasse o encarceramento físico de Antônio, a falta de proficiência leitora de Josefa ajuda a constituir o mistério em torno da sua morte e a redefinir os rumos da narrativa. Nesse ínterim, o cadete rompe o cerco e envia uma mensagem pela criada de um conhecido para furar a vigilância materna:

(...) O meu patrão mandou-me chamar, leu-me a carta, e disse-me que viesse eu falar com vossemecê, custasse o que custasse, e lhe dissesse que fugisse quanto antes de casa e fosse ter à quinta do Enxertado, que é do sr. Antoninho, e lá seria recolhida pelo feitor até ele vir de Lisboa. Ora aqui tem. ” (BRANCO, 1960, p. 458)

A agitação de Josefa com a notícia, no entanto, acaba por apressar-lhe o parto e revela a Maria da Laje o real motivo da indisposição da filha: “Neste instante fez-se-lhe luz na alma a um clarão infernal. Aqueles gritos e contorções recordaram-lhe que havia sido mãe: viu como nunca vira os sinais exteriores do crime nem sonhado; os modos suplicantes da filha confessavam o crime. ” (BRANCO, 1960, p. 460). Torna-se flagrante a incomunicabilidade entre as personagens para o precipitar da tragédia. Como o atributo que a mãe de Josefa mais preza é a honra, seu projeto de vida derrui, diante do que considera a impudicícia da filha.

A incontidência sexual feminina consta no rol dos maiores crimes que, segundo o senso comum, a mulher solteira pode perpetrar contra si e os seus. Josefa foge de casa, escorrega nas pedras do açude e deixa cair o bebê – que leva consigo acomodado em um cestinho – nas águas; tenta reavê-lo, mas a fraqueza de parturiente inviabiliza o esforço. Posteriormente,

Antônio de Queirós soube no Limoeiro, por carta do seu amigo da Temporã, que Josefa do Santo Aleixo se suicidara no mesmo dia em que ele conseguira enviar-lhe o aviso para a fuga. O informador espantado do sucesso, atribuía à demência repentina a resolução da infeliz que ainda na manhã desse dia se mostrara contentíssima com a deliberação da fugida para a Quinta do Enxertado. ” (BRANCO, 1960, p. 463)

Nas narrativas camilianas, as ‘quedas’ femininas apontam para uma discussão cara ao autor: o *déclassement*. Como o casamento era uma oportunidade ímpar de negociação entre as famílias, qualquer paixão inconveniente poderia implicar em chance irremediavelmente perdida de rearranjo social. Interesses de monta, que Fialho de Almeida impiedosamente desnuda:

Intrometem-se na festa alguns mocinhos, que a pretexto de visita ás manas, vão metendo memorial de noivos pras educandas ricas ou bonitas, mercê d’aquele instinto das famílias-formigas que nunca estão sem dar grangeio á prehensibilidade dos cálculos videiros. [...] Logo se esbóçam *flirts* e namoros que a precocidade da raça e a morbidez do exemplo encaravilham. Em torno a galeria comenta e acha graça: as próprias famílias tratam d’acasalar os pares e fazer combinações e permutas de fedelhos, como quem fórma bonecos num taboleiro de xadrez. (ALMEIDA, 1923, p. 72)

No entanto, quando o enlevo amoroso aproxima moças pobres e sem genealogia de moços ricos e com ascendência ilustre, a desaprovação é unânime. Basta atentarmos para “O filho natural”<sup>113</sup>, também integrante de *Novelas do Minho* e, em linhas gerais, irmanado com *Maria Moisés*, vindo Camilo a tecer na diegese e nas notas de rodapé uma ligação intencional entre ambas as obras.<sup>114</sup> O primeiro ponto a diferenciar a personagem Josefa, de *Maria Moisés*, da Tomásia, de *O filho natural*, é a habilidade leitora da última. A troça da moral vigente, quanto à ideia corrente de que a leitura de romances poderia desencaminhar as moças de família, confere uma nota irônica à narrativa:

Era ela uma rapariga fresca e perfumosa como o rosmaninho, e sécia de alegres cores como a flor de hortênciã. Chamava-se a Tomasinha da botica. Lia novelas que o fidalgo lhe emprestava, traduzidas do francês. *A salamandra* de E. Sue fêz-lhe estranhos abalos no organismo. Aquêla personagem chamado Safie, por quem as mulheres morriam de amor enxertou-o em Vasco. Assimilava capítulos como quem ingere cabeças de fósforos. O pai gostava de ouvir declamar os diálogos dos romances e, moralizando aquelas histórias com bastante juízo dizia:

– Tomásia, isso parecem-me pêtas!

E, a respeito do Safie, acrescentava:

– Dá-me vontade de dar dois pontapés nesse Sáfiio!

<sup>113</sup> As *Novelas do Minho*, coletânea de oito novelas, foram escritas entre 1875 e 1877. *O Filho Natural*, quinta novela a ser publicada, data de 25 de setembro de 1876.

<sup>114</sup> Em “O Filho Natural”, parte II, quando refere no texto: “– Foi um enjeitado – contou o abade – que aqui me trouxe a Maria Moisés para eu batizar”. E em nota de rodapé: “A próxima novela dará ampla notícia de Maria Moisés”. [N.do A.] Cf. BRANCO, 1960, p.423

Em “Maria Moisés”, parte II, refere: “Assim foi que o abade de Pedraça tomou para si aquele pequenino que se chamou Álvaro, e depois legou ao filho natural do Visconde de Agilde o ouro farto que parecia trazer consigo o condão de virtude da enjeitada de Santo Aleixo”; seguido da nota de rodapé: “Veja *“O filho natural”*”. [N.do A.] Cf. BRANCO, 1960, p. 476.

Êle bem que via que a filha desatremava no governo da casa; não pegava em meia nem fazia peruas de miçanga; dava-lhe as peúgas esburacadas e as ceroulas sem nastros. Trauteava as chácaras da “Moura” e do “Pajem de Aljubarrota” com o lacerante sentimento das enormes desgraças. Às vezes chorava sem saber por quê. Punha a mão na testa, afastava com frenesi os cabelos, e murmurava: “anátema” como Claudio Frolo. E o pai dava-lhe chás de tília e valeriana para o nervoso, e o óleo de mamona de quinze em quinze dias para o flato. [...]. Contemplai uma vítima dos romances, ó pais e mães de família! (BRANCO, 1960, p. 397)

O narrador deslinda o medo maior da família patriarcal: a corrupção de mães e filhas pelo poder da palavra. E Camilo exorciza esse medo pelo riso, porque considera que, apesar de a fantasia desmedida presente nos romances até causar danos, há que residir na literatura o instrumental para a “salvação” das leitoras. Nesse ponto, percebemos a distinção que faz entre “alta” e “baixa literatura”, colocando-se no patamar mais alto, onde situa Honoré de Balzac e a sua *Comédie Humaine*.<sup>115</sup> E entende que ao lidar com os dramas íntimos dos agregados domésticos, abre também portas e janelas para a sua superação.

Em uma nação onde o índice de analfabetismo é flagrante e atinge os diferentes estratos sociais, a mulher leitora chama a atenção. A leitura entre as raparigas, sob o ponto de vista da sociedade, pode até encerrar virtudes, quando as habilita a seguir o livro de orações ou compartilhar receitas culinárias com as conhecidas. Mas, fora desse escopo, a maior parte da população não julga ser uma habilidade útil para aquelas que têm o espaço doméstico como raio de ação. Mesmo dentre os mais ilustrados, enfrenta-se resistência quanto à instrução das meninas, tendendo os lares mais abastados a dedicar-lhes uma educação doméstica, em que a participação da mãe ou de mestras torna-se o mais usual, como Maria Amália Vaz de Carvalho, inclusive, nos faz ver em *A preceptora*:

O comendador queria dar também às filhas uma educação brilhante, uma educação que correspondesse às dimensões da sua *burra*, eis porque, depois de as tirar do convento, onde tinham estado até aquela idade, escolhera para professora Marta de

---

<sup>115</sup> Em 1845, Honoré de Balzac decide reunir toda a sua obra, com exceção das obras de juventude, sob o título *La Comédie Humaine*, a qual compreende 95 romances publicados entre 1829 e 1855. O próprio autor subdivide-os em estudos de costumes, filosóficos e analíticos. Segundo Fausto Calaça: “sob o olhar da classe burguesa em ascensão, a obra de arte é julgada pelo valor “politicamente correto” do tema, pela capacidade de utilizar adequadamente as técnicas aprendidas em cursos de pintura e, sobretudo, pelo seu valor econômico. Assim, Balzac põe em prosa as noções de “cópia”, “plágio”, “pastiche”, “reprodução em série” e “mercantilização” em obras de arte. [...] os contextos culturais e políticos de Balzac, no século XIX, e Benjamin e Debord, no século XX, são bem distintos. Na época balzaquiana, a reprodução da obra de arte se dá pela cópia e pelo pastiche de uma única obra sobre outra, a primeira. Logo, trata-se de uma reprodução manual, anterior à reprodução mecânica. Por sua vez, Benjamin se refere à reprodução e multiplicação das obras de arte a partir da invenção da litografia e, posteriormente, da fotografia e do cinema, no século XIX, no início da era industrial, em sociedades democráticas, permitindo a divulgação de imagens e o reconhecimento de obras únicas. Quanto a Debord, entramos numa era de espetacularização da imagem, na qual a vida cotidiana já se encontra toda tomada pelo capitalismo avançado, onde a condição moderna se caracteriza como uma imensa acumulação de espetáculos”. (CALAÇA, 2013, p. 53; p. 59-60)

Vasconcelos. De resto, a ideia do comendador e da mulher sobre a educação das filhas, não era das mais engenhosas e atiladas. (CARVALHO, 2007, p. 144)

Apesar de não saberem o que é o mais adequado para o desenvolvimento das meninas, marido e mulher fazem desta uma dentre as várias oportunidades para ostentar a condição abastada da família; distinção que uma estranha, porque culta e bem recomendada, pode lhes conferir. Fora desse enquadramento, elas merecem um monitoramento constante, porque tendem a “descobrir” o ambiente mundano: da última moda em Paris aos romances franceses, que periga conduzi-las, segundo o senso comum, à prodigalidade ao escapismo.

A Tomásia, de *Maria Moisés*, não tem títulos, nem nome ilustre. Até a mãe lhe falta, morta no parto. Pode contentar-se em estender a mão aos de sua condição, o que não é de todo mau, visto o pai manter a botica para o seu sustento. Mas ao apaixonar-se pelo jovem fidalgo, perde o governo de si e de sua casa. Assim como uma certa personagem dinisiana, Tomásia compartilha dessa mesma orfandade. Ainda que, ao contrário da burguesinha camiliana, Madalena, *d'A Morgadinha dos Canaviais*, seja a filha ilustrada de um Conselheiro de Estado, o que lhe confere a fleuma dos estratos superiores. No âmbito doméstico e na falta da mãe, a morgadinha mantém-se como a alma da casa. Ela tece a paixão velada por alguém de condição econômica inferior à sua, o que só descobrimos da metade para o final da narrativa. Mesmo assim, o mestre-escola Augusto – o seu eleito – apesar da resistência do pai da moça, há de conquistar o seu lugar na família porque cultiva o conhecimento como um patrimônio e demonstra nobreza de caráter.

Figura 27 – *Retrato de Camilo Castelo-Branco*. Albumina, fotógrafo não identificado. Coleção Ângela Camila Castelo-Branco e António Faria



Fonte: <https://tertuliabibliofila.blogspot.com.br/2015/09/conversa-bibliofila-o-gosto-pelo-estudo.html>

Quanto a Tomásia, ao invés de abraçar o papel considerado edificante de filha e dona de casa, suspira pelo homem dos sonhos e delira. Seu pai enquadra os acessos da paixão como doença e trata-os à custa de fitoterápicos. Logo se vê a troça tipicamente camiliana com o cientificismo reinante e o pouco ou nenhum resultado quando se trata de debelar os impulsos da paixão. Seduzida por Vasco, ela engravida e vai viver com o namorado. Pronuncia-se o medo maior da baixa burguesia e o pai, que a criara sozinho, desde a primeira infância, diante do escândalo, morre de desgosto.

O castigo supremo chega a passos largos, quando Tomásia, após ter o filho, é abandonada pelo amante. Estão, em princípio, irremediavelmente marcados mãe e filho, o que promete, segundo o julgamento da sociedade, um amanhã funesto para ambos. No entanto, o que o narrador observa, após a *queda*, é um processo gradual de remissão de ambas as personagens. Camilo, em vários episódios de sua obra, daria projeção à personagem feminina que, manchada pelo desengano amoroso, acaba por reaver, à custa do trabalho, sua dignidade.

Nesse ponto, a habilidade que inicialmente “envenenara” Tomásia passa a funcionar como um trunfo para remediar os males. Ao dispor da educação legada por seu pai, tendo em vista um desempenho útil para a sociedade, ela toma em mãos as rédeas da própria vida. O primeiro passo rumo à autonomia será arrumar um trabalho condizente com as suas qualidades:

Um dia, Tomásia resolveu-a: foi à Vila do Arco, onde tinha um parente. Alugou uma casinha, e anunciou-se mestra de meninas. Quando o compadre soube, já estava instalada, e exercia o professorado com seis educandas. O abade, com os olhos úmidos de lágrimas, disse-lhe que ela era uma alma rara, e que tinha virtudes tamanhas que até a sua fragilidade parecia um ato meritório, porque da queda procediam tão nobres procedimentos. O que êle fez, melhorando-lhe a vida, foi conseguir-lhe a nomeação de mestra-régia.

Tinha muitas prendas de bastidor a filha de Macário, escrevia bem e ortograficamente, aprendera história nos compêndios de Vasco e nos romances. Deu-se zelosamente ao magistério, e chegou a tocar o sumo bem de uma vida conformada e serena. As famílias do Arco estimavam-na, recebiam-na e presenteavam-na liberalmente. A mancha estava delida. Álvaro, o pequenino anjo, parecia pedir indulgência para a mãe. (BRANCO, 1960, p. 421)

De nódoas as mulheres entendem, porque Josefa, assim como Tomásia, só tem a honra como capital de valor. Esta última ascende à condição de mãe e passa a levar uma vida *conformada e serena*, porque declina do prazer sexual e dedica-se, a partir de então, integralmente à cria e à profissão. Como dissera a criada a Josefa do Santo Aleixo, as mulheres nascem para os trabalhos como mães. Mas a dura verdade é que as mães solteiras amargam poucas opções de inclusão social. O magistério, nas casas das clientes ou em seus próprios lares, pode figurar como uma saída honesta para aquelas se deixam levar pelo desejo e depois se arrependem. Se bem que a educação em ambiente doméstico, à medida que finda o século, perca espaço para o ensino regular em âmbito escolar. O papel de educadoras que essas mulheres assumem cede espaço para a formalização progressiva de um quadro docente laico e a socialização escolar:

(...) se impõe a outros modos de socialização, que deve começar a incidir, preferencialmente, na mais tenra idade, para garantir seus efeitos. Os aparatos legais têm funcionado, nesse contexto, como suporte principal da forma escolar, entendida como o conjunto de características que configuram uma unidade, uma ‘solução’ criada por uma sociedade de uma época para lidar com a relação do homem com a natureza e com os próprios homens (...)” (JINZENJI, 2008, p. 215)

A malha escolar gradativamente estendida à população e, em especial, à fatia feminina, aponta para um redirecionamento político que visa dar ouvidos aos clamores cada vez mais ruidosos em torno da questão educacional. A expressão orgânica feminina das

mulheres ganha força com a publicação de periódicos abertos às colaboradoras, tais como o *Almanach de Senhoras*<sup>116</sup> e o *Almanach Luzo-brasileiro*.<sup>117</sup> Ainda que esses espaços sejam dedicados ao crescente público feminino, observa-se uma clara desproporção entre o número de homens e mulheres articulistas; o que, com o passar das décadas, diminui.

Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) está dentre as que defendem a extensão da educação, em meio à massa imperante de analfabetos<sup>118</sup>, como forma de conferir às mulheres a possibilidade de expressão numa sociedade sexista e conservadora. Também sustenta o argumento de que as que já são mães e mesmo as que venham a desempenhar esse papel, uma vez educadas, poderão melhor educar os próprios filhos. Como as mulheres portuguesas privam de um ambiente no qual as necessidades femininas passam pela mediação masculina, a expressão amaliana atinge um nicho específico. Primeira mulher a ingressar na Academia de Ciências de Lisboa, ela reclama não só a ampliação da educação feminina, como também um olhar acurado em relação à grade curricular:

Eu tenho repetido isto tantas e tantas vezes, que receio por fim enfastiar as minhas leitoras. É necessário antes de tudo transformar radicalmente a educação das mulheres. [...] Sempre que a mãe ou que a educadora descubra em sua filha, ou na sua discípula, tendência pronunciada para um ramo qualquer de actividade intellectual, deve por todos os modos facilitar e desenvolver essa vocação espontanea. Mas que a educação de todas não seja pautada por um molde uniforme! Mas, por Deus! Que não se faça d'esta grande e sublime missão de cultivar um espirito infantil uma questão de moda, uma questão de vaidade, uma questão de mutua inveja mesquinha. (CARVALHO, 1880, p. 49 e 54)

A *intelligentzia* local começa a se sensibilizar ante a questão educacional e escritores do porte de Antero de Quental passam a defender que a população feminina tenha acesso à

---

<sup>116</sup> O *Almanach das Senhoras* singularizou-se por abrir espaço para a participação feminina (se bem que continuasse a manter uma expressiva colaboração masculina). Sua relevância maior é constituir-se em publicação pioneira, numa época em que as mulheres enfrentam dificuldades para em obter reconhecimento por meio da literatura. Fundado por Guiomar Torrezão (1844-1898), em 1871, continuaria a sair anualmente até 1928. [...] Além da fundadora, colaboram desde os nomes de proa, como Maria Amália Vaz de Carvalho, até aquelas sujeitas ao gradativo esquecimento, como Catharina Máxima de Figueiredo que é, no entanto, à época, bem requisitada. Com a morte de Guiomar, no final do século XIX, sua irmã, Felismina Torrezão, garante a sobrevida do empreendimento por mais trinta anos, tendo Júlia de Gusmão como diretora literária.

<sup>117</sup> Cf. GOUVEIA, Maria Margarida de Maia: “Publicado entre 1851 e 1932, o *Almanach de Lembranças Luzo-Brasileiro* revela-se como um documento significativo das relações luso-brasileiras no domínio da cultura portuguesa”. Vide: [revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/) Último acesso:22/01/2016.

<sup>118</sup> À época, o analfabetismo feminino em Portugal atingia a casa dos 89,3%, o que acentuava a excepcionalidade das mulheres leitoras e transformava em seres exóticos as que se propunham a abraçar a escrita como forma de realização.

educação, não só por ser essencial à condição humana, mas também porque todo menino, no percurso até tornar-se homem, passa pelas mãos das mulheres:

Bebemos, com efeito, nos seios da mãe, nos olhos da amante, nos braços da esposa todas as virtudes ou todos os vícios, com que depois surgimos no mundo: sendo a mulher o mistério guia, e mestra da nossa educação moral, em todas as fases da nossa vida, claro é que, o que fomos no bem ou no mal, a ela o devemos. (QUENTAL, 1982, p. 112).

Eça de Queirós, por sua vez, enxerga entre os patrícios uma monumental preguiça para se dedicar à causa: tanto do governo, imobilizado diante do enorme desafio que representa o aumento exponencial da malha escolar, quanto da população em geral, mais afeita às questões comezinhas da existência. Como o autor comenta, outro entrave é a perspectiva das famílias que veem no casamento o horizonte imediato das jovens:

As mulheres vivem nas conseqüências desta decadência. Pobres, precisam casar. A caça ao marido é uma instituição. Levam-se as meninas aos teatros, aos bailes, aos passeios, para as mostrar, para as lançar à busca. Faz-se com a maior simplicidade esse ato simplesmente monstruoso. Para se imporem à atenção, as meninas têm as *toilettes* ruidosas, os penteados fantásticos, as árias ao piano. A sua mira é o casamento rico. Gostam do luxo, da boa mesa, das salas estofadas: um marido rico realizaria esses ideais. Mas a maior parte das vezes, o sonho cai no lajedo: e casam com um empregado a 300\$000 réis por ano. Aquilo começou pelo namoro e termina pelo tédio. Vem a indiferença, o vestido sujo, a cuiá despenteada, o cão de regaço. As que por ventura casam ricas desenvolvem outras vontades: satisfeitas as exigências do luxo, aparecem as exigências do temperamento. (QUEIRÓS, 1970, p. 676)

A educação, segundo a perspectiva burguesa, adquire atributos de ordem prática: nos estratos superiores, seguir os passos do pai; nas classes mais baixas, esticar-se ao máximo para alçar o andar de cima. No entanto, “desde o século XVIII, a escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo onde cada área corresponde a uma condição social e não a uma faixa etária: o liceu ou o colégio para os burgueses (o secundário) e a escola do povo (o primário). ” (BOURDIEU, 1974, p. 220) Desde então, à dualidade das formações escolares corresponde uma dualidade de cultura. “(...) todo o colorido da vida [...] se alterou com o tratamento escolar diferencial da criança, burguesa ou popular. ” (BOURDIEU, 1974, p.220). Com a educação a tomar um viés dual, com valor compensatório para os menos favorecidos e de legitimação para os estratos superiores, organizam-se os grupos segundo o percurso das famílias e as possibilidades de acesso. E as classes desfavorecidas, a lidarem incansavelmente com a própria subsistência, não dispõem de tempo, recursos ou mesmo de horizonte de expectativa que compreenda um investimento dessa magnitude:

Se se considerar que a decisão de enviar as crianças à escola competia às famílias e se admitirmos, por outro lado, como tantas vezes as próprias autoridades o fizeram, que essa decisão estava fortemente condicionada por factores económicos, não surpreenderá que esta fosse tão frequentemente negativa. [...] A aquisição de uma educação elementar implicava, de facto, um investimento – o custo da frequência da escola em si mais a perda do rendimento do aluno impedido de trabalhar – o que era excessivamente alto para uma grande parte da população portuguesa. Os respectivos benefícios materiais, representados por rendimentos posteriores mais elevados, não compensavam esse custo, no entender das famílias. [...] Ao mesmo tempo e pelas mesmas razões, ainda menos seria de esperar uma procura “espontânea” forte pela educação como “bem cultural” ou como “ornamento social”, não havendo nada, por outro lado, nos costumes sociais ou religiosos portugueses que estimulasse o grosso da população nessa direção, como sucedeu em vários países da Europa, neste e em séculos anteriores, onde estas influências foram decisivas no processo de alfabetização universal. (REIS, 1993, p. 240-241)

Em longo prazo os prejuízos logo se fazem notar, porque, uma vez crescido e ingressante no universo do trabalho, verifica-se junto ao operariado nascente um deficit intelectual dificilmente recuperado. Jaime Reis, quando se refere ao fraco desempenho da indústria portuguesa, na segunda metade dos oitocentos, salienta que, entre o operariado, o índice de analfabetismo supera o percentual da população em geral:

Uma consequência simples, mas importante, desta situação foi a limitação imposta à capacidade dos trabalhadores portugueses para utilizarem equipamento industrial numa escala idêntica à de outros países do mundo. Segundo os diretores da fábrica de Tomar, o problema era que, embora dispusessem da melhor maquinaria do mundo – era importada –, “raríssimas vezes conseguimos que os operários trabalhem com mais de dois teares, enquanto nas fábricas estrangeiras é comum trabalharem com três ou quatro”. (REIS, 1993, p. 178)

Lamenta-se a incompetência do operariado, muito embora poucos pensem em Educação como uma saída para as deficiências detectadas e menos ainda invistam na qualificação de seus funcionários. Como perduram razões outras a atravancar a decolagem industrial portuguesa, há que pensar na inoperância da classe dirigente em lidar com os desafios que uma nação predominantemente agrícola tem de enfrentar.

Como os homens de letras ao mesmo tempo em que aspiram à civilização também se deparam com a barbárie, incomoda-os observar como a classe de origem nutre o corpo e o espírito, pois a elite lisboeta copia em tudo o talhe francês. Do vestuário ao modo de falar, da organização doméstica aos eventos culturais, tudo no final do século rescende a cultura francófila, como Eça de Queirós, ao responder a Manuel Pinheiro Chagas, conclui:

E que viu? Um espetáculo triste: uma mocidade arrasada e cética, descrente de si mesma e do país, ignorando a tradição e escarnecendo as instituições, queixando-se da falta de tudo e não tratando de se prover de coisa nenhuma, odiando o solo em que nascera, a língua que falava, a educação que recebera, amuada dentro desse ódio estéril como um mocho dentro do seu buraco e de fato tão alheia à Pátria e ao seu

gênio como se tivesse sido importada de França, em caixotes, pelo paquete do Havre! Isto era suficiente para indignar um coração elevado como o seu.<sup>119</sup>

Também homem do seu tempo, Fialho de Almeida entende que a negação da identidade nacional “desviriliza a raça”, o que transparece em situações as mais fúteis ao enfrentamento das grandes questões nacionais, e não se furta a escarnecer a alta burguesia, no que tange à superficialidade das relações interpessoais. Mas não poupa as classes médias, porque “macaqueiam” os costumes ingleses e franceses, haja vista o conto “Pedro e Paulo: primeira fase de dois homens celebres”, inserto em *Lisboa Galante* (1890), onde narra-se a amizade entre dois estudantes de diferentes classes sociais que se conhecem em um colégio interno. O título<sup>120</sup> bebe na referência bíblica para evocar a ligação estreita que se estabelece entre ambos. Vale dizer que o Pedro:

Era crescido e são, ombros redondos, unhas correctas, uma brancura de pele setinosa e cândida. E berrando por tudo, dizendo – Esteja quieto! Vá a fava! Vou encaravilhal-o! – tossindo por traz dos que se ajoujavam, armando correrias diabólicas por toda banda, quebrando, beliscando, batendo, tinha petulancias adoraveis, ditos mesmo, e na sombra dos dormitórios deixava pressentir o laivo vicioso do seu temperamento regalado. Era um opulento, o pae. E o Pedrinho affeito aos trens, ás grandes caçadas de outomno nos parques das quintas e na floresta das herdades, aos jantares com senhoras decotadas, menus em escarlate e ouro, baixallas historicas e fructas raras, tinha fastios hystericos, pedaços de tedio frenético, grandes ociosidades ávidas de sensação. (ALMEIDA, 1890, p. 225)

À forte personalidade de Pedro e ao trânsito em sociedade que são também o percurso de sua família, contrapõe-se o Paulo, que nos é apresentado pelo narrador como:

(...) um aldeão sem fortuna, nervos e espantadiço, filho do mestre escola, com uma dieta d’obediencia aos proprietários boçaes da terreola, precisando de todos, cumprimentando todos, affeito a sentir desdens dos ricos, e a ter o riso amarello da admiração pelo dinheiro alheio. Com sacrificios duros o pai tinha-o mandado ao collegio, no meio dos risos irônicos dos rico-homens de chapéu tombado e fundilhos de saragoça, que encolhendo os hombros, remechendo cobre nas algebeiras das calças, diziam ao pai e ao filho – oh doutor! Então, doutor... Aquelle escarneo começara logo a atormentar-lhe o orgulho de pobre e de mysantropo, porque sentia nele o golphão de fel intencional, e a surda má vontade do egoísmo, fervendo em craneos de estupidez suína. (ALMEIDA, 1890, p. 222)

A precariedade econômica em que vivem os seus traduz-se em subserviência frente aos poderosos, tanto que o mestre-escola aspira fazer de Paulo um homem, para quebrar esse

<sup>119</sup> Carta endereçada a Manoel Pinheiro Chagas: Bristol, 14 de dezembro de 1880. Cf. QUEIRÓS, s.d., s.p. Acessível em <https://books.google.com.br/books?id=nxqlCgAAQBAJ> Último acesso: 4/04/2016.

<sup>120</sup> Pedro consta como o fundador da Igreja Católica. Quanto a Paulo de Tarso, que em princípio perseguia os seguidores de Cristo, converteu-se e passou a apreçar a doutrina católica entre os pagãos.

ciclo vicioso. Para alcançar esse intento, Paulo há de se tornar um “estudante modelo, muito bem-comportado, voz baixa, luneta, pontualidade, as melhores notas do curso [...] empalado nas formalidades servis dos pedagogos, por cuja obediência nas escolas portuguezas se sae premiado dois ou trez annos e se fica idiota para toda a vida” (ALMEIDA, 1890, p.227). Dessa maneira, Fialho critica veementemente os métodos pedagógicos do ensino à época, calcado na obediência irrestrita e na memorização das *sebentas*.

Os opostos se aproximam e compõem uma cumplicidade em que se repetem os papéis de mando e obediência a que ambos estavam acostumados em suas vivências familiares. Pedro pouco valoriza a disciplina ou a dedicação aos estudos, emplaca um apelido no amigo – o *Pitosga*, pelo par de óculos que este é obrigado a usar – e, por mais que apronte, goza de privilégios junto à comunidade escolar:

O Pedrinho era um cabula medonho, não tirando nunca significados, dizendo das grammaticas o que lhe sopravam de lado, pondo rabo-levas aos mestres, e distribuindo cascudos nas moleirinhas dos condiscípulos. Gozava de certo favor no animo geral do corpo docente. O papá prohibira que batessem no seu pequeno, a mamã informava-se aos mezes, pelo correspondente, se o menino era bem tratado; quanto à ferocidade do director, domesticavam-na regularmente com oferta de porcos gordos e canastras de laranjas de Setubal. Por isso ninguém mais afagado e querido. (ALMEIDA, 1890, p. 229)

Ainda que seja posto de lado, Paulo presencia o tratamento diferenciado e, em meio à estreita convivência com um amigo tão bem aquinhoado, acalenta sonhos de ascensão social:

O alvo d’esse humilde era pois dominar, ter um nome, furar da massa commum pela supremacia de um acto, de uma palavra ou de um milhão. Era o que também do fundo da sua aldeia sertaneja, e no bello cursivo symétrico e pintado das pautas de Godinho, o velho mestre escola lembrava todas as semanas ao filho, em cartas cheias de conselho, recommendações, admoestações – *Os homens nascem do nada. O dinheiro e o saber sabem na sociedade a verdadeira fortuna; és pobre, portanto estuda.* E muitos recados para o Exmo. Sr. Director, que tantos beneficios lhes rendia...” (ALMEIDA, 1890, p. 231)

Ao perceber que, apesar de comportamentos tão díspares – o primeiro, só a estudar e o segundo, a cabular as aulas – as médias de ambos emparelham, Paulo depara-se com os dois pesos e duas medidas que rege a sociedade do período, uma vez que sucesso de Pedro deve-se a interferências externas, como ele próprio confidencia: “– É o papá que arranja; conhece toda a gente. Não digas nada, não? No latim, o presidente até me fez o thema. ” (ALMEIDA, 1890, p. 233)

Tendo saído do colégio, separam-se no ano seguinte. O Paulo aferra-se aos estudos, vendo retrair-se ainda mais o lado sensível: “Percorrera a vida dentro dos dicionários, das selectas e das grammaticas, encostado ás ideias dos outros, dispensado de pensar, prohibido de rir; e projectando esse viver de catacumba pela escola superior tinha um ar de cartorio, incapaz de marchar fora de duas paginas seguidas”. (ALMEIDA, 1890, p. 235) Como resíduo das experiências de infância deposita-se nele o ressentimento e passa a tratar o antigo amigo com afetada indiferença, ridicularizando-o pelas costas. No fundo, sente uma vontade de “esganal-o, tornal-o infeliz, reduzil-o a pó”. (ALMEIDA, 1890, p. 236).

Quanto a Pedro, “desenvolvera-se n’um magnifico animal contente e bom, espadua rija, braço estriado e face rosa, com respostas para tudo, cabeça arejada, e uma lucidez de espírito penetrante, sem esforço e sem cansaço”. (ALMEIDA, 1890, p. 236). No curso superior, aprende sem esforço e, se não tira melhores notas, é porque falta quando se entedia com alguma matéria mais enfadonha. Dia desses, Paulo chama o antigo amigo de parte:

Lá longe, o amarelento tirou um almasso da pasta, esteve a folheal-o de manso, e desentupindo a guella do pigarrito clássico, leu em voz alta:

*Idea geral sobre os barometros metallicos.*

E em ar de informação pomposamente:

– Pediram-me para o *Almanach de Lembranças...* (ALMEIDA, 1980, p. 236)

As condições de berço e de percurso cavam entre ambos um fosso que desfaz a miragem da convivência harmoniosa entre desiguais. Família e escola – em meio a erros e acertos – estão juntas nesse processo de formação e deturpação do indivíduo.

Figura 28 – Alunos do Instituto de Cegos do Porto. *O Ocidente: revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Nº 1175, 20 de agosto de 1911, p. 181.



Fonte: <http://criancas.centenariorepublica.pt/site/>

À visão edulcorada da infância, sucedida por reminiscências aprazíveis e edificantes, o autor contrapõe os obstáculos a vencer e as desilusões até o estágio adulto. Sempre lúcido, ao analisar a inércia de ricos e pobres frente à anemia do cenário educacional, Fialho deslinda os interesses vários em jogo:

Ao rei não convém que esse elemento intellectual tome o governo, pois o pouquíssimo que existe e o que viesse, não fariam senão diminuir-lhe a intervenção pessoal e enfraquecer-lhe o poder, que está sendo uma das chagas da nação. Tão pouco elle conviria aos gabinetes rotativos, que não poderiam mais viver de chapeladas, nem atropelar as leis a benefício d'uma classe obesa de privilegios que põe a saque os cofres públicos.

Não conviria ao commercio, que mancomunado c'os reis e gabinetes, falcatrúa a seu gosto os géneros que vende e os preços por que rouba, a ponto de se não poder viver em Portugal. Não conviria aos padres, que são os eternos colaboradores da parvoíce crédula e da ignorancia intolerante. Não conviria ao exercito, que, espalhada a cultura, não teria mais no soldado um apoio passivo das extorsões da classe dirigente. Finalmente, até não conviria aos republicanos, que deixariam de poder iludir os incautos co'as declamações estereis dos seus programas e jornaes.

Estes oitenta e três por cento d'analfabetos são, pois, a garantia mais sollida do systema, bulir-lhes é atentar contra as instituições, e a rotundidade farisaica, porque o monstro podia acordar com veleidades de partilha, e o burguês regalão não quer restituir o patrimônio que usurpou. (ALMEIDA, 2015, p. 175-176)

A poderosa rede de interesses que a prosa fialhiana desnuda, apesar dos discursos em contrário, tem a perder com a ampliação da malha educativa. Educação e poder estão implicados e a burguesia não se mostra disposta a abrir mão dos signos de

distinção. Como salienta Bordieu, vislumbram-se os mecanismos de manutenção dos privilégios por trás do discurso pretensamente igualitário:

O sistema de ensino tende a transformar os privilégios sociais em privilégios naturais, e *não de nascimento*: a “inteligência”, o “talento” ou o “dom” são os títulos de nobreza da sociedade burguesa que a Escola consagra e legitima ao dissimular o fato de que as hierarquias escolares que ela produz por uma ação de inculcação e de seleção aparentemente neutra, reproduzem as hierarquias sociais no duplo sentido do termo. Por esta via, o sistema de ensino não cumpre apenas uma função ideológica, mas de fato concede a sanção de seus veredictos a uma das formas mais encobertas e mais eficazes do privilégio de classe, aquilo que se poderia denominar o privilégio de uma forte aceleração. “A nobreza, observava Pascal, constitui uma grande vantagem a ponto de fazer com que um homem de dezoito anos torne-se conhecido e respeitado o que para muitos outros só vai ocorrer aos cinquenta anos. São trinta anos ganhos de graça! ” À maneira dos títulos de nobreza, os títulos escolares, capital social convertido em capital escolar ele mesmo diretamente conversível em crédito social, permitem adquirir a crédito, isto é, precocemente, antes da hora e antes dos outros, queimando as etapas e com a dispensa de respeitar as formas e os prazos usuais, os cargos, os lucros, as honras, os prazeres, em suma, todos os benefícios materiais e simbólicos que os demais deverão pagar à vista, isto é, ao cabo de todo o tempo que lhes será necessário para “fazer suas provas” e para reunir um capital de garantias reais e imediatamente exigíveis. (BOURDIEU, 1974, p. 241)

Ao arrancar as máscaras dos atores, em meio ao difícil percurso do constitucionalismo português, Fialho de Almeida propôs lancetar o pus da hipocrisia que contamina os estamentos, para mais rapidamente recuperar o Estado. Naquele momento, no entanto, o máximo que conseguiu foi colar em si próprio a pecha de eterno revoltado.

### 3.3 Justiça seja feita: a família e o braço forte da lei

Até a primeira metade do século XIX, os imbróglios legais e judiciais eram observados a partir das ordenações monárquicas. As últimas, filipinas, a vigerem desde 1603, enfrentam as primeiras tentativas de revisão nas primeiras décadas dos oitocentos, porque uma vez findas as invasões de franceses e ingleses, acentua-se a necessidade de repensar as normativas jurídicas, atualizando-as em conformidade com a política liberal e os preceitos constitucionais da Carta de 1826. O direito português passa a impactar não apenas a seara pública, mas também o âmbito privado, e a interferir diretamente na vida da população. Nascimentos e óbitos, casamentos e de partilhas de herança passam à tutela do Estado, o que implica na crescente laicização da máquina pública. E, em especial, o mercado conjugal ganha outra conformação.

A literatura não se mostra insensível a tais mudanças. Na primeira metade dos oitocentos, a correspondência entre os pares ocupa um lugar privilegiado no campo da ficção. A busca por realização no campo afetivo, por sua vez, repercute junto às formações familiares, porque ninguém aspira a ser eternamente infeliz somente para cumprir compromissos alheios. Tanto a mocinha casadoira quanto a solteirona encanecida suspiram pela subida ao altar, mas a saída da casa paterna não atenua o jugo masculino. O marido está sempre ali, para lembrar-lhe a ascendência do *pater familias* sobre criados, mulheres e crianças.

Com as amarras conjugais cada vez mais evidentes e o individualismo em alta, os escritores voltam o foco para um farto manancial de encontros e desencontros afetivos, reconfigurando as personagens ao sabor dos imbrólios amorosos, com o olhar acurado de cientistas. Com a Regeneração (1851-1868), advém uma maior urbanidade nos planos político e econômico e uma gradual distensão de costumes e valores na esfera privada. Abrem-se flancos para o reconhecimento do casamento civil, em princípio, marcado pelo híbrido, a distinguir não-católicos e católicos e a garantir aos últimos o casamento religioso com força de lei.

Os textos constitucionais portugueses, por sinal, pedem, “à semelhança dos textos constitucionais estrangeiros do mesmo período, por um direito sintético, científico e sistemático (...)”<sup>121</sup> e o cenário mostra-se particularmente favorável a partir de 1850, quando António Luís de Seabra, desembargador da relação do porto, recebe a incumbência de elaborar, juntamente com uma comissão especialmente voltada para esse fim, o primeiro Código Civil português, homologado em 1867. O que mais transparece, desde o início da sua elaboração, são as dissensões extremas e apaixonadas. Enquanto uns pleiteiam a modernização do aparelho público, sob uma ótica racional-filosófica, outros defendem o catolicismo como pedra de toque da identidade portuguesa. Os juristas e notáveis chamados a compor a comissão não chegam a um acordo, o que leva Alexandre Herculano a compor um opúsculo para redarguir os ataques:

Accusa-nos de termos trahido o nosso dever, induzindo o governo a calcar aos pés, num projecto de lei, as disposições constitucionais da Carta; acusa-nos de derramarmos ás mãos cheias sobre o paiz a imoralidade. Se a doutrina da comissão prevalecesse, a inocência dos costumes públicos desapareceria. De feitos os atentados contra o pudor; a seducção; o adultério; o concubinato publico, insolente, devasso; o alistamento para a prostituição feito á luz do meio-dia no recinto da

---

<sup>121</sup> Cf. ROMÃO, 2002, p. 9.

choupana aldeã, onde não entra um raio de luz do evangelho, ou por entre a miséria dos desvãos e aguas-furtada urbanos, onde não há quem leve um conforto da religião; a exposição dos filhos legítimos, que é o grande, o fatal symptoma da dissolução da família; todos esses crimes, com que a mulher é aviltada e a vida moral domestica assassinada, são pouco vulgares entre nós. (HERCULANO, [19--], p. 9-10)

O tema do casamento civil causa escândalo, porque, segundo o entendimento dos mais conservadores, sem um compromisso que transcendesse a letra fria da Lei, os casais seriam arrastados para o incesto, o adultério e o divórcio. Por fim as propostas progressistas são obstaculizadas e o perfil patriarcal mantém-se preservado na redação do documento, ao assegurar ao homem a representação do casal. Quanto à mulher, há manter-se obediente às diretivas do marido. Em defesa do casamento civil, Herculano argumenta que:

(...) a lei proposta respeita a crença da igreja oficial e limita-se a assegurar ao não catholico, como a constituição do pais o exige, a liberdade da sua consciência. [...] Reconhece a igreja que fora do seu grêmio pode formar-se e constituir-se legitimamente a família por um contracto solemne que una perpetua e indissolavelmente um homem e uma mulher? Sim ou não. Pretende para si o exclusivo absoluto de constituição da família? Diga-o. Se reconhece que o casamento civil pode ocorrer fora della, deixe a lei civil designar a forma desse contracto, cerca-lo das garantias de que ele carece sanctificá-lo civilmente entre os cidadãos que não pertencem á congregação dos fieis. Se não reconhece, expliquenos a sua disciplina em relação dos neophytos casados, a quem, embora não se lhes confira, depois de baptizados, o sacramento do matrimonio, não é, por direito canônico, permitido o divorcio, porque dizem as decretaes de Gregorio IX, o baptismo absolve os pecados, mas não dissolve os casamentos. (HERCULANO, [19--], p. 282)

Enquanto as polarizações seguem ao correr da pena, Portugal, acossado por credores no plano externo, passa por toda a sorte de insatisfações no espaço doméstico. Essa instabilidade há de funcionar como o humo de uma estética decadente que impulsiona os literatos de *fin de siècle* a introduzirem uma discussão cada vez mais premente sobre as diversas composições familiares e refletirem, pelo viés ficcional, os desdobramentos decorrentes. Dentre eles está José Augusto Vieira (1856-1890), que assim como Joaquim Guilherme Gomes Coelho (Júlio Dinis) forma-se pela Escola Médico Cirúrgica do Porto, mas alcança alguma expressão como escritor, destacando-se a coletânea de contos *Fototipias do Minho* (1879) e o romance *A divorciada* (1881)<sup>122</sup>.

---

<sup>122</sup> José Augusto Vieira, nascido a 13/7/1856, em Valença do Minho, e falecido a 13/7/1890, no Porto, colabora em periódicos, como a *Folha Nova*, a *Era Nova* e a *Revista de Estudos Livres* e comunga, assim como vários intelectuais finisseculares, das ideias de Proudhon, Michelet e Büchner. À formatura defende a tese *Um capítulo de hygiene: os nossos vestidos*. (1880).

A narrativa de *A divorciada* principia pela festa de aniversário de Adelaide e o subsequente enamoramento de dois jovens: Ermelinda e Alberto. Ela, filha de um banqueiro, granjeia simpatias entre os pretendentes, com o viço e a confortável situação financeira da família; ele:

— Era um vadio, não havia que duvidar. [...]. Entraram logo em minuciosidades da sua vida; as informações foram aparecendo; disia-se que tinha dividas no alfaiate, no sapateiro e até no Central, onde já nem de jantar lhe queriam dar. Mas a presença de Alberto veio pôr termo a estas murmurações; a conversação mudou de rumo, até que o piano preludiou uma valsa. (VIEIRA, 1906, p.18)

A figuração pelintra do jovem é o prenúncio do que está por vir. No baile, ela oscila entre Alberto e o comendador Farias. Ainda que lhe fascine o anel de muitos quilates do brasileiro, passa a idealizar o primeiro, por sua compleição e talento na récita do “Noivado no sepulcro”.<sup>123</sup> O flerte grassa à vista dos convivas e sob as barbas do pai da moça:

Proximo d'Ermelinda o Alberto tinha já grandes intimidades, que se estavam tornando a pedra d'escandalo das meninas, que não possuíam essa mesma pedra. A filha do director acolhia por detraz do seu leque as phrases incendiarias do seu par, e sorria ao sentir em volta dos ouvidos a musica monotonamente harmoniosa da borboleta vadia da paixão. No seu intimo duas sensações subjectivas confluíam a dar-lhe um goso inestimavel de felicidade — esmagar a vaidade das outras e elevar a propria, sentindo-se preferida. (VIEIRA, 1906, p. 19)

Mesmo que Jorge, o pai, não demonstre entusiasmo com o pretendente, principiam as primeiras entrevistas junto à janela e, em seguida, o namoro em casa. Mas Ermelinda não demonstra, segundo o narrador estar preparada para a vida a dois, pois não se dedica aos afazeres domésticos por dispor de criada, nem às atividades mentais, pelo importuno que é para as mulheres de sua posição se aventurarem intelectualmente. Filha única e órfã de mãe, ela almeja alguém de fina estampa para exhibir e causar inveja às amigas.

O título do romance oferece ao leitor as pistas de uma “morte anunciada”. A primeira dissonância surge ainda no namoro, porque o Alberto some, sem deixar rastro. Quando ressurge, traz a fita preta do luto e, como herdeiro de pequena fortuna deixada pela tia, eleva-se à categoria de um “bom partido”. Uma vez casado, passa a viver a expensas de Jorge, um banqueiro que, diante da prodigalidade do casal, morre assolado por dificuldades financeiras. Como o Código Civil português (art. 1185.º) distingue para o marido o papel de protetor da

<sup>123</sup> Em 1856, o poeta António Augusto Soares dos Passos (1826-1860) publica uma coletânea intitulada *Poesias*, dentre as quais se notabiliza “Noivado no sepulcro”. Ícone da periodização ultrarromântica passa a alvo de troça pelos autores que, a partir da segunda metade dos oitocentos, abraçam a Escola Nova.

pessoa e dos bens da mulher e, para a esposa, a obrigação de “prestar obediência ao marido”, os poucos bens que restam passam para as mãos perdulárias de Alberto.

Outros pontos do código sublinham a dependência da mulher em relação ao marido, dentre os quais a obrigação de acompanhá-lo (art. 1086.º) por onde ele decidir. A esposa também demanda o assentimento do cônjuge para publicar artigos ou livros (art. 1187.º), para trabalhar, comerciar, obter ou alienar bens, contrair dívidas ou até mesmo “ficar em juízo” (art. 1192.º, 1194.º, 1196.º). Não bastasse, o marido tem, pelo Código Penal, a prerrogativa de abrir a correspondência da mulher (art. 461º). Na prática, a donzela tem maior autonomia do que a mulher casada que, reconduzida à menoridade legal, perde as rédeas da própria vida.

Figura 29- Casal de namorados, final do século XIX



Fonte: <http://portoarc.blogspot.com.br/2013/07/casamentos-e-dotes.html>

Nesse ínterim, Ermelinda torna-se mãe e, ainda sob o impacto da perda do pai, sobrevém a saída da aia de criação, despedida sem maiores pretextos por Alberto. Sem outros

vínculos familiares, enfrenta percalços conjugais cada vez mais espinhosos e os seus sentimentos em relação ao marido ganham matizes lúgubres:

(...) principiava a detestar [o Alberto], a reconhecer como um tyranno insuportável, a desmascarar d'aquella falsa duradoura, que até ahí encobrira todos os egoísmos e todas as infâmias; o character d'elle ia se desenhando com uma nitidez de contornos assustadora e a cada revelação d'aquella alma tão vil o seu espírito recolhia-se como dentro d'uma armadura crystallina, onde apenas se queria ver isolada com o sentimento da maternidade, o único já agora que lhe restava. (VIEIRA, 1906, s.p.)

Alberto dilapida as joias da mulher, as propriedades da família e leva uma vida dupla com a Anita, que, em tempos idos, engravidara dele. O bebê sobrevive por pouco tempo e a moça passa a ser sustentada pelo Comendador Farias, enquanto prossegue no envolvimento com o antigo amante. Quanto à Ermelinda, torna-se a sombra do que já foi: esquelética, fragilizada pelo sofrimento, com manchas roxas pelo corpo, resultado das agressões constantes e, cúmulo da abjeção, é obrigada pelo marido a servir a amante, em sua própria casa. Tantas humilhações abrem uma janela para além da tirania conjugal, porque como Irene Vaquinhas destaca: “O direito só lhe reconhecia a possibilidade de separação de pessoas e bens em caso de sevícias, de injúrias graves ou de adultério do marido ‘com escândalo público’, completo desamparo ou com ‘concubina teúda e manteúda no domicílio conjugal’.” (VAQUINHAS, 2011, p. 125) Diante desse quadro aberrante, o divórcio surge como uma saída inevitável. D. Clementina, amiga da família, e o brasileiro se incumbem de denunciar junto às autoridades a relação abusiva, a que a mulher está submetida:

— Trata-se de obter o divorcio de Ermelinda.

— Mas isso é negocio tão grave — atalhou o commendador. [...]

— Ouça e verá! Outro dia, elle anda para ahí a trote com uma mulher á tôa, uma Annita, a quem chamam a Gatinha parda! [...] Pois outro dia teve o descarro de entrar com ella em casa, de lhe dar de jantar, de faser com que Ermelinda servisse a tal grande senhora. [...]

A revelação de que a Annita o trahia escandalosamente, — ella, a quem elle tinha levantado da miseria, a quem dera sêdas e brilhantes, a quem montara uma casa com todas as commodidades do luxo, — para outro gozar, afinal— ah, era de mais! — protestava — e vingar-se-ia, vingar-se-ia estrondosamente, despedil-a-ia como quem despede uma escrava, sentindo apenas que não podesse cortar-lhe as carnes com um bom chicote, como no Brazil se fazia aos negros! e a elle então tirar-lhe-ia a mulher [ao Alberto] como uma boa desforra, desmascarar-lhe-ia aquella refalsada hypocrisia, daria uma publicidade grande á sua infamia, exhaltando a martyr, e depois quem sabia — talvez que no coração d'ella [Ermelinda] brotasse um perfume de gratidão e amor!... apesar de que a lei condemnava-a brutalmente a um celibatario perpetuo, uma lei estúpida, que a collocava n'uma posição violenta e falsa, fechando-lhe a felicidade como um pomo vedado, — mas veriamos, veriamos.

— Foi d'ali ter com um advogado. (VIEIRA, 1906, p. 207-208)

O autor dispõe didaticamente, segundo a legislação em vigor, do passo a passo para que não só Ermelinda, como qualquer mulher nessa situação “requeresse, allegasse as violencias, os maus tratos, as infamias do marido, paragrapho 4.º do art. 1204 do código, elle dava-lhe já a norma, e não arrefecessem conhecia bem aquelle patife, [...]” (VIEIRA, 1906, p. 209) Ela passa pelo vexame de ser retirada de casa e acolhida por outra família, a título de “depósito legal”, o que, segundo Irene Vaquinhas, “é esclarecedor quanto ao lugar da mulher na relação conjugal, tendo sido [o referido depósito] revogado pelo regime republicano.”<sup>124</sup> Consegue também um reequilíbrio financeiro precário, ao oferecer seus serviços de costureira às amigas de outrora. Ao final, inverte-se a situação dos atores: Alberto degrada-se e passa a cocheiro; a amante é abandonada e torna-se prostituta; e Ermelinda é “ajudada” pelo mesmo comendador Farias, o que nos leva a dimensionar o difícil percurso de emancipação da mulher descasada.

Também José Valentim Fialho de Almeida aborda este tema, em “Divorciada” (*O país das uvas*, 1884), com um viés bem diverso. O conto apresenta-nos a Berta, divorciada desde o princípio da narrativa, instando-lhe um juízo de valor. Ela é: “pequenina, redondinha, com vivacidades de andaluza e olhos garços de judia, toda a gente vai chamar-lhe leviana, vendo-a só por essas ruas a saltitar de asfalto em asfalto, com ligeirezas de corça, ou parando sistematicamente às vitrinas das lojas e confeitarias.” (ALMEIDA, 1973, p. 106). Sem marido, a flunar pela rua, ela dá a entender que não aceita que a dominem e apresenta a identidade e a autoestima preservadas. Agregando homens em torno de si, alguns imberbes, Berta demonstra ter se adequado à nova condição. Mas não se liberta do crivo negativo da sociedade e do julgamento do narrador: “Por que razão me acomete este sinistro propósito, de que uma mulher bela é sempre o invólucro de algum pecado mortal? Se me dizem: é formosa – eu acrescento logo: culpada!” (ALMEIDA, 1973, p. 107)

Como Ermelinda da narrativa anterior, Berta provém dos estratos mais abastados e passa pelas mesmas liturgias de corte, namoro, noivado e casamento. Jorge, o pretendente desta última, mantém uma boa situação econômica e proeminência política, que há de catapultá-lo à posição de ministro. Mas algo nele não cheira bem à noiva. “Algumas borbulhagens” ao nariz e na raiz dos cabelos conferem uma nota grotesca ao idílio. Na noite de núpcias, vemos Berta evadir-se “(...) quase nua num roupão de rendas, bela de endoidecer o papa, e furiosa por atirar-se ao primeiro homem que viesse, tal o nojo que sentia agora

---

<sup>124</sup> VAQUINHAS, 2011, p. 126.

daquele inerme esposo (...). ” (ALMEIDA, 1973, p.109) O que nos leva a conjecturar: quais crimes levariam a visagem romântica a se desvanecer tão abruptamente, levando-a a abandonar a invejável condição de senhora? Berta confirma que Jorge dispõe de atributos os mais apetecíveis pelas moças casadoiras. Mas, quando instada pelo narrador conduzido ao posto de amante, desfaz o mistério:

– Afinal sejamos francos: era um bonito rapaz!

– Sim, não digo...

– Inteligente.

– Quase.

– Apto para marido duma mulher nova e cativante. – E ela de encolher os ombros, interdita. – Ora, vamos. Era doente?

– Pior. – exclama ela com palavras rápidas, erguendo-se para sair, num turbilhão de cólera. – Pior! – e à porta, voltando a cabeça, num desprezo feroz:

– Não se lavava, aí está. (ALMEIDA, 1973, p. 110)

O final desconcertante introduz o humor de maneira crua e faz ver que o pensamento higienista cumpre uma curva ascendente junto à classe dominante. Ao contrário das mulheres conduzidas passivamente para o cadafalso doméstico, Berta divisa nesse futuro promissor uma falsa promessa e não tem dúvidas em abrir mão do previsível, contrapondo-se às convenções sociais. Esse poder de tomar às mãos as rédeas do próprio destino confere-lhe um protagonismo invulgar e faz com que vejamos nas mulheres seres desejanter, capazes de mover montanhas com o seu querer, ainda que à custa da própria reputação.

A mudança de estado civil tão duramente criticada por setores da sociedade e habilmente retratada por José Augusto Vieira e Fialho de Almeida ganha forma legal trinta anos adiante. Poucos meses após a proclamação da República, em 1910, Portugal normatiza o divórcio. Nos anos 40 do século XX, no entanto, o Estado Novo vem a caçar esse direito aos que recebem as bênçãos da igreja e só a normalidade democrática, a partir de 1975, há de restituir a homens e mulheres o direito de viver com quem bem entendam e da maneira que julguem melhor. Ermelinda e Berta são dessas mulheres, a anunciarem que as relações firmadas “para sempre e a qualquer custo”, entre marchas e contramarchas, ficariam, de pouco em pouco, para trás.

Mais do que a inquietação com os debates em torno do divórcio – o qual abranje um percentual mínimo da população, porque são poucas as mulheres que têm a coragem de levar o processo até as últimas consequências – o verdadeiro terror da sociedade portuguesa, a ponto de o ilícito constar exaustivamente penalizado nos códigos civil e penal, é o adultério, vindo a ombrear em termos de gravidade com o estupro de vulnerável e a corrupção da donzela, tal e qual observamos no conto fialhiano “Roberto”. A narrativa principia em um cenário bem ao gosto burguês, onde vislumbramos o “doce lar” que todo cidadão comum tem em mente:

Com radiosas miragens, o pobre reconstruía o seu larzinho tépido e farto: Emília deliciosa num roupão de pelúcia azul com rendas brancas: o glu-glu da cafeteira fervendo na cozinha: toda a residência coberta de estofos de cores atenuadas, com bocadinhos de arte aqui e além, sobre as consoles e ternuras tenras, subindo em espirais exóticas e lânguidas, dos pequenos vasos de faiança francesa; a gata dormindo sobre um cochim do canapé – e por baixo das janelas, fundos do jardim adormecidos em esponjosos vapores, na penumbra daquela noite chuvosa de novembro. (ALMEIDA, 1992, p. 155)

A figuração do lar sugere uma salvaguarda ao frio, à chuva e à solidão a fixar-se no imaginário, não fossem algumas notas dissonantes a desfazerem as “miragens”, fruto da visão míope de Roberto. No retorno do trabalho, ele goza de antemão as comodidades do ninho, que como diz Franco Moretti, consta dentre as palavras de proa do universo burguês:

Dentro desse novo horizonte, um aspecto do significado original do termo [conforto] volta à tona. A palavra denotava “alívio”, “auxílio”, “amparo” na “carência, dor, enfermidade”. Séculos depois, a necessidade de alívio voltou; dessa vez, porém, não alívio da enfermidade, mas do trabalho. É impressionante o quanto dos confortos modernos atende à necessidade que mais diretamente advém do trabalho: *descanso*. [...] É essa proximidade com o trabalho que torna o conforto “permissível” para a ética protestante: bem-estar, sim, mas um bem-estar que não nos seduz para longe da nossa vocação, pois se mantém por demais sóbrio e modesto para fazê-lo. Demasiadamente modesto, retrucam alguns historiadores recentes do capitalismo; demasiadamente sóbrio para desempenhar um papel significativo nas precipitosas mudanças da história moderna. O conforto sugere aqueles desejos “que pudessem ser saciados”, escreve Jan de Vries, e que portanto têm limitações inerentes [...] (MORETTI, 2014, p. 55-56)

Entre compadecido e sarcástico, o narrador desfere as suas farpas: o tal “larzinho” transporta-nos para um espaço entre comezinho e restrito, onde encontramos a esposa, cujo viés ambíguo transita entre a imagem da santa e a mulher de má nota. No mesmo trecho, o narrador refere-se a uma “reconstrução” consoante com a miopia do marido, o que suscita no leitor a impressão de transitar em um cenário de novela. O protagonista é um homem de meia idade e “Emília, sua mulherzinha adorada – quinze anos mais nova infelizmente! ”

(ALMEIDA, 1992, p. 149) dedica-se, com “jeitosinhos de macaca”, a fazê-lo rir. Era, “uma doidivanas!”, segundo o feliz marido. Mas, ao mesmo tempo, “um coraçãozinho de pomba, e incapaz de... Safa! – resumia ele, passando a mão pela careca de respeito.” (ALMEIDA, 1992, p.150), o que nos remete à figura bem popular do sujeito que, quando traído, distingue-se às avessas.

No caminho entre o trabalho e a casa, Roberto encontra um grande amigo seu, o Simões, que era visto como “(...) um canalha da espécie mais pitoresca: um pregador moralista, sem linha nítida de conduta; um pai de família sem colaboração comprovada na progênie; um militar sem disciplina, um cidadão sem carácter e um caloteiro sem crédito.” (ALMEIDA, 1992, p. 151). Mesmo que não disponha de elementos que aquinhoem a sua reputação, Simões toma para si o direito de se escandalizar ante o comportamento da consorte. Desesperado confia a Roberto que a Elvira, esposa e mãe de seus quatro filhos, está a enganá-lo, como acusam as cartas anônimas, nas quais custa a acreditar:

(...) porque enfim, meu velho, eu ao contemplar o rostinho de Elvira, redondinho como o duma santa, ao fitar em cheio as pupilas cor de tabaco de Espanha da minha rica mulherzinha, via-a tão vaporosa e tão pura, rescendendo uma inocência por tal forma translúcida que dizia á noite comigo: Se esta rapariga tem vícios, em que corações se anicha então a pureza das castas esposas? ” (ALMEIDA, 1992, p. 153)

Após convencer-se da traição, no entanto, Simões ironicamente pensa em defender a própria honra e compra veneno para matar a mulher. Nesse ínterim, esbarra em Roberto pela rua, que, diante do relato desconcertado e tragédia iminente, trata de dissuadir o amigo:

Tu, capitão Simões de Infantaria 7, à cova da moira, apontado assassino por toda a gente?!... Não, não pode ser, atende-me, escuta, desgraçado. É a costa da África, com algemas aos pés, um calor de rachar, e abcessos de fígado. Deita pra cá o clorofórmio, Simões, deita pra cá o clorofórmio! ” (ALMEIDA, 1992, p. 154)

Uma vez demovido da ideia funesta, o marido traído opta por renegar a esposa: “Sou um miserável! Vá dizer a essa mulher que não sustento perdidas.” (ALMEIDA, 1992, p. 154). Segundo o Código Civil, o primeiro motivo para consumir a separação do casal é o adultério da mulher, o que implica por ela a perda de nome, posição e até mesmo o acesso aos filhos. Sem outra fonte de renda que não o soldo do marido, as saídas possíveis para a Elvira tornam-se restritas, o que, em mais de um episódio, arrasta as mulheres “perdidas” para a prostituição. A traição masculina só se configura em ilícito (segundo o art. 404.º do Código Penal) quando pública e notória. Ao marido adúltero pode até ser aplicada uma pena de três meses a três anos de prisão. Mas as mulheres que acionam a lei ficam presas ao estigma por

mais tempo, o que diminui em muito a aplicação da medida corretiva, em caso de injúrias ou sevícias graves.

Intimamente Roberto rejubila-se. “Não tinha a recear o adultério, ele! [...] Ai que beijo! Que grande beijo ela ia levar! (ALMEIDA, 1992, p. 155). Observe-se que o casal Simões, também de classe média, guarda algumas similaridades com Roberto e esposa, se bem que o capitão estivesse “sempre no Afra, à caça de rapariguitas”. (ALMEIDA, 1992, p.150) e Roberto fosse devotado à família. Elvira, mulher do primeiro, delineia-se como o duplo de Emília, esposa do segundo. Esse jogo de simetria sugere ao leitor a morte anunciada, que por ora se avizinha.

Roberto chega à casa e a encontra às escuras. O coronel, vizinho de porta, comenta que as mulheres saíram e lhe oferece insistentemente uma xícara de chá, apesar da parca intimidade entre ambos. Há tempos a Emília troçava dos vizinhos e do filho do casal, o Rui, que, por sinal “era alto, com a soberba cinta dos ginastas, flexível, cintura fina, vigorosa, fechando um busto de *jongleur*, cujas musculaturas correctas tinham a suprema solidez. ” (ALMEIDA, 1992, p. 156-157) Entre a tosse convulsa do coronel e a sua mulher e um barulho surdo no interior da casa, lampeja em Roberto a história de Simões “ganhando corpo, tragédia, intensidade. Via o adultério, a surpresa, o camarada a fugir, ela perdida. ”<sup>125</sup> É o que arrombada a porta, ele constata no quarto do casal: corpos enlaçados e beijos enervantes. E traz às mãos o clorofórmio. Fava contada desde o início do conto, Simões tem agora o seu duplo. Preso pelo assassinato de Emília, a questão passa a ser dirimida pelo Código Penal. Roberto não revela como conseguiu o veneno, o que sugere premeditação. Quanto ao flagrante de adultério, não há, porque o ginasta se escafede sem ser notado e a criada tudo nega.

Para a vítima não resta palavra, ao contrário de Roberto, que, sócio do clube patriarcal, merece, da parte do narrador, uma lágrima, porque há de pagar pelo crime, sem perder a aura de “homem cuja consciência estava pura, e cujo ideal de honra sobrelevava o dos mais imaculados” (ALMEIDA, 1992, p. 158). Sugere-se que a sociedade, apesar de prosseguir com a flexibilização dos costumes, perdura aferrada aos preceitos do patriarcalismo como último bastião da moralidade. O discurso patriarcal leva o narrador a criticar a lei que apenas assassinos confessos, feridos em sua virilidade. No último quartel do século, esse posicionamento apaixonado encontra muitos adeptos, movidos, dentre outras razões, por um

---

<sup>125</sup> ALMEIDA, 1992, p. 158

episódio que choca a intelectualidade portuguesa e brasileira: o crime passionai perpetrado pelo escritor e político José Cardoso Vieira de Castro (1837- 1872) contra a sua esposa Claudina Guimarães, em 1870. Sustentando a tese do crime passionai, Vieira de Castro consegue livrar-se da pena de morte, mas sucumbe ao degredo dois anos depois, em Luanda, passando a ser apodado pelos mais próximos, dentre os quais Camilo Castelo Branco, como o *mártir da loucura da honra*. Ainda hoje, seu nome batiza uma rua importante da cidade de Fafe, em Portugal.

Dentre outras idiossincrasias do direito oitocentista sobre o tema, cabe destacar um último conto: “A morte de Berta”, de Maria Amália Vaz de Carvalho, que traz um enfoque diferente sobre o adultério, desta vez pelos olhos de uma criança. O narrador elege uma leitora ideal, Naly, menina de quatro anos, a quem dedica o conto: “Venho contar-te esta história para tu a leres mais tarde [...] sentada numa cadeira, muito direita, um pouco revestida da elevada importância do teu cargo de ledora, repetirás alto à tua irmã pequenina este conto verdadeiro que em tua intenção aqui venho traçar hoje.” (CARVALHO, 2007, p. 154) E apresenta-nos a Berta<sup>126</sup>, criança vivaz como as demais a morar com os pais “numa grande casa aristocrática, discreta, forrada, de colgaduras, de tapetes, de belos quadros antigos.” (CARVALHO, 2007, p.155). Fruto da conjunção entre aristocracia e burguesia, Berta tem a família referendá-la. A mãe era “de uma delicada e frágil formosura, que despertava ao vê-la instintos de piedade e proteção [...] levemente cismadora, como quem tem cuidados que a preocupem, [...] punha na *toilette* da casa uns toques de aristocrática distinção.”<sup>127</sup> O pai sugere um contraponto à figuração materna:

(...) esse era forte, robusto e sadio, mas tinha a virtude dos valentes: a bondade. [...] Não estava muito em casa, tinha que fazer fora, andava ganhando a vida de elegâncias e confortos em que viviam, inconscientes, inocentemente egoístas, os seus dois frágeis amores – a mulher e a filha.” (CARVALHO, 2007, p. 158)

A ausência do pai, ao invés de constar como falta, tem um atenuante: ele passa um longo tempo fora de casa *a trabalho*, para sustentar mãe e filha. E o lar é um “aconchego tépido, uma alegria, uma benção de deus, repartida por três almas, e que parecia reflectir-se

<sup>126</sup> Para muitos autores do período, o nome Berta evoca a filha de Carlos e Emma Bovary, personagens da obra *Madame Bovary* (1857), de Gustave Flaubert, cuja figuração sugere uma criança progressivamente negligenciada pela mãe e, ao final da narrativa, cuidada muito precariamente pelo pai, Carlos, que vem a falecer na miséria. A menina passa a cuidado de terceiros, até crescer e compor a força de trabalho de uma fábrica local.

<sup>127</sup> CARVALHO, 2007, p. 157.

nas coisas mudas que os cercavam, servindo-lhe de elegante e rendilhada moldura. ” (CARVALHO, 2007, p.158)

Quanto a Berta “tinha um defeito. Era um bocadinho egoísta. Um egoísmo de três, já se entende, porque ela não sabia separar a sua vida da vida dos seus pais. ” (CARVALHO, 2007, p.158). Mais tarde, Sigmund Freud detectaria esse egocentrismo como próprio do desenvolvimento infantil. A menina nutre uma certa repugnância por estranhos e mostra-se especialmente hostil diante de um “primo” que passa a frequentar a casa, enquanto o pai de Berta aventura-se nas muitas viagens: “Ao aconchegar-se nas roupinhas do seu leito, sentia ainda uma estranha impressão de desconforto e de frio. Era o beijo distraído e formalista que lhe haviam imprimido na testa os lábios quentes, secos e febris de sua mãe. ” (CARVALHO, 2007, p. 160)

A figuração frágil das personagens reforça o carácter excepcional do espaço privado, onde qualquer intrujice pode botar tudo a perder. O leitor aguarda pela derrocada do castelo de cartas, que principia no aniversário da menina. Em meio às traquinagens, Berta arranca do seio da mãe “um papel cor de pérola, todo amarrotado” (CARVALHO, 2007, p. 161) e vai se aninhar sob as pernas do pai, a quem confia o troféu: “Ele e ela, a mãe e o pai, olharam-se. Tu nunca viste um olhar assim, Naly, nem eu, e Deus nos defenda de o vermos nunca. Foi mudo, foi longo, foi sinistro! Um poema de agonias silenciosas! Depois, o pai de Berta, afastando a criança com um gesto lento, desdobrou o papel e leu. ” (CARVALHO, 2007, p.162) O que se vê, então, é a abundância tornada penúria. O tal “primo” sai da narrativa como entrara – à francesa – e Berta passa a epicentro do terremoto doméstico:

O pai repelia-a de si sempre que ela lhe estendia os bracinhos, empurrava-a quando ela queria beijá-lo! [...] E a mãe?... A mãe definhava sozinha, mas naquela tristeza desolada não admitia os beijos da sua Berta de outro tempo. Um dia dissera-lhe asperamente, com um brilho seco no olhar: “Vai-te daqui! És a causa da minha desgraça toda!” Berta não percebeu o que aquelas palavras significavam, mas percebeu o ar com que foram ditas! (CARVALHO, 2007, p. 163)

O olhar e a palavra que a mãe desfere em direção à filha são dardos de ódio que a sociedade burguesa não reconhece, porque edulcora o amor materno como um sentimento natural e incondicional da matriz em relação à prole. No entanto, como desnuda Elisabeth Badinter, o amor materno é, também ele, um constructo social:

O amor materno não constitui um sentimento inerente à condição da mulher, ele não é um determinismo, mas algo que se adquire. Tal como o vemos hoje, é produto da evolução social desde princípios do século XIX [...] como todos os sentimentos

humanos, ele varia de acordo com as flutuações socioeconômicas da história. (BADINTER, 1985, s.p.)

Resta a Berta morrer, tal e qual as heroínas românticas, para remir os pecados de seus pais: “Parecia-lhe a ela que estava na vida como uma intrusa. O que viera ela cá fazer? Por que se não ia embora?” (CARVALHO, 2007, p. 163) A morte configura-se como a arte do reencontro. O pai e a mãe, até ali reduzidos a espectros, “miraram-se curiosamente como para sondarem os grandes abismos que os separavam dos dias de outrora”. (CARVALHO, 2007, p.164) Ao inserir a criança nos conflitos da família burguesa, Maria Amália, intencionalmente, dirige-se aos principais responsáveis pelo cultivo dos relacionamentos, instando-os a refrearem os próprios desejos em favor da unidade familiar.

A repressão do desejo encontra eco no Código Civil, rigoroso no que tange às mulheres e brando em relação aos homens. O texto jurídico assegura tão somente a guarda das crianças pela parte ofendida e a partilha da herança em caso de morte do genitor, o que contribui para distinguir o filho legítimo e estigmatizar o filho natural. Diante desse quadro, Maria Amália Vaz de Carvalho levanta questões referentes à salvaguarda da infância que a própria justiça ainda não reconhecera como detentora de direitos e inova ao eleger uma criança – Naly, a quem é dedicado o conto – como a sua leitora ideal. Inova também ao inserir na narrativa uma criança como protagonista em meio à dinâmica familiar e alerta para as cicatrizes que os responsáveis deixam, ainda que inadvertidamente, nos próprios filhos. Apesar do perfil reformador que não oculta, a autora visualiza por novos prismas os grupos familiares e cria, em meio à delicada tessitura doméstica, um sofisticado desenho do abandono afetivo. Percebe-se uma nova concepção de infância em curso, nos diz Michelle Perrot, quando:

(...) a criança vai assumindo rosto e voz. Sua linguagem, seus afetos, sua sexualidade, suas brincadeiras são objeto de anotações que dissipam os estereótipos, em favor dos casos concretos e desconcertantes. A infância, a partir de então, é vista como um momento privilegiado da vida. Toda autobiografia começa e se demora nela, enquanto o romance “de formação” descreve a infância e a juventude do herói. Para tudo e contra tudo, a infância se torna a idade fundadora da vida, e a criança vira uma pessoa. (PERROT, 2009, p. 148)

Figura 30- “Memória de uma boneca de trapos”.Fotografia. *Ilustração Portuguesa*, 1908.



Fonte: [http://criancas.centenariorepublica.pt/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=22](http://criancas.centenariorepublica.pt/site/index.php?option=com_content&view=article&id=22)

Está dada a largada para a “descoberta da infância”. Ela é alavancada pelas artes, seja na representação iconográfica das crianças e dos signos da infância, seja na representação literária, onde os meninos e meninas passam a verbalizar pela boca dos escritores ideias e sentimentos consoantes com o desenvolvimento infantil. Até o final dos oitocentos surge uma literatura especificamente voltada para crianças.<sup>128</sup> Saliente-se, no entanto, que o público consumidor provém da burguesia. As crianças oriundas de estratos campestres e proletários perduram por mais tempo tratadas como adultos em miniatura e ingressam a partir dos sete anos no universo do trabalho ou são introduzidas por agenciadores nos arriscados empreendimentos migratórios com a promessa de um futuro melhor para si e os seus. Essa visão cambia formalmente a partir de em 1911, quando Portugal coloca-se em posição de

<sup>128</sup> Cf. José António Gomes: “Com a gradual implantação do liberalismo, a educação sofre profundas modificações e o número de leitores infantis e juvenis aumenta. Ambos os factos se revestiram de importância no processo de desenvolvimento de uma literatura para a infância. Com efeito, segundo alguns autores, esta literatura nasce e conquista progressiva autonomia em Portugal no século XIX - um ponto de vista que encontra fundamento no crescendo de publicações destinadas à infância ao longo destes cem anos. [...] Numa época em que a literatura para crianças era considerada como “uma espécie de cruzada na qual se honravam de participar os espíritos mais graves e mais cultos” (LEMOS, 1972: 18), traduz-se e adapta-se Perrault, os Grimm, Andersen e a Condessa de Ségur e destacam-se, apesar de tudo, certos poemas (ou versões de textos estrangeiros) de João de Deus, os *Contos para a Infância* (1877) de Guerra Junqueiro, os *Contos para os Nossos Filhos* (1882) de Maria Amália Vaz de Carvalho e Gonçalves Crespo, os *Contos Nacionais para Crianças* (1882) e os *Jogos e Rimas Infantis* (1883) do folclorista e etnólogo Francisco Adolfo Coelho, bem como a antologia de poesia publicada por Antero de Quental com o título de *Tesouro Poético da Infância* (1883) e a *História de Jesus para as Criancinhas Lerem* (1883) de Gomes Leal, além de prólogos vários e artigos (de Eça de Queiroz, por exemplo) onde se discorre sobre a necessidade de leituras adequadas ao público infantil e sobre as características que tais textos deveriam possuir”. (GOMES, 1998, pp. 331-332)

vanguarda, ao homologar a *Lei de Proteção da Infância*. Esse marco legal principia a estruturação de um sistema judicial voltado para a proteção de crianças e jovens e desencadeia uma série de medidas para o cuidado da infância, como Marisa Candeias e Helder Henriques destacam:

A Lei de Proteção à Infância – LPI constituiu um contributo assinalável no contexto nacional e europeu. [...] será já no interior do Portugal democrático, enquadrado por princípios europeus, que a criança alcança um reconhecimento social e legal que outrora dificilmente a sociedade assumiria. Quer isto dizer que a evolução social e legal encontra-se na dependência do tempo e das condições sociais, económicas e políticas em que foram construídas e que a literatura não cansa de vocalizar. (CANDEIAS; HENRIQUES, 2012, s.p.)

Tudo o que vimos e ouvimos permite-nos crer que a literatura pode, e sempre, seguir para mais longe. Mesmo quando os escritores, homens e mulheres do seu tempo, e o seu público leitor sequer desconfiam das revoluções que estão a desencadear. Como diria Maria Amália, a partir da nossa leitura de mundo, estaremos aptos a decifrar: “o que significam estas linhas escuras, alinhadas simetricamente na brancura do papel [...]”. (CARVALHO, 2007, p. 154)

#### 4 ÁLBUM DE FAMÍLIA

A fotografia funciona como uma linguagem determinante para o século XIX e dissemina junto às demais linguagens – pictórica, literária, musical – uma maneira nova de lidar com a visualidade. Além de focalizar paisagens e documentar costumes próprios da época, cai como uma luva nos espaços privados por permitir, como sinaliza Alain Corbin, a preservação imagética dos entes queridos e o cultivo da memória:

Pela primeira vez, a maior parte da população tem a possibilidade de representar antepassados desaparecidos e parentes desconhecidos. A juventude dos ascendentes com quem se convive no dia-a-dia torna-se perceptível. Opera-se no mesmo processo uma mudança de referências da memória familiar. De maneira geral, a possessão simbólica de outra pessoa tende a canalizar os fluxos sentimentais, valoriza a relação visual em detrimento da relação orgânica, modifica as condições psicológicas da ausência. (CORBIN, 2009, p. 398)

Ao oportunizar uma recordação perene, a fotografia suscita também a renovação da cena privada. Mesmo que a família seja compreendida como um “indivíduo”, há que perceber a singularidade de cada um dos seus membros por se manifestar e os propósitos que podem ou não convergir para os interesses majoritários:

Entre as situações e as pessoas, de um lado, e as imagens, as legendas, o álbum, do outro – isto é, entre as coisas e os sinais –, as relações não se reduzem à representação. Os sinais trabalham as próprias coisas, ao mesmo tempo que as coisas se estendem ou se desdobram por meio dos sinais. Um álbum, suas fotos e suas legendas não representam “as” coisas e “as” pessoas de uma determinada família sem se inserir diretamente nos estados de coisas e agir sobre eles. (ROUILLÉ, 2009, p. 187)

Por trás da aparente placidez do retrato, residem os dissabores, ainda que abafados, na maior parte das vezes, entre quatro paredes, visto que as “relações entre as coisas e os sinais têm uma conotação particular com a fotografia de família, especialmente quando aí se exprimem, de maneira intempestiva, conflitos e dramas. A força de um ressentimento pode de fato conduzir à mutilação de uma imagem por supressão ou por corte, ou pela sua retirada do álbum.” (ROUILLÉ, 2009, p. 187)

Enfocando a proeminência do individualismo, os autores do final do século XIX propõem-se a falar mais abertamente sobre a sua repercussão no plano privado, rasgando rendas e pensamentos edulcorados por uma suposta harmonia que devia reger essa, como diz Irene Vaquinhas, “pátria em miniatura” e levantando os conflitos, no mais das vezes dissimulados. São eles que detectam questões nascidas do cotidiano, tais como: Ao chegarem

à suposta coroação das suas aspirações, por meio do casamento, o percurso histórico das mulheres têm de, forçosamente, se encerrar no “sim” diante do altar? Os sujeitos que compõem esse continente familiar, teoricamente impermeável diante das vicissitudes do mundo, têm de necessariamente abrir mão de seus próprios desejos em favor do bloco conformado pela austeridade e pela virtude? Até quando os grupos familiares – que na aparência funcionam como blocos impermeáveis – conseguem se manter como o sonho máximo da sociedade burguesa?

Questões, em princípio comezinhas, tornam-se cada vez mais prementes, à medida que o século expira. À ideia de que o sujeito pode, em um exercício da própria vontade, abrir mão das aspirações individuais em favor do coletivo constituindo-se a família como a base do Estado, sobrevém uma inquietação crescente frente à Revolução Industrial que só faz acentuar, com a exclusão de muitos, o privilégio de muito poucos. Torna-se perceptível a impossibilidade de figurar um modelo engessado de família, como Hegel concluiria:

De maneira natural e essencialmente mediante o princípio da personalidade, a família dissocia-se em uma pluralidade de famílias, que se comportam de maneira geral como pessoas concretas autônomas e, por isso, exteriores umas às outras. Ou é preciso que os momentos ligados na unidade da família, enquanto a ideia ética, que está ainda em seu conceito, sejam desprendidos dele para ser uma realidade autônoma; - [é] o grau da *diferença*. (HEGEL, 2010, p. 188)

Diferentemente das narrativas que mormente chegam ao “final feliz” com a celebração do casamento a fazer as vezes de lugar aspirado e “natural” para homens e mulheres, a prosa finissecular faz deste o ponto de partida para interrogações sobre os papéis e os relacionamentos firmados entre os membros dos grupos domésticos, que, nas últimas décadas dos oitocentos, dão sinais de crise. E vão além, ao figurarem também as personagens sem família, como fotos em seu negativo. Passemos aos atores, aos papéis e às interações daí decorrentes.

#### 4.1 O amor custa caro

Fialho de Almeida, em “Sempre amigos”, oferece os perfis de duas famílias de lavradores, ambas de estratos baixos, mas com distinções flagrantes no âmbito doméstico. A começar pelo Jerolmo e a Joana, que casaram tendo em vista o útil e o agradável: “(...) ambos pobres, ella filha mais nova de um maioral do conselheiro e ele ganhão da herdade de

Valparaíso, haviam gostado um do outro, bailando depois nas romarias do verão, procurando-se instintivamente nas ceifas e mondas e aos domingos á hora da missa conventual. ” (ALMEIDA, 1931, p. 113) À conjugação de interesses “em torno da vindima mais fértil”, sobrevém a natural inclinação entre os pares. Mas a Joana tem razões para não se arrepender do enlace firmado aos olhos da Igreja e da comunidade rural onde nascera, visto que:

O Jerolmo era trabalhador incansável e sadio; Joana começára por namorar-lhe o peito cabeludo e trigueiro e a forte caixa de pulmões dilatada a cada esforço de trabalho; captivara-a além d’isso depois, a sua mansa maneira de dizer as cousas, sem notas altas na voz e sem impacencias nervosas de bilioso, a sua vida toda regulada por hábitos e condescendencia tida para com os velhos. (ALMEIDA, 1931, p. 113-114)

Vê-se que a atração sexual favorece a aproximação e mantém a sinergia do casamennto. A família cresce com a chegada dos filhos: “O Ricardo de cinco annos fulvo como um novilho e o João, pequerrucho de peito”.<sup>129</sup> Mas existem outros fatores a estreitarem os laços, como a relação harmônica entre marido e mulher e a disposição para o trabalho que ambos apresentam – ele, na lavoura; ela, na lida doméstica – o que acaba por falar mais forte para o sucesso da vida em comum. A divisão do trabalho segundo o gênero, em especial no ambiente rural, é hábito corrente, cabendo ao homem a última palavra. Como Irene Vaquinhas sinaliza:

Em meio rural, a divisão do trabalho é a regra, embora, no plano normativo, a primazia permanecesse masculina. No Alto-Minho, o camponês designa com frequência, a esposa por “patroa”, expressão significativa quanto ao poder e à autoridade da mulher dentro da “casa”. Decorrente, em grande parte, do seu acesso à propriedade, como herdeiras principais ou de legítimas, através de dotes. (VAQUINHAS, 2011, p. 143)

É essa meta comum que leva Joana a sentir “no meio dos filhos e dos labores constantes da sua vida azafamada, um bem-estar de consciencia satisfeita, um como jubilo intimo.”<sup>130</sup> Ou como Greice Ane Barbieri destaca, com base no pensamento hegeliano:

(...) os sujeitos, embora sejam capazes de atos bons, de chegar a efetivarem o Bem, nem sempre o fazem de forma desinteressada, pois o móvel de uma ação, de qualquer maneira, irá satisfazer o sujeito que a realiza. Trata-se de um fim, de uma meta que irá de alguma forma, realizá-lo. Isso não desmerece o sujeito ou o seu atuar, apenas coloca a questão de que, ao atuar, existe uma meta a ser alcançada e esta, de alguma maneira, vem a complementar, realizar, satisfazer o sujeito. No caso, o mesmo ocorre com o casamento: o sujeito busca satisfazer a si, mas não só o seu impulso natural pelo sexo ou mesmo pela procriação, mas num universo ético de um sujeito formado e aculturado, ele busca bem mais do que isso: o acolhimento que

<sup>129</sup> ALMEIDA, 1931, p. 113

<sup>130</sup> ALMEIDA, 1931, p. 114

pode ser proporcionado pelo amor, a segurança que a confiança fornece e a aceitação que a comunidade pode oferecer também são objetivos dos sujeitos éticos. (BARBIERI, 2013, p. 49)

O narrador utiliza o discurso indireto para dispor sobre os sentimentos de Joana em relação ao parceiro, uma vez que prevalece o pudor a restringir a livre expressão dos afetos. Ao invés das juras de amor mútuas, Jerolmo e Joana firmam o diálogo com os olhos postos num futuro promissor:

Elle então enumerou projectos de futura prosperidade – comprar um carro com parelha de mulas na feira de Villa Viçosa, ter vinhas e oliveas, a abundancia de uma horta com aguas correntes e nóras rumorosas, num pedaço de valle profundo, com a sua barraquita sob nogueiras verdes. (ALMEIDA, 1931, p. 120)

Apesar de remediado, o casal tem uma perspectiva ascensional em razão inversa à dos vizinhos de porta. Nas conversas com Jerolmo, Joana comenta as vicissitudes da vizinha Francisca. Ela amarga a união com um bêbado, identificado como o *Estragado*. Temos então um segundo núcleo familiar restrito ao marido, à mulher e aos dois filhos. Mas a conjugalidade, que leva à abastança o primeiro casal, arrasta à penúria o segundo. Não aparece na narrativa quem se interponha entre os últimos, para coibir o abuso físico e moral que o marido inflige à mulher e aos filhos, porque, como destaca Irene Vaquinhas:

A violência conjugal, tanto dos maus tratos infligidos às mulheres, o predominante, como aos homens é difícil de avaliar, dado o diminuto número de denúncias ou de casos que chegaram aos tribunais, sabendo-se apenas que era um fenômeno transversal a toda a sociedade. No caso concreto de Lisboa, as vítimas deste tipo de agressão, analisadas no Instituto de Medicina Legal, foram muito poucas, representando, respectivamente, 1,7%, em 1912, e 1,4%, em 1926, de toda a violência cometida na cidade. O ordenamento jurídico-penal aceitava com benevolência os maus tratos sobre a mulher, encarando-os como uma extensão dos poderes correctivos do chefe de família. Bater na mulher era aceite com alguma naturalidade, sem indignação, a não ser se excessiva, sendo, ao nível popular, considerado uma prova de afecto. (VAQUINHAS, 2011, p. 144)

A leniência oficial e a omissão da comunidade estão subentendidas no ato de Jerolmo, a encolher “egoisticamente os hombros, farto da eterna lamuria e [a repetir]: – Deixa-os lá. Que se avenham”. (ALMEIDA, 1931, p. 116). Os episódios de violência só fazem crescer, haja vista o agravamento do vício do marido de Francisca, o que progressivamente o inviabiliza para o trabalho e o convívio social. A partir do século XIX, à medida que a palavra dos médicos ganha relevância, começam a surgir primeiras recomendações para moderar o consumo do álcool e os autores passam a incluir o tema em suas narrativas. Os casos de embriaguez são usuais nos finais de semana e feriados e a bebida circula sem maiores

restrições entre as diferentes faixas etárias. Irene Vaquinhas classifica como “frequente o abuso de álcool em Portugal. Era hábito beber aguardente em jejum (“matar o bicho”), em geral meio decilitro. E não só entre gente do povo.”<sup>131</sup>

O vinho consta entre os produtos de maior relevância para a economia portuguesa e o consumo diário pelos adultos versa em torno de meio litro *per capita*. Presta-se a remédio para os débeis, fortificante para a massa trabalhadora e até mesmo calmante para as crianças pequenas, muitas das quais recebem desde cedo o seu trapinho embebido em vinho com açúcar, popularmente conhecido como “rolha”. Não é de estranhar, portanto, que alguns casos se tornem crônicos:

É difícil captar a dimensão (social e geográfica) do alcoolismo crônico, em Portugal, em virtude da escassez de estudos históricos sobre o assunto, em particular no que concerne às doenças do foro alcoólico. Já a sua repressão pode ser apreendida através da documentação judicial (processos correcionais ou de divórcio, entre outros), dada a correlação estreita entre álcool e violência, estando sobretudo associado aos estratos mais desfavorecidos (pequenos proprietários, trabalhadores rurais, classes populares urbanas, pescadores). (VAQUINHAS, 2011, p. 346)

O sujeito alcoólico ora mostra-se indolente e sonolento, o que prejudica a produção e mesmo a sua inserção em atividades contínuas, ora verborrágico e agressivo, vindo a constituir em ameaça aos entes mais próximos, submetidos por vezes a vexames públicos e a suplícios, no âmbito doméstico. Como o alcoolismo não é considerado uma doença, mas uma deformação de caráter, os desvios são severamente observados. Podemos, no entanto, depreender que são os pobres os mais suscetíveis às garras da lei, de modo que qualquer atentado à ordem pública possibilita ao desordeiro, em especial o de baixos estratos, uma estadia na cadeia pública – a do Limoeiro, dentre as mais referendadas – ou no asilo para alienados, – à época, o de Rilhafoles<sup>132</sup>, o único do gênero em Portugal. Quando o *Estragado*, roído de humores contra o bem-sucedido casal, retorna ao casebre, percebe:

No quintal, a Francisca [que] roía o seu pão secco e negro, de semanas. A amassadura por pagar uns fiados na loja do Vieira, trapos por toda a banda... ao chegar a casa, o Estragado atirara-lhe um sôco ao vazio, pedindo o jantar para que não tinha dado féria. E cobria-a de injúrias obscenas diante dos filhos, exprobando-lhe a fealdade e a fraqueza. Puxára-lhe até pelos cabelos gritando com voz avinhada de cobarde:

– *Grandessissima* porca! *gradessissima* bebida!

Dera-lhe bofetadas com a áspera mão ignóbil de assassino, clamando que estava farto, que seria até capaz de a matar a punhaladas. A pobrezinha abatida e com o gesto errante, nem podia chorar. Aquella vida de vilezas e insultos roubára-lhe até o

<sup>131</sup> VAQUINHAS, 2011, p. 68.

<sup>132</sup> O antigo convento de Rilhafoles foi transformado em asilo, em 1848, em Lisboa. Foi o único do gênero em Portugal, até 1883.

refugio das lágrimas, embotando-lhe pouco a pouco a razão. Abria os olhos sobre o bêbedo num pasmo tremulo, dizendo baixinho:

– Não me batas mais, pelo amor de Deus, não me batas mais!

Resumia-se para ella tudo na sova e na escravidão muda do martyrio. Não tinha já mãe nem pai, haviam-lhe morrido os parentes. – Sua irmã fora assassinada pelo marido numa azinhaga sinistra e de noite para os lados do Moinho Branco. Era a última representante d’uma raça de vergastados incapazes de resistência e não sabendo na vida outro fim mais que a obediência ao algoz e a procriação animal das marrãs de montado. (ALMEIDA, 1931, p. 120-121)

Francisca tem um histórico familiar que a conforma à violência doméstica: sua irmã fora assassinada pelo marido e não há referência à punição do ofensor. Além disso, a família de onde se originara vivera o seu percurso de humilhações e aprendera a se submeter, sem maiores questionamentos. Por fim, não restam outros vínculos familiares a Francisca que não o marido e os filhos, ambos ainda na primeira infância. O histórico pessoal de Joaquim António – como lhe chama a mulher –, “com a predisposição fatal para a vadiagem e para o vício”<sup>133</sup>, denuncia desde cedo uma vida de misérias a quem o acompanhasse. Desmoralizado no espaço público, ele age como um dominador no âmbito privado e a espiral da violência não se restringe às quatro paredes, porque o agressor cola o ouvido à porta dos vizinhos, surpreendendo o Jerolmo a conversar com a mulher:

— Sabe o que me convinha? [...] Ir p’ra feitor d’uma casa. Não anda uma pessoa a estragar-se pr’áhi a cavar desde manhã á noite, e sempre ganha algum vintém melhor.

— Mas está visto que era o que te convinha! Um homem de trabalho como és...

— Diz que o Conselheiro precisa. Fui-me a falar com ele, mas há pretendentes. Mal sabes quem, mulher?

— Algum alma ruim... disse a Joanna.

— Aqui o nosso vizinho *Estragado*, nem mais, nem menos. Oh senhores, que eu ri de maior quando o Galante me contou!

— Aquillo que nem lhe chega o tempo para as tropelias que arma á pobrezinha da mulher... Excommungado que o Senhor me perdôe! Mas é só esse que pedincha?

— Só! Fiquei de ir ter esta noite com o conselheiro. Talvez se arranje a cousa.

— Era grande fortuna, homem. Casa farta, boa paga, ele uma bela pessoa. Mas o *Estragado*!... Ora não vi! (ALMEIDA, 1931, p. 117)

Jerolmo tem por certo que as suas referências e a péssima reputação do *Estragado* credenciam-no para a conquista da vaga. O pouco caso que faz do outro candidato despoleta neste último uma ferocidade que não mais se restringe ao malfadado lar. Na visão míope do indivíduo humilhado pela vida, só a vingança há de dirimir o desprezo que o vizinho lhe vota. Após a saída de Jerolmo, Joana ouve a voz tibia de Francisca, a alertá-la:

— [...] Vizinha perdôe-me pelo amor de Deus, mas eu queria dizer-lhe... é que... Olhe estou a tremer que nem varas verdes, nem me tenho nas pernas, veja lá. Mas é que ele sahiu com más intenções, que se havia de pagar, que ia dar cabo d’elle... Perdôe-me, filha, perdôe-me por allma de seu pai, mas ele é mau e capaz de fazer

<sup>133</sup> ALMEIDA, 1931, p. 116.

alguma, em estando bebedo. Não deixe sahir seu marido esta noite, não o deixe sahir.

— Mas se ele foi agora mesmo! Disse a Joanna, de subito abalada. (ALMEIDA, 1931, p. 122-123)

A consciência repentina de que Jerolmo sofre um grande perigo faz emergir em Joana uma profusão de sentimentos pelo “seu homem”. Ela corre a alcançá-lo, mas depara-se com um vulto:

[...] Bebedo por força; fallava só, com palavras entrecortadas e torvas.

— Outro que fosse, regougava, outro que fosse... quero lá saber! Tudo se paga. Arre!

Mais além já, parou um instante cantarolando:

Nesta rua cheira a sangue,  
Alguem nella se sangrou:  
Dizem que foi meu amor,  
D’uma sova que levou.

Essa voz rouca e difícil como coada por uma garganta sem cordas, fez tremer Joanna. Era o *Estragado*. (ALMEIDA, 1931, p. 126)

Segundo a percepção distorcida do *Estragado*, o desagravo a sua honra exige um julgamento sumário, em que o ofendido constituído em juiz arbitra a morte do ofensor. Ele passa de juiz a verdugo, disposto a promover a imediata aplicação da pena. Enquanto isso, Joana vaga pelo descampado à procura do marido e o que encontra a esmo causa o descontrolo:

(...) uma navalha cheia de sangue. Perdeu completamente a cabeça; o seu coração dilatou-se effervescente de agonias e ourada de lugubres evocações a sua imaginação bolsou pressentimentos funestos. Poz-se a correr sem destino pelas ruas da villa, clamando em altos gritos contra o Estragado, contra Deus, contra a sua desgraça! Na calada do povo adormecido a sua voz ressoava com uma sonoridade alta e rápida a que o desvairamento imprimia uma nota febril e sincera, que commovia. (ALMEIDA, 1931, p. 126-127)

A mulher se desespera porque a estruturada vida em família está a ruir. Vê os projetos finarem com a cada vez mais provável morte de Jerolmo; um temor que confirma em seguida:

(...) pela porta da Joanna quatro moços de campo entraram carregando uma escada, onde vinha estendido o corpo do Jerolmo. [...] Joanna só, estendida nos ladrilhos e resistindo a todos os empuxões para a afastar d’alli, Joanna só não tinha medo. Passára os braços ao pescoço do homem, enchendo-lhe de beijos a cara e a boca aberta de que um sangue viscoso corria. Uma enorme paixão rebentava d’ella sobre

aquelle corpo que arrefecia pouco a pouco, retesando-se, com um sinistro desenho, anguloso e livido. (ALMEIDA, 1931, p. 128-129)

Joanna reage à dor da perda de um amor e de um projeto de vida e, nesse sentido, converge com a premissa de que o consentimento mútuo é condição *sine qua non* para que a conjugalidade se efetive. Nesse ínterim, o *Estragado* é preso pela polícia, mas carrega consigo um apêndice:

A Francisca que se interpusera de cabelos soltos, arrastava-se abraçada aos joelhos do marido pedindo clemencia com a voz arrastada e baixa, em que havia um fundo de miseria e de dôr. Os pulsos saíam-lhe das mangas da roupinha tísicos e inabaláveis; por mais que fizessem não lhe arrancavam as mãos das calças do *Estragado*. Os maus tratos, as bestialidades e as fomes com que aquelle homem a trucidára desde o primeiro dia de casados, haviam enraizado no seu coração uma cega obediencia, uma necessidade fatal d'aquelle império torpe; mesmo assim gostava d'elle, pai do seu filho, o que partilhava o seu catre e lhe déra esse primeiro beijo, que é como a annunciação da maternidade á mulher virgem. (ALMEIDA, 1931, p. 129-130)

Depois de anos de maus tratos, condicionada que está a mulher pelo agressor à obediência estrita, firma-se entre ambos uma interação simbiótica calcada na relação abusiva. Morto o primeiro e preso o segundo, passam as duas mulheres a protagonizar a sua sina. A Joana, viúva, é ainda moça, o que possibilita conjecturas várias, ainda no velório do Jerolmo:

(...) Do outro lado discutia-se a Joanna, ainda frescalhona; apesar dos dois filhos, aquillo vinha a casar ainda.  
 – Não seria eu que casasse com ella. Entrando só com o corpo e ter de aturar dois diabos! Olha a fortuna!  
 – Cá p'ra mim, dizia um barbudo, mulher que casa duas vezes é capaz de pregál-os ao marido.  
 – É a *minha* systema! Mulher só p'ra um homem! O mais, cabras!  
 – Homem, que hão-de ellas fazer? Perguntava um benévolo.  
 – Mas a Joanna fica mal, coitadita. Elles não tinham fazenda. Teem o burro, as casitas, uma geira de terras além ás Taypas.  
 – Demais, o irmão do Jerolmo quer partilhas.  
 – Qual! Tornou um viúvo, entendido. – Há filhos. Só se levar a cinza da lareira, que é boa p'ra barrelas.  
 – Como ha-de a pobrezita governar os pequenos?  
 – Ora! Como? Como as mais, no campo. E a Rita Santinha e a Thereza do mudo não vivem? Á monda, á empa, á vindima, á ceifa. Pois onde? Avezada a tudo como está, póde bem fazêl-o.  
 – E nada má, fazia surdamente um amarelento, com certo riso. (ALMEIDA, 1931, p. 138-139)

Ainda que as mulheres recuperem, a partir da viuvez, a sua independência, tal e qual as solteiras a partir de 25 anos, para Joana a vida mostra a sua face penosa. Ela percebe que, com Jerolmo e os filhos, compunha o que, para o senso comum da época, é a definição pronta

e acabada de *família*, a dialogar com o pensamento hegeliano. Segundo o filósofo, a família “tem por sua determinação a sua unidade *sentindo-se o amor*, de modo que a *disposição de espírito* é ter a autoconsciência de sua individualidade nessa unidade enquanto essencialidade sendo em si e para si, a fim de ser nela não uma pessoa para si, porém como *membro*. ”<sup>134</sup> A morte de Jerolmo, no entanto, põe fim à delicada estrutura, mas a viúva há de fazer as vezes de chefe de família, até porque a mera possibilidade de um segundo casamento é malvista entre os locais. Quanto a Francisca, que não enviúva e ainda ganha a pecha de mulher de um assassino, a situação se complica sobremaneira, porque ela não tem ingerência sobre a manutenção econômica da família, bastante precária ainda quando o Joaquim António era um homem livre. O casal passa a assunto prioritário das mulheres da vila:

(...) A um canto discutia-se o *Estragado*, com pormenores recentes. Segundo muito boas opiniões, enforcado devia elle estar havia muito tempo – peste ruim! Algumas tinham palavras de dó para a Francisca – que tinha o corpo como um fungão, da pancadaria. ” (ALMEIDA, 1931, p. 128)

Os atentados morais e físicos a que o *Estragado* submete a mulher e as crianças são aceitos pela sociedade como prerrogativas do chefe da família. Ele poderia incorrer no sinistro, até que a mulher se dignasse a denunciá-lo, – o que se mostra pouco provável, diante do avançado grau de dependência de Francisca – ou quando a sociedade passasse a se posicionar em relação a tais abusos, o que demandaria tempo até tornar-se objeto da esfera jurídica. Isso por que:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2014, p. 18)

Como o marido de Francisca extrapola o espaço privado e mata outro homem, acaba em maus lençóis. Segundo o Código Penal<sup>135</sup>, ele pode, inclusive, ser sentenciado à morte. Mas diferentemente do que deseja a vontade popular, mais afeita à Lei de Talião, o seu

<sup>134</sup> HEGEL, 2010, p. 174.

<sup>135</sup> Conforme o Título II, Capítulo I, Artigos 28º, 29º e 32º do primeiro Código Penal português, homologado em 1852. Vide: Ministério da Justiça, 2002, pp. 33 e 34. A última execução capital ocorreu em Lagos, em 1846. O Ato Adicional de 1852 abole a pena de morte para delitos políticos. Em 1867, consagra-se na Reforma Penal e das Prisões a abolição da pena de morte para todos os crimes.

destino passa para a mão do Estado: “(...) fôra levado entre cabos de policia para a cadeia de Evora, com as mãos atadas nas costas e o fato roto.”<sup>136</sup>, o que não ameniza as privações porque hão de passar Francisca e os seus. O Código Civil pode até livrá-los das sevícias, mas não prevê qualquer salvaguarda pecuniária para a mulher e os filhos dos presos. O que Hegel batiza nos primórdios dos oitocentos como o *direito de miséria* dispõe que “a miséria revela a finitude e nela a contingência tanto do direito como do bem-estar, — [quer dizer, ] a do ser-aí abstrato da liberdade, que não é a existência de uma pessoa particular, e da esfera da vontade particular, desprovida da universalidade do direito.” (HEGEL, 2010, p. 142)

Ainda que sejam perceptíveis os avanços na seara jurídica – estando Portugal, na revisão penal de 1867, dentre as primeiras nações a abolir a pena de morte<sup>137</sup> –, há um longo caminho no que concerne à expressão dos grupos minoritários, em especial as determinações protetivas para mulheres e crianças, visto a legislação de então endossar a prevalência do sistema patriarcal. A mobilização em torno das famílias dos encarcerados só ganha vulto em novecentos, após o golpe militar, em 1926<sup>138</sup>, em função dos presos políticos. Como sinaliza Bourdieu:

(...) a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe. (BOURDIEU, 2014 p. 50)

Esta ordem sutil e perene também conforma outro par de personagens, desta vez no conto “No moinho”, de Eça de Queirós. Diferentemente da inclinação mútua que aproximara Joana e Jerolmo, o casamento de Maria da Piedade e João Coutinho, desde os primeiros parágrafos, sugere uma conjugação de interesses. Antes do enlace, Maria da Piedade, filha única, vivencia junto aos genitores um relacionamento que resvala na humilhação, porque:

---

<sup>136</sup> ALMEIDA, 1931, p. 146.

<sup>137</sup> Conforme nota no Diário de Notícias, em 4/06/2011:

“Portugal foi o primeiro país europeu a abolir a pena de morte. Primeiro para os crimes civis, em 1867, no reinado de D. Luís, e depois, em 1911 [...] para todos os crimes, incluindo os militares. Esta decisão mereceu a homenagem do já célebre poeta e escrito Victor Hugo. Numa carta, publicada na edição do DN, a 10 de julho de 1867, o autor de *Les Misérables* escreveu: "Felicito o vosso parlamento, os vossos pensadores, escritores e filósofos [...]. Portugal dá o exemplo à Europa. [...] Viva a vida! Ódio ao ódio!" Acessível em <http://www.dn.pt/gente/interior/vitor-hugo-elogio-a-portugal-1869786.html>

<sup>138</sup> Uma das mais notórias militantes foi a ex-primeira dama Maria Joana Morais Perdigão Queiroga de Almeida, esposa de António José de Almeida, presidente de Portugal entre 1919 e 1923. Maria Joana presidiu a comissão de honra em favor da mobilização nacional de apoio às famílias dos presos, deportados e exilados, em 1928.

Mesmo em solteira em casa dos pais a sua existência fora triste. A mãe era uma criatura desagradável e azeda; o pai que se empenhara pelas tavernas e pelas batotas, já velho, sempre bêbedo, os dias que aparecia em casa passava-os à lareira, num silêncio sombrio cachimbando e escarrando para as cinzas. Todas as semanas desancava a mulher. (QUEIRÓS, [19--], p. 711)

Da infância até a idade considerada propícia para casar, Maria da Piedade aprende a se esconder da ira materna, a não externar os seus pensamentos e a manter o recato próprio de uma filha da classe pequeno-burguesa. Sai da casa paterna aos vinte anos, diretamente para a casa do marido, um homem bem mais velho e enfermiço.

O pedido de casamento de João Coutinho, mesmo que não implique em correspondência amorosa, gera em Piedade certo reconhecimento por ele, tal e qual o naufrago que se agarra a uma tábua para fugir à morte. Acresce à saída estratégica do lúgubre ninho de origem, vir a casar-se com um homem rico, o que lhe ajuda a livrar o casebre dos pais da penhora. Mais do que os pertences pessoais, que o narrador não chega a enumerar, o que Maria da Piedade traz na mala é uma percepção de mundo descorada. Mundo este no qual ela cumpre os votos de silêncio que são, desde criança, o seu *modus operandi* em um ambiente opressivo.

A motivação primeira de Maria da Piedade é tornar-se uma *senhora do lar*. Como é uma moça de uma “beleza delicada e tocante; [...] uma loura de perfil fino, a pele erbúnea, e os olhos escuros de um tom de violeta, a que as pestanas longas escureciam mais o brilho sombrio e doce”<sup>139</sup>, chega a causar orgulho entre moradores, por sua postura séria e distinta. Quanto ao João Coutinho, castigado pela doença desde a mocidade, obtém com a efetivação do consórcio uma mulher bonita, mais nova e solidária. A abnegação de Maria da Piedade referenda o papel de cuidadora, o que se intensifica com a progressiva incapacidade do marido e o nascimento dos filhos, todos os três adoentados como o pai. Apesar de viger a convicção, segundo os preceitos cientificistas, de que as crianças herdavam tais males do entevado, há que atentar para o fato de elas nascerem em um ambiente fechado em si mesmo e se desenvolverem apartadas do mundo externo:

Os filhos, duas rapariguitas e um rapaz, eram também doentes, crescendo pouco e com dificuldade, cheios de tumores nas orelhas, chorões e tristonhos. [...] as mesmas flores com que ela, no seu arranjo e no seu gosto de frescura, ornava as mesas, depressa murchavam naquele ar abafado de febre, nunca renovado por causa das correntes de ar; e era uma tristeza ver sempre algum dos pequenos ou de emplastro sobre as orelhas ou a um canto do canapé, embrulhado em cobertores com uma amarelidão de hospital (QUEIRÓS, [19--], p. 710)

---

<sup>139</sup> QUEIRÓS, s.d., p. 710.

Diante desse estado das coisas, Maria da Piedade porta-se como a enfermeira dos filhos e do marido, é vista como a administradora dos bens familiares pelo último, e varia a figuração entre fada e santa, junto à comunidade. Sintomaticamente seu nome de batismo é “Maria”, que significa “soberana”, “vidente” ou “a pura”, mãe de Deus e dos homens. Quanto ao segundo nome, “Piedade”, permite-nos visualizar a *Pietà*, cena em que Maria, a mãe, acolhe em seus braços o filho morto. Apesar da evocação católica que o seu nome encerra e da dedicação absoluta à família, ela não sofre da beatice que a vizinhança tenta lhe atribuir. Até porque a permanência na igreja, segundo ela própria, pode distraí-la da atenção que os seus doentes continuamente demandam, restringindo-se a comparecer com o filho mais velho à missa dominical. O narrador torna evidente, no entanto, que a lida ininterrupta vota-lhe a uma frustração permanente:

(...) ter-se-ia resignado, na sua natureza de enfermeira e consoladora, se os filhos ao menos tivessem nascido sãos. Mas aquela família que lhe vinha com o sangue viciado, aquelas existências hesitantes, que depois pareciam apodrecer-lhe nas mãos, apesar dos seus cuidados inquietos, acabrunhavam-na. Às vezes só, picando a sua costura, corriam-lhe as lágrimas pela face: uma fadiga da vida invadia-a, como uma névoa que lhe escurecia a alma. (QUEIRÓS, [19--], p. 711)

Esse inconformismo de Maria da Piedade diz um algo a mais, porque, além dos filhos tidos e havidos, não existe outra evidência de que subsista a conjugalidade entre marido e mulher. O sexo consta no rol de deveres das casadas para manterem seus maridos contemplados e com vistas à procriação. Fora desse escopo, não é bem-visto que mulheres honestas demonstrem interesse numa seara em que os homens têm maior facilidade de trânsito e expressão. Como Maria Helena Santana e António Apolinário Lourenço observam:

A cultura moralista que emergiu da Regeneração, nas décadas de 50 e seguintes explica-se em parte pela evolução natural dos costumes num contexto de estabilidade política e paz social; mas deriva também de uma reação geracional a uma vivência romântica (e aristocrática) percebida como decadente e debochada, cuja dissolução moral urgia combater. A consolidação da ordem favorecia ao invés os valores burgueses, baseados na felicidade doméstica, no trabalho honrado, nos costumes regrados. Acreditava-se na ética familiar como caminho do progresso social. Compreende-se assim a insistência quase obsessiva da literatura realista em denunciar a cultura do amor erótico como um dos mais nocivos legados da geração precedente. (SANTANA; LOURENÇO, 2010, p. 266)

Compreende-se, portanto, que, em meio à vida já assentada, a chegada de um romancista célebre tenha, para Piedade, a repercussão de uma bomba relógio. Adrião, primo de João Coutinho, sugere-lhe em princípio um grande incômodo, porque ela entende que algo vai se romper com a entrada de um estranho em seu obscuro mundo. O primo, no entanto, prefere dirigir-se à hospedaria e, ao jantar com a família Coutinho, explica que a sua vinda se

deve à necessidade de vender terras de sua propriedade. O marido promove então a aproximação entre ambos, ao recomendar as habilidades de Piedade como negociadora: “– Mas que superioridade, prima! – exclamou Adrião maravilhado. – Um anjo que entende de cifras! Pela primeira vez na sua existência Maria da Piedade corou com a palavra de um homem.” (QUEIRÓS, [19--], p. 713)

Nesse momento, algo se desloca em Maria da Piedade. Mesmo que Adrião a nomine *anjo* – mais um ser etéreo no rol de qualificativos que ordinariamente recebe –, a tensão que se estabelece leva a supor que a elevação puramente espiritual não há de se manter por muito tempo. Os laços estreitam-se no percurso que fazem até a propriedade de Adrião, onde, com uma *expertise* de aldeã, Maria da Piedade consolida o negócio com o Teles, o comprador. Pelo caminho, as impressões de ambos são compartilhadas, por meio do discurso indireto livre:

Ele parecia desolado daquela tristeza da casa. Deu-lhe alguns bons conselhos: o que os pequenos necessitavam era ar, sol, uma outra vida diversa daquele abafamento de alcova...

Ela também assim o julgava; mas quê! O pobre João, sempre que se lhe falava de ir passar algum tempo na quinta, afligia-se terrivelmente; tinha horror aos grandes ares e aos grandes horizontes; a natureza forte fazia-o quase desmaiar; tornara-se um ser artificial, encafuado entre os cortinados da cama...

Ele então lamentou-a. Decerto poderia haver alguma satisfação num dever tão santamente cumprido... Mas, enfim, ela devia ter momentos em que desejasse alguma outra coisa além daquelas quatro paredes, impregnada do bafo da doença...

– Que hei-de eu desejar mais?

Adrião calou-se; pareceu-lhe absurdo supor que ela desejasse, realmente, o Chiado ou o Teatro da Trindade.... No que ele pensava era noutros apetites, nas ambições do coração insatisfeito... Mas isto pareceu-lhe tão delicado, tão grave de dizer àquela criatura virginal e séria – que falou da paisagem... (QUEIRÓS, [19--], p. 714)

A única oração em discurso direto dá ênfase à expressão viva de Maria da Piedade em relação a esse “algo a mais” que ela não consegue discernir. A mulher de João Coutinho começa a se dar conta da diferença flagrante entre o marido, desvirilizado pela doença, e o primo sedutor, habituado a exercer os galanteios na corte. Como em um processo terapêutico, a mulher começa a mostrar aspectos de sua personalidade, desconhecidos por ela própria, para o romancista. Adrião, como um interlocutor privilegiado, oferece-lhe a oportunidade de elaborar os próprios sentimentos – algo inédito na vida da aldeã – e a ligação entre ambos, ainda que breve, deixa suas marcas. A revolução interior ocorre em dois dias, entre a casa dos Coutinho e a propriedade de Adrião, e amplia-se sobremaneira a visão de Maria da Piedade, porque, em sua casa, mesmo a paisagem da janela mostrava-se:

(...) monótona como a sua vida: em baixo a estrada, depois uma ondulação de campos, uma terra magra plantada aqui e além de oliveiras e, erguendo-se ao fundo, uma colina triste e nua, sem uma casa, uma árvore, um fumo de casal que pusesse

naquela solidão de terreno pobre uma nota humana e viva. (QUEIRÓS, [19--], p. 711-712)

Ao contrário de Piedade, Adrião, da janela da hospedaria, tem a bela visão de um moinho abandonado, o que lhe possibilita convidar Maria da Piedade a dar um passeio. Mal saído da primeira entrevista, pondera o quão excitante seria aproximar-se dela mais intimamente: “Achava absurdo e infame fazer corte à prima... Mas involuntariamente pensava no delicioso prazer de fazer bater aquele coração que não estava deformado pelo espartilho, e de pôr enfim os seus lábios numa face onde não houvesse pó de arroz...”<sup>140</sup> No dia seguinte, a caminho do moinho, o bucolismo da paisagem desarma os espíritos e suscita uma imagética mais afeita à periodização romântica:

O passeio ao moinho foi encantador. Era um recanto de natureza digno de Corot, sobretudo à hora do meio-dia em que eles lá foram com a frescura da verdura, a sombra recolhida das grandes árvores, e toda a sorte de murmúrios de água corrente, fugindo reluzindo entre os musgos e as pedras, levando e espalhando no ar o frio da folhagem, da relva, por onde corriam cantando. O moinho era dum alto pitoresco, com a sua velha edificação de pedra secular, a sua roda enorme, quase podre, coberta de ervas, imóvel sobre a gelada limpidez da água escura. Adrião achou-o digno duma cena de romance, ou melhor, da morada duma fada. Maria da Piedade não dizia nada, achando extraordinária aquela admiração pelo moinho abandonado do tio Costa. (QUEIRÓS, [19--], p. 715)

A citação a Corot<sup>141</sup> é significativa, por que esse pintor revolucionou a pintura, quando passou a pintar ao ar livre, introduzindo elementos realistas na cena, assim como nuances e efeitos que só a iluminação natural tornaria perceptíveis. O deslocamento dos atores, por sinal, é decisivo para que Maria da Piedade, com a mudança de perspectiva, perceba o que se passa de fora para dentro. O breve tempo em que frui o ar livre permite-lhe fazer o contraponto com o ar viciado do claustro doméstico e sua visão ganha amplitude, porque incorpora nuances, texturas e novos juízos de valor. A narrativa como que responde ao distensionamento da personagem, ao integrar a visão, o tato e a audição à percepção do ambiente, e comparar as diferenças de paisagem, “sentir” o frio da folhagem e “ouvir” os murmúrios da água corrente. Adrião e Maria da Piedade podem até evocar no leitor algumas reminiscências de Fausto e Margarida<sup>142</sup>, ao desempenharem os papéis de caçador e presa, nesse breve intervalo. Como Marshall Berman comenta:

---

<sup>140</sup> QUEIRÓS, s.d., p. 715.

<sup>141</sup> Jean-Baptiste Camille Corot (1796 - 1875) principiou a sua obra pictórica no tardo-barroquismo do século XVIII e, na maturidade, lançou as bases do impressionismo.

<sup>142</sup> Fausto e Margarida são protagonistas do poema trágico, *Fausto*, de Wolfgang Von Goethe, uma releitura do mito fáustico, publicado pela primeira vez em 1808, mas retomado inúmeras vezes pelo autor. A primeira parte apresenta-nos o protagonista, um sábio que, tentado pelo diabo (Mefistófeles), deseja uma virgem de nome Margarida e, com a ajuda do último, conquista-a, levando-a por fim à destruição. Segundo Adam Mc Lean, “the

(...) ele [Fausto] não seria capaz de subverter o mundo dela se ela fosse tão feliz em casa como ele supõe. Veremos como, na verdade, ela é tão inquieta aí quanto Fausto o era em seu estúdio, embora lhe falte o vocabulário para expressar seu descontentamento, até a aparição de Fausto. Não fosse por essa inquietação interior e ela seria insensível a Fausto; ele não teria nada a lhe oferecer. [...] Ainda, por causa de toda a sua precaução [de Margarida], sabe-se que algo real e autenticamente valioso está acontecendo a ela. Nunca ninguém lhe deu nada; ela cresceu pobre, tanto de amor, como de dinheiro; nunca pensou em si como merecedora de presentes ou das emoções que presentes supostamente implicam. Agora, enquanto se olha no espelho – talvez pela primeira vez na vida – uma revolução acontece em seu íntimo. De súbito, ela se torna reflexiva; capta a possibilidade de se tornar diferente, de mudar – a possibilidade de se desenvolver. Se alguma vez ela se sentiu à vontade nesse mundo, nunca mais voltará a adaptar-se a ele. (...) (BERMAN, 1996, p. 66)

Figura 31 – *The Eel Gatherers*, óleo sobre tela, Corot, 1860-1865.



Fonte: <http://www.jean-baptiste-camille-corot.org/The-Eel-Gatherers.html>

Como Margarida, também Maria da Piedade é mais jovem e menos letrada que o nosso Adrião-Fausto. Apesar de todas as reservas iniciais da mulher, o primo passa a cortejá-la, porque percebe o flanco exposto. Ela deixa-se atrair pelo canto da sereia, porque demanda

---

initial problem of humanity lay in its inability to relate to the feminine component of its nature. For Goethe, the proper development of the human soul lay in its forming a proper relationship between its feminine and masculine facets. Thus Part One of Faust sets before us the central problem of Faust's soul, his difficulties in relating to the feminine side of his being."

Traduzindo: "o problema inicial da humanidade está em sua incapacidade de se relacionar com o componente feminino de sua natureza. Para Goethe, o bom desenvolvimento da alma humana reside na formação de uma relação adequada entre as facetas femininas e masculinas. Assim Fausto - Parte I coloca diante de nós como problema central da alma de Fausto, suas dificuldades em se relacionar com o lado feminino do seu ser."

Vide: <http://www.levity.com/alchemy/faust.html>

a gratificação sexual que não obtém em casa. Nem Julião é o príncipe encantado pelo qual se aspira, nem Maria da Piedade há de conformar-se ao modelo de mártir *ad aeternum*.

A aventura amorosa finda em um único beijo e Adrião quase se arrepende da ousadia, mas, por fim, cinicamente, considera-se generoso por prestar a corte à “prima”. Desfeito o problema de consciência, despede-se da família e parte, para não mais voltar. Quanto à mulher, passa por um súbito processo de autoconhecimento, o que implica em não mais se adequar ao repositório em que fora desde sempre confinada. Até então ela nada desejara, porque não sabia o que desejar, mas, a partir do momento em que vê novos horizontes, como voltar à ordem mesquinha do espaço doméstico, ao ritmo comezinho da vila, à resignação que lhe amputa quaisquer aspirações?

Hegel defende que “o casamento, e essencialmente a monogamia, é um dos princípios absolutos em que repousa a eticidade de uma comunidade; a instituição do casamento é, por isso, apresentada como um dos momentos da fundação divina ou heróica dos Estados. ” (HEGEL, 2010, p. 179). Daí o papel social da família como o pilar da nação. Mas, uma vez esfrangalhado o retrato familiar, fatalmente a sociedade burguesa há de se defrontar com a própria decadência. Até então, a virtude de Maria da Piedade era estampada pelos moradores como um qualificativo, mas em dois anos ela transita do sofrimento contido à liberdade sem peias, para o horror da comunidade. Algo se partira em seu íntimo e ela passa a exhibir o seu estado de ânimo:

Tudo de repente em volta dela – a doença do marido, achaques dos filhos tristezas do seu dia, a sua costura – lhe pareceu lúgubre. Os seus deveres, agora que não punha neles toda a sua alma, eram-lhe pesados como fardo injustos. A sua vida representava-se-lhe como desgraça excepcional: não se revoltava ainda; mas tinha desses abatimentos, dessas súbitas fadigas de todo o seu ser, em que caía sobre a cadeira com os braços pendentes, murmurando: – Quando se acabará isto? (QUEIRÓS, [19--], p. 717)

E princípio, ela supõe amar Adrião e lê todos os seus livros, inclusive o último lançamento intitulado “Madalena”<sup>143</sup>, “(...) um estudo de mulher trabalhado a grande estilo, duma análise delicada e subtil, [que] também amara e morrera dum abandono. Estas leituras calmavam-na, davam-lhe como uma vaga satisfação ao desejo. ” (QUEIRÓS, [19--], p. 712) O medo maior das famílias em ofertar literatura para as mulheres reside no entendimento de que os romances trazem consigo um “grau de pestilência”, a inocular a corrupção mesmo nas almas mais puras.

---

<sup>143</sup> Personagem bíblico, até os nossos dias, Maria Madalena é uma figura controversa. Sua figuração transita da prostituta à mulher amada por Jesus Cristo.

Maria da Piedade passa a sujeito desejante e não vê como voltar atrás. Tanto que vai mais e mais se afundando na leitura de romances e evadindo-se para “um mundo artificial e idealizado. A realidade tornava-se-lhe odiosa (...)” (QUEIRÓS, s. d., p. 718). Esse “mundo artificial e idealizado” identifica o ponto de vista – moralista – do narrador. Mas o que é mostrado é mais do que isto: é o campo aberto da liberdade sexual, que ela passa a vivenciar a seu modo. De início, a mulher sequer concebe ter vontade própria. Agora visualiza “dois braços fortes como aço, que a apertassem num abraço mortal, dois lábios de fogo que, num beijo, lhe chupassem a alma. Estava uma histérica.” (QUEIRÓS, [19--], p. 718) O diagnóstico da histeria serviu, por longo tempo para transvestir o pensamento misógino com o discurso científico. Para o narrador “estava uma histérica”. No entanto, se fosse ouvida para além dos preconceitos do tempo, a verdade seria bem outra. Maria da Piedade não é igual, mas também não está tão distante assim das Marias Eduardas e Capitus do tempo.

Figura 32 – *A leitora*. Federico Faruffini (Itália, 1833 – 1869) óleo sobre tela, 1865.



Fonte: <http://www.lombardiabeniculturali.it/opere-arte/schede/2d020-00296/>

Não havia incômodo de outrem quando Maria da Piedade estampava no rosto a sua angústia, conquanto se mantivesse uma senhora recatada. Mas agora, com a expressão da sua

insatisfação cada vez mais notória, vê-se a família em risco e surge, segundo os estudos da época, a diagnose para as mulheres acometidas por males semelhantes:

A libido feminina (“furor uterino”) representa o perigo invisível do casamento: “feitiço” e “narcótico” designam frequentemente a paixão maléfica [...]. Pode ela ser simplesmente insatisfeita, uma Bovary, mas não é raro que padeça de histerismo, como na altura se dizia. Muitos autores se referem a esse estigma feminino que a medicina rotulava de “histeria sexual”, uma das construções ideológicas mais misóginas do século XIX. Vigorava também a ideia de que o apetite sexual tende a ser de extremos, ora excessivo na ardência, ora na frigidez. (LOURENÇO; LOURENÇO, 2011, p. 268)

A frustração torna-se revolta; a esposa, antes dedicada, tem ganas de matar o marido entrevado e deixa-se inundar de “um desejo intenso, duma ânsia voluptuosa, cortada de crises de choro... A Santa tornava-se Vênus.” (QUEIRÓS, [19--], p. 718)

O que fazer diante desse desejo que teima em bater à porta sem encontrar vazão? Não há meias-tintas entre a “mulher que o mundo respeita”<sup>144</sup> e a “mulher que o mundo despreza”<sup>145</sup> e mesmo que os autores finisseculares – dentre os quais Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós – critiquem o “romanticismo mórbido” como a causa da degradação feminina, sabemos que esta é uma visão parcial que os homens têm da sexualidade feminina. Eles mostram-se sensíveis ao despertar dos instintos das moças solteiras, assim como lamentam a vida solitária das solteironas. Tornam-se, no entanto, especialmente críticos em relação aos deslizes da mulher casada e ferinos diante das tentativas de expressão do desejo. Como Maria da Piedade fora submetida a muitos anos de repressão, agora se desespera porque, dado o estado civil e a maternidade, se descobre irremediavelmente atada à sua família. Diante da impossibilidade – agora que vê o mundo com novos olhos – de tornar à condição de

<sup>144</sup> Cf. *Coração, Cabeça e Estômago*, de Camilo Castelo Branco: “(...) D. Paula casou com o primo que lhe fora destinado desde a puerícia, e tornou para o palácio de Benfica, em companhia de seu marido, e já com um menino robusto, não obstante ter nascido tão sem tempo que ninguém pensou que vingasse. Dizia a avó de Paula que semelhante prodígio não era novo na sua família, porque ouvira sempre dizer que os primogênitos da sua linhagem quase todos nasciam antes dos seis meses de incubação. Coisa notável! [...] D. Paula era a mulher que o mundo respeitava, sem embargo do conde, e dos amigos íntimos do conde, e do mestre-escola, único bode expiatório de tamanhas patifarias!” (BRANCO, 1960, p. 472)

<sup>145</sup> Ainda em *Coração, Cabeça e Estômago*: “Entre parêntesis do editor: Há de muita gente pensar que Silvestre da Silva, nesta parte de suas memórias, anda apegado às moletas literárias dos modernos regeneradores das mulheres degeneradas. Arguição injusta! A *Margarida Gautier* é muito mais nova que a Marcolina; e reparem, além disso que o processo da reabilitação moral desta mulher é muito diverso do da outra, se é que há aqui processo de reabilitação. Eu estou em acreditar que Marcolina, longe de exhibir a fibra pura do seu coração, pedindo que lhe aceitem a virgindade moral que lá se refugiou de paixões infames e infrenes, há de esconder os bons sentimentos com pejo de os denunciar, e fará que as fivelas da mordaza lhe apertem atrozmente os lábios, quando a palavra amor lhe rebentar da abundância do coração. A meu ver, Marcolina está dando lições de moralidade, quando muita gente cuida que ela está pedindo lágrimas, e perdão dos agravos que fêz à moral pública. Veremos.” (BRANCO, 1960, p. 486)

ignorância sobre si e a realidade circundante, ela se encaminha para a vazão desmedida – aos olhos do senso comum – do seu desejo, o que escandaliza mais:

(...) chegou ao momento em que bastaria que um homem lhe tocasse para ela lhe cair nos braços – e foi o que sucedeu enfim, com o primeiro que a namorou daí a dois anos. Era o praticante da botica.

Por causa dele escandalizou toda a vila. E agora, deixa a casa numa desordem, os filhos sujos e ramelosos, em farrapos, sem comer até altas horas, o marido a gemer abandonado na sua alcova, toda a trapagem dos emplastos por cima das cadeiras, tudo num desamparo torpe – para andar atrás do homem, um maganão odioso e sebento, de cara balofa e gordalhufa, luneta preta com grossa fita passada atrás da orelha, e bonezinho de seda posto á catita. Vem de noite às entrevistas de chinelo de ourelo: cheira a suor: e pede-lhe dinheiro emprestado para sustentar uma Joana, criatura obesa, a quem chama na vila a *bola de unto*. (QUEIRÓS, [19--], p. 718)

A mulher que um dia fora modelo de virtude e austeridade para a vila completa a sua metamorfose e recebe como sentença a condenação, por não mais cumprir as obrigações de mãe e esposa. Torna-se, por fim, uma adúltera, o que faz saltar à vista a desigualdade no tratamento de gênero: “(...) uma desonra e um crime quando praticado por elas, um “pecadilho” desculpável no caso dos maridos.” (LOURENÇO; SANTANA, 2011, p. 268) A sua transformação recebe um tratamento moralizador do narrador, o que torna erotismo e degradação faces da mesma moeda.

O parágrafo final, que introduz o boticário na narrativa, só faz ressaltar a situação infamante e a degenerescência moral da mulher, por privar de intimidade com um sujeito que tão só a descrição já causa repulsa e, cúmulo da ignomínia, ainda lhe pede dinheiro para sustentar a amante. Como Maria da Piedade não trabalha, claro está que o dinheiro provém das arcas de João Coutinho, o que penaliza os herdeiros. E esse é mais um motivo para o adultério figure como o inimigo número um da família burguesa: destrói a honra dos parceiros, convulsiona a comunidade e, principalmente, atenta contra a *propriedade*. Convulsão de tal ordem só as paixões são capazes de alavancar. Daí a demonização claramente perceptível no epílogo do conto.

A intenção reformadora da narrativa é evidente, seja na crítica que faz às mulheres sem maiores objetivos na vida e que preenchem o vazio existencial com acenos amorosos, seja pela literatura corruptora com a qual se empanturram e que pode levar aos desvios morais. E, no entanto, mesmo que os autores não se apercebam, outras leituras podem emergir, em consonância com o tempo e o espaço, uma vez que nos perguntamos: Maria da Piedade, ao final do conto, é mais infeliz do que o fora de início? Poucas eram as saídas possíveis, porque a mulher que se visse diante desse impasse sequer poderia pensar em divórcio, que só vigeria em Portugal, por um breve tempo, a partir de 1910. Mesma que o marido não a submeta a sevícias, nem disponha de uma “teúda e manteúda” na residência do

casal e ainda que arque com o sustento da família, cabe considerar: será que é isso (ou só isso) o que almejamos da vida? Parafraseando Flaubert, melhor é dizer: Maria da Piedade? *Oui. C'est moi, c'est vous, c'est nous...*

#### 4.2 Entre pais e filhos

Retornando a *Maria Moisés*, vemos Josefa da Laje a utilizar um estratagema para esconder dos pais a gravidez fora do casamento. Geração mais à frente, a jovem relaciona-se sexualmente com o fidalgo António de Menezes. Grávida, não tem como se justificar perante o corpo social a que pertence e passa a manter-se acamada para ganhar tempo, depositando no amado a esperança de reparação, pela via do casamento. Até sobrevir o impasse, ambos têm uma relativa liberdade para os encontros e pouca vigilância das famílias, se bem que o pai da moça tenha de antemão cantado a pedra: “– Se tua mãe o sabe dá-te com o cabo do canastro, rapariga. Não lhe bateu porque estava sempre às avessas da mulher. Se êle imaginasse que a mãe fechava os olhos às toleimas da moça, então com certeza lhe dava.” (BRANCO, 1960, p. 452- 453)

António, o namorado, espera que seu pai, acometido de moléstia grave, morra em pouco tempo, como previra o médico, para casar sem impedimentos. Confia que, sendo o filho mais velho, há de chegar a morgado, o que além de lhe proporcionar a independência, no plano material, permitirá que ascenda ao lugar do Pai, no plano simbólico. Mas Cristóvão de Queirós sabe por outrem com quem o filho anda enrodilhado e, ainda que diga não dar a mínima<sup>146</sup>, tão logo se recupera, resolve encaminhar o futuro do moço:

– Escolhi-te mulher – disse Cristóvão – É ainda tua parenta por Menezes. Não é herdeira; mas o irmão morgado está hético, e o segundo-gênito é aleijado e incapaz para o matrimônio. Virá ela portanto a herdar os vínculos. É preciso que a visites hoje comigo.

– Meu pai – respondeu António com respeitosa serenidade – pode V. S.<sup>a</sup> dispor da minha vida; mas do meu coração já eu dispus. Ou hei de casar com uma rapariga de baixa condição a quem prometi, ou não casarei nunca.

O velho pôs a mão convulsa nos copos do espadim, arquejou largo espaço, e disse:

– Duvido que você seja meu filho. Proíbo-lhe que se assine Queirós de Menezes. Adote o apelido de algum dos meus lacaios.

António levantou o rosto e redarguiu:

– Não se ultraja assim a memória de minha mãe.

<sup>146</sup>: “– Antes por lá que pelas criadas da casa [...]. É rapaz e precisa se divertir.” (BRANCO, 1960, p. 452).

O velho lutava entre a cólera e a vergonha. Estendeu o braço, e apontou-lhe a porta, rugindo:

– Espere as minhas ordens no seu quarto.

Ao outro dia, um mandato da regência ao intendente-geral da polícia ordenava a prisão do cadete de cavalaria António de Queirós Meneses, no Limoeiro. (BRANCO, 1960, p. 455)

Apesar de António reagir à ingerência paterna, o Código Civil reafirma o que as ordenações monárquicas garantem de longa data: os filhos devem prestar-se à obediência incondicional e amparar os genitores na velhice. Quanto ao pai, mantém a prerrogativa de remeter o insubordinado para a prisão, caso percepcione o descumprimento das suas ordens. Entende-se a resistência filial não como uma expressão da individualidade, mas como um flagrante desrespeito à instância máxima, concretizada no *pater familias*. Na Antiguidade, segundo a Lei das XII Tábuas<sup>147</sup>, o pai teria direito até a pôr termo à vida dos filhos legítimos, o que leva Hegel a criticar a intolerância ancestral: “Segundo a injusta e não ética determinação do direito romano, os filhos eram coisas para o pai, que estava também em posse jurídica de seus filhos e, contudo, ele se colocava também em relação ética de amor (que devia ser, na certa, necessariamente muito enfraquecida pelo ilícito).”<sup>148</sup> Na dinâmica de formação do Estado, o termo ganha acepções mais amplas, como Suzana Amalia Palacios remonta:

Nas cidades romanas o imperador era o *Pater patriae*, os senadores os *Patres*, e os patrícios *Patricii*, encarnavam a paternidade instauradora do laço social, laço determinado não pelo sangue, e sim pela palavra chamada paterna, ou seja, o *Sermo Patrius*.

Este significado de ordem cultural e não natural, portanto religioso e político, mantém até hoje termos como pai da pátria, pais da igreja, papa e padres.

É deste sentido primogênito que se desprende a paternidade familiar retirando ao homem o *dominus*, amo da casa, que fazia aceder a mulher ao matrimônio, à condição legal de mãe. (PALACIOS, 2003, p. 120-121)

O espaço doméstico mantém-se nos oitocentos como um tribunal de última instância, a exigir a veneração incondicional por parte dos filhos, tal e qual a reverência dos súditos diante do monarca absoluto e a devoção dos crentes junto ao deus do Antigo Testamento. O temor à

<sup>147</sup> Também conhecida como a *Lex Duodecim Tabularum*, consta como a primeira peça legislativa redigida pelo povo romano, ainda em 451 a.C. Por ocasião da expansão romana foi disseminada por todo o império, vindo a figurar como legado cultural na Península Ibérica, desde os primórdios da formação da nacionalidade. Com especial atenção ao direito de família e às sucessões, na Tábua IV, *Do pátrio poder e do casamento*, consta que:

1. É permitido ao pai matar o filho que nasce disforme, mediante o julgamento de cinco vizinhos.
2. O pai terá sobre os filhos nascidos de casamento legítimo o direito de vida e de morte e o poder de vendê-los.
3. Se o pai vendeu o filho 3 vezes, que esse filho não recaia mais sob o poder paterno.
4. Se um filho póstumo nasceu até o décimo mês após a dissolução do matrimônio, que esse filho seja reputado legítimo.

Vide: <http://www.api.adm.br/direito/TABUAS.htm>

<sup>148</sup> HEGEL, 2010, p. 84

figura paterna é mais valorizado do que a vinculação afetiva, por pressupor a obediência irrestrita da mulher, dos filhos, da criadagem. O resultado é uma relação obstada pela postura intransigente do pai e o constrangimento do filho, reproduzindo o que Hegel aprecia como a *relação do senhor e do escravo*:

A posição de Hegel a respeito da relação do senhor e do escravo é bem conhecida. As duas partes estão face uma à outra na ausência das instituições mediadoras. Cada qual está certa de si mesma, mas deve procurar sua auto-afirmação, pois só assim sua auto-afirmação é verdadeira e real no mundo. Cada qual é incerta em relação à outra, ainda que uma dependa da outra para a sua auto-realização; em outras palavras: a outra deve confirmar e reconhecer o que ela é para si mesma e para a outra. Mas o que é cada qual para si mesma no ponto de mediação zero, cada qual é somente a certeza exclusiva e abstrata da liberdade e do desejo; (...) (WILLIANS, 2003, p. 81)

O exercício de dominação do patriarca sobre António, proibindo a união de um membro da linhagem dos Del Carpio com uma filha de lavradores, só acentua o fosso comunicacional e a necessidade da afirmação de cada um dos membros, nos extremos, ainda que os filhos de ambas as famílias tentem superar o interdito. António, mesmo retido, burla a vigilância e remete, pela criada de um amigo, uma mensagem verbal – porque Josefa não lê, nem escreve – para a esposada de coração, consolando-a e orientando-a a fugir de casa e aguardá-lo em local seguro, para que, tão logo consiga se livrar do cárcere, venham a casar-se. Tão emocionada ela fica com a notícia, que entra em trabalho de parto e sua mãe só percebe o dolo no momento em que a jovem passa a sentir as contrações:

– Que tens, mulher? –bradava a mãe, seguindo-a espavorida naqueles trejeitos frenéticos. – Dói-te alguma coisa?  
 – Tenho uma dor muito grande... muito grande...  
 E, como levasse as mãos aos quadris no ímpeto da dor aguda, a mãe ficou-se como estupefata a olhar para ela. Neste instante fêz-se-lhe a luz na alma a um clarão infernal. Aquêles gritos e contorções recordaram-lhe que havia sido mãe: viu, como nunca vira, os sinais exteriores do crime nem sonhado; os modos suplicantes da filha confessavam o crime.  
 Fêz-se uma desfiguração improvisa e medonha nas feições da Maria da Laje, quando, crescendo para a filha, com as mãos fincadas nas fontes, bramiu:  
 – Tu que tens? tu que fizeste, amaldiçoada?  
 Josefa ajoelhou-se, com as mãos no rosto lavado em lágrimas, e murmurou:  
 – Deixe-me chorar, minha mãe, que eu à noite vou-me embora.  
 – Vais-te embora, malvada? Então pra onde vais tu? Morta te veja eu antes de à noite! Pra onde queres tu ir? Quem foi que te botou a perder? Respondes, mulher perdida? Olha que se me gritas de modo que alguém oiça, dou-te com o olho de uma enxada na cabeça! Ai! que eu endoideço! ai que eu endoideço!... (BRANCO, 1960, p. 460)

Para Maria da Laje, o único patrimônio de que a família dispõe é a honra, a ser defendida a todo o custo. O fato de não amar o marido só faz reforçar a sua insensibilidade ante o apelo da paixão às desavisadas. Mas gravidez de Josefa descoberta tardiamente

concretiza-se em crime e castigo, porque o código normativo de Maria da Laje não admite situações dessa natureza:

Com tôda a certeza, Maria da Laje sofrera punhalada que rasga profundas fibras em peitos de mães honradas. Era dura de condição, tinha o orgulho selvagem da honra, compreendia barbaramente o dever da mulher, e julgava-se com o direito de murmurar de todas as frágeis, sem discriminar as infelizes. O seu ódio às mães tolerantes com os desatinos das filhas era entranhado, convicto e implacável. Da caridade cristã só entendia o preceito da esmola. O confessor não lhe ensinara outra interpretação da terceira virtude teologal. Não perdoava cegueiras de amor porque não amara nunca. Se imaginava que a filha podia desvairar uma vez, sentia nas mãos as crispações nervosas de quem estrangula um pescoço. Como era deslenguada e mordacíssima nas fraquezas alheias, impunha tácitamente à filha o dever de sustentar na sua soberba inexorável. Uma ligeira camada de verniz social não sei o que fazia desta mulher. (BRANCO, 1960, p. 461)

A caricatura da mulher honrada a todo o custo faz com que, leitores, compreendamos o porquê de a filha não segredar à mãe os seus infortúnios. Em consequência, Josefa concebe sozinha por obra da natureza que contempla as fêmeas de qualquer espécie, o que o narrador entende ser:

um dos inumeráveis exemplos da força prodigiosa da mãe, quando a soledade e o desamparo a obrigam a socorrer-se de si mesma. Ninguém lhe ouviu os últimos gritos dela nem os primeiros vagidos da criança. ” E a compara às mulheres do Quaternário, tempo em que a mulher “não carecia de mais assistência que a lôba das cavernas. (BRANCO, 1960, p. 462)

Mais tarde, António, ainda encarcerado, não entende porque a moça a quem tanto amor devotara teria se matado sem maiores explicações. Até porque, mostrara-se esperançosa, com a promessa de casamento. Sabemos o que de fato ocorrera, porque o narrador nos confia o segredo: a parturiente fugira de casa com a criança, muito fraca ainda, porque não cumprira o período de resguardo. Ao transpor um açude, ela escorrega e perde o cestinho onde acomodara a sua cria e, ao tentar reavê-lo, acaba por se afogar, enquanto o cestinho segue à deriva. João da Laje, o pai, é o primeiro a acorrer à cena, mas a ignorância que demonstra sobre o ocorrido denota o seu papel acessório na trama:

– Que é isso, rapariga? – perguntou o pai.  
 – Não lhe pergunte nada, João, que ela está com Deus – respondeu Luís.  
 O vigário, apalpando-lhe as mãos e o rosto, confirmou:  
 – Está coberta de suor frio. Que foi isto? – ajuntou ele voltando-se para o João da Laje – você há de saber pouco mais ou menos porque esta boa rapariga se deitou a afogar!  
 – Eu não sei – respondeu o pai com a serenidade de um estranho narrador. – Ela estava doente há mais de um mês e meio; andei chamar o boticário de Friúme; êle receitou-lhe não sei que barzabum de xaropadas que a rapariga nem pra trás nem pra adiante. Ora vi a hoje ali pela sesta fui achar a minha Maria a chorar, mas nada me disse. Depois, fui regar um campo de milho, e quando tornei a casa à noite, e perguntei por minha mulher, soube que ela estava ainda no palheiro. Fui-me onde a ela, perguntei-lhe o que tinha, e ela já não me respondeu, porque estava sem acordo; peguei nela e deitei-a na cama; e agora quando lá chegou o rapaz com a notícia, ia eu mandar chamar o barbeiro das Vendas Novas a ver se ma sangrava. (BRANCO, 1960, p. 446)

Como ninguém sabe que Josefa engravidara, com a exceção do namorado e da mãe, a moça é enterrada “vinte e quatro horas depois, [...], porque o fedor da podridão obrigara a alterar o estilo das quarenta e oito horas sobre a terra.”<sup>149</sup> No mesmo dia, o bebê, dado por enjeitado, é batizado e adotado por uma família de posses, numa localidade mais abaixo, seguindo o curso do rio. Quanto à família do Santo Aleixo, principia, a partir do trágico incidente, a sua dissolução:

Viram que Maria da Laje, rompendo sozinha no escuro da noite, quando ouviu dizer que a filha se afogara foi mãe naquela já tardia explosão de angústia e amor. O remorso pôde mais com ela que a selvageria da sua virtude; mas ainda viveu seis anos com reveses de demência, e morreu em casa de seus irmãos em Santa Maria de Covas de Barroso, repelindo o marido desde que lhe ouvira dizer: “A rapariga faz-me falta porque não tenho quem me governe a casa.” (BRANCO, 1960, p. 463)

Quando Cristóvão é informado da morte de Josefa, ordena a soltura de António, o qual, antes de emigrar para o Brasil, trava um último embate com o pai:

– Vamos para a província, se não quer casar – disse Cristóvão ao filho.  
 – Nem me caso nem vou para a província, meu pai – respondeu António de Queirós.  
 – Tornarás para o Limoeiro.  
 – Irei já enquanto lá tenho a minha bagagem.  
 – Para onde quer ir?  
 – Para o Rio de Janeiro: seguirei lá a vida militar.  
 – Sabe que é sucessor dos meus vínculos?  
 – Disponha V. S.<sup>a</sup> deles se quer e se pode; a mim me bastariam a felicidade, a mocidade e a alegria que me matou.  
 – Com quem cuida você que fala? – interpelou o fidalgo com Bernardo del Carpio às cavaleiras que lhe esporeava as ilhargas com o direito de avô. Afuzilavam-lhe os olhos, como o seu antepassado quando matou o rei dos longobardos em Itália. – Com quem cuida você que fala?  
 – Com V. S.<sup>a</sup>, um homem que eu sinceramente temo, porque tem a minha liberdade e o Limoeiro à sua disposição. [...]  
 (BRANCO, 1960, p. 464)

Ainda que o fidalgo tente evitar a fratura familiar, não como remediar o estrago. António emite uma fala desassombrada contra a tirania paterna e percebe que a autoridade – ainda que se valha de antigos expedientes para sustentar-se como vocalização da lei – volatiliza-se. A menção fugaz à mãe passa pelo ultraje do patriarca que o desliga da linhagem paterna, restituindo-lhe o dote materno: “– Não é meu filho! Vá para o Brasil, vá para onde quiser. Sua mãe teve cinco mil cruzados de dote. Dessa sei eu que você é filho. Recebê-los-á hoje e amanhã partirá.” (BRANCO, 1960, p. 464) O jovem emigra e não há referência aos demais familiares, antes das últimas páginas da narrativa.

---

<sup>149</sup> BRANCO, 1960, p. 447.

Em *O filho natural*, obra que mantém uma ligação umbilical com *Maria Moisés*, verifica-se uma situação análoga à paixão de António e Josefa e o roteiro padrão: corte, sedução, gravidez indesejada e os desdobramentos do que a sociedade julga um ato impensado. Vasco Pereira Marramaque desvirtua a Tomaszinha da botica e chama-a para coabitar, sem ter em vista o casamento como reparação. A narrativa, no entanto, ganha um rumo diverso de *Maria Moisés*, porque o pai da moça que faz as vezes de pai e mãe desde a morte da mulher, mantém um relacionamento afetoso com sua filha, o que sugere uma nova figuração de pai. O pequeno burguês Macário não é alijado da dinâmica doméstica, como o lavrador João da Laje, não detém o cetro do poder absoluto, como o fidalgo Cristóvão de Queirós, nem dispõe de outro legado que não seja a botica, mas brinda Tomázia com o cuidado integral desde a infância. Agora, crescida e perdidamente apaixonada Tomázia dar-lhe-á maiores preocupações e dissabores:

(...) o pai dava-lhe chá de tília e valeriana para o nervoso, e óleo de mamona de quinze em quinze dias para o flato. [...] tinha um languir, um desfalecer tão senhoril que o pai, ao vê-la morbidamente reclinar-se no escabelo, dizia, sorrindo sobreposse:

– Pareces-me a Inês de Castro que eu vi representar em Amarante!

Êste bom homem, noite alta, folheava a sua livraria copiosa em veterinária: erguia-se para escutar a respiração da filha, e correr-lhe a vidraça nas noites quentes; porque ela, quando a aurora dealtava a curva do horizonte, estava ainda na janela a ouvir os últimos gorjeios dos rouxinóis. (BRANCO, 1960, p. 397)

O narrador camiliano destila uma fina ironia que remete à tradicional cegueira de pais e mães quando se trata de diagnosticar as questões de fundo amoroso que assaltam seus filhos, porque poucos são os percebem o amadurecimento dos seus rebentos. Esse desconhecimento acaba por vitimar Macário, quando, em certa noite, chama pela moça e não a encontra em casa:

Sentou-se espavorido no leito, e viu dois morcegos a esvoaçarem-se contra a vidraça com fortes pancadas a voltearem pelo ar uns vôos estridentes que faziam oscilar a luz da lamparina. Pareceu-lhe agoiro; mas a reflexão levou-o a meditar no modo como os morcegos se lhe metiam no quarto, estando a janela fechada. Conjeturou que a invasão se fizera pela janela de Tomázia, ou pela porta do quintal, e afligiu-se na suposição de que a pequena adormecera exposta ao relento. [...] Fez com a mão direita um *abat-jour* a fim de não despertar a filha com o clarão, e ficou-se para ouvi-la ressonar. Nem o leve ciciar das expirações lhe ouvia. Assustou-se; e roçando o lençol como os espectros dos *Mistérios de Udolfo*, transpôs o limiar do quarto. A cama estava feita; a dobra do lençol alvejava na colcha escarlata. [...]

Aquela dor nunca o ameaçara nos seus sobressaltos de pai. Atormentara-o o susto de a perder; mas nunca se lhe antolhava a filha desonrada; morta é que ele a chorara e preferira. [...]

Macário não abriu a botica naquele dia, nem consentiu que se abrissem as janelas. (BRANCO, 1960, p. 397-399)

Enquanto o pai cumpre o luto, o namorado de Tomásia, após um ano e meio de vida em comum, sente o fastio da rotina doméstica. Ele ingressa na política, volta para Lisboa, deixando-a sozinha na aldeia, e na cidade, torna ao seu elemento natural: “Vasco Pereira Marramaque estava irremediavelmente corrompido pela convivência de uns *leões* que sacudiam as crinas unguidas das lágrimas das mulheres, nos seus divãs no Hotel Itália.” (BRANCO, 1960, p. 404) Por fim, julga encontrar alguém à altura da sua posição ao se apaixona por Leonor de Mascarenhas, oriunda de uma estirpe nobre e em derrocada. Nesse ínterim, sabedor de que se tornara pai de um menino, se aborrece deveras, mas responde à futura mãe com a devida cautela:

Dizia que ficara muito jubiloso com a notícia; recomendava à mãe que se acautelasse do frio porque a estação ia muito agreste; mandava que arranjasse uma ama e mandasse criar fora o menino, que o batizasse em nome dela e lhe pusesse o nome que lhe agradasse; ordenava finalmente ao feitor e à mulher que fossem os padrinhos. Era uma carta que não ressumbrava sentimento amoroso de pai nem de amante, salvo a recomendação que tivesse cuidado com as constipações. (BRANCO, 1960, p. 406)

Enquanto o burguês Macário Afonso privilegiava a ligação emocional com a sua filha desde a primeira infância, o aristocrata Vasco procura se distanciar o mais possível do exercício paternal, desvelando as concepções de família das diferentes classes sociais. A lenta reconfiguração da família alargada, própria do *Ancien Regime*, para a família nuclear, que passa a parâmetro do *modus vivendi* burguês, remete à “família ou *mesnie*, que pode ser comparada à nossa família conjugal moderna e a linhagem, que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral. [...] haveria mais do que uma distinção, uma oposição entre a família e a linhagem: os progressos de uma provocariam um enfraquecimento da outra, ao menos entre a nobreza.”<sup>150</sup> Não é à toa que Cristóvão de Menezes, em *Maria Moisés*, quando afrontado pelo filho, se agarra ao peso da tradição que o antepassado ilustre Bernardo del Carpio representa, a buscar a autoridade perdida.

As primeiras páginas de *O filho natural* compõem um cenário “nostálgico” da fidalguia de Basto, dos tempos áureos à degeneração da nobreza local, funcionando o sistema representativo como “a rampa traiçoeira por onde aqueles partidários do trono absoluto escorregaram à democracia.”<sup>151</sup> A fidalguia teria de se adaptar ao constitucionalismo para sobreviver, mas resistiria em abrir mão dos valores nobiliárquicos. Apesar de figurar como um “rapaz moderno”, Vasco traz consigo o peso da linhagem, ao ser retratado como:

---

<sup>150</sup> ARIÈS, 2010, p. 142.

<sup>151</sup> BRANCO, 1960, p. 394.

Um dos mancebos mais completos por patrimônio, nascimento e gentileza, no concelho de Celorico, era o fidalgo de Agilde, Vasco Pereira Marramaque, vigésimo terceiro neto de Gonçalo Mendes, o Lidador. Se eu tivesse de ir, ao arrepio da peugada genealógica deste sujeito, encontrava-me com o macaco de Darwin. É família muito antiga a dos Marramaques, – anteriores à história e talvez aos macacos. E, se me não falha a conta dos avós apurados nesta linhagem, o dilúvio universal está desmentido. (BRANCO, 1960, p. 394)

Mais uma vez a ironia camiliana provoca o *establishment*, ao relacionar a ancestralidade da fidalguia de Basto com o pensamento darwinista. Mesmo que se mostre um gentil-homem, conforme a tradição familiar, no momento da crise, Vasco tira a máscara do cavalheirismo para se escudar nos preconceitos de classe. O pai recentíssimo recomenda à jovem mãe que haja como uma fidalga e crie o filho segundo os moldes aristocráticos, a começar pelo afastamento da criança do seio materno. O recurso às amas de leite é uma prática iniciada em solo europeu ainda no século XIII, como Elisabeth Badinter (1985) observa, ganhando grandes proporções nos séculos XVIII e XIX, apesar da altíssima mortalidade de crianças. Mas Tomásia não é fidalga nem vê nesse modelo o ideal para o seu filho. De início, ela espera que o nascimento da criança sensibilize Vasco, porque traz incrustrado na memória “o grande amor que seu pai lhe tivera, o insano mimo com que ele a criara, acalentando-a nos braços, desde os quatro anos de idade em que ficara órfã de mãe”<sup>152</sup>, mas tal não sucede. Seu senso de honra leva-a a responder que “o menino seria batizado sem nome de pai e com os padrinhos indicados; quanto a porém a mandá-lo criar, declarava que a ama do seu filho havia de ser ela mesma (...)”<sup>153</sup> Tomásia lê nas entrelinhas o abandono a que o amante lhe vota, o que faz assomar o remorso por abandonar a casa paterna.

No mesmo dia em que Vasco lhe endereça a carta com tom de despedida, despede-se o pai de Tomásia, com um ataque de apoplexia, demonstrando não esquecer-lá: “Se eu morrer de repente, o meu testamento está feito. A minha herdeira é essa filha que me matou. É herdeira de sua mãe, porque essa casa e tudo o que está nela era da minha defunta mulher. Tudo lhe deixo; mas não posso perdoar-lhe a ingratidão com que me desamparou”. (BRANCO, 1960, p. 407) Além do liame emocional entre os membros, observa-se o recurso à culpa no lugar da punição física para conformar os transgressores. Tomásia não tem como voltar às frivolidades de solteira, nem pedir desculpas ao pai e sabe que a solidão é só a primeira etapa de um percurso marcado por injustiças e preconceitos. Mãe solteira, muito há de cair e levantar, para cumprir a expiação das suas faltas.

---

<sup>152</sup> BRANCO, 1960, p. 395.

<sup>153</sup> BRANCO, 1960, p. 406.

As figuras maternas de ambas as narrativas apresentam um posicionamento diverso em relação à defesa da honra. A Josefa da Laje teme a ira materna, foge de casa para encontrar o amado e sucumbe ao terror. Tomásia – diferentemente de Josefa e Maria da Laje, que só têm a honra como moeda de troca, sem instrução, propriedade ou algo que o valha – goza de condições objetivas que não de assegurar a sua sobrevivência e a da criança. Fora educada pelo pai; recebera como herança a casa e a botica e, mesmo sofrendo com a rejeição de Vasco, sabe que tem como viver com pouco, de forma digna. O Abade de Pedraça abre-lhe os olhos quanto aos eventuais impedimentos do fidalgo em assumir a criança: “ O Sr. Vasco Pereira não pode reconhecê-lo no acto do baptismo, isto é, não quer, porque, reconhecendo-o, prepara complicações e dificuldades aos filhos legítimos se os tiver. E é natural que os tenha, porque o Sr. Vasco é rapaz, é fidalgo, e, mais hoje mais amanhã casa. ” <sup>154</sup> E não será com uma filha do farmacêutico, como vem a perceber tardiamente. Incumbido pelo fidalgo de compensar a mulher e o filho não reconhecido ele fica sensibilizado com a postura da jovem:

– Não dou direito a V. S.<sup>a</sup>, nem mesmo ao Sr. Vasco a ofenderem-me. Eu não me aluguei nem me vendi a esse senhor. Também não entrei nesta casa como criada, e por isso não quero ordenado. Já lhe disse que tenho com que viver sem esmolos; e, se precisasse delas, não as pediria ao Sr. Vasco. Enfim eu vou sair imediatamente daqui. Se V. S.<sup>a</sup> quer tomar conta dos objetos de valor que aí estão, receba as chaves; se não quer, vou entregar tudo com testemunhas ao feitor.

– A senhora destempera! – redargüiu o abade – Ora venha cá, menina! Que necessidade temos nós de levantar aí por essas aldeias uma poeira escandalosa que vai dar pasto aos dentes da calúnia? Lembre-se que tem um filho, e que esse menino pode ser que ainda venha a ser considerado por seu pai. Não rejeite a doação, porque o casal de Paços é um bonito patrimônio para o seu filho, se o quiser ordenar; e, quer ordene quer não, é uma legítima que o habilita a casar-se vantajosamente... Pense, Sr.<sup>a</sup> Tomásia, pense... (BRANCO, 1960, p. 408)

No entanto, Tomásia ergue-se em defesa da própria integridade ante a oferta venal, por compreendê-la como aviltante. Todos os riscos a que se expusera, quando obnubilada pela paixão, apresentam nesse momento a sua fatura. Ela não almejava a ascensão social, até porque a sua família em solteira, restrita ao pai e à criada, não dispunha do capital necessário – dinheiro, terras ou títulos de nobreza – para conjugar os interesses, usual nos casamentos arranjados de então.

A inflexão da filha do boticário é de tal ordem, que o mesmo abade incumbido pelo amante de desfazer-se do incômodo, escreve-lhe uma carta em que sentencia: “O Sr. Vasco, ou se enganou com ela, ou me quis enganar a mim. Devia dizer-me que esta mulher de povo tem brios que não são comuns [...] O que eu lhe assevero é que a justiça está da parte desta infeliz mãe; e os que fazem iniquidades não são decerto os bem-aventurados. ” (BRANCO,

---

<sup>154</sup> BRANCO, 1960, p. 407.

1960, p. 411) Mas Vasco não se comove com as cartas da mulher e do amigo. Antes, respira aliviado, porque tem, no seu entender, o imbróglio solucionado: “(...) viu em tudo aquilo que maravilhara o padre uma simples reminiscência de certa “Augusta” – personagem de um mau romance que então se lia, chamado *Onde está a Felicidade?*”<sup>155</sup>, o que nos faz perceber na narrativa camiliana o recurso ao *mise en abyme*, como uma estratégia do autor para fazer o leitor tropeçar nas referências a suas próprias obras, para fidelizá-lo como consumidor.

Vasco tem os olhos voltados para o futuro: a carreira de deputado; o casamento com Leonor; os seis filhos legítimos para sustentar, assim como o sogro e cunhados; o título de visconde que há de receber. Tomásia e seu filho natural tornam-se figuras embaçadas perdidas no tempo; chega a entendê-los como uma mera inconsequência dos tempos de rapaz. Sua consciência não lhe pede as contas e nem os meios legais imputam-lhe quaisquer responsabilidades em relação ao nascituro.

O menino de Tomásia nasce sem direitos por parte de pai. Os únicos bens que lhe cabem são os advindos da mãe e até mesmo a identidade lhe é vedada, não fosse o engenho e arte do abade de Pedraça, seu padrinho: “Do que ele curou foi de batizar o filho de Tomásia. Deu-lhe o seu nome, o sobrenome de seu avô boticário e o apelido de sua avó materna. Chamou-se o menino – Álvaro Afonso da Granja.” (BRANCO, 1960, p. 412) Álvaro, no entanto, não se livra tão facilmente do estigma, porque: “o ‘nascimento ilegítimo’ é a vergonha sem remissão e, para o bastardo, uma tara indelével. Sem legitimidade, ei-lo entregue a todas as humilhações.”<sup>156</sup> Sua mãe até poderia maquiagem o ocorrido, colocando uma outra figura masculina em lugar de Vasco, o que, pela via do casamento, poderia reabilitá-la. Mas ela não admite esse tipo de reparação que Dionísio, o administrador da farmácia, intenta lhe oferecer:

Tomásia tinha-o encarado fita e penetrante como um tiro. A vaidade picou-se-lhe daquele ar de atrevida compaixão. O aspecto de Dionísio tinha uns tons de ternura equívoca, nos olhos principalmente, onde se transverberava a doçura de uma alma apaixonada. Esta expressão escandalizara Tomásia, por duas causas; primeira, ser lastimada quando se reputava heroína na queda e no desprezo de indenizações; segunda, ser olhada daquele feitio por um caixeiro de botica – ela que embalava nos braços um filho de Vasco Marramaque, e cerrava ao coração o perpétuo luto do único homem que vingaria perde-la! Por isso, o sensitivo amante das famílias dos Januários e Eusébios ficou entalado quando Tomásia, levantando o rosto, avincou a testa, e lhe arremessou de flecha os olhos rutilantes. (BRANCO, 1960, p. 417)

<sup>155</sup> Saliente-se que *Onde está a Felicidade?* é outra obra camiliana, publicada em 1856.

<sup>156</sup> PERROUT, 2009, p. 252.

O pretendente ainda insiste mais uma vez, enviando à Tomásia um pedido por escrito, o que acarreta a sua demissão. Ele logo arrumou uma recolocação em uma localidade próxima, mas, mordido com a rejeição, dissemina que saíra do último emprego devido aos ciúmes do abade de Pedraça, o que mancha a reputação da jovem mãe. Sem condições de manter o empreendimento sem pessoal qualificado, ela fecha a farmácia e passa a atuar como mestra de meninas.

Nesse ínterim, Vasco retorna à quinta com a esposa e uma filha pequena e, sabedor das vicissitudes que Tomásia enfrenta, pensa em oferecer-lhe um pequeno estipêndio: “Sempre sou um Marramaque! Dou-lhe alguns pintos que não me fazem falta, e honro o meu nome.”<sup>157</sup> Mas não há nada a fazer, porque, como lhe retorna o abade, Tomásia tornara-se independente, ainda que continue a ser vilipendiada e chamada à boca pequena a *abadessa*, pela amizade que priva com o compadre. Ela fizera-se por si e transmite ao filho o que sabe e, quanto ao que desconhece, procura aprender para melhor educá-lo. Passados alguns anos, o abade sugere que o menino já tem idade para ganhar a vida no Brasil:

(...) o filho de Vasco Pereira Marramaque era um menino pobríssimo, que o amor maternal não devia esquivar ao trabalho e ao destino que o padrinho lhe talhara. Aos doze anos, o pequeno abraçava-se na mãe, e pedia-lhe que não o deixasse ir para o Brasil. Dizia êle que ia morrer, porque era muito fraco. Na verdade, aquela criança bebera no leite da mãe as lágrimas que ela represara. Crescera tolhiço, magrinho e pálido, como os filhos das casas opulentas e velhas raças. (BRANCO, 1960, p. 423)

O padrinho contata um afilhado também de nome Álvaro e também enjeitado, que Maria Moisés<sup>158</sup> – reconhecida como uma santa, pela mediação que faz entre as crianças abandonadas e as futuras famílias – trouxe para batizar e deixou sob os cuidados do padre. Uma vez embarcado e instalado no Rio de Janeiro, o rapaz enriquece, mas vive triste, porque lhe morreram a mulher e o filho. Ele vem em pessoa buscar o menino, mas, antes de partirem, diz-lhe: “Vais vêr teu pai...”<sup>159</sup> e, quando encontram Vasco, elevado à categoria de visconde, ainda que mal de fortuna, pronuncia-se:

– (...) V. Ex. talvez se lembre de um rapazito que lá chamavam o *Enjeitado*...  
 – Tenho uma ideia de um pequeno que subia às cerdeiras e nos deitava cerejas...  
 – Era eu.  
 – O senhor?... Então enriqueceu? Muito folgo... E este menino é seu filho?  
 – Não, senhor – respondeu Álvaro a meia voz – Este menino é filho de V. Ex.<sup>a</sup>  
 O visconde fez dois gestos indecisos entre a surpresa desagradável e o receio de que os lacaios escutassem.  
 – Vai comigo para o Rio – prosseguiu o brasileiro – e, como a morte por lá é mais freqüente, não quis eu que êle, tendo de morrer na flor dos anos, fosse deste mundo sem conhecer seu pai. Eu aprecio muito este lance, porque fui enjeitado.

<sup>157</sup> BRANCO, 1960, p. 422.

<sup>158</sup> A moça, já crescida, é o bebê que fora encontrado no rio, em *Maria Moisés*.

<sup>159</sup> BRANCO, 1960, p. 425.

O menino fitava como assustado o rosto do visconde, que também o encarava atentamente. (BRANCO, 1960, p. 426)

São duas realidades tão díspares que até mesmo a comunicação é interdita. Contrapõem-se as privações que Tomásia e Álvaro enfrentam à dissipação que o visconde de Agilde, a viscondessa e os filhos se acostumaram a fruir. Alguns anos mais transcorrem até que os atores tornem a se encontrar. O abade morrerá. Vasco sabe por seu procurador que Tomásia tivera alguns achaques e fora levada pelo filho. Ele se associara ao outro Álvaro, herdara seus bens em testamento e enriquecera no Brasil, mas o dinheiro não é garantia de felicidade, porque Álvaro, a completar 22 anos, ainda que tenha em mãos a fortuna, mantém uma tristeza infinita que o acompanha desde criança e acaba por adoentá-lo. O tratamento recomendado é o retorno à pátria. Mãe e filho instalam-se em Lisboa e ficam sabendo das dificuldades por que passa o tronco ilustre dos Marramaque; algo tão acachapante que até mesmo Vasco “gelou de espanto quando assim, aos 44 anos de idade, se viu desvalido com seis filhos, com a importância política perdida, desacreditado em todos os grupos, porque a nenhum era útil nem temível”. (BRANCO, 1960, p. 429)

Figura 33- Charge da *Semana Ilustrada*, 1867.



Fonte: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/invasao-dos-rudes>

Não admira que o oferecimento paterno repugne Álvaro. Ainda que Vasco se disponha a arcar com os custos, fica claro que não quer estreitar os laços com o filho natural, nem

arrumar problemas com a família legítima. No entanto, o que o rapaz mais deseja é o acolhimento do pai biológico. Ainda que Álvaro sonhasse com a emoção do reencontro entre pai e filho, o diálogo que se estabelece entre ambos é burocrático e, diante da pouca abertura de Vasco, poderia findar por ali mesmo, não fosse a mediação de Maria da Piedade, a primogênita do visconde de Agilde. A moça escutara a conversa atrás da porta e não só roga ao pai que receba o filho desafortunado, como se prontifica a ajudar na sua recuperação. No dia seguinte, Maria da Piedade reencontra o irmão e leva as suas joias, com o intuito de vendê-las e beneficiá-lo, mas logo percebe que nada disso é necessário:

– Que é isto? Saibamos, mana Piedade; o que aqui está parece-me que é a prova real do seu sobrenome – é a *piidade* fraternal – é uma esmola para o seu irmão pobre e doente, não é?...

– Eu pensei que – balbuciu Maria.

– Pensou que já não se faziam romances, principalmente de homens ricos a fingirem-se de pobres? Tem razão, mana Piedade, eu sou um desmentido a todos os costumes. Agora dê-me licença que eu examine tôdas essas cousas que são minhas – e desatava as pontas do lenço.

– Não veja – acudiu ela – não veja... peço-lhe...

– Não verei mas guardo-as; isso é meu. Se tenho alguma riqueza que me enche a alma, é isto. Olhe, Piedade, olhe para mim... não lhe parece que estou melhor? Veja o que é a felicidade! Não me dói o peito, não tenho febre, e até sinto – desculpe-me a prosaica franqueza – sinto vontade de jantar... Tenho saúde! Quer que eu lhe diga tudo o que se vai formando na minha inteligência, na minha consciência e no meu coração? Entrei aqui há oito dias sem fé, achava tudo isto uma irrisão da desgraça. Sinto-me agora religioso. Preciso de orar... hei de ir ajoelhar-me diante da imagem de Jesus Cristo, há de ir comigo, sim? Peço-lhe que me dê saúde, que me deixe viver para poder amá-la, minha querida irmã; peça-lho a chorar, como eu estou chorando... (BRANCO, 1960, p. 436 - 437)

Ainda que não ocorra a aproximação esperada entre pai e filho, o laço que Álvaro cria com a irmã abre possibilidades para uma nova conformação familiar. Com a força do dinheiro, ele obtém um reconhecimento informal, ainda que D. Leonor de Mascarenhas lhe chame “o bastardo”, e destrona o visconde de Agilde no papel de provedor. Maria da Piedade surge como o ponto de intersecção entre ambas as famílias e oferece ao filho de Tomásia uma nova vida, calcada na relação fraternal.

Enquanto Álvaro, no lugar nada confortável de filho natural, aprofunda os laços familiares, o bebê encontrado à beira do rio, em *Maria Moisés*, não tem igual sorte. Por desconhecimento da comunidade sobre as reais motivações para o “suicídio”, Josefa morre envolta em mistério, mas com a reputação ilibada. Quanto à criança, perde os vínculos familiares, enquanto o cestinho segue à deriva, e sobrevive porque é recolhida das águas por um pescador, que se compadece e exclama: “– Oh! Pobre menino! Atiraram-te ao rio! Ainda eu mais verei neste mundo? – e apalpando-lhe o corpo por baixo do saio, disse maravilhado: – E nem sequer está úmido! Isto é milagre!” (BRANCO, 1960, p. 464) São os sentidos e a

consciência humanos que fazem com que a criança se torne um membro do corpo social, ainda imersa em nova realidade. O Bragadas – caseiro da quinta de Santa Eulália – entrega-a à mulher, para os cuidados pós-parto:

– Ai! – exclamou ela examinando a criança – é uma menina, e ainda não tem cortada a *invide!*

Queria dizer que ainda não estava ligado o cordão umbilical. Isabel tinha a ciência prática da mãe de onze filhos, todos nascidos sem mais auxílio que o do seu homem e o da serena coragem naquele ato. Confessava-se na véspera, comungava de madrugada, e depois, com o maior sossego de alma e muita conformidade com as dores matava uma galinha e dizia ao marido:

– Vamos a isto, Bernardo.

Depois, lá prestava os cuidados à criança, ela mesma a lavava, não na queria enfaixada; dava-lhe aos braços toda liberdade, todo o alento os pulmões. (BRANCO, 1960, p. 465)

O caseiro e a mulher, no entanto, têm de arcar com a criação dos muitos filhos. A saída é recorrer aos donos da propriedade, naturais “do Arco de Baúlhe, gente nobre e antiga”<sup>160</sup>. Por mediação do cônego que lhes faz companhia, o desembargador aposentado e suas irmãs solteiras e cinquentonas decidem tomar para si a enjeitada, como um exercício de caridade:

– Na qualidade de mães substitutas que o sacramento lhes confere, visto que a recém-nascida não tem mãe conhecida, tem de ficar a criancinha a cargo dos seus padrinhos, pois que o Francisco Bragadas tem onze filhos... – acrescentou o cônego.

– Serão doze – atalhou o agricultor – mas se vossas senhorias tomarem conta da enjeitadinha, boa esmola lhe fazem.

– Sim, Francisco – disse o desembargador – tomaremos conta da enjeitada. Amanhã iremos a S. Salvador batizá-la. (BRANCO, 1960, p. 467)

Ainda que nós, os leitores, saibamos que a origem da criança remete, pelo lado paterno, à aristocracia, e pelo materno, ao campesinato, ela não dispõe de referências que venham a nobilitá-la. O enjeitado, como o próprio nome diz, é aquele que ninguém reclama para si. Tantos bebês pululam e em tantos lugares que, para atenuar a situação alarmante, é concebida a “roda dos expostos”, inicialmente na França. A intenção primeira é caritativa e funciona da seguinte maneira: As crianças, colocadas dentro de um cilindro oco, na parte externa e, girando-se o cilindro para o interior dos conventos, são amparadas pelos religiosos. E, como Isabel Guimarães Sá observa, o abandono de recém-nascidos torna-se uma prática corrente entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX:

Trata-se de um fenômeno de âmbito europeu, com particular incidência na Europa meridional. Portugal, a Espanha, a França napoleônica e as unidades políticas da península itálica conheceram um abandono maciço de crianças, ao qual fizeram face através de práticas assistenciais específicas e diferenciadas.

---

<sup>160</sup> BRANCO, 1960, p. 465.

Como componente fundamental desses sistemas de assistência temos a considerar o corpo legislativo, que não só permitia como inclusivamente institucionalizava o abandono, e que, naturalmente, regista variações de Estado para Estado. (SÁ, 1988, p. 76)

A “roda” mostra-se um sucesso, porque permite aos genitores se desfazerem da responsabilidade sem sofrerem as sanções legais. Mesmo que o bem-estar da criança passe a entrar na pauta do dia, de pouco em pouco, a salvaguarda da reputação das famílias é a motivação prevalente para a manutenção do sistema. Em Portugal, a “extinção da roda dos enjeitados, cuja existência era cada vez mais contestada, foi gradual ao longo da década de 1870. Em seu lugar surgiram os hospícios de abandonados, cujo princípio fundamental era o da admissão justificada. A exposição dos filhos deixou, pois, de ser livre.” (LOPES, 2010, p. 160)

A acolhida que o desembargador e suas irmãs dispensam à criança, no entanto, passa ao largo da ingerência governamental. Ela é uma filha das águas, tal e qual a personagem bíblica que conduziu o povo hebreu para a libertação, e a simbologia do episódio leva-os a batizá-la *Maria Moisés*. Aos 15 ela é recolhida ao convento, por falecimento dos benfeitores e aos 18, herda a quinta onde fora criada. Decidida a não mais voltar para o convento, cambia o seu rumo: “Ideara um viver muito diverso do monástico. Não podia conventualmente exercitar umas estranhas humanidades que lhe agitavam o coração desde que sua madrinha lhe legara recursos para as realizar.”<sup>161</sup> Ao dispor da herança que recebera da família adotiva, Maria Moisés passa a guiar legiões de crianças abandonadas, à “terra prometida”, ou seja, ao coração das novas famílias onde serão inseridas. No entanto, nem esse suposto final feliz, prometia um percurso de flores para os adotados, que permaneciam desprovidos de direitos. Segundo Irene Vaquinhas:

[...] os expostos, bem como as crianças desvalidas e abandonadas que conseguiam sobreviver às duras provações do seu nascimento (elevadíssima mortalidade infantil, desamparo afectivo e moral, precariedade de condições de criação e de sustento, negligência e desleixo das amas, moléstias), a partir dos sete ou doze anos de idade, ingressavam no mercado de trabalho, como criados de servir ou aprendizes, sendo-lhes entregues os trabalhos mais pesados e as remunerações mais baixas. (VAQUINHAS, 2010, p. 135)

Diferentemente de Tomásia, em *O Filho Natural*, que se purifica à medida que cria o seu filho e se torna independente, Josefa não tem igual oportunidade de ver sua filha crescer e, pela dedicação a ela em carácter integral, desfazer a nódoa que é a gravidez inoportuna aos olhos da sociedade do período, como Elisabeth Badinter comenta:

---

<sup>161</sup> BRANCO, 1960, p. 471.

Mas como poderá uma mulher saber que expiou suficientemente e que se sacrificou o necessário para cumprir seus deveres maternos? A resposta lhe é dada pelo filho. Como o destino físico e moral deste depende totalmente dela, o filho será o sinal e o critério da sua virtude ou de seu vício, de sua vitória ou de seu fracasso. A boa mãe será recompensada e a má será punida na pessoa do filho. Uma vez que “o filho vale tanto quanto a mãe” e que a influência desta é absolutamente determinante, só depende dela que seu filho seja um grande homem ou um criminoso. (BADINTER, 1985, p. 272)

Tomásia abre mão das paixões para ser mãe e tem como resultado um filho retornado e enriquecido a enaltecê-la. Ela faz um contraponto com a Maria da Laje, cuja filha não cumpre os rígidos códigos da família e engravida fora do casamento. Ao abandonar Josefa em trabalho de parto, Maria demonstra não suportar o seu fracasso como mãe, uma vez que compreende o embaraço da filha como a sua própria falta. Por fim, quando Josefa foge de casa com o recém-nascido e se afoga, a responsabilidade volta em forma de culpa e Maria da Laje enlouquece com a perda da filha única. Mas a criança encontrada ao acaso, quando adulta, abraçará uma causa nobre e redimirá, sem saber, a avó e a mãe:

Uma noite, acorçoada pelo amoroso desvelo de Maria, a filha do Bragadas, com mais lágrimas que expressões, revelou que estava perdida, porque o pai de seu filho já não podia remediar a sua desonra.

A enjeitada quedou-se a olhar para Joaquina com muita tristeza e espanto. Do seu próprio nascimento inferia ela uma desgraça semelhante à de Joaquina; mas o pudor, a religião e a repugnância congenial da sua vida pura sofreram uma dor íntima com a inesperada confissão. O coração decerto as tinha, mas não lhe inspirou de pronto palavras confortadoras. Separou-se dela profundamente magoada e pensativa; mas não adormeceu. Alta noite ouviu ringir a porta do quarto de Joaquina. Ergueu-se alvoroçada pelo pressentimento de que a infeliz rapariga ia matar-se. Não a encontrou no quarto; correu à porta da sala de espera que ela nesse momento abrisse. Reteve a desvairada, e disse-lhe abraçando-a:

– Onde vais?

Joaquina com a vista vaga e turva de quem chorou até que a demência lhe secasse as lágrimas, sentindo-se apertada ao seio daquela a quem se confessara mãe desonrada e perdida, balbuciou:

– Não diga a ninguém a causa da minha morte, que meu pai está muito acabado; e se ele o souber, morre de paixão...

– Fala baixinho, que não ouça o Sr. Cônego – disse Maria apontando para o quarto de hóspede – Vem para o meu quarto, Joaquina, e lembra-te que eu sou aquela enjeitada que teu pai pôs no colo de tua mãe quando tu lá estavas. Vem; e, se és minha amiga, não chores, nem me assustes. (BRANCO, 1960, p. 473)

Maria Moisés leva Joaquina para longe da casa paterna, para que venha a parir sem escândalos e retorna com ela e o bebê, apresentado-o aos demais como mais um abandonado, que a própria mãe, tornada cuidadora deste e dos demais enjeitados, trata de criar. Bragadas, sem saber que é avô, obtempera:

– [...] O que eu lhe digo é que, se se espalhar a notícia de que a senhora recolhe os enjeitados, verá que lhe chovem em casa como a praga do Egito. E olhe que está em terra azada para meter em casa mais garotos do que andam na escola do Farripas em

Santo Aleixo. Isto por aqui é um louvar a Deus de mulheres perdidas... Já não há pais que saibam criar as filhas com pão e pau...  
 Joaquina afastou-se com os olhos marejados de lágrimas, e Maria Moisés, retirando-se, cortou a diatribe que o pai severo vociferava contra a dissolução dos costumes...  
 (BRANCO, 1960, p. 475)

De fato, a demanda por assistência às vítimas de abandono é maior do que a capacidade de absorção, frente às limitadas ações de particulares e das ordens religiosas. Mesmo com a herança do padre e os rendimentos da propriedade, que hão de servir à obra caritativa por 10 anos, Maria Moisés passa a enfrentar dificuldades econômicas para manter a si e aos seus:

Principiou a inquietar o ânimo de Maria o receio de não poder com tamanho encargo. Assaltavam-na, a cada passo as reflexões do Cônego Botelho. Quando se assentava à sombra do olmo, ouvia-o com saudade, e pedia a Deus que a ensinasse a responder aos argumentos do padre, e lhe desse meios para ver criados os dez enjeitados que tinha em casa e os que mandara criar fora. [...] Como só de *per si* já não podia cuidar na educação dos enjeitados, Maria Moisés pedia às pessoas abastadas que a auxiliassem, não com dinheiro, mas com a caridade de se encarregarem de alguns. Assim foi que o abade de Pedraça tomou para si aquêlo pequenino que se chamou Álvaro, e depois legou ao filho natural do Visconde de Agilde o farto ouro que parecia trazer consigo o condão da enjeitada de Santo Aleixo. (BRANCO, 1960, p. 476)

O narrador, nesse ponto, faz do enjeitado Álvaro e do seu padrinho, o abade de Pedraça, os fios que irmanam ambas as narrativas, como já o fizera, ao mencionar Maria Moisés, em *O filho natural*. Trata-se de uma estratégia tipicamente camiliana para fidelizar o seu público; expediente de que ainda hoje se utilizam os folhetins eletrônicos. Mesmo apontada como uma santa na localidade e arredores, Maria não tem como dar prosseguimento à missão que se arroga e põe a propriedade à venda. Nesse ínterim, retorna a Portugal Antônio de Queirós e Menezes:

Tinha sessenta anos. Não casara, nem grajeara família de ordem nenhuma. Viera só mais velho que a sua idade, cheio de condecorações e mais nada. Antônio de Queirós era rico em Portugal. Os vínculos não pôde o pai desviá-los da linha varonil, nem os mordomos por êle encarregados da fiscalização dos grandes bens lhos depreciaram. As irmãs casadas com pequenas legítimas, assim que chegavam navios brasileiros com a notícia das febres devastadoras sentiam um vago contentamento na hipótese de ser Deus servido levar-lhes o mano general. Como viviam casadas com uns fidalgotes de meia escudela, fragueiros, brutos e forçados, à míngua de recursos, a matarem coelhos para matam o tempo, aquelas senhoras mandavam deitar as cartas a uma criada velha para saberem se lhes viria alguma herança. Entretanto, o irmão, de vez em quando, ordenava ao mordomo que lhes desse porção das suas rendas supérfluas. (BRANCO, 1960, p. 476-477)

Com o seu longo afastamento, o relacionamento entre Antônio e as irmãs não queda preservado e o agora general brasileiro segue solitário. Morrera-lhe Josefa sem explicação plausível; morreram-lhe os pais; poucos conhecidos em Portugal lembram-se dele: “Alguns

havia sido seus companheiros na caça, outros brincaram com êle na infância, e lembravam-se das travessuras do fidalguinho” (BRANCO, 1960, p. 479). Mesmo assim ele retorna à terra de origem, tentando compreender o passado, ao puxar o fio esmaecido da memória. Um amigo de infância reencontra-o e restabelece um fio partido:

– Parece-me que vejo reviver o passado... Olha Queirós, na mesma noite em que essa rapariga apareceu moribunda no rio, um homem que andava à pesca encontrou uma criança viva num berço levado à tona d’água. Falando eu a esse respeito com o cirurgião, me disse êle que a Josefa talvez se não suicidasse; mas que morresse quando ia fugir com a criança para a tua casa. [...] Antônio... recordo-me eu agora perfeitamente de que, nas minhas cartas, te dizia que o teu filho podia existir... E foi por isso mesmo que teu pai as subtraiu... Não te parece?  
 – É possível; mas... que novas dores a esperança me está gerando na alma! A esperança!... que posso eu esperar das transformações de trinta e sete anos, meu amigo? (BRANCO, 1960, p. 479)

A esperança de Antônio de Queirós ganha concretude quando, ao reencontrar o reitor de Santo Aleixo, este lhe confia que ouvira a mãe de Josefa em sua última confissão:

Estava a moribunda então no perfeito uso das suas faculdades; e, coberta de lágrimas, me disse que sua filha, na tarde do dia em que morrera, dera à luz uma criança. [...] Perguntei-lhe se não ouviu dizer que nessa mesma noite fora encontrada uma menina no rio dentro de um cesto de vime; respondeu que, apenas dera pela falta do berço, caíra como morta, e quando voltara a si fugira para casa dos irmãos, onde não sabia como viveu muitos meses, e passara temporadas de que não lhe restava a menor lembrança. Para mim – concluiu o vigário – está provado que Maria Moisés é filha de Josefa.  
 O general estreitou ao peito o Padre Bento, beijou-lhe as cãs, e exclamou com a alegria de uma criança:  
 – Havemos de ter uma velhice muito feliz.... Eu hei de viver muitos anos e o Padre Bento, o meu condiscípulo, vai ser o meu capelão e o diretor da caridade da minha filha! (BRANCO, 1960, p. 484)

A título de adquirir a propriedade que está à venda, Antônio de Queirós comparece à quinta e reconhece em Maria Moisés “o retrato de sua mãe, favorecido pela palheta de artista caprichoso que desadorasse as fortes e vias cores das formosuras do campo; era Josefa de Santo Aleixo, depois de respirar em dez invernos o ar do Teatro de S. Carlos, e em dez estios o ar latrinário dos passeios de Lisboa. ” (BRANCO, 1960, p. 486) O retrato ganha relevância, dado o seu caráter documental que há de consumir o reconhecimento. As lacunas de origem estão preenchidas e Antônio apresenta-se como o pai que Maria Moisés nunca teve:

– [...] Se eu morrer debaixo da luz dos teus olhos, Deus me chamará a si, não pelos meus merecimentos, mas pelas virtudes de minha filha. Pedirás estão a Deus por teu pai, Maria?  
 – Eu! Jesus! Sua filha! – clamou ela, pondo as mãos convulsas, quando êle a beijava na frente.  
 Maria caiu de joelhos, pendente dos braços do pai; e os velhos e as crianças ajoelharam também frementes e estáticos, sob a fâsca elétrica daquele sublime lance. (BRANCO, 1960, p. 488)

Além da atestada nobreza de caráter que lhe permitirá continuar a sua obra, Maria Moisés passa a beneficiária pelo “princípio da legitimidade”. Como Pina Cabral sublinha “subjacente a este complexo imagético, está presente uma tentativa de construção simbólica da necessidade de paternidade”. (CABRAL, 2003, p. 83), o que nos permite inferir que, com o perfilhamento, ela nasce de novo, dessa vez no plano legal e consegue, graças à intervenção humana, superar a situação aguda do abandono que punha em risco a sua existência. Mas sobreviver não é tudo; a sensação de pertencimento é um bem que só aquele que perdeu ou nunca teve é capaz de valorar na exata medida.

A consciência de que o mundo europeu, nos oitocentos, perde anualmente um contingente significativo de crianças, sujeitas ao abandono, ao aborto e ao infanticídio, possibilita gradualmente a percepção de que se desperdiça, em termos projetivos, uma força de trabalho poderosa, o que contribui para reconfigurar o retrato da infância, enquanto objeto de investimento futuro, e Fialho de Almeida está entre os que defendem de forma aguerrida uma nova concepção de infância, ao denunciar na mídia impressa as formas atentatórias a que as crianças, especialmente as mais pobres, estão sujeitas.

Avançando para além do caráter meramente documental, Fialho oferece, em “Conto do Natal”, publicado em 1893, em *O País das Uvas*, um posicionamento crítico reelaborado pela ficção. Comparece à primeira cena da narrativa uma mendiga à procura de um lugar para passar a noite. Ela chega a um pequeno convento, para os lados de Vila dos Frades, onde ao lado, em um cemitério abandonado, estão enterrados vários familiares seus. A mulher logo descobre que o lugar não está desabitado, como inicialmente supunha: “Ao acercar-se do forno, uma claridade viva a surpreende. O alpendre ficava do outro lado, numa descaída brusca do montículo e ali está gente, há falas de homem...– ai pobre velha! Aonde há ela de passar a noite?” (ALMEIDA, 1973, p. 93)

Não havendo outro lugar para ir, queda-se Josefa – note-se que a mendiga é a única a dispor de um nome, porque o narrador a humaniza enquanto discorre sobre o seu passado – a observar quem já se encontrava e, enregelada, pensa em pedir lugar junto ao fogo, quando ouve um grito lacerante de mulher: “Aquele berro a velha conhece-o, é horrível e terno, angustioso e delicado, e toda mulher que o solte principia esposa e acaba mãe.” (ALMEIDA, 1973, p. 93) Pária como os que ali se encontram, ela distingue um homem acorado diante da fogueira. A tríade remete à Sagrada Família, que só faz crescer em valor simbólico, à medida que a noite avança e as contrações da parturiente se avolumam. Como Maria Lúcia de Brito Moura faz saber:

O culto da Sagrada Família, apresentada como modelo aos católicos, vai se desenvolvendo desde os finais do século XIX, Leão XIII e os pontífices que se seguiram dedicaram-lhe grande atenção. Este culto articula-se com o incremento da veneração a São José, o patriarca a quem fora confiada a guarda de Jesus e de sua Mãe. Num tempo de convulsões sociais, realçava-se o facto de São José ter sido um trabalhador manual, sendo apontado como “o perfeito modelo do operariado católico”. A humildade do santo, a sua resignação e o amor ao trabalho eram exaltados. Evidenciava-se que, na hierarquia celeste um homem de condição modesta, um operário, ocupava lugar cimeiro. (...) (MOURA, 2010, p. 307)

Historicamente, a Sagrada Família funciona como o paradigma da família nuclear, por compor um todo harmónico pautado na humildade, na solidariedade e na caridade. A imagem do pai, nos setecentos, adquire relevância, conforme observa Ariès:

Ele aparece no primeiro plano, como o chefe da família, em outro retrato da Sagrada Família à mesa pintado por Callot e igualmente popularizado pela gravura “A Virgem, São José e o menino”, comenta E. Mâle, tomam a refeição da noite: um candeeiro colocado sobre a mesa cria um contraste entre a luz viva e a sombra profunda, e dá à cena um aspecto misterioso; São José dá de beber à criancinha, enternecedora de tão bem-comportada, com um guardanapo em torno do pescoço. ” Ou há ainda o tema que E. Mâle chama de “A Sagrada Família em marcha”, em que o menino é colocado entre Maria e José. Imagino que os teólogos da época possam ter visto aí a imagem da Trindade, mas o sentimento comum se comovia com esse tema como se fosse uma exaltação da família. (ARIÈS, 2012, p.151)

No entanto, a cena observada pela mendiga acaba por se mostrar o avesso da iconografia católica. Diferentemente da figura protetiva de José, o homem é truculento com a futura mãe. Os devotos passam próximos dali, encaminhando-se para a Missa do Galo, e o homem, temendo que sejam descobertos, reage brutalmente aos gritos angustiosos:

(...) enclavinha os polegares assassinos sobre a garganta da mulher. – Calas-te ou morres!  
E a sua voz surda, pequena sacudida, humilde quase, vem explodindo e crescendo, até bravejar num rouquejo de cólera exaustivada: – Cala-te, diabo! Cala-te, estafermo!  
A mãe, coitada, mal pode estrangular os urros que a expulsão lhe arranca, em dores medonhas, como se trinta mãos brutais lhe estivessem arrancando as vísceras, ligamento a ligamento. (ALMEIDA, 1973, p. 95)

Enquanto Jesus, José e Maria figuram unidos como uma só pessoa, as personagens da narrativa não têm direito sequer ao próprio nome e vivem em total privação. Diante da precariedade de recursos e sentimentos que do seu posto presencia, Josefa mostra-se “prestes a dar-se, toda cheia de celestes compaixões por essa mísera mulher que a desgraça forçou a parir numa ruína sem ao menos ter a aquentá-la como a Virgem, o hálito da vaca e da jumenta, e as solitudes ideais do carpinteiro”. (ALMEIDA, 1973, p. 95)

Figura 34 – *A Sagrada Família na mesa*. Gravura. 190 x 165 cm. Jacques Callot, 1628.



Fonte: <https://alpha.sib.uc.pt/?q=content/gravuras-de-jacques-callot-das-colec%C3%A7%C3%B5es-do-museu-de-arte-antiga-e-da-biblioteca-nacional>

Apesar de o narrador remeter à cena bíblica, nesta noite de Natal cessam as similaridades. A mulher não mais geme; a criança nasce e o silêncio é completo; o homem mantém “uma expressão de campônio perverso, meia animal, meia humana”. (ALMEIDA, 1973, p. 95) A mãe pergunta pelo sexo do bebê, mas não obtém resposta; ela pede-lhe: “–Dá-me a criança [...] – Quero dar-lhe mama, não morra de frio a pobrezinha!” (ALMEIDA, 1973, p. 96) Vê-se que a sua iniciativa primeira é dar aconchego e nutrição. O homem, no entanto, não lhe dá ouvidos, nem à velha que estendera os braços para receber a criança, mantendo sob o seu poder “o pequeno ensanguentado que vagia de frio, conjugando os beicitos numa sucção de instinto, que deveria ter feito sorrir de enternecido um outro pai”. (ALMEIDA, 1973, p. 96) Ele tem outras ideias em mente ou ideia nenhuma, a notar pelo semblante embrutecido, e tem um problema em mãos: um nascituro, para o qual não há observância quanto ao sexo, ao nome, a referências familiares ou mesmo à vida futura. Isabel Guimarães Sá reflete que “é sempre na unidade familiar que se joga o destino da criança, quer se opere a exclusão de um indivíduo de uma determinada unidade familiar e sua integração noutra – caso do exposto – quer a sua supressão através do infanticídio, aborto e supressão de parto.” (SÁ, 1988, p. 77)

Pai, ainda que por pouco tempo, a personagem masculina faz valer a sua potência no que tange ao exercício da virilidade e da fecundidade. No entanto, como diz Pierre Bourdieu, “a virilidade entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência [...] é, acima de tudo, uma *carga*”. (BOURDIEU, 2014, p. 64), o que o leva à decisão definitiva, à revelia das mulheres:

Havia à beira d’água um pedregulho. Ele deteve-se. Instantaneamente a sua cara envelhecera, leques de rugas radiavam-lhe dos cantos das pálpebras, sobre a pele da testa e da faceira, e a lívida boca, agora seca, súplice quase, tinha sombras de angústia às comissuras e convulsivos tremores nos beiços desbotados.

Mais uma vez lançou a vista ao derredor, numa suspeita atroz de o estarem vendo, e ergueu o braço, com o pequeno seguro pelos pés como um coelho... Porém a luz do luar incomodava-o.

Tornara para trás, desalentado, furibundo consigo, e resmungando alto imprecações. Mas veio-lhe de repente uma veneta, e bruscamente, com um resfolegar de bezerro, escavacou o pequeno contra a rocha. A pancada dera na pedra um som de melancia podre, esborrachada em surdina, baça e turgente. Foi um momento aquilo, e todas as coisas voltaram ao êxtase hibernal de instantes antes. (ALMEIDA, 1973, p. 96)

O homem envelhece com a resolução e abdica da paternidade. Abre mão também da própria humanidade, diante do crime hediondo, segundo a percepção contemporânea, que é o infanticídio. No entanto, nos oitocentos, como Isabel Guimarães Sá destaca, “o infanticídio é muitas vezes encarado como uma alternativa ao abandono de crianças, sendo um tema abordado com frequência no debate público que antecede a criação das “rodas”, as quais os seus opositores tendiam a considerar como “casas de infanticídio legal”. (SÁ, 1988, p.84) Enquanto vigoram as Ordenações Monárquicas, o parricídio é um crime punido com a morte. Mas não se percebe nas referidas ordenações, que se estendem até o início dos anos 50, do século XIX, o infanticídio como um ato criminalizado; lê-se nas entrelinhas que o infrator deve ser responsabilizado. À impunidade implícita em relação ao infanticida advém uma mudança substancial com a promulgação do primeiro Código Penal português<sup>162</sup>, que estipula, no Artigo 356º a pena de morte àquele que [...] cometer o crime do infanticídio, matando voluntariamente um infante no acto do seu nascimento ou dentro de oito dias depois do seu nascimento [...]” No entanto, segue em parágrafo único, um atenuante: “No caso do infanticídio cometido pela mãe para ocultar a deshonra ou pelos avós maternos para ocultar a deshonra da mãe, a pena será de prisão maior temporaria” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2002, p. 113). Conclui-se que a defesa da honra ainda tem a prevalência sobre o bem-estar das crianças.

<sup>162</sup> Publicado no Diário do Governo, nº 304 a 307, de 24 a 29 de dezembro de 1852, consta no Código Civil o Capítulo III (Dos crimes contra a segurança das pessoas), Secção 2ª (Homicídio voluntario agravado pela qualidade das pessoas), segundo o qual, no Artigo 355º, pune-se com a pena de morte “aquelle que matar voluntariamente seu pae ou mãe, legitimos ou naturaes, ou qualquer dos seus ascendentes legitimos” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2002, p. 113)

Na narrativa que segue não há justificativa que amaine o crime perpetrado contra a criança, até porque os leitores desconhecemos o histórico pessoal dos proscritos e não alcançamos se há ação legal que coíba o assassinato sistemático de tantas crianças, assim como a negligência e o abandono a que tantas outras são submetidas. Tudo o que o narrador pode fazer – e é disso que ele quer falar, da sua impotência em situações dessa natureza e da omissão do público, enquanto expectador dessa tragédia cotidiana e sem rosto – é, para horror dos crentes e dissabor dos conscientes, expor a face do anjo: “um cadaverzinho de infante recém-nado, roliço e roxo, cuja boquinha fria de inocência e cuja alma devera estar se incorporando àquela hora no cortejo de eleitos, que todos os anos vem, com o menino Deus, refazer na crença dos simples a suavíssima lenda de Natal.” (ALMEIDA, 1973, p. 97) O desfecho deixa para o leitor o travo amargo e a percepção nua e crua de que o recém-nascido é impedido de fruir daquilo que há figurar como condição *sine qua non* em qualquer peça jurídica sob os auspícios do Estado moderno: o direito à vida.

#### 4.3 Entre irmãos e amigos

As relações entre os pares que, em princípio, entendemos como igualitárias por envolverem irmãos e, por conseguinte, a suposição de uma vivência fraterna desde a infância, nem sempre tem funcionado assim. Na primeira metade dos oitocentos, mantém-se o costume da transmissão dos bens em bloco, tradição que remonta à formação da nacionalidade portuguesa, em seus primórdios. Os primogênitos herdavam a propriedade de seus pais, os quais, por sua vez, recebiam-na das mãos dos ancestrais. Aos filhos segundos pouco resta, o que obriga muitos a recorrerem à imigração, às carreiras militar e jurídica, a postos na burocracia estatal, à política ou ao sacerdócio. Às filhas restam opções ainda mais restritas: o casamento ou a vida religiosa. Não causa espanto, portanto, que as irmãs de Antônio de Queirós e Menezes<sup>163</sup> desejem que os paquetes retornados da ex-colônia tragam notícias da morte do morgado, que emigrara por dissensões com o pai e por desilusão amorosa. Ele perde o contato com a família de origem, mas não o direito aos vínculos, cujos dividendos continua a receber durante as décadas em que permanece no Brasil, até retornar a Portugal como oficial de patente.

---

<sup>163</sup> Cf. “Maria Moisés”. Ver BRANCO, 1960.

Às “manas” cabem casamentos arranjados com fidalgotes que primam pela inação, o que justifica inclusive a derrocada do projeto nobiliárquico. Quanto ao general Menezes, vez por outra, destina parte do seu rendimento superavitário para as irmãs, como prova de boa vontade. Verifica-se, no episódio, uma relação verticalizada, em que o primogênito, com a morte do pai, ocupa o ápice da pirâmide e as irmãs, por ordem de sucessão e gênero, permanecem subalternizadas na hierarquia familiar.

Com a vitória do liberalismo, firma-se – mas só na década de 60 – por decreto o fim dos morgadios e dos direitos de primogenitura. Essas medidas contribuem para o ocaso do patriarca e influem na partilha entre os herdeiros legítimos, conforme o Código Civil de 1867. O Capítulo II, “Do poder paternal”, entre os Artigos 101º e 136º, categoriza os filhos em: legítimos, ilegítimos, perfilhados e espúrios (estes últimos não podem em hipótese alguma ser perfilhados. São os filhos adulterinos e os incestuosos). Tão criteriosa normatização busca responder às idiosincrasias da família burguesa. Diante do temor do adultério a assombrar os agregados domésticos, cria-se toda a sorte de contenções para evitar que os bens passem a membros estranhos ao quadro familiar legalmente constituído. O estratagema jurídico resulta na hierarquização dos filhos, o que repercute no relacionamento entre os irmãos.

A ficção pincela cenas dantescas com os diferentes enfrentamentos no âmbito privado. Haja vista o menino Álvaro<sup>164</sup>, que nasce em meio ao repúdio à sua mãe pelo amante. Como Vasco e Tomásia vivem na informalidade, resta ao bebê a tarja de “filho natural”. Apesar de Álvaro ter crescido, emigrado e vencido na vida, nada dissipa a sua melancolia, até sua meia-irmã Piedade retirar o manto da invisibilidade em que estivera envolto desde o nascimento. Ambos conjugam os respectivos universos familiares e propõem novas formações familiares:

Álvaro Afonso da Granja deu pelas joias de Maria da Piedade as quintas do Visconde de Agilde penhoradas pelo Banco Hipotecário. Piedade fêz presente das quintas a seu pai com a condição de a deixar viver seis meses de cada ano em Lisboa com seu mano Álvaro. Tomásia chama-lhe a sua filha; e D. Leonor, quando fala de Álvaro chama-lhe *o bastardo*. (BRANCO, 1960, p. 437)

O amor fraterno como último pilar a sustentar uma família é novamente referido em *O anel do diplomata*, de Maria Amália Vaz de Carvalho. O advogado Vasconcelos saíra do centro para amargar uma função mal paga na aldeia de origem. O passado honrado não o livra de morrer “pobre, sorte de todos os causídicos de província, que logram vencer, quando muito, por mês, o que qualquer dos colegas de Lisboa e do Porto dá aos seus agaloados

---

<sup>164</sup> Cf. “O Filho Natural”. Ver BRANCO, 1960, pp. 437

trintanários”.<sup>165</sup> E não deixa aos filhos outro legado que não o amor de irmãos para se apoiarem mutuamente:

Amparado nos braços de um amigo de infância, [Antônio] entrou no aposento em que a irmã pálida e desfeita expedia gritos clamorosos e histéricos.

– Sozinha, repetia a mísera, sozinha!

– E eu, minha querida Francisca? Não te lembraste do teu irmão? Disse o moço engolindo as lágrimas e fazendo-se forte para dar coragem à desgraçada menina. (CARVALHO, 2007, p. 60)

A relação entre irmão e irmã goza de uma prerrogativa que a distingue dos demais laços consanguíneos. Isso porque, como acentua Alain Corbin:

Existe aqui uma exceção na barreira que separa os sexos: a relação privilegiada que pode unir irmão e irmã, cuja importância me parece ser menos lembrada do que mereceria. [...] O irmão é mesmo o único rapaz com quem a moça pode então mostrar-se familiar; a irmã representa a única moça comportada que o rapaz conhece na intimidade. A severidade da moral e o rigor do código de frequência conduzem simultaneamente a aumentar a importância da fraternidade e reduzir sua expansão sentimental. Os fantasmas de um e de outra mantêm uma confiança em tom menor, em que vêm se perder o desejo e o medo de entregar-se. (CORBIN, 2009, p. 480)

Antônio cursa Direito em Coimbra e há de depender da ação benemérita de alguns amigos de seu pai e do pároco local até concluir a formação. Ele se estabelece em Lisboa, onde vê possibilidades mais amplas, mas os primeiros anos são assaz difíceis: “– Ao princípio Francisca, dizia o moço doutor, não correrá tudo à medida dos nossos desejos, mas tu hás-de ter muita coragem, não é assim? Quando eu entrar em casa, e vir um sorriso na tua boca, verás como me lanço ao trabalho com vontade e intrepidez... Pobre criança!” (CARVALHO, 2007, p. 62) Nesse ínterim, o bacharel encontra na rua um velho amigo do seu pai, que à altura ocupa um cargo elevado na diplomacia e conta-lhe as agruras que enfrenta com a irmã. Jorge Alvim relembra que seu pai o salvara no cerco do Porto e se dispõe a apresentá-lo à alta sociedade:

– [...] Começaremos a combater o monstro [da miséria] hoje mesmo. Para isso é preciso que V. Ex.<sup>a</sup> envergue as armas próprias para combates desta ordem. Em vez do arnês, do broquel, das caneleiras e do elmo, aconselho-lhe que se vista com elegância igual à sua gentileza, porque vai combater a fera no salão da mais elegante senhora de Lisboa e ante a presença das nossas mais acentuadas celebridades políticas e literárias [...]. (CARVALHO, 2007, p. 64)

Em um meio tão restrito, uma maneira de alçar a promoção profissional é acorrer às mecas da sociabilidade, para tornar-se conhecido e, num futuro nem tão distante assim, bem colocado. Francisca ajuda-o a trajar sua melhor casaca, ainda que um tanto gasta:

– Proíbo-te que estejas com essa cara desconsolada. Digo-te eu que é o mais bonito que lá aprece. Depois mo contarás.

---

<sup>165</sup> CARVALHO, 2007, p. 60.

E conversando e rindo, num abandono divino e infantil, aqueles dois camaradas na adversidade edificavam castelos de ventura esquecidos de que o padeiro naquele dia recusara fiar-lhes mais pão. Oh, mocidade! (CARVALHO, 2007, p. 64)

No salão tudo corre bem, com Jorge Alvim particularmente inspirado, a exhibir um anel com diamante, que a essa altura passa de mão em mão. Repentinamente, a senhora ao lado de António exclama que o anel sumira e, diante do impasse, o próprio Jorge sugere que todos sejam revistados pelos donos da casa. António é o único conviva a se negar à revista e, cada vez que tenta se explicar, maior se torna a desconfiança geral, assentada nos preconceitos de classe: o rapaz é pobre, está malvestido e demonstra nervosismo. A tal ponto chega a situação em falso em que ele se coloca, que nada mais há a fazer do que declarar aos presentes:

– Peço que me escutem! como sou o único pobre que aqui está, e como todas as circunstâncias são em meu desfavor, podem julgar que fui eu que roubei esse anel. Se não consenti na proposta feita pelo S. Jorge Alvim – e na palidez do seu rosto destacavam-se duas rosas de pejo –, foi porque, se me revistassem, encontravam-me no bolso isto que eu furtei para levar à minha irmã que não come desde ontem... disse o mancebo tirando da algibeira um pão. (CARVALHO, 2007, p. 68)

A dona da casa aproxima-se e vê-se o faiscar da pedra enredada nas franjas do vestido. Desfeito o engano, o rapaz é aceito pela sociedade e os tempos de privação dos irmãos tornam-se águas passadas, porque “António de Vasconcelos ocupa hoje com geral aplauso e com grandes créditos o lugar de secretário na embaixada de que é ministro seu amigo e cunhado Jorge Alvim”. (CARVALHO, 2007, p. 68) Depois do episódio, António passa à carreira solo, sem que haja menção à família da qual se dizia arrimo e sua irmã recolhe-se à insignificância, o que equivale a demonstrar humildade e modéstia. Mas o “final feliz” reservado ao jovem advogado não se efetiva apenas às custas da sua honestidade. A sonhada posição, António consegue-a com um casamento bem arranjado por quem o apadrinhara e que agora é, inclusive, o seu cunhado. Muito há que caminhar até que o personalismo das relações ceda espaço para os atributos puramente profissionais, mas a mobilidade social, por si só, é um fenômeno a ser distinguido.

Ainda que as mudanças sejam sutis, tornam-se aos poucos perceptíveis. Haja vista o que ocorre com a Madalena, em *A Morgadinha dos Canaviais*, apontada como a “morgadinha”, porque a sua madrinha assim o fora de fato e de direito e lhe deixara, ao morrer, o seu patrimônio. Morgada a jovem não mais será por que, no decorrer da Regeneração, os vínculos são completamente abolidos<sup>166</sup>, mas mantém a alcunha como um

<sup>166</sup> Como salienta Nuno Monteiro: “O rápido declínio econômico dos sucessores das velhas casas aristocráticas parece confirmado pela participação mínima que tiveram na venda dos bens nacionais bem como desvinculação

termo afetuoso que lhe destinam os locais. Primogênita do Conselheiro Manuel Bernardes e educada na cidade, Madalena volta para aldeia com a morte da mãe, a lidar com a governança da casa e a dispor de ascendência sobre os irmãos mais novos e os primos:

- Lena, olha a Anica, que está a deitar sopa dela no meu prato.
- Deixa falar, Lena, deixa falar, foi ela que primeiro a deitou no meu. Não tem vergonha de mentir!
- Então, disse Madalena, que a este nome correspondia a contracção familiar, de que se serviam as crianças. – Olhem agora se têm juízo. Vejam se querem que eu vá dizer à mamã que venha para aqui.
- Não é ela a mãe, visto isso – pensou Henrique, como quem modificava uma opinião que concebera antes e folgava com a modificação. – Será irmã? Talvez... Ou mestra... É mais provável que seja mestra. Essa mulher foi decerto educada na cidade. Tens uns ares distintos... (DINIS, [19--], p. 273)

A filha mais velha do Conselheiro, ao final, confessa uma paixão antiga por Álvaro, um mestre-escola, realizando um *declassement* tipicamente dinisiano, como também ocorre em *As Pupilas do Senhor Reitor*, onde as órfãs Clara e Margarida tem uma à outra e ao reitor para se haverem no mundo. No entanto, a irmã mais velha, busca a todo o custo preservar Clara de suas pequenas inconseqüências e é recompensada por sua abnegação, porque a irmã, noiva de Pedro, livra-se de uma situação comprometedora. Por fim, Clara amadurece, as irmãs mantêm a reputação e participam de um duplo casamento:

- Nunca fiz um casamento com tanta vontade! – disse o padre esfregando as mãos.
- E fica tudo numa família – observou José das Dornas, todo satisfeito. [...]
- Pedro, achando-se perto de Daniel, abraçou-o com expansão de alegria.
- Ou a noite de antes de ontem ou o dia de hoje, irmão – dizia ele, quase lagrimejando.
- Agora sim! – exclamava o reitor, vendo aqueles contentamentos. – Agora, quando Deus me chamar a si, posso dar contas limpas aos pais destas raparigas. Estou certo que deixo felizes as minhas duas pupilas. (DINIS, [19--], p. 232)

Na obra dinisiana, familiaridades várias envolvem os mais diversos atores. Jenny e Carlos Whitestone, personagens de *Uma família Inglesa*, são órfãos de mãe e têm como pai o industrial Richard Whitestone. A filha mais velha faz o papel de mediadora entre o irmão estouvado e o pai rigoroso, procurando dirimir o conflito de gerações. Para a família, Jenny:

- (...) [é aquela] a quem Deus confia os destinos da família; desses simpáticos vultos de mãe, de irmã e de esposa, por todos encontrados ou sonhados ao menos uma vez na vida, astros inacessíveis às violentas tempestades que tantas vezes ameaçam o horizonte doméstico, anjos pacificadores entre os seus, que com todos repartem carinhos e afagos, que com lágrimas e sorrisos a todos consolam e recompensam. (...)
- (DINIS, [19--], p. 598)

Seu irmão é dado a imprudências e mais sujeito às críticas paternas. Na noite de carnaval, ele depara-se com uma misteriosa morena. Ela chama-se Cecília, filha única do

---

acelerada do que restava dos respectivos bens patrimoniais, iniciada, aliás, muito antes da abolição final dos vínculos (1863).” (MONTEIRO, 1993, p. 84)

guarda-livros de Mr. Whitestone, e se vê em apuros, porque não é de bom-tom que uma moça de família seja abordada sozinha na rua, em um festejo mundano, mesmo que por mera curiosidade. Jenny, sabedora do ocorrido entre Cecília e Carlos, media a situação, levando o pai industrial e o guarda-livros a se unirem, porque, ao comporem uma sociedade, podem endossar o casamento, sem acarretar desmerecimento às respectivas famílias. Ainda que amistoso, perdura o relacionamento desigual entre irmãos. Enquanto o filho homem é preparado para assumir os negócios da família, a primogênita tem a ascendência dentro do espaço doméstico, cobrindo a lacuna deixada pela mãe e normalizando as relações familiares, fenômeno que Michelle Perrot sinaliza: “A filha mais velha carrega uma missão especialmente pesada: substituta da mãe falecida, ela tem de assumir tarefas domésticas e maternas junto ao pai e aos irmãos mais novos. [...] Assim, a ordem do nascimento interfere nas eventualidades da vida familiar para modelar as dependências e os deveres.” (PERROT, 2009, p. 153)

Como o vínculo entre irmãos obedece em geral à hierarquização por faixa etária e gênero, cabe buscar a relação igualitária entre os pares, nas vivências entre os amigos de infância, como Fialho de Almeida desvela em “Sempre amigos”. Em paralelo ao universo adulto, marcado pela tragédia, coexistem as crianças, dando prosseguimento às suas vidas, elegendo as brincadeiras preferidas e os parceiros de folguedo. Diferentemente da relação consanguínea, a amizade assenta-se em interesses comuns e cumplicidade. Ricardo, filho de Joana e Jerolmo, tem cinco anos e um irmão bebê. Manuel, filho de Francisca e Joaquim António, pouco mais velho que o amigo de porta, também tem um irmão menor.

Enquanto os adultos enfrentam os seus dilemas nos espaços privados, pois a vizinhança é simultaneamente cúmplice e hostil, os meninos convivem no espaço comum: “defronte da casa o Ricardo mais o filho da vizinha, descalços e ferozes, jogavam os touros, rolando na relva com um vasto prazer inexaurível”. (ALMEIDA, 1931, p. 116-117) Integrados às famílias, eles participam das suas dinâmicas internas, como o Ricardo, a interagir com os seus:

Não havia muito que visitára o monte do compadre Nazareth.  
 – O meu padrinho! Gritou Ricardo. – E a cada passo interrompia.  
 – Elle é meu padrinho, não é, pai? [...]  
 E [a Joana] entre risos:  
 – Muito me havia de rir se ainda vinha a ser a *senhora lavradora!*  
 – Eu cá hei-de ter uns sapatos e andar a cavalo, exigiu o Ricardo, que molhava os punhos da véstia de cotim na malga ratinha da cêa.  
 – A dizer a verdade não temos sido dos mais infelizes. [disse o Jerolmo]  
 – Está de ver que não, apoiou a Joanna. E deixa correr! Este anno talvez se peça pouco emprestado. Para o anno que vem já se pede menos, para o outro nada, e depois toca a ajuntar p’rá fazendinha. (ALMEIDA, 1931, p. 119-120)

O contraponto ocorre na casa vizinha, onde impera a violência doméstica. Entre quatro paredes, o pai cobre a mãe de injúrias obscenas diante dos filhos e os vizinhos não se manifestam, porque, como diz Michelle Perrot:

(...) existem limites à sua intervenção: as paredes da casa, o outro lado da porta constituem uma fronteira, exceto em casos de barulhos intempestivos, escoamentos suspeitos ou cheiros nauseabundos. Os pais podem bater nos filhos, o marido na mulher: é assunto deles, e não se chamará a polícia por causa disso. É preciso que ocorra um drama para que as línguas se desatem e se solicite uma intervenção. (PERROT, 2009, p. 162)

Na verdade, as “ações corretivas” do marido em relação à mulher são interpretadas pelo senso comum como prova de carinho e do pai, em relação aos filhos, como medida educativa. Vivendo em um ambiente dilacerado, Manoel – a criança – percebe a impossibilidade de diálogo e mantém-se longe do ambiente doméstico. Enquanto o assassinio de Jerolmo, pai de Ricardo, pelo *Estragado*, pai de Manuel, mobiliza os moradores, os meninos passam ao largo da tragédia:

Das escadas do adro então, as duas crianças ergueram ao mesmo tempo as cabeças, despertando ao alarido dos prantos:  
 – O que é aquilo? Disse o Ricardo.  
 – Olha, é muita gente. Não ouves a chorarem? Notou o Manuel.  
 Oh vamos vês! Insistiu o mais novo.  
 E como o Manuel cambaleava estremunhado de somno, o outro passou-lhe o braço ao pescoço a segural-o.  
 E com ares protectores dizia-lhe:  
 – Vê se partes as ventas, vê... (ALMEIDA, 1931, p. 130)

Apoiando-se mutuamente e movidos por natural curiosidade, eles aproximam-se do povaréu e encontram o pároco local, revoltado com o sinistro, até porque tinha o Jerolmo em alta conta:

Não bebia, não fumava, não era exigente nos preços... Assim pensava sua senhoria quando deu com os pequenos, que iam a passinhos preguiçosos e esfregando os olhos com os punhos, em direitura ao tumulto. E ao vê-los tão unidos cresceu-lhe uma raiva de dentro, biliosa e vingadora. Separou-os com um safanão furibundo.  
 – Sucia de marotos, que os enforco!  
 E dirigindo-se ao Ricardo:  
 – Vossemecê não tem vergonha em andar com o filho do ladrão que matou o seu pai, hein?  
 E para o Manuel que chorava aterrado d’aquella agressão:  
 – A minha vontade era frigir-te podengo!  
 E deu-lhe um puxão de orelhas, teso. (ALMEIDA, 1931, p. 130-131)

Eles não têm o alcance da desgraça que se abate sobre ambos, mas conseguem deprender, pela ira do padre, que o enterro do Jerolmo e a consequente prisão do *Estragado* acarretam desamparo às famílias e passam a ocupar lados opostos, apesar de não terem ingerência sobre o ocorrido. A morte e a interdição dos provedores provocam comentários ora

pedosos, ora maliciosos, com a gravidade e as mesquinhas próprias dos adultos, enquanto à média distância, permanecem Ricardo e Manoel, entretidos na pesca das rãs. O narrador descreve-os a partir do legado biológico que receberam de seus pais:

Viam-se os tornozelos do Ricardo, grossos e de ligamentos inabaláveis, e o pé polpudo e forte, bom para firmar o corpo. Devia ser de estatura mediana e muito robusto, de rico sangue. Pela camisa aberta e rasgada via-se o contraste da carne branca do tronco com a epiderme fulva da cara e das mãos. Solido como um novilho, devia ter a indole ingenua e boa de Jerolmo, como lhe herdára a conformação animal. O *Manel* era esquivo e sêcco, anguloso de ossatura. Tinha os cabellos corredios e as mãos estreitas, com unhas que revestiam quase o dorso das falanges terminaes. Era já teimoso e de nervos susceptíveis. A sua organização sensibilíssima, pressentida, daria mais tarde o tipo physicamente inhabil para a labuta da enxada e em construção perpetua de estratagemas. Tinha os olhos grandes e lucidos como dois onyx molhados, e a linha do nariz sem proeminencia, fazendo lembrar na cara *olivatre* e comprida o que quer que era de *masque* egypcia. (ALMEIDA, 1931, p.144)

Apesar de nunca ter exercido a profissão, Fialho de Almeida entende que a transmissão dos caracteres físicos e psíquicos dos ascendentes ocorre para os descendentes a título de herança e plasma às entrelinhas do conto o ditado “filho de peixe peixinho é”. Daqui em diante, os meninos assumem o protagonismo da narrativa, como a nos dizer que, num mundo à parte, ao qual só os dois têm acesso, é mais fácil alcançar o que se deseja. Ainda assim realidade irrompe violenta e rasga o véu da fantasia:

- É o teu pai! Fez o *Manel*.
  - Vai pro céu, então não vai?
  - Está visto.
  - Elle não gostava do teu, então gostava.
  - Não gostava! O meu andava sempre bêbedo. É tão mau!... Dá com a corda.
  - Ó *Manel! Manel!*
  - Que é?
  - A gente *havemos* de ser amigos sempre, então não *havemos*?
  - *Havemos*.
  - E brincar sempre, então não *havemos*?
- O outro não respondeu. (ALMEIDA, 1931, p. 145)

A narrativa projeta a percepção rousseuniana de que o indivíduo, para tornar-se um homem de bem, deve ser criado como tal; criação que não será igualmente destinada às duas crianças. Manoel pressente o estigma a ferir-lhe as entranhas e entende que a sua vida não terá quaisquer facilidades por ser filho de quem é. O filho de um assassino sente um forte abalo: “Entrou a chorar alto, com profundos soluços que num jogo brusco lhe alevantavam as pobres costelas esburgadas: – Deixa, dizia o Ricardo puxando-lhe as calças, deixa lá. A mãe não ralha, não. E, esquecidos, inocentes, recomeçaram a pescaria. ” (ALMEIDA, 1931, p. 146) Este não é o primeiro nem o último conto fialhiano a sustentar um olhar sensível em relação à infância, por, como Philippe Ariès contextualiza, estar consoante com a linha de tempo da

humanidade: “Tem-se a impressão [...] de que, a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a “juventude” é a idade privilegiada do século XVII, a “infância”, do século XIX, e a “adolescência”, do século XX. (ARIÈS, 1981, p. 16) O contributo de Fialho de Almeida é notável, por reconhecer à criança portuguesa o *status* de sujeito nas dinâmicas familiares e também por desvelar as zonas de confluência entre os espaços público e privado que, em se tratando de infância, são limítrofes e “se tocam e se defrontam muitas vezes de maneira violenta.” (PERROT, 2009, p. 135)

“Sempre amigos” faz pensar que, ainda que a reboque dos adultos, os pequenos interagem, sentem e pensam como qualquer ser humano; enquadramento que ganha força e agrega terceiros – médicos, professores, filantropos e juristas, dentre outros –, visando as medidas de proteção a crianças e adolescentes que, nas primeiras décadas dos noventa, dão os seus primeiros passos.<sup>167</sup>

#### 4.4 O ponto fora da curva

Fialho de Almeida, por ocasião das festas de final de ano, em 1892, pede ao leitor que se transporte para um “Dia de Natal em Lisboa” e, na data prototípica do lar burguês, erige o ideal da celebração em família, ladeada pelos símbolos mais caros – a religião, o direito e a imprensa – e o seu oposto:

Podes imaginar, portanto, o que teria sido nesta imensa cidade de quatrocentos mil habitantes, e seis milhões de egoísmos, a minha véspera e dia de Natal sozinho entre a alegria insultante de todos, repellido dos focos de amor patriarcal, como um sem-família perturbador das alegrias consanguíneas, vendo as mais modestas casas de jantar iluminarem-se, as mais desataviadas salas abrirem-se, amigos e parentes felicitando-se, sem antagonismos visíveis, esquecidos do *struggle*, e apaziguados todos pela banalidade jovial da vida íntima – a vida modelada sobre os antigos textos da tradição com a Igreja dum lado, o escrivão de fazenda do outro, o polícia de guarda e o *Diário de Notícias* como enciclopédia e breviário. (ALMEIDA, 1957, p. 24)

Não se percebem os antagonismos entre os parentes, porque, nos dias santificados, a luta diária pela vida observa uma pequena trégua. No entanto, em meio à pretensa harmonia doméstica, o cronista introduz a nota dissonante, ao se apresentar como um “sem-família”. No mundo oitocentista, onde a família nuclear passa a pilar civilizacional, o sujeito que não tenha

---

<sup>167</sup> Como visto anteriormente, a Lei de Proteção da Infância – LPI data de 25 de maio de 1911, vindo na esteira das primeiras medidas legais do governo republicano.

ascendência e descendência funciona como o negativo da foto ou, como o próprio autor define, um elemento perturbador em meio ao conagraçamento geral. A existência do “sem família”, na mesma medida em que funciona como contraponto aos valores de classe, desnuda as fissuras do pensamento patriarcal e, ao introduzir a dissonância, propicia um discurso plural, mais flagrante quando entram em cena as distinções de gênero, como acontece em “Conto de Natal”, quando Josefa – outra “sem família” – torna-se a testemunha involuntária de um infanticídio. Para tornar factível a presença da “velha”, como o narrador a chama, em meio às ruínas de um mosteiro, à hora da Missa do Galo, ele explicita que, sem perceber, ela torna aos lugares que frequentara na juventude e maturidade e traz na memória os retratos de família e as dores da maternidade, ainda que a sua história pessoal tenha tomado um rumo diverso:

Não, não repousará entre os demais, no pobre cemitério da sua aldeia, em que avoejam corujas e francelhos; a casa onde nasceu foi demolida; arrancaram a vinha que o marido plantara, há cinquenta anos, com solitudes de bom cultivador; e ninguém na vila já se recorda da Josefa, da viúva do Pratas, mãe duma filha bonita que anda agora nas feiras, de cigarro, e passa o inverno em braços de soldados, numa viela infame de Estremoz. (ALMEIDA, 1973, p. 93)

À perda do provedor sobrevém a desestrutura familiar e o desarraigamento das personagens. A ‘queda’ da filha, que leva a vida em um exercício ‘tolerado’ pela sociedade, confere uma nota a mais à degradação da mãe. Conclui-se, nessas poucas linhas, a vida pregressa da mendiga que, perdidos os vínculos de ordem familiar ou material, guarda como único bem a tênue memória de tempos idos. Na Europa finissecular, volta-se a atenção para o corpo envelhecido, porque os avanços na medicina estendem o tempo médio de vida das pessoas. As primeiras medidas de amparo à velhice surgem na França, nas últimas décadas, como resposta às demandas das primeiras gerações de operários que chegam à senectude ou deixam de operar a maquinaria por mutilação ou demais doenças laborais incapacitantes, que os alijam do universo do trabalho.

Não constam no desenrolar da narrativa medidas de salvaguarda à velhice, primeiramente porque estamos a falar de um Portugal predominantemente rural, onde o arado irmana as gerações familiares. Em segundo, vige o consenso de que os filhos devem amparar os genitores de idade avançada e, mesmo quando distanciados geograficamente, remeter-lhes as divisas para garantir-lhes o sustento. Como a Josefa não dispõe de terras ou de um arrimo de família, porque a única filha caíra na vida, a saída que se lhe apresenta é buscar por conta própria abrigo e agasalho.

A personagem “sem família”, no entanto, não é tão somente aquela que perde os laços familiares. É mais comum do que se imagina que a mulher não venha a casar-se, porque o mercado conjugal não funciona de forma biunívoca. Como o contingente masculino em Portugal, particularmente sujeito à emigração<sup>168</sup>, é menor do que a população feminina, fatalmente sobrevém uma parcela expressiva de mulheres que não encontram um par com pretensões matrimoniais. Sendo a família o lugar por excelência da mulher e a maternidade a sua razão de existir, segundo o modelo patriarcal, compreende-se a enorme expectativa que se cria em torno dela, para que transite das mãos dos pais para os braços do marido e dê prosseguimento à descendência. Aquela que não se casa, qual mercadoria a depreciar-se no mercado nupcial, recebe a desaprovação social:

Com frequência era tratada com desdém por “solteirona”, tolerando-se mal as celibatárias numa sociedade que glorifica a maternidade. Quanto muito, beneficia de alguma consideração quando cuida dos irmãos, substituindo a mãe prematuramente falecida, ou dos sobrinhos, apoiando os familiares na lida doméstica. A sua condição é, no entanto, subalterna e a figura da “titi” (a tia) é geralmente ridicularizada na literatura oitocentista, não escapando às observações sarcásticas de Júlio Dinis e de Eça de Queirós, entre outros escritores, [...] (VAQUINHAS; GUIMARÃES, 2011, p. 202)

Por sinal, é o retrato da mulher solteira de meia idade que Maria Amália Vaz de Carvalho tece em “A tia Isabel”. O narrador rejeita-lhe o título de “solteirona”, contrapondo-se à caricatura corrente, uma vez que, segundo o retrato amaliano, Isabel “não era nada disto, pelo contrário.”<sup>169</sup>:

A *solteirona* é egoísta, incomodam-na como uma injúria que lhe é particularmente dirigida todas as alegrias que não tem, persegue-a atrozmente a aspiração irrequieta a um pobre marido que pudesse atormentar à vontade; sente-se na vida como numa casa que não é sua; daqui o seu mau humor continuado que a torna quase sempre o flagelo da família onde se sente pária! (CARVALHO, 2007, p. 124)

Apesar de não se mostrar uma pessoa amarga, Isabel cumpre o papel de um agregado, tão comum nas famílias oitocentistas. Para agradar os seus e justificar a sua existência, ela encarrega-se das tarefas mais enfadonhas na lida doméstica, desempenhando uma função acessória, mesmo que tais sejam qualidades caras à convivência em família. Como os afazeres domésticos pouco ou nada valem em termo pecuniários, há que prevalecer a cordura e a modéstia como signos de distinção:

<sup>168</sup> A situação econômica em Portugal entre 1850 e 1913 era assaz difícil, o que impactava o recebimento dos trabalhadores. Como observa Pedro Lains, o rendimento *per capita* do trabalhador português, no período, girava em torno de 659 dólares, menos da metade do recebimento de espanhóis, italianos e alemães. Cf. LAINS, 1995, p. 32.

<sup>169</sup> CARVALHO, 2007, p. 124.

(...) [Isabel era] muito estimada pelo irmão, pela cunhada e pelos sobrinhos, uns traquinas que andavam sempre a recorrer à sua inesgotável paciência, e que nunca foram expulsos com um gesto de irritação ou desamor. Sabia a difícil ciência de se tornar útil a todos, quase indispensável; estreitando deste modo os laços que a prendiam aos seus, tornando-os, por assim dizer inquebrantáveis. (CARVALHO, 2007, p. 124)

O narrador permite-nos chegar à alcova da mulher solteira, para que visualizemos uma cela de freira: clara, simples, rescendendo a coisa antiga, repleta de imagens religiosas, dentre as quais a Virgem Maria com o menino Jesus e o Cristo crucificado, as quais não se prestam a devassar a sua intimidade. Ali subsistem as reminiscências eternizadas nos retratos, o que sugere um contraponto entre a passagem do tempo e o imobilismo da personagem. Do passado perduram os retratos das amigas de antanho, a documentarem os idílios da juventude, e os sonhos de maternidade:

Foram-se-lhes dias e dias neste sonhar que a entretinha como a leitura dum romance cujo interesse nunca afrouxa. Um dia, porém, por acaso, viu-se ao espelho, e despediu-lhe o seio um grito de angústia. Despontava-lhe, entre os fartos cabelos louros, o primeiro cabelo branco, um fio de prata, quase imperceptível, uma coisa em que ninguém reparava. Reparou ela. Reparou também nesse momento que todas ou quase todas as companheiras tinham casado, que muitas das suas ilusões se tinham desfeito às ásperas nortadas da realidade, que se ia sentindo na vida muito só. Teve umas horas de luta, de revolta, quase de desespero. Alguém, o alguém invisível em que ela sempre acreditara, mandou-lhe a força porque lhe mandou a resignação! Quando o pai lhe morreu veio para a casa dos irmãos e, a pouco e pouco, achou em si a fonte de todas as riquezas misteriosas que espalhava pelos afectos que o seu coração adoptou! (CARVALHO, 2007, p. 129)

Outra saída não se lhe apresenta, que não a resignação. Ela tem ciência de que ocupa um “lugar secundário, obscuro, e [para o qual] voltava de boa mente com simplicidade despreocupada.”<sup>170</sup> Há de viver com a sensação de que algo lhe falta para alcançar a vida plena, segundo a ótica burguesa, que praticamente obriga a mulher a desempenhar o papel de senhora do lar, o que sugere uma representação feminina diametralmente oposta à da protagonista de “O funâmbulo de mármore”, de Fialho de Almeida: uma esteta, a buscar o belo no mundo da arte:

A vida das outras mulheres era-lhe irritante, apertada num pequeno cinto de conveniências e vulgaridades. Pouco conhecera da família, não sabia admirar o que nas mãis se chama uma missão heroica, e nas mulheres em geral, os deveres próprios do sexo. Tinha percorrido o mundo sozinha. A quantos a amaram nesse período, sorria sempre. Á sua natureza excêntrica apareciam deformados em esgares ridículos, os galans modelos. Fatigava-se depressa. Demais tinha um intuito finíssimo d’artista, altivo de mais para aceitar lugares comuns. Mas havia na sua vida este episódio – uma noite, num circo de Napoles, vira fazendo equilíbrios num globo, um rapaz vestido de meia ágil elegante. Nunca pôde esquecer aquella figura que surgira pela primeira vez á sua imaginação, como eflorescência rara, sonhada entre incoherencias de febre. (ALMEIDA, 1931, p. 233)

<sup>170</sup> CARVALHO, 2007, p. 125.

Diferentemente da solteirona Isabel, a *contessina* não tem amarras a contê-la em suas viagens. Ela vaga até se apaixonar por um artista de circo – Zampa é o seu nome. E passa a assistí-lo nas sessões e a buscá-lo nos horários livres. Além da opção artística da personagem, “funâmbulo” conceitua o indivíduo que muda de humor, opinião ou partido. Zampa transita da doçura à devassidão, o que chega a suscitar o medo, porque inexistente entre ambos uma relação de reciprocidade ou de cumplicidade:

O espectáculo de um corpo fortemente creado, embriagava-a de uma aspiração criminosa e de uma animalidade fatal: queria-o! Algumas vezes Zampa não vinha, e as horas da noite deslisavam para a pobre leviana em suplicios atrozes e vacilações eternas. Então sahia a procurá-lo, só, envolta numa d’essas mantas de cores vivas, que Livorno produz, um punhal no cinto e pallida como uma esperança pisada á beira d’um esquecimento. Já podia entrar nos lugares lóbregos onde tilinta o dinheiro dos vícios cobardes, para arrancá-lo do jogo, embriagado e vil, falando uma aravia brutal. Os convivas faziam-lhe *toasts* cobriam-lhe de sarcasmos, prenes de insolência de bordel. Nestas luctas supremas, parecia que a sua paixão se avigorava; queria explicar a si mesma porque razão esse palhaço a dominava e a prendia, fazendo d’ella uma escrava; reflectia então insurgir-se contra semelhante envilecimento, readquirir a sua liberdade de outr’ora, a sua franca alegria de criança; impossível! Quando tratava de expulsar de si o ébrio, com desprezo veemente e indignação explosiva, como se levantava diante d’ella a esplendida figura de archanjo que era o seu desejo, o seu gozo, o seu deslumbramento e a sua perdição; e era sempre o mesmo olhar placido que ella contemplava, a mesma carne vigorosa, de uma tonalidade opulenta, a mesma linha soberba do perfil, a mesma postura de academia, altiva e forte, como a de um gladiador que triumphava, na arena onde espadana o sangue dos martyres e se espadavam corpos frementes de victimas obscuras e tragicas. (ALMEIDA, 1931, p. 235-236)

O apelo erótico é grandiloquente e exige o abandono de máscaras, posturas comedidas ou quaisquer outros melindres, diante da expressão crua da pulsão sexual. O fascínio que Zampa exerce sobre a personagem ultrapassa as convenções sociais e mesmo os julgamentos de outrem a enquadrarem-na em posição abjeta, não desestimulam a busca do encontro sensual. Pelo contrário, fomentam ainda mais a procura por uma satisfação contínua e sem limites. Como assinala Georges Bataille:

Toda a concretização do erotismo tem por fim atingir o mais íntimo do ser, no ponto em que o coração nos falta. A passagem do estado normal ao desejo erótico supõe em nós a dissolução relativa do ser constituído na ordem descontínua. O termo *dissolução* responde à expressão familiar de vida dissoluta, ligada à atividade erótica. No movimento de dissolução dos seres, a parte masculina tem, em princípio, um papel ativo, enquanto a parte feminina é passiva. É essencialmente a parte passiva, feminina, que é dissolvida enquanto ser constituído. Mas para um parceiro masculino a dissolução da parte passiva só tem um sentido: ela prepara uma fusão onde se misturam dois seres que ao final chegam juntos ao mesmo ponto de dissolução. Toda concretização erótica tem por princípio uma destruição da estrutura do ser fechado que é, no estado normal, um parceiro do jogo. (BATAILLE, 1987, p. 14)

A *contessina* entra no jogo sem estratégias, sem manhas, mas também sem esperar o retorno do investimento. Antes, pelo contrário: atende as exigências de Zapa referentes a “gordos pedidos de dinheiro, teimosias de parasita e surdas raivas de vadio.”<sup>171</sup> Chega o dia em que o funâmbulo de carne e osso – jogador, alcoólico e desordeiro – não retorna. Morrera apunhalado em uma casa de jogo. A partir de então, a contessina principia a estátua do amante – “uma obra-prima realmente esculpida com verdade profunda e inspiração ferosa”<sup>172</sup> e extrai da pedra bruta as linhas puras do corpo tão desejado, até compô-lo nos ínfimos detalhes:

Era Zampa. Ninguém que o tivesse visto na arena podia desconhecê-lo. Ao acabar o trabalho, quando numa contemplação palpitante ergueu os olhos sobre a sua obra, o cinzel caiu-lhe das mãos e os soluços estrangularam-lhe a voz. [...] E de rastos no xadrez do atelier, cabelos soltos em espirais procellosas, o olhar faiscante de loucura, semi-nua, agonizante, branca, cingia com os braços a sua obra imortal, tentando aquecer com a lava dos seus beijos a gélida indiferença do funâmbulo de mármore. Enfim acharam-na caída aos pés da estatua, abraçada ao globo como a serpente dos retabulos da Virgem, um sorriso de bacchante nos labios emmurchecidos. Morrera. (ALMEIDA, 1931, p. 238-239)

Não seria a expressão erótica o sentido mesmo da vida? Uma vez que o campo do imaginário remete à violência e à transgressão, a *contessina* ultrapassa os próprios limites ao promover a representação da coisa desejada. Ainda evocando Bataille:

O erotismo é, de forma geral, infração à regra dos interditos: é uma atividade humana. Mas ainda que ele comece onde termina o animal, a animalidade não deixa de ser o seu fundamento. Desse fundamento a humanidade se desvia com horror, mas ao mesmo tempo o conserva. A animalidade é mesmo tão bem conservada no erotismo que o termo bestialidade não deixa de lhe estar ligado. (BATAILLE, 1987, p. 62)

Ao contrapor as personagens amaliana e a fialhiana, defrontamo-nos com figurações simétricas. Isabel, sem aventar um marido, um amante ou algo que o valha, gostaria de ser distinguida como uma senhora do lar. Leva uma vida assexuada e em condição subalterna e, por não ter se casado, ocupa uma posição menos confortável do que as irmãs de caridade. Estas últimas, em abraçando o celibato como conduta de vida, usam a aliança, a simbolizar o casamento com Jesus. A *contessina* também não vislumbra marido ou filhos, porque nem um nem outro compõe o seu projeto de vida e sustenta uma relação considerada venal, sem outro interesse aos olhos do senso comum da época que não seja responder ao clamor do sexo. Isabel vive a vida de outrem, desdobrando-se em cuidados em relação aos sobrinhos e em

---

<sup>171</sup> ALMEIDA, 1931, p. 234.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 237.

atenções para com o irmão e a cunhada. A *contessina* só tem a si própria e o desejo desmesurado. E arde como uma chama: intensa, mas efêmera. Enquanto o narrador amaliano referencia a personagem por suas virtudes, o narrador fialhiano desvela-a por seu desassombramento diante do mundo, o que, no entanto, não faz perder de vista o acento moral:

Não procurem na sociedade a *contessina*: seria ridículo! O amor moderno, despido de atavios românticos e das consagrações immoraes, tornou-se fora da família, o que é na sciencia e referido ás outras espécies animaes: a excitação fatal, regida por leis physiologicas, que attrahe e liga dois sêres da mesma constructura orgânica e da mesma conformação anatômica, posto que de sexo diferente [...] degradante neste caso, por improductivo. Actualmente há só duas mulheres, a da família: a mãe, a esposa, a filha; e a da viella. Esta ultima, compreende-se se chega a amar um funambulo, ama-o caninamente, pela sensação que lhe arranca. Se o funâmbulo morre, esse amor despertado, não transforma nunca a *cocotte* numa artista, qualquer que seja o seu grau de educação, de gosto e de talento. (ALMEIDA, 1931, p. 240)

Ao mesmo tempo em que deslinda a fissura, posta-se o autor à porta enquanto o regulador da demanda, como se fosse possível controlar, sem ônus, a expressão do desejo. Para dar conta da própria criação, confere-lhe um caráter metafórico:

Se quiserem vêr passar por instantes a *contessina*, tal como a sonhamos, vão a um atelier onde trabalhe um pintor de gênio, e onde se curve um escultor sobre a pedra ou sobre o tronco, ou observem o poeta que febrilmente escreve os alexandrinos do seu poema. Em qualquer dos três, poeta, pintor ou escultor, pousou o beijo da *contessina*. Não é uma mulher, meus caros, mas o sopro abrasado que passa e se extingue, depois de haver creado também o seu funâmbulo de mármore. Chama-se a *inspiração*. (...) (ALMEIDA, 1931, p. 240)

Fialho de Almeida não poderia à época imaginar que a sua *contessina* haveria de encontrar o seu lugar no imaginário social e retornaria com as primeiras incursões feministas. Mas, assim como o movimento feminino tem as suas nuances – da renúncia imobilizadora à gratificação sexual liberta de sacramentos –, também os homens solteiros nutrem expectativas em relação à vida privada, visível em *A Morgadinha dos Canaviais*. Nesta, “um elegante rapaz de Lisboa” participa da sua primeira jornada, adentrando o Portugal profundo. A primeira figuração sugere um vivo contraste entre o cavaleiro e o guia:

A postura de abatimento que lhe tomara o corpo, o olhar melancólico, fito nas orelhas do macho, a indiferença, a taciturnidade ou o manifesto mau humor, que nem as belezas e acidentes da paisagem natural conseguiram já desvanecer, o obstinado silêncio que apenas de quando em quando interrompia com uma frase curta mas enérgica, com uma pergunta impaciente sobre o termo da jornada, contrastavam com a viveza dos gestos e desempenado jogo de membros do pedestre, com a sua torrencial verbosidade, a que não opunha diques, e com as joviais cantigas e minuciosas informações a respeito de tudo, por meio das quais se encarregava de entreter e ao mesmo tempo instruir o seu sorumbático companheiro. (DINIS, [19--], p. 236)

Henrique de Souselas não segue para o interior a passeio. Tendo vivido em Lisboa toda a infância e a juventude, no auge dos seus 27 anos dispõe de recursos oriundos da herança paterna mais que suficientes para levar uma vida pródiga. O seu cotidiano compreende as idas ao teatro e ao Grêmio, a parolagem com os amigos, no Chiado ou no Rossio, ou ainda a fruição dos balneários próximos, para fugir à rotina. Mesmo suprido com o que de melhor a sociedade lisbonense pode oferecer, ele passa a sofrer de um mal de difícil diagnóstico: “(...) uma espécie de vácuo interior, um mal-estar, doença infalível nos celibatários sem família, quando chegam à idade a que chegou Henrique e passam a vida como ele. ” (DINIS, [19--], p. 237) Como leva uma vida afortunada, o mal-estar que o acomete passa a ser considerado o indicativo de uma excessiva imaginação, a constar no diagnóstico da maior parte dos médicos: “ O senhor não tem nada. [...] Henrique perdia a cabeça ao ouvir isto. ” (DINIS, [19--], p. 238)

O narrador prossegue, com uma ponta de humor, a delinear o quadro clínico da personagem: “o demônio da hipocondria, esse demônio negro e lúgubre, implacável verdugo dos ociosos e egoístas, o qual havia muito o espiava, apoderou-se dele em corpo e alma. ”<sup>173</sup> E acaba por decretar que Henrique “tornara-se um dos maiores flagelos que podem pesar sobre a humanidade e que muito em especial causam o suplício dos médicos que os aturam. ”<sup>174</sup> Cabe refletir como esse tédio mortal, esse dissabor com tudo e todos, essa falta de interesse pela vida são percebidos pelo senso comum da época. Júlio Dinis dá-nos a visão do homem ocioso como o mais vulnerável aos achaques, mas também contribui ao popularizar o conhecimento sobre o transtorno, detectado desde a Antiguidade por Hipócrates como a “bílis negra”, a comprometer corpo e mente. No século XVII, a doença passou a ser relacionada com a ociosidade, como pontuam Cintia A. Gonçalves e Ana Lúcia Machado:

[É] interessante observarmos que muitas das concepções atuais da depressão estão firmemente arraigadas nos pensamentos da Idade da Razão. As questões do ócio, preguiça, falta de vontade e a necessidade do trabalho braçal podem ser percebidas em alguns meios, quando ouvimos frases como: depressão é doença de quem não tem o que fazer e o remédio é um tanque cheio de roupa suja para lavar. (GONÇALES; MACHADO, 2007, p. 301)

Não causa espécie portanto que, nos oitocentos, a diagnose de doenças psicossomáticas atraia as atenções de especialistas e do público em geral e dê margem a tratamentos os mais heterodoxos. Comumente os artistas veem-se como o foco preferencial

---

<sup>173</sup> DINIS, s.d, p. 238.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 238.

das ditas “nevroses” e muitos acabam metidos em estações de tratamento para tornar à normalidade. Quanto ao angustiado Sousellas, apesar das opiniões de especialistas em contrário, convencera-se de que morreria em breve, não fosse a última consulta levada a termo:

Um médico velho e grave, que por essa ocasião o escutou, em vez de se rir dele, disse-lhe muito sisudo:

– Homem! O senhor está realmente mal. Esse estado de imaginação não pode prolongar-se mais tempo, sem romper por aí em alguma doença que o sacrifique. Se quiser salvar-se, saia-me daqui, enquanto é tempo. Quebre todos os hábitos, e escolha entre as fortes impressões de uma grande capital como Paris e Londres, ou as mornas sensações de um completo viver de aldeia. Os revulsivos e os emolientes curam por meios opostos às vezes as mesmas moléstias. (DINIS, [19--], p. 238-239)

O velho médico que o examina sugere que a falta de perspectivas faz adoecer, sendo a hipocondria própria dos “ociosos e [d]os egoístas”. Não bastasse a falta de ocupação, particularmente danosa para a sociedade burguesa, o narrador situa o tédio que acomete o jovem burguês como típico dos “celibatários sem família”. Henrique de Souselas não mantém laços familiares e, quando narrado o episódio, não mantém um relacionamento estável. A figuração dinisiana sugere uma personagem em falta consigo e com a sociedade, porque nem produz, sob o ponto de vista liberal, nem segue a máxima bíblica: “crescei e multiplicai-vos.”<sup>175</sup>

Tal e qual Henrique de Souselas, vemos surgir uma outra personagem a encarnar o insatisfeito com a vida, apesar de cercado de estímulos. Seu nome é Jacinto, amigo do narrador de “Civilização”, conto de Eça de Queirós que saiu primeiramente na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 1892, e foi publicado postumamente na coletânea *Contos*, em 1902. Jacinto nascera saudável e fora cercado desde a infância de cuidados maternos, atravessando-a sem maiores dificuldades:

Não teve sarampo e não teve lombrigas. Nunca padeceu mesmo na idade em que se lê Balzac e Musset, os tormentos da sensibilidade. Nas suas amizades foi sempre tão feliz como o clássico Orestes. Do amor só experimentara o mel – esse mel que o amor invariavelmente concede a quem o pratica, como as abelhas, com ligeireza e mobilidade. Ambição sentira somente a de compreender bem as ideias gerais, e a “ponta do seu intelecto” (como diz o velho cronista medieval) não estava ainda romba nem ferrugenta... E todavia, desde os vinte e oito anos, Jacinto já se vinha repastando de Schopenhauer, do Eclesiastes, doutros pessimistas menores, e três, quatro vezes por dia, bocejava, com um bocejo cavo e lento, passando os dedos finos sobre as faces, como se nela só palpasse palidez e ruína. Por quê? (QUEIRÓS, [19--], p. 719)

<sup>175</sup> Em Gênesis 1:28: “Então Deus os abençoou e lhes disse: crescei e multiplicai-vos: enchei a Terra.” Além da referência a Adão e Eva, tidos, segundo o dogma cristão, como o primeiro pai e a primeira mãe da humanidade, desvela-se também, neste versículo, o papel do evangelizador na difusão da fé católica.

As leituras poderiam fornecer mais algumas pistas sobre a sua forma de pensar, não fossem os 25 mil volumes que compõem a sua biblioteca. Como enfatiza o narrador, “só [de] sistemas filosóficos (e com justa prudência, para poupar espaço, o bibliotecário apenas colecionara os que irreconciliavelmente se contradizem) havia mil, oitocentos e dezassete!” (QUEIRÓS, [19--], p. 720) O número superlativo sugere mais uma caricatura da burguesia, em que o prazer de colecionar vira compulsão e, no caso dos livros, acaba não servindo a que veio: tornar-se fonte de esclarecimento para o usuário. Jacinto encontra-se “formidavelmente abastecido [...] de todas as obras essenciais da inteligência – e mesmo da estupidez”<sup>176</sup>, uma troça frente a esse mar de informação que acaba por figurar em obstáculo para o acesso ao conhecimento. Leitor de Arthur Schopenhauer<sup>177</sup>, ele poderia mirar-se em *O Mundo como Vontade e Representação*, obra publicada pelo filósofo alemão, no final de 1818. Segundo a leitura que Leandro Pinheiro Chevitarese faz da filosofia schopenhaueriana:

Buscamos a "libertação" do sofrimento pela incompreensão de que o sofrer, nas suas mais variadas manifestações fenomênicas, é implícito à essência do viver. Deste modo, Schopenhauer acaba por conceber a satisfação, a felicidade, como algo negativo, ou seja, que só podemos conhecer por contraste, indiretamente pela cessação de um desejo, de uma privação (condição prévia de todo o prazer). Alcançando-se o objeto do desejo, termina a dor que o acompanhava, mas, por conseguinte, também o prazer, efêmera sensação da realização momentânea do querer. Surge então um novo desejo ou aprofunda-se o estado de espera sem objeto, ou seja, o peso do tédio. (CHEVITARESE, 2005, s.p.)

Jacinto tenta preencher o vazio existencial atulhando o seu universo particular com a tecnologia de ponta tornada *bric-à-brac*. Homem sensível ao canto de sereia entoado pelo progresso, encarrega “dois inventores, homens de muito zelo e pesquisa, [...] um em Inglaterra, outro na América de lhe noticiar e de lhe fornecer todas as invenções as mais miúdas, que concorressem a aperfeiçoar a confortabilidade do *Jasmineiro*.”<sup>178</sup> Apesar de viger a convicção de que a humanidade está a um passo de atingir o cume da civilização, o progresso almejado não repercute em qualidade de vida para todos. O que mais buscar, se o máximo de recursos está à disposição de uma ínfima parcela da população, sem contemplá-la em todos os seus desejos? Mesmo assim, a mera exibição da maquinaria possibilita-lhe ostentar o poderio:

---

<sup>176</sup> QUEIRÓS, s.d., p. 720.

<sup>177</sup> Discípulo de Immanuel Kant, como Friedrich Hegel, Arthur Schopenhauer (1788-1860) antagoniza com o idealismo hegeliano. Sua doutrina metafísica influenciaria os existencialistas, nos novecentos, e até mesmo Sigmund Freud levaria em consideração os conceitos schopenhauerianos, ao compor em 1929 “O mal-estar da civilização”.

<sup>178</sup> A propriedade que Jacinto herdara de seu pai era conhecida como o *Jasmineiro*. Cf. QUEIRÓS, s.d., p. 725.

O que porém, mais completamente imprimia àquele gabinete um portentoso carácter de civilização eram, sobre as suas peanhas de carvalho, os grandes aparelhos, facilitadores do pensamento, – a máquina de escrever, os autocopistas, o telégrafo Morse, o fonógrafo, o telefone, o teatofone, outros ainda, todos com metais luzidios, todos com longos fios. Constantemente sons curtos e secos retiniam no ar morno daquele santuário. Tique, tique, tique! Dlim, dlim, dlim! Craque, craque, craque! Trre, trre, trre!... Era o meu amigo comunicando. Todos esses fios mergulhados em forças universais, transmitiam forças universais. E elas nem sempre, desgraçadamente, se conservavam domadas e disciplinadas! (QUEIRÓS, [19--], p. 720-721)

A personagem perdura entediada e os equipamentos à disposição, ainda que fascinantes, pouco fazem para atenuar a sua angústia, porque como diagnostica um criado: “sua Ex.<sup>a</sup> sofria de fartura! ” Fetiche do ser civilizado, não está previsto que a tecnologia venha a falhar. A máquina surge para substituir o homem, criatura pouco eficiente e a “defeitos de fabricação” e às deformações da cultura na qual se insere. No entanto, as panes inesperadas conduzem a situações as mais hilariantes, no desenrolar da obra, como ocorre com o fonógrafo em seu primeiro teste: “Jacinto recolhera no fonógrafo a voz do conselheiro Pinto Porto, uma voz oracular e rotunda, no momento de exclamar com respeito, com autoridade: – *Maravilhosa invenção! Quem não admirará os progressos deste século?* ” (QUEIRÓS, [19--], p. 721) Na segunda exibição, no entanto, o equipamento se desconcerta e passa a repetir aos brados e ininterruptamente, à maneira de um oráculo, a frase: – “*Quem não admirará os progressos deste século?* ” (QUEIRÓS, [19--], p. 721)

Não importa o quanto Jacinto, também ele desconcertado, busque “disciplinar” a máquina. Também lhe escapa o controle do ascensor na sala de jantar, o que atrasa a ceia: “E muito bem me lembro de um domingo de Maio em que, jantando com Jacinto um bispo, o erudito bispo de Corazim, o peixe emperrou no meio do ascensor, sendo necessário que acudissem, para o extrair, pedreiros com alavancas. ” (QUEIRÓS, [19--], p. 723) Eça brinca com a mística do progresso ao esquisar a caricatura do burguês descomposto por equipamentos domésticos que deveriam, em princípio, tornar a sua vida mais elegante, mas que por fim se “rebelam” contra o seu amo. Ele descortina o fascínio da sociedade burguesa pelo progresso, tendo em vista um modelo civilizacional onde o que menos importa são as pessoas. Como José Luís Cardoso observa, a crítica queirosiana reserva “um lugar muito especial à análise dos problemas associados ao crescente progresso material, aos dilemas e aos sortilégios de uma civilização assustadoramente moderna e paradoxalmente decadente. ” (CARDOSO, 2001, p. 66) Não admira que o “nosso civilizado amigo” se refugie no Livro de

Eclesiastes<sup>179</sup>, do Antigo Testamento, – “porque na muita sabedoria há muito enfado; e quem aumenta ciência, aumenta tristeza.”<sup>180</sup> – o que faz crescer o desencanto pelo mundo que o cerca.

Diante do estado inalterado das coisas, Jacinto tem “a necessidade moral de partir para o Norte, para o seu velho solar de Torges”<sup>181</sup>, que até então não chegara a conhecer. Prepara-se por sete semanas, mandando avisar o caseiro da sua partida e cercado-se de todo mimo cidadão para uma estadia confortável. E parte com José – narrador- personagem – que tem o propósito de passar por lá e seguir adiante, para visitar uma tia em Guiães<sup>182</sup>. O mesmo faz Henrique de Souselas, ao procurar uma tia que “vivia regalada em uma aldeia sertaneja do Minho, onde na idade de cinco anos Henrique passara alguns meses na companhia de sua mãe” (DINIS, [19--], p. 239). Ele decide passar uma temporada na aldeia, mas antes de partir demonstra o seu desalento: “Mil vezes se arrependeu, depois da resolução tomada; mil vezes mandou ao diabo o conselho do médico e fantasiou horríveis exacerbações em todos os seus males.” (DINIS, [19--], p. 239) Não constam estrada de ferro ou opções outras que facilitem o acesso e a comunicação da aldeia, o que torna o percurso assaz penoso. Ao apejar do cavalo, no destino, ele emite um “suspiro de conforto e de tristeza ao mesmo tempo, como o do homem cansado da vida, quando antevê o repouso do túmulo. Em Henrique era íntima a convicção de que a quinta de Alvapenha lhe havia de servir de cemitério.” (DINIS, [19--], p. 244). Logo à chegada, a tia e a criada tentam entender os males que acometem o entristecido rapaz:

- (...) Mas afinal que moléstia é a tua, menino?
- Eu sei lá, tia Doroteia? Nem os médicos a conhecem bem. É, entre outras coisas, uma tristeza, uma melancolia, que me não deixa, que me persegue por toda a parte. Às vezes parece-me que sinto apertar-se-me dolorosamente o coração; outras são palpitações, ânsias... Tenho quase vontade de chorar, irritado-me, impaciente-me, não quero que me falem, nada quero ver, nada quero ouvir; não leio, não durmo, não como. Finalmente todo eu sou doença e tristeza. [...]
- Então é assim uma espécie de mania!
- À palavra “mania” Henrique sobressaltou-se. Seria a consciência que se sentiu ferida?
- Mania? Ó tia Doroteia! Mania! Veja bem, olhe que o termo é forte! Mania?

<sup>179</sup> O Eclesiastes compunha a Bíblia antes da separação entre judeus e cristãos, o que levou os primeiros a considerá-lo um texto apócrifo e os outros a referendá-lo, no Concílio de Trento, como um livro canônico para os católicos. Estima-se sua escritura por volta de 935 a.C., durante o reinado de Salomão, a quem se atribui a autoria de alguns fragmentos. Pelo teor do texto é como se os fieis mirassem o mundo pelos olhos de alguém mais experiente e culto, que não vê sentido no prazer mundano. Ao buscar a felicidade em coisas fúteis, fatalmente o indivíduo há de deparar com a frustração.

<sup>180</sup> Eclesiastes, 1:18

<sup>181</sup> QUEIRÓS, s.d., 725.

<sup>182</sup> Como observa Marie-Hélène Piwnick, na edição crítica de *Contos*, o escritor grafa originalmente *Goães*. (2009, p.243)

– Sim, menino – insistiu ingenuamente a boa senhora – pois olha que não é outra coisa. Pois isto de estar triste sem ter de quê... sim... porque não te morrendo ninguém, nem te doendo nada... [...]

Henrique não podia porém digerir a expressão, de que se servira a tia, para diagnosticar o seu mal:

– Mania! – repetia ele – essa agora! Sempre é forte demais. Mania, não, tia Doroteia, lá isso não. Mania!

– Eu lhe digo – acudiu a criada – Não vá sem resposta; que está quase como o cunhado da Rosa Bacelo. A senhora não se lembra? Andou aquela alminha por aí sempre triste, sempre a falar só, até que afinal lá foi parar...

– Aonde? – perguntou Henrique, erguendo os olhos interrogadoramente para a criada – Foi lá parar a Rilhafoles – concluiu esta, espevitando a vela o mais naturalmente deste mundo.

Henrique de Souselas pulou com a sinceridade. (DINIS, [19--], p. 252-253)

A duas mulheres demonstram inocência no falar, porque, uma vez categorizada a doença como um tipo de loucura, pode uma pessoa ser estigmatizada e até interdita, por vezes em caráter definitivo, porque:

[O século XIX] trouxe descobertas na biologia, na física, na química, na anatomia, na neurologia, na bioquímica, o que permitiu relacionar as doenças mentais com a patologia orgânica do cérebro. [...] As autópsias cerebrais tornam-se comuns. Com Griesinger, a depressão veio a ser completamente medicalizada.

O século XIX também foi chamado por Pessotti *O século dos manicômios*, devido ao enorme número de manicômios construídos e ao grande número de internações realizadas nessa época. O manicômio foi o núcleo gerador da psiquiatria como especialidade médica. (GONÇALES; MACHADO, 2007, p. 301)

Não admira que tal juízo de valor assuste Souselas. Ele acaba por se imiscuir no dia a dia da localidade e aproxima-se da família do Mosteiro, desejoso de conhecer Madalena, a tão falada “morgadinha”. Em consideração à Sr.<sup>a</sup> de Alvapenha, é acolhido como um “primo” pela família do Conselheiro. Tornando à narrativa eciana, presencia-se Jacinto e seu amigo a colherem desventuras em série no decorrer da viagem: são dezessete as malas extraviadas, além dos “caixotes remetidos para Torges, com tanta prudência em abril, repletos de colchões e regalos, de civilização. ” (QUEIRÓS, [19--], p. 728) De nada adianta ter carruagem e cavalos, pois não há estradas para a circulação; e mesmo o caseiro não fora avisado da chegada do patrão. A primeira noite, passam-na numa enxerga *au rez-de-chaussée*, mas a ceia mostra-se uma grata surpresa para ambos e as estrelas oferecem um espetáculo diante daqueles olhos desacostumados à luz natural:

Como eu observei ao meu Jacinto, na cidade nunca se olham os astros por causa dos candeeiros – que os ofuscam; e nunca se entra por isso numa completa comunhão com o universo. O homem nas capitais pertence à sua casa, ou se o impelem fortes tendências de sociabilidade, ao seu bairro. Tudo o isola e o separa da restante natureza – os prédios obstrutores de seis andares, a fumaça das chaminés, o rolar moroso e grosso dos ônibus, a trama encarceradora da vida urbana... [...] Não há ideia mais consoladora do que esta – que eu, e tu, e aquele monte, e o Sol que, agora, se esconde, somos moléculas do mesmo Todo, governadas pela mesma Lei,

rolando para o mesmo Fim. Desde logo se somem as responsabilidades torturantes do individualismo. Que somos nós? Formas sem força que uma Força impele. [...] que nos importava de resto que aquele astro além se chamasse Sírio e aquele outro Aldebarã? Que lhes importava a elas que um de nós fosse José e o outro Jacinto? Éramos formas transitórias do mesmo ser eterno – e em nós havia o mesmo Deus. E se eles também assim o compreendiam, estávamos ali, nós à janela num casarão serrano, eles no seu maravilhoso infinito, perfazendo um acto sacrossanto, um perfeito acto de Graça – que era sentir conscientemente a nossa unidade, e realizar durante um instante, na consciência, a nossa divinização. (QUEIRÓS, [19--], p. 731-732)

Mesmo cercado por um acervo filosófico e dispondo de “trezentos e dezoito tratados sobre astronomia”<sup>183</sup> que mais atrapalham do que ilustram, Jacinto pela primeira vez olha ao redor de si e vê o mundo sob uma nova perspectiva. Enquanto a personagem eciana abre-se para novos horizontes, o Henrique de Souselas dinisiano deixa de ser o galanteador inconsequente para se tornar o observador privilegiado das questões de cunho político e religioso que põem a aldeia em polvorosa. Tendo se indisposto com as lideranças locais em favor do Conselheiro e sua família, quando das convulsões sociais em torno do enterro da menina Ermelinda, Henrique sofre uma queda do cavalo e fica gravemente enfermo. Durante a convalescença, Henrique permanece sob os cuidados de Cristina, a prima de Madalena, e, à medida que se recupera fisicamente, supera a depressão que o assaltava em Lisboa e apaixonou-se pela dedicada enfermeira. Da mera corte ao compromisso assumido basta um passo:

– Agora peço-lhe Cristina que, já que me fez antever as delícias do viver em família, não me condene para sempre ao suplício de não as ver realizadas. Lembre-se de que não conheci mãe, de que não tenho irmãs, de que tenho vivido só, e de que cedo voltarei a essa vida solitária e gelada, que me será agora uma tortura. Compadeça-se de mim. Quer vir ocupar no meu coração o lugar vago que há nele para as afeições de mãe, de irmã, e de... (DINIS, [19--], p. 530)

Cristina é aquela que Henrique compreende como falta e que, no final dos oitocentos, é julgada como merecedora da máxima distinção por se dedicar integralmente sem esperar nada em troca. No entanto, para suprir as expectativas do futuro marido e da comunidade que a circunda, ela terá papéis os mais diversos – de mãe, de irmã e de esposa – a desempenhar, bem demarcados pela cultura patriarcal:

Cristina e Henrique foram viver para Alvapenha, para condescender com D. Doroteia, que não podia resignar-se a viver só. Sob a superintendência do novo administrador, transformou-se completamente a quinta, e é hoje uma das mais rendosas e bem geridas propriedades daqueles sítios.

---

<sup>183</sup> QUEIRÓS, s.d., p. 730.

Henrique, o elegante do Chiado, o frequentador do Grémio e de São Carlos, está um rico e laborioso proprietário rural. Apaixonou-se pela agricultura, e promete realizar o tipo do antigo patriarca.

Cristina, além de ser adorada pelo marido, vê-se rodeada pelo amor e carinhos de D. Doroteia e de Maria de Jesus, as quais, sem o menor despeito, a viram (sic) tomar o ceptro da realeza doméstica, que usa com adorável brandura, desenvolvendo de dia para dia os seus talentos de mulher. (DINIS, [19--], p. 587)

Os “talentos de mulher” que Cristina há de desenvolver, como sublinha o narrador, encerram uma capacidade germinativa, a grassar na virada do século XIX para o século XX:

Nesse caso, o alargamento dos espaços de atuação da mulher se deu, inicialmente, a partir da valorização das próprias virtudes e papéis tidos como femininos (“devoção incondicional”, “afetividade”, “mansidão”, “responsabilidade de zelar pela moral”): as mulheres deviam “tomar conta” da sociedade, assim como faziam nos seus lares. [...] Agiram inicialmente em instituições dirigidas por mãos masculinas, constituindo, mais tarde, grupos e associações próprias. Muitas vezes seu trabalho colheu frutos significativos e em vários campos obtiveram conquistas, alimentando uma infinidade de serviços sociais que não existiriam sem elas (num tempo em que o Estado ainda não tinha assumido seu dever para com o bem-estar social e as antigas formas de caridade religiosa mostraram-se insuficientes). Além disso, a filantropia proporcionou o contato entre mulheres das classes privilegiadas, entre estas e mulheres pobres, e a criação de uma identidade entre mulheres de lugares distintos – a base de uma “consciência de gênero” que desembocaria muitas vezes no feminismo. (PINSKY; PEDRO, 2013, p. 274)

Não só as mulheres assumem novos papéis; os homens também descortinam as suas potencialidades. Assim como observa-se a “conversão” de Henrique de Souselas, n’*A Morgadinha dos Canaviais*, o narrador de “Civilização” que saber como sobrevivera o seu “desconsolado amigo, que decerto fugira dos seus tectos esburacados e remergulhara na civilização.”<sup>184</sup> Qual não foi a sua surpresa ao reencontrá-lo ainda na aldeia:

Era o nosso Jacinto. E imediatamente o comparei a uma planta, meio murcha e estiolada no escuro, que fora profusamente regada e revivera em pleno sol. Não corcovava. Sobre a sua palidez de supercivilizado o ar da serra ou a reconciliação com a vida tinham espalhado um tom trigueiro e forte que o virilizava soberbamente. Dos olhos, que na cidade eu lhe conhecera sempre crepusculares, saltava agora um brilho de meio-dia, decidido e largo, que mergulhava francamente na beleza das coisas. Já não passava as mãos murchas sobre a face – batia com elas rijamente na coxa.... Que sei eu?! Era uma reencarnação. E tudo o que me contou, pisando alegremente com o sapato branco o assoalho, foi que se sentira ao fim de três dias em Torges, como desanuviado, mandara comprar um colchão macio, reunira cinco livros nunca lidos, e ali estava:

– Para todo verão?

– Para todo o sempre! E agora, homem das cidades, vem almoçar umas trutas que eu pesquei, e compreende enfim o que é o Céu. (QUEIRÓS, [19--], p. 734)

Tanto Henrique de Souselas quanto Jacinto abandonam o ócio esterilizante para arar a terra; trocam o “ar latrinário dos passeios de Lisboa” pelo ar livre dos campos e a visão

<sup>184</sup> QUEIRÓS, s.d., p. 733.

pessimista da vida por uma perspectiva rediviva do mundo. A “cura” é sacramentada pelo casamento, que confere aos dois solteirões invictos o perfil de “homens sérios” que a sociedade aplaude. O narrador queirosiano ainda zomba de Schopenhauer e do rei Salomão que, com suas obras, assombravam as noites daquele Jacinto de outrora:

Um dogmatiza funebremente sobre o que não sabe – e o outro sobre o que se não pode. Mas que dê a esse bom Schopenhauer uma vida tão completa e cheia como a de César, e onde estará o seu schopenhauerismo? Que se restituia a esse sultão, besuntado de literatura, que tanto edificou e professorou em Jerusalém, a sua virilidade – e onde estará o Eclesiastes? De resto que importa dizer bem ou mal da vida? Afortunada ou dolorosa, fecunda ou vã, ela tem de ser vida. (...) (QUEIRÓS, [19--], p. 735)

A troça com o filósofo, que falecera em 1860 cercado de tardio reconhecimento, faz sentido, porque relacionou-se mal com a própria família e foi, durante toda a vida, um solitário. Além da vida privada, há a vida em sociedade que, para o filósofo, mais se assemelha a um baile de máscaras. O narrado queirosiano dialoga com Schopenhauer, mas oferece saídas para o “sem família”, ao entender que para não mais se perder nas galanterias de salão e no fascínio desmedido diante da tecnologia, há que tornar ao útero da pátria, ao Portugal profundo:

É no máximo de civilização que [o homem] experimenta o máximo de tédio. A sapiência, portanto, está em recuar até esse honesto mínimo de civilização, que consiste em ter um tecto de colmo, uma leiria de terra e o grão para nela semear. Em resumo: para reaver a felicidade, é necessário regressar ao Paraíso – e ficar lá, quieto, na sua folha de vinha, inteiramente desguarnecido de civilização, contemplando o anho aos saltos entre o tomilho, e sem procurar, nem com o desejo, a árvore funesta da Ciência! *Dixi!* (QUEIRÓS, [19--], p. 735)

O idílio queirosiano faz crer que o retorno à vida comunal e à convivência em família podem restaurar a casa portuguesa. Ao final da leitura, os leitores podem respirar aliviados, porque a ordem é restaurada, à medida que as personagens encontram o seu lugar no mundo. Nesse sentido há que concordar com Jorge Fernandes da Silveira, quando o mesmo afirma que “no século XIX, o romance pode ser considerado um aliado na construção do mundo liberal, como o voto, a educação e o sistema de assistência social.” (SILVEIRA, 1999, p. 40). Mas se o progresso tão acalentado falhara na melhoria da qualidade de vida das populações, especialmente entre as famílias proletarizadas e as campesinas, o que fazer com esse montante acumulado de civilização? Voltando ao *Jasmineiro*, a pedido de Jacinto, relata José o que vê:

(...) penetrei no gabinete de trabalho de Jacinto e tropecei num montão negro de ferragens, rodas, lâminas, campainhas, parafusos.... Entreabri a janela e reconheci o telefone, o teatofone, o fonógrafo, outros aparelhos, tombados das suas peanhas, sórdidos, desfeitos, sob a poeira dos anos. Empurrei com o pé este lixo do engenho humano. A máquina de escrever, escancarada, com os buracos negros marcando as letras desarraigadas, era como uma boca alvar e desdentada. O telefone parecia esborrachado, enrodilhado nas suas trilhas de arame. Na trompa do fonógrafo, torta

esbeçada, para sempre muda, fervilhavam carochas. E ali jaziam, tão lamentáveis e grotescas, aquelas geniais invenções que eu saí rindo, como duma enorme facécia, daquele supercivilizado palácio. (ibid., p. 737)

Júlio Dinis e Eça de Queirós se irmanam e evocam com as suas personagens o mentor de toda uma geração – Alexandre Herculano – que se batera por uma nova sociedade e terminara a vida retirado e desencantado<sup>185</sup>, como salienta Carlos Eduardo Soares da Cruz:

(...) não interessavam a Herculano honrarias, títulos e cargos, mas paz de consciência e liberdade para trabalhar. O destino do país estava em jogo, uma nova sociedade surgia com o fim do absolutismo que assombrava e assustava, e não era aceitável, para ele, conciliar apenas parte de suas ideias com outras que ele considerava abomináveis.

Apesar de não se considerar democrata, pelo peso republicano que essa palavra detinha na época e longe de ser comunista, pensamento ilusório e injusto em sua opinião por ele ser um defensor do direito à propriedade, defendeu o povo no que achava que deveria fazê-lo: lutando pela instrução, pela educação através da arte e da imprensa, pela liberdade de pensamento, direito à propriedade, e, mais do que tudo, contra a extorsão e corrupção dos governos e dos capitalistas que depredavam o país, vendiam a nação, e seguiam as ilusões do progresso. (CRUZ, 2013, p. 23-24)

Consoantes ou dissonantes, são os relacionamentos entre os mais diferentes atores que criam teias e movem o mundo. Cada um à sua maneira nutre a esperança de, embalde as perdas de ordem material e os desfazimentos morais, o homem português, mais dia, menos dia, busque o sentido de nação e encare de frente os desafios que batem à porta com o *fin de siècle*.

---

<sup>185</sup> Em 1866, Herculano estabelece moradia em Vale dos Lobos. É o que Carlos Eduardo Soares da Cruz chama de *seu segundo exílio*, agora voluntário. Em 1867, casa-se com Maria Hermínia de Meira e, tornado agricultor, passa a produzir o Azeite Herculano, considerado de boa qualidade.

## CONCLUSÃO

Os deslumbramentos que tomam a Europa na segunda metade dos oitocentos são impulsionados pelos avanços de cunho científico e tecnológico, que dão um novo rosto ao velho mundo. Das conclusões de Charles Darwin sobre a evolução humana, passando pela produção de produtos químicos a revolucionar a agricultura e a tabela periódica de Mendeleiev, tudo pede uma revisão de conceitos e de atitudes. A medicina calcada na experimentação confere um novo *status* ao médico. Reformulam-se as grandes cidades por completo, em busca de melhores ares, e a cultura higienista emerge com força, estimulando o cuidado de si como um determinante nos relacionamentos.

As comunicações e os transportes crescem exponencialmente. A malha férrea cobre o território europeu, diminuindo significativamente as distâncias e a locomotiva a vapor passa a ícone da modernidade, rasgando o continente e deslocando pessoas, bens, ideias, realidades. As prensas são aperfeiçoadas, fazendo explodir os periódicos e os jornais e dando visibilidade a matizes de opiniões. No campo ficcional, consolida-se o romance, veiculado em folhetins. E, como a massa de iletrados ainda é a maioria, cresce a pressão por educação em larga escala.

A ciência adquire um estatuto e uma importância social sem precedentes e incontornável, o que repercute no culto à religião, durante séculos, o paradigma da cultura ocidental. O baque da cosmovisão católica traduz-se em perda de poderio político e material dos representantes de Deus no enfrentamento com os governos: de terras e mosteiros, que passam a bens nacionais; e de fiéis e dissidentes, que aproveitam a autoridade do padre à míngua para professar no seu íntimo outra fé ou fé nenhuma. Mas a Igreja reage, ao valorar as visões místicas, os milagres e as canonizações, com as mulheres a desempenharem o papel de evangelizadoras no lar e a chamarem filhos e maridos para o cultivo da fé em família

Diante da preponderância do discurso científico, a literatura e a filosofia perdem lugar e o escritor tece o seu argumento, em que reputa para si o papel de produtor de cultura, dispõe do exercício mental como força de trabalho e veicula o produto da sua labuta, tendo em vista um mercado leitor ainda incipiente, mas com um grande potencial a ser explorado. A imagética abre um novo capítulo, à medida que os aparatos da tecnologia ganham terreno e a máquina fotográfica produz a coisa fidedigna, capaz de por si documentar a realidade. O impacto da fotografia, a literatura há de absorvê-lo ao desenvolver uma retórica da

visibilidade que descreve o que se passa ao redor e formula o testemunho vivo do narrado, a tempo e a hora.

No entanto, mesmo que as mudanças em curso despertem entusiasmo e levem a humanidade a crer que se aproxima do ápice da civilização, vemos uma Europa sombria em 1870. Acaba a crença idílica no lema *Liberdade, igualdade e fraternidade* preconizado pela Revolução Francesa, desde 1789, a povoar os sonhos dos primeiros liberais. A Revolução Industrial, também deflagrada nos setecentos e com origem na Inglaterra, vinga no mundo ocidental, alterando significativamente o modo de vida das populações e ocasionando deslocamentos à larga do campo para a cidade, com promessas de qualidade de vida que não se efetivam junto aos mais pobres. Paradoxalmente, ainda que o incremento da tecnologia sugira desobrigar os homens de atividades penosas, o tempo monitorado e compartimentado dá a impressão de ter encurtado não só entre os mais ricos, mas principalmente entre os que saem do campo como indivíduos, chegam à cidade como dentes de engrenagem e passam a mover com a sua força de trabalho a indústria nascente.

Quantas incertezas enfrenta esse fim de século, com as monarquias constitucionais cada vez mais frágeis, o republicanismo ganhando voz e as massas trabalhadoras organizando-se continuamente. Justifica-se, portanto, o surto desenvolvimentista em Portugal, entre os anos 50 e 70 do século XIX, a receber uma adesão momentânea. Logo fica evidente que o custo é alto, tanto do ponto de vista econômico quanto social. As insatisfações eclodem em insurgências várias por toda a Europa e fomentam medo o bastante entre a burguesia reinante, que passa a tarjar as classes proletárias como “perigosas”. Nesse ínterim, Auguste Comte propõe soluções muito próprias para dirimir o sentimento de anarquia generalizado, acreditando que os pressupostos positivistas apontam para uma linha evolutiva, em que a superação dos dilemas morais e sociais hão de descortinar um horizonte risonho para os seus seguidores. Mas em Portugal, as teorias comteanas absorvidas pelos intelectuais portugueses tem um viés marcadamente anticlerical, mais próximo das ideias de Littré, Renan e Taine.

A burguesia consolida os seus projetos de classe graças às perdas que a aristocracia e a Igreja sofrem nesse percurso, mas outras forças premidas pela necessidade inauguram o que Karl Marx e Friedrich Engels chamam de “luta de classes”. Essa posição em favor do enfrentamento direto assusta a intelectualidade portuguesa, cujo berço é predominantemente burguês. Por isso, muitos intelectuais voltam-se para as ideias de Pierre-Joseph Proudhon, que denuncia a propriedade privada como a origem dos males e indica saídas para lidar com os antagonismos de forma moderada, arrebanhando os jovens portugueses egressos na

universidade, e em especial um grupo de estudantes de Direito da Universidade de Coimbra que, no final dos anos 60 do século XIX, passa a criticar sobremaneira o autoritarismo dentro da própria universidade, exigindo outrossim a sua modernização. E essa visão revolucionária gestada no universo acadêmico se expandiria pela voz de uma turma conhecida *a posteriori* como a Geração de 70.

Com maior ou menor radicalização, tanto Marx quanto Proudhon bebem nas fontes do idealismo hegeliano, que remonta às primeiras décadas dos oitocentos e defende que a humanidade, com o arcabouço cultural que acumulara historicamente, há de reagir aos desafios dos novos tempos. Hegel redige os fundamentos da filosofia do direito, ao quais incidirão na compilação dos primeiros códigos penal e civil portugueses, em 1852 e 1867.

Tais revolvimentos de ordem política, econômica e social impactam sobremaneira os núcleos domésticos. A família não será mais a mesma: o número de membros é reduzido e mesmo os papéis intrafamiliares, ainda que perdurem demarcados, passam por reconfigurações que os escritores finiseculares passam a discutir em artigos de opinião e também na prosa ficcional. Eles não se eximem de criticar, por meio da ironia e da caricatura, as idiossincrasias da sociedade burguesa. As questões referentes à proteção da propriedade e a preocupação com partilhas e sucessões, além das punições em caso de adultério penalizam sobretudo a mulher casada, porque o direito civil – pensado por homens – cuida de ratificar o discurso patriarcal.

Como são eles a dominarem o espaço público, em busca de realização profissional e reconhecimento social, há que formular um sistema educativo que passe pela inculcação de valores e a distinção de papéis por gênero, tendo em vista garantir ao homem burguês, branco e culto o livre trânsito entre os dois mundos. Mesmo que a cantilena da autoapregoadada superioridade masculina seja majoritária, ainda assim, as mulheres buscam saídas para o confinamento que lhes é apresentado como uma decorrência natural, em um tempo em que o “topo da carreira” feminina aponta para o casamento, a maternidade e os cuidados do lar. Há aquelas que estendem a sua atuação à igreja, onde principiam as primeiras ações de assistência social, e há outras que, em geral pela precária condição socioeconômica ou falta de filiação paterna, tornam-se preceptoras e mestras régias. A educação passa congregar concepções as mais variegadas, do pensamento conservador e excludente à crença de que deveria ser estendida de forma igualitária para as massas, tendo em vista, por um lado o aperfeiçoamento laboral e, por outro, o investimento nas gerações subsequentes. Sob esse

prisma, ocupa um espaço de peso no que Pierre Bourdieu chama de mercado de bens simbólicos.

A religião é o terceiro campo a produzir, ainda evocando Bourdieu, bens culturais significativos, porque apesar de perder força no *establishment*, mantém os ritos e os dogmas católicos, a arquitetura, a história do cristianismo, que, em Portugal, se confunde com a gênese do reino. Mesmo que o pensamento anticlerical cresça e leve a uma separação gradual entre o Estado e a Igreja, o povo continua a cultivar as crenças de origem e a passá-las de pai para filho. Paradoxalmente, a família portuguesa muda substantivamente diante das condições objetivas que ora se apresentam e dos referidos bens simbólicos que ganham outra conotação, mas não muda na sua essência, porque o modelo patriarcal permanece como esteio das relações. Como o autor de *O Leopardo*<sup>186</sup>, Giuseppe Tomasi de Lampedusa (1896-1957), põe na boca do príncipe de Falconeri, numa clara alusão a *O príncipe*, de Nicolau Maquiavel (1469-1527)<sup>187</sup>: “Algo deve mudar para que tudo continue como está.”

Os escritores detectam esses impasses em uma sociedade que há de mudar por força de lei, mas que há de fazê-lo mui lentamente por resistir a se desfazer das antigas amarras, entendendo-as como a sua forma de estar no mundo. Quando discutem as questões religiosas, os autores focalizam especialmente a figura do padre, particularmente mal vista no período. Eles retratam o padre “funcionário-público” (o padre Salgueiro, de Eça de Queirós), o místico (Frei José, de Júlio Dinis), o venal (o padre Nazaré, de Fialho de Almeida) e até o padre probo (o velho cura, de Fialho de Almeida), porque esse religioso, desde as reformas pombalinas, perdera o assento; o que tenderia a se acentuar no século XIX. À expulsão definitiva dos jesuítas e à desestruturação das ordens religiosas segue-se a passagem das propriedades da Igreja para o domínio do Estado e a venda destas para particulares, tal e qual a família do Conselheiro, em *A Morgadinha dos Canaviais*, que habita um velho mosteiro. Por outro lado, os fiéis podem transitar da fé algo folclórica da Tia Doroteia e da criada Maria de Jesus, até o rigor desmesurado de Sr<sup>a</sup>. Catarina do Nascimento. O fanatismo religioso produz o seu cordeiro de Deus – a menina Ermelinda – e destrói a família do recoveiro Cancela, restrita ao pai e à sua desventurada filha.

O rei, por sua vez, perde o poderio absoluto, passa a moderador na monarquia constitucional e vê o seu lugar mais e mais contestado pelos homens de imprensa, dentre os quais Fialho de Almeida, um dos seus mais impiedosos críticos. Essa insatisfação só faria

---

<sup>186</sup> *Il Gattopardo*, no original, foi escrito entre 1954 e 1957.

<sup>187</sup> *Il Principe* foi escrito em 1513 e publicado postumamente em 1532.

crescer no *fin de siècle*, até explodir com o regicídio (1908) e, uma vez eliminado o laço dinástico, abrir espaço para o regime republicano (1910). Acompanhando a perda de prestígio no espaço público do padre e do monarca, vê-se também o declínio da figura paterna no espaço privado. Recorde-se a desobediência de António a seu pai, em “Maria Moisés”, incompreensível para um fidalgo da estirpe dos Queirós e Meneses. Apartado de Portugal por quase quarenta anos, António tornaria a ocupar ao lugar como morgado, mas a transmissão de vínculos com o advento da Regeneração, estaria condenada em definitivo. Tanto que, a partir de 1863, findaria definitivamente, o que contribuiria para solapar ainda mais a autoridade paterna.

Condenada estaria também a atitude senhorial das famílias em reservar para si o direito de escolher os pretendentes dos filhos à sua revelia, tendo em vista os polpidos contratos maritais, como Maria Amália Vaz de Carvalho desvela em “As duas faces de uma medalha”, em que a escolha do futuro marido com título de nobreza para a protagonista pelo próprio pai acaba por se mostrar um erro inarredável que conduz a família à penúria. Ironicamente, o preferido de Margarida – que ao final da narrativa deixa de frequentar os salões para virar mestra de meninas – de ascendência remediada, passa a reputada figura pública. É a mobilidade social cada vez mais fluida e presente no cotidiano das famílias.

Com a ascensão do individualismo, uma nova maneira de proceder à escolha do cônjuge se apresenta, tendo por base as inclinações mútuas dos parceiros, o que tira dos pais um poder valioso sobre seus filhos, mas também os desobriga da responsabilidade frente aos destinos funestos, que a autora tão bem conhece e refuta. Essas leituras permitem-nos também entrever os diferentes modelos de paternidade – desde os senhoriais, cada vez mais contestados pelos filhos, passando pelos completamente alheios no que tange à dinâmica familiar, como é o caso de João da Laje, de “Maria Moisés” que, ao reaver a filha morta, desconhece os enredamentos emocionais por que ela passara, permanecendo à margem da história. Por outro lado, Jorge, o pai de Ermelinda, em *A divorciada*, de José Augusto Vieira, e Macário, o pai de Tomásia, em “O filho natural”, de Camilo Castelo Branco, sugerem novas configurações de paternidade, em que os homens viúvos passam a atuar como pai e mãe de suas crianças. Nada disso é garantia de felicidade porque, mesmo com todo o zelo paterno, Tomásia se apaixona por um fidalgo e abandona Macário. E Ermelinda, ainda que escolha o par, leva para casa um malandro que há de matar o seu pai de desgosto. Mesmo assim, podemos entrever que o investimento afetivo do pai junto à filha, atributo próprio da sociedade burguesa, passa a ser admitido e até valorado. Não significa que tais formações

familiares inexistissem na vida real; nos anos finais dos oitocentos, elas passaram a receber um tratamento ficcional nunca antes observado, haja vista o mesmo “Filho Natural”, onde a família de Tomásia, reduzida a ela e o filho, passa a admitir Maria da Piedade, a meia-irmã paterna chamada de filha, enquanto no outro núcleo familiar subsistem os traços senhoriais – D. Leonor chama *o bastardo*, o filho do visconde – de uma aristocracia em derrocada. São essas novas conformações em curso que permitem escapar à imagética da família perfeita.

Por sinal, a gravidez fora do casamento, ficcionalizada por Camilo Castelo Branco também em “Maria Moisés” abre espaço para conformações outras, oportunizando inclusive o perfilhamento de Maria Moisés pelo general Queirós e Menezes, trinta e oito anos depois de ela ser encontrada à deriva no rio e ser acolhida como enjeitada por uma família piedosa. Outras crianças, no entanto, não têm melhor sorte. Desde o recém-nascido assassinado pelo suposto pai, em “Conto do Natal”, de Fialho de Almeida, passando pela menina Berta, de “A morte de Berta”, de Maria Amália Vaz de Carvalho, que sofre com o abandono afetivo, até os habitualmente expostos na roda, todos demandam uma legislação que coíba o infanticídio e o abandono de inocentes. Mas o incômodo crescente em torno do tema, que os autores do período tratam de focalizar, mais cedo ou mais tarde acabaria por repercutir em ações de ordem prática, tanto que as agressões físicas e psicológicas contra crianças e adolescentes tornam-se efetivamente criminalizadas a partir da década de 60, do século XX. Fialho de Almeida e Maria Amália Vaz de Carvalho despontam dentre os intelectuais mais combativos na luta pela proteção da infância e fazem da imprensa a sua tribuna. Ele, advogando, em resenhas incendiárias, soluções para a salvaguarda dos meninos; ela, pugnando pela educação de mulheres e crianças.

Não contente com os muitos conclames na mídia impressa em favor da educação e do apego seguro a alicerçar a vida de tantas crianças, Fialho de Almeida envereda também pela prosa ficcional e, em “Conto do Natal”, retrata de forma cruenta um infanticídio que abala os leitores frente ao absurdo que é o morticínio de crianças. Trata-se de um combate difícil, mas não inglório, porque, na virada do século, Portugal torna-se uma nação pioneira na defesa dos direitos dos menores até 16 anos. Ainda sob o impacto do governo republicano, promulga-se, em 27 de maio de 1911, a primeira Lei de Proteção da Infância, uma medida significativa saudada inclusive por Victor Hugo.

Também as questões referentes às mulheres ganham figurações impensadas há poucas décadas. A relação entre mãe e filho passa a ser sobejamente valorizada, tal e qual o narrador camiliano se refere ao amor incondicional entre Tomásia e Álvaro, em “O filho natural”.

Abandonada por Vasco, com o filho recém-nascido nos braços, ela rejeita uma proposta marital, que iria conferir-lhe uma certidão de casamento e sobrenome para o seu filho, e assume integralmente as funções de mãe e chefe de família. Sacralizada como a mãe do pequeno Álvaro, não mais aspira por amor, paixão ou sexo, porque a expiação da falta, segundo o conceito da época, é o que a redime e lhe permite colher o reconhecimento junto à comunidade. Outra mulher que abraça integralmente o papel de mãe é Maria da Laje, mãe de Josefa, em “Maria Moisés”. Quando Josefa está prestes a dar à luz, Maria da Laje rejeita-a veementemente em nome da honra, mas, ao saber que a filha morrera, enlouquece de remorso. Mãe em tempo integral, sente-se cúmplice na sua desgraça.

Eça de Queirós oferece uma outra faceta do feminino com a protagonista de “No moinho”. Ainda que busque se dedicar integralmente à família, o sentimento de falta de Maria da Piedade é predominante, a ponto de à primeira oportunidade – a chegada do romancista Adrião a sua aldeia – despoletar uma mudança violenta que faz com que ela transite de “santa” a “Vênus”. Gostando ou não, a sociedade teria de enxergar que as mulheres demandavam muito mais do que o sonho do lar perfeito, para lidarem com as suas pulsões.

O mesmo acontece com a Margarida, mãe de Berta, em “A morte de Berta”, de Maria Amália Vaz de Carvalho, que, apesar de viver uma vida supostamente harmônica, acaba por se envolver com um outro homem, apresentado aos leitores como um “primo”. Fatalmente a infidelidade é descoberta, mas a autora prioriza um outro veio da narrativa e oferece a representação de um sujeito, até então ignorado no meio familiar: a criança. Além de fazer de uma criança, a Naly, a sua interlocutora, mesmo com a intenção de atingir indiretamente as leitoras adultas, Maria Amália agrega à narrativa uma criança como protagonista. É a Berta que, brincando no seu aniversário de cinco anos, rouba uma carta comprometedor da mãe e entrega-a ao pai. Com esse ato ingênuo, sobrevém a derrocada da delicada tessitura doméstica e a menina passa a bode expiatório da família. Crianças e mulheres, portanto, têm suas próprias necessidades e, é isso que, mesmo com o discurso reformador, os autores do período estão a salientar, impulsionando a criação de medidas legais que proteja os menores. Casos como os de Berta, de abandono afetivo, no século XIX, não eram sequer observados, dada a sacralização do poder paternal e também por não se compreender a criança como um sujeito de direitos. A situação que Maria Amália delineia atravessa todo o século XX sem uma decisão consensual e ainda hoje levanta celeumas no meio jurídico português. Segundo Ana Catarina Janeiro Fialho:

A omissão culposa do dever de cuidado ou de afeto tem merecido a atenção da doutrina e da jurisprudência estrangeiras mas é ainda questão insuficientemente

debatida em Portugal seja porque se entende que a harmonia familiar é um bem a preservar, imune aos efeitos da quantificação monetária dos cuidados e dos afetos, ou que existem outros mecanismos de tutela e de proteção em caso de violação dos direitos da criança, designadamente por via da limitação ou inibição do exercício das responsabilidades parentais. (FIALHO, 2014, p. 8)

O aparato legal amadurece, portanto, à custa das situações de ordem prática que se impõem e aos ruídos dessa mesma sociedade, que passa a demandar a revisão dos valores mais arraigados em favor de uma visão mais alargada do espaço doméstico, como acontece em *A divorciada*, em que seu autor, José Augusto Vieira, oferece uma possibilidade pelo ponto de vista ficcional até então impensada na sociedade portuguesa de então. Diante das vicissitudes que enfrenta Ermelinda, a protagonista, em estando casada, o romance praticamente compõe um roteiro para qualquer mulher que sofra violência doméstica, oferecendo-lhe um “passo-a-passo” para resguardá-la legalmente e livrá-la do “martírio”, como assim nomina o casamento fracassado. Também Fialho de Almeida lida com uma personagem que abdica do casamento, a Bertha, de “Divorciada”. Mas Bertha não porta a máscara de mártir, nem vive a reboque dos interesses familiares. Ela toma as rédeas da sua vida e se decide pelo rompimento ainda na noite de núpcias, porque o ex-marido, ainda que tivesse muitas qualidades, não se lavava, o que indica o crescimento do pensamento higienista entre as classes mais abastadas. A partir de então, e ainda que o narrador a censure nas entrelinhas, Bertha passa a fruir da sua sexualidade em plenitude, algo que a sociedade do período só é capaz de suportar sob pesada ironia. A nota dissonante é mais do que suficiente para introduzir o grotesco na narrativa e abre para diferentes leituras, além de prenunciar um universo novo no plano legal. O divórcio é reconhecido em Portugal a partir da proclamação da república, em 1910, mas a discussão grassa pelos segmentos desde o final do século XIX e por muito tempo há de se estender, porque o peso do estigma sobre a mulher descasada há de atravessar grande parte do século XX.

Reflexões tais, ainda que suscitem o incômodo, introduzem na sociedade oitocentista o conceito de responsabilidade civil, indicando, de forma ainda velada, que a dignidade e a individualidade dos membros merecem ser preservadas, o que deve ser entendido como a função social da família. Entretanto, o que se passa no âmbito interno demora para vir à tona, o que leva o aparato jurídico a esbarrar em suas limitações e a repensar a ação do Estado frente à garantia dos direitos fundamentais dos grupos considerados minoritários. Daí a importância redobrada da literatura finissecular, que faz por bem trazer a público os dramas passionais e os imbrólios domésticos, no mais das vezes interditados pelo pesado silêncio dos atores.

As 31 narrativas ficcionais abordadas oferecem retratos de 10 famílias monoparentais. Dentro deste grupo, 8 narrativas retratam famílias sem mãe, sendo impingida às filhas a governança da casa. São essas as mulheres que garantem a continuidade da dinâmica familiar, gerindo o espaço doméstico e assumindo o papel de mediadoras entre os membros, como é o caso das personagens dinisianas Madalena e Jenny, em *A Morgadinha dos Canaviais* e *Uma Família Inglesa*, respectivamente.

Deparamo-nos também com famílias nucleares completas, em “Sempre amigos”, de Fialho de Almeida. Ocorre que ambas as famílias são desfiguradas pela violência e, uma vez impossibilitados os provedores, por morte e encarceramento, são as mulheres, até então conformadas à casa, que tem de gerir os próprios destinos. E o que, em princípio, ocorre por força imperiosa da miséria à porta, há de se tornar a tônica no século vindouro, ao reconhecer as mulheres ingressantes no universo do trabalho como seres potentes e capazes de alçar a própria independência. Além das mulheres que, no lugar dos homens evadidos ou mortos, assumem o posto de chefes de família, existem também as filhas que ocupam a vacância das mães – uma constante nos romances dinisianos – e gerem os espaços privados à sua maneira.

Ainda que o discurso burguês traga consigo preconceitos de classe e gênero, a ironia subjacente esse mesmo discurso abre fissuras na sociedade e conduz a diferentes perspectivas, porque, como diz Maria de Lourdes Ferraz:

[...] como recusar a qualquer artista a capacidade crítica sobre o que o rodeia? Porque, enfim, em última análise, a ironia revela sobretudo uma visão crítica do mundo [...]. É como “arte de persuasão, estimulando em nós convicções e opiniões que a ironia, enquanto figura revela um estilo, uma atitude, um tom, que persegue o objetivo de não só movere, mas vencer, ou melhor, convencer. E convencer de que até na contradição há uma compatibilidade possível. Mas esta é, parece-me, uma consequência última da ironia: a procura de uma síntese no que, objectivamente, se apresenta como incompatível. Expressão máxima dessa procura e a tentativa de conciliação dos dois elementos paradigmáticos de uma oposição: o absoluto e o relativo. (FERRAZ, 1987, p. 17-18)

Mesmo que, em vários momentos, desempenhassem o papel de reformadores, pretendendo restaurar valores caros à burguesia – a virtude, a cordura, a austeridade e a modéstia, entre outros – os autores da segunda metade dos oitocentos demonstram, em suas prosas ficcionais, que o sonho da família feliz não se mostra exequível, seja porque os atores não estão dispostos a abrir mão da expressão individual e do desejo para manter a pretensa harmonia familiar, seja porque, com a mudança das condições objetivas de vida, as próprias famílias ganham dinâmicas próprias.

O retrato familiar encontra o seu contraponto em “A tia Isabel”, de Maria Amália Vaz de Carvalho. Neste conto, narrador desfaz de quem chama a protagonista de “solteirona”, devido à forte carga depreciativa, mas o fato é que a mulher, que se sentira bonita em tempos idos, grita ao ver os cabelos embranquecerem. Por não constituir um núcleo familiar próprio e uma vez morrendo os pais, ela passa a apêndice da família do irmão e ocupa um lugar obscuro, que não a impede de contribuir com os arranjos da casa, além de lidar com os sobrinhos e dar atenção ao irmão e à cunhada.

A personagem amaliana ocupa um entre-lugar e tem uma figuração simétrica à *contessina* fialhiana, de “O funâmbulo de mármore”. Ambas não se casam e não há aceno de que nenhuma das duas venha a dizer “sim” a quem quer que seja, aos pés do altar, mas as similaridades acabam por aí, porque a *contessina* busca um determinado tipo de homem, encontra-o, submete-se a ele e acaba por perdê-lo para a morte. Importa dizer que o seu desejo é maior do que tudo, tanto que se dedica a esculpir o amado em seus mínimos detalhes. A expressão erótica da *contessina* é de tal forma perturbadora que não resta ao narrador outra saída que não seja transformá-la em alegoria, comparando-a à inspiração de que o artista é tomado antes de executar a obra. As mulheres “sem família” teriam ainda de pelear bastante para ousarem exprimir os seus desejos livremente, sem pagar com a vida por sua ousadia.

Outros contrapontos ao “sujeito de família” figuram na prosa ficcional de Júlio Dinis e Eça de Queiró. O primeiro, em *A Morgadinha dos Canaviais*, apresenta-nos Henrique de Souselas, bem-apegoado, algo hipocondríaco e acostumado às galanterias da corte, é aconselhado por seu médico a seguir para a aldeia à guisa de tratamento da depressão que o acomete e que sua tia Doroteia inocentemente chama de “manias”, algo que só se diz à boca pequena, por remeter à histeria e à loucura.

Por sua vez, o Jacinto eciano, de “Civilização”, cercado de *bric-à-brac*, artefatos de tecnologia e livros, boceja de tédio, no fervilhar citadino de Lisboa. A decisão de visitar, com seu amigo José – cuja voz é particularmente relevante, por ser ele a narrar a história – as terras da família, em Torges, há de mudar o seu percurso. Jacinto, destituído de todo o conforto material que fora extraviado em uma viagem cheia de percalços, acaba por se ensimesmar e vislumbrar o essencial: a necessidade de encontrar o sentido da própria vida. Henrique de Souselas deixa para trás a depressão e a hipocondria, tão logo põe os pés nos domínios da senhora de Alvapenha, apaixona-se, ao final da narrativa, por uma moça da terra e se reestrutura ao entrar em contato com o Portugal da aldeia, onde a alma portuguesa paira incorruptível.

Quando o José de “Civilização”, passados uns dias, volta a Torges, encontra o amigo completamente mudado, porque, banidos o tédio e a palidez habitual, o moço altamente civilizado decide-se por abandonar a cidade, morar na província e assumir a gestão de suas terras, em caráter definitivo. Não chega a casar, mas arranja uma noiva entre os locais, como sublinha o narrador: “Ouço que vai casar com uma forte, sã e bela rapariga de Guiães. Decerto crescerá ali uma tribo que será grata ao Senhor! ” (QUEIRÓS, [19--], p. 736) Apesar de inicialmente figurarem como párias, os cidadãos Henrique de Souselas e Jacinto buscam encontrar a “felicidade pela agricultura” – ironicamente, o título de uma obra de António Feliciano de Castilho, publicada em 1849 – e se decidem por um redirecionamento de suas vidas. Ambos deixam o aspecto dândi e os salões chiques de Lisboa, para se tornarem produtores rurais, compondo parte desse Portugal que precisa se reconstruir e seguindo as pegadas de um Alexandre Herculano que abriu o caminho da crítica e da postura independente para as novas gerações. Pela boca do narrador escoa a ironia fina, frente a uma vida deixada para trás, porque estéril e ininteligível: “Na trompa do fonógrafo, torta, esbeçada, para sempre muda, fervilhavam carochas. E ali jaziam, tão lamentáveis e grotescas, aquelas geniais invenções, que eu saí rindo, como duma enorme facécia, daquele supercivilizado palácio. ” (QUEIRÓS, 2009, p. 249)

De tudo o que foi dito, perdura a tese de que o discurso ficcional traz luzes para os recônditos do ser humano iluminando pontos obscuros aonde não chega o discurso racional e científico, porque o ser humano e a sociedade são contraditórios. A literatura vai além, porque com o que nomina, com o que reconhece no campo ficcional, dá subsídios a essa mesma ciência, para as descobertas que estão por vir, e chega a fundamentar o direito, quanto às normativas que ainda estão por ser criadas. É por isso que Émile Zola advoga para si e para os escritores finisseculares um papel “científico” enquanto perscrutadores da alma humana, porque a literatura vai muito mais longe, ao projetar situações que a ciência só mais adiante vai descobrir ou alcançar.

Embora o poder patriarcal e católico tenha persistido por um largo tempo em Portugal, muito se fez para que as visões estreitas sobre a família se alargassem e foram os escritores os que mais se empenharam não só em retratar os núcleos domésticos, mas também em confrontar os espaços privados e públicos e interferir, nem sempre de modo consciente, no modelo de nação a que a família deveria corresponder, porque a força do patriarcalismo quase sempre emerge de lugares insuspeitados. Mas, ao mesmo tempo, abriram janelas para novas maneiras de pensar os respectivos grupos e as interações decorrentes.

Parafrazeando Eric Hobsbawm, ainda resta-nos saber o que do século XIX perdura em nós. A sociedade como um todo adota novos discursos, discute o Estatuto da Família, mas não consegue de todo abdicar de posições conservadoras. O imenso Pai, que hoje não é mais o monarca, o padre e nem mesmo o pai consaguíneo ou adotivo, chega, em nossos dias, transvestido de “Grande Irmão”<sup>188</sup> e ironicamente adentra as nossas salas de estar em um programa de televisão, na eterna busca de controle.

Por isso e por tudo o mais, a literatura tem o seu lugar, a compor esses álbuns de família, tão distintos entre si, com questões tão singulares e ao mesmo tempo encaminhamentos tão comuns, em conformidade com a conjuntura histórica da sociedade; contemplando as miríades de feminilidade (a santa e a pecadora, a reprimida e a liberada); dando voz às crianças, antes mesmo de os adultos perceberem-nas como sujeito de direito; demonstrando a esse universo tomado pelo pensamento patriarcal que a dominação masculina principia a ruir. Isto transparece mais vivamente dentro do espaço privado, entre quatro paredes.

---

<sup>188</sup> Cf. a obra *1984*, de George Orwell (1903-1950), publicada em 1949.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*. Porto: Editorial Presença, [19--]. v. 11.

ALMEIDA, José Valentim. *Os Gatos*: publicação mensal, de inquerito a vida portuguesa. Prefácio de Alvaro J. da Costa Pimpão. Lisboa: Liv. Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1945, v. 1-6.

\_\_\_\_\_. *A cidade do vício*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1932.

\_\_\_\_\_. *Ave migradora*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945.

\_\_\_\_\_. *Contos*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1931.

\_\_\_\_\_. *Figuras de destaque*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923.

\_\_\_\_\_. *O país das uvas*. São Paulo: Editora Três, 1973.

\_\_\_\_\_. *O Natal na tristeza de “um Sem família”*. Lisboa: O Mundo do Livro, 1957. Disponível em: <<http://bdalentejo.net/BDAObra/BDADigital/Obra.aspx?id=478#>>. Acesso em: 9 abr. 2016.

ALMEIDA ALVES; COSTA. A Lanterna Mágica. In: *Cinematoteca Portuguesa – Museu do Cinema*. Disponível em: <[www.cinematoteca.pt/CinematotecaSite/.../Microsoft-Word-CupidosSite.pdf](http://www.cinematoteca.pt/CinematotecaSite/.../Microsoft-Word-CupidosSite.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2015.

ALVES, Ida Maria Santos Ferreira. De casa falemos. In: SILVEIRA, Jorge Fernandes da. (Org.). *Escrever a Casa Portuguesa*: uma forma de escrever Portugal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

ANASTÁCIO, Vanda. *Poesia e sociabilidade*: Bocage, a Marquesa de Alorna e a Viscondessa de Balsemão. Disponível em: <[http://www.vanda-anastacio.at/articles/1\\_ALCIPE\\_BOCAGE\\_HAMBURG\\_locked.pdf](http://www.vanda-anastacio.at/articles/1_ALCIPE_BOCAGE_HAMBURG_locked.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2016.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flashman. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

AZEVEDO, Francisco Lopes. *Algumas Observações Sobre a Carta que Acerca das Conferencias do Casino Escreveu o Snr. Alexandre Herculano e se lhe Acha Inserta no Tomo I dos “Opusculos” do Ilustre Escriptor pelo Visconde de Azevedo*. Porto: Typographia da Palavra, 1873.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado*: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1999.

BALZAC, Honoré; DAVIN, Felix. *Estudo de Costumes do Século XIX – Introdução*. Org. e tradução de Terezinha de Camargo Viana. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

BARBIERI, Greice Ane. *O Conceito de Família na “Filosofia do Direito” de Hegel*. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79465/000897551.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BASQUES, Messias. *O riso como expressão de um modo de entendimento: do bergsonismo à antropologia*. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662011000100006>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

BASTOS, Lucia; BESSONE, Tania. O cidadão Almeida Garrett e o 24 de agosto de 1821. In: \_\_\_\_\_ (Org.) et al. *Literatura, História e Política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

BAUDELAIRE, Charles. *Da essência do riso*. Tradução de Zênia Faria. Disponível em: <[file:///F:/Doutorado/essencia\\_riso.pdf](file:///F:/Doutorado/essencia_riso.pdf)>. Acesso em: 8 nov. 2016.

BENJAMIN, Walter et al. *Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção*. Tradução Mariane Lisboa e Vera Ribeiro. Organização Tadeu Capistrano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

\_\_\_\_\_. Paris, Capitale du XIX<sup>o</sup> Siècle. “Exposé” de 1839. In: *Das Passagen-Werk*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1982. Disponível em: <<http://classes.bnf.fr/atget/antho/32.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. Disponível em: <<http://www.filoczar.com.br/filosoficos/Bergson/BERGSON,%20Henri.%20O%20Riso.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BERMAN, Marshall. *O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento: tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BÍBLIA. A.T. *Gênesis*. Cap. 2. Disponível em:

<<http://bibliaportugues.com/jfa/genesis/2.html>>. Acesso em: 28 maio 2016.

BONAFÉ, Luigi. *Diplomacia das Canhoeriras*. CPDOC. Disponível em:

<[www.cpdoc.fgv.br/.../DIPLOMACIA%20DAS520CANHOEIRAS.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/.../DIPLOMACIA%20DAS520CANHOEIRAS.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRAGA, Teófilo. *Soluções positivas da política portuguesa: do systema constitucional como transigência provisória entre o absolutismo e a revolução*. Lisboa: Nova Livraria Internacional Editora, 1879.

BRANCO, Camilo Castelo. *Obra Seleta*. Organização, seleção, introdução e notas de Jacinto Prado Coelho. Rio de Janeiro: Editora José Aguillar, 1960. v.1-2.

\_\_\_\_\_. *Maria da Fonte*. Porto: Livraria Lello e Irmão, [19--]

CABRAL, João de Pina. *O homem na família: cinco ensaios de antropologia*. 1. ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2003.

CALAFATE, Pedro. *Filosofia portuguesa: Teófilo Braga*. Instituto Camões. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/rep7.html>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

CANDEIAS, Marisa; HENRIQUES, Helder. 1911/2011: Um século de proteção de criança e jovens. In: SEMINÁRIO I&DT, 3., 2012, Porto Alegre. *Anais...* [S.l.: s.n., 2012]. Disponível em: <[http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4156/1/Marisa%20Candeias\\_Helder%20Henriques.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4156/1/Marisa%20Candeias_Helder%20Henriques.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. São Paulo: Martins Fontes, 1964.

\_\_\_\_\_. À roda do quarto e da vida. *Revista USP*, jun./ago. 1989. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/02/15-candido.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CARA, Salete de Almeida. *Marx, Zola e a Prosa Realista*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

CARDOSO, José Luís. Progresso material e civilização: a economia política e a Geração de 70. *Revista Penélope: fazer e desfazer a história*, Lisboa, 2001.

CARPEAUX, Otto Maria. *O Realismo, o Naturalismo e o Parnasianismo por Carpeaux*. São Paulo: Leya, 2012. (História da Literatura Ocidental; v.7).

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *Cartas a Luísa: moral, educação e costumes*. Porto: Editora Educação Nacional, 1938.

\_\_\_\_\_. *Cartas a uma noiva*. Porto: Imprensa Portuguesa, [19--].

\_\_\_\_\_. *Contos e fantasias*. Lisboa: Esfera do Caos, 2007.

\_\_\_\_\_. *Páginas escolhidas*. Lisboa: Portugal-Brasil Editora, [19--].

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material: São Paulo 1870-1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2008.

CASTRO, Andreia Alves Monteiro de. *Amor, desejo e transgressão: as cartas de amor na novela camiliana*. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CARDOSO, Nuno Catharino. *Poetisas portuguesas: antologia contendo dados bibliográficos e biográficos acerca de cento e seis poetisas*. Lisboa: Livraria Científica, 1917.

CHEVITARESE, Leandro Pinheiro. *A Ética em Schopenhauer: “que liberdade nos resta” para a prática de vida? Tese de Doutorado*. Versão adaptada. PUC-Rio, 2005. Disponível em: <<https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/11/chevitarese-uma-introduc3a7c3a3o-c3a0-filosofia-de-schopenhauer.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2016.

COLLINI, S. *História da ciência e da tecnologia*. Itália: DoGi, 1999. Disponível em: <[http://www.cientic.com/tema\\_celula\\_txt3.html](http://www.cientic.com/tema_celula_txt3.html)>. Acesso em: 14 dez. 2015.

CUNHA, Ana Cristina Comandulli. Antônio Feliciano de Castilho por seus paratextos. *Convergência Lusíada*. n. 33, 2015. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/pdf/3311.pdf>>. Acesso em: 26 jan.2016.

COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva; Discurso sobre o Espírito Positivo; Discurso Preliminar Sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista*. Seleção de texto e traduções: José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORBIN, Alain. Bastidore. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. v. 4.

COSTA, Ana Maria; DIAS, Edmundo F. *Introdução ao pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1978.

COSTA, Lucília Verdelho da. *Fialho d’Ameida: um decadente em revolta*. Lisboa: Ed. Frenesi, 2010.

CRARY, Jonathan. *Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CRUZ, Carlos Eduardo Soares da. *Do exílio ao exílio: Alexandre Herculano no Liberalismo Português*. Disponível em: <[https://www.academia.edu/7400493/DO\\_EX%C3%8DLIO\\_AO\\_EX%C3%8DLIO\\_ALEXANDRE\\_HERCULANO\\_NO\\_LIBERALISMO\\_PORTUGU%C3%8AS?auto=download](https://www.academia.edu/7400493/DO_EX%C3%8DLIO_AO_EX%C3%8DLIO_ALEXANDRE_HERCULANO_NO_LIBERALISMO_PORTUGU%C3%8AS?auto=download)>. Acesso em: 23 maio 2016.

DAVID, Sérgio Nazar. *O século Silvestre da Silva, vol.1: Estudos sobre Garret, A. P. Lopes de Mendonça, Camilo Castelo Branco e Júlio Dinis*. Lisboa: Ed. Prefácio, 2007.

\_\_\_\_\_. *O século Silvestre da Silva, vol. 2: Estudos Queirosianos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

DAVIN, Félix; BALZAC, Honoré de. *Estudos de costumes no século XIX*: introdução. Brasília: Editora UNB, 2007.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies por meio da seleção natural*. São Paulo: Editora Escala, 2009.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1997.

DENT, N.J.H. *Dicionário Rousseau*. Tradução Álvaro Cabral; revisão técnica, Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

DIB, Simone Faury; SILVA, Neusa Cardim da (Org.). *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2012.

DINIS, Júlio. *Obras Completas*. Porto: Lello & Irmão Editores, [19--]. 2 v.

DOTTI, Jorge E. *Estado e política: a filosofia política de Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1993. (1. ed. 1991) v. 4: O século XIX.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença, 1989.

DURKHEIM, Emile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968.

DUTRA, Eliúde de Oliveira. *Crítica de Marx à Teoria Hegeliana do Estado: uma leitura da obra crítica à filosofia do direito de Hegel*. v. 6, n. 2, 2013.

EFÍMOV, N. *História Moderna*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, [19--]

FERRAZ, Amélia Rincón. Plácido da Costa: um beirão que triunfa no litoral. In: MARQUES, António Lourenço (Org.). *Cadernos de Cultura*. Castelo Branco/Portugal, 1989. v. 1. Disponível em: <[http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos\\_medicina/vol01.pdf](http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos_medicina/vol01.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2015.

FERRAZ, Maria de Lourdes A. *A ironia romântica: estudo de um processo comunicativo*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987.

FIALHO, Ana Catarina Janeiro. *Da responsabilidade civil por abandono afetivo*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <[http://run.unl.pt/bitstream/10362/15244/1/Fialho\\_2014.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/15244/1/Fialho_2014.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FIALHO, Irene. Geração de 70: República antes da República. *Revista Convergência Lusíada* - Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 28, 2012.

FITAS, Augusto J.S.; RODRIGUES, Marcial A.E.; NUNES, Maria de Fátima. *Filosofia e História da Ciência em Portugal no Século XX*. Portugal: Caleidoscópio Edições e Artes Gráficas, 2008.

FRANÇA, José Augusto. *A arte portuguesa de oitocentos*. Portugal: Livraria Bertrand, 1979.

FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise/ contribuições à psicologia do amor*. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1973. v. 1.

\_\_\_\_\_. *O mal-estar da civilização*. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1974. v. 8.

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida. *A lyrica de João Mínimo*. Londres: Sustainance e Strecht, 1829.

GOMES, José António. A Literatura Portuguesa para crianças e jovens. In: *Máthesis*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Letras, 1998. Disponível em: <[https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23835/1/mathesis7\\_artigo15.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23835/1/mathesis7_artigo15.pdf?ln=pt-pt)>. Acesso em: 19 maio 2016.

GONÇALES, Cintia Adriana Vieira; MACHADO, Ana Lúcia. Depressão, o Mal do Século: de que século? *Revista de Enfermagem da UERJ*, Rio de Janeiro, 2007.

HAUSER, Arnold. *Historia social de la literatura y el arte*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969.

HERCULANO, Alexandre. A supressão das Conferências do Casino. In: *Opúsculos I*, tomo I, 1871.

\_\_\_\_\_. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Porto: Europa-América, [19--]. 3 v.

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre o casamento civil*. Venda Nova: Livraria Bertrand, [19--].

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Linhas fundamentais da Filosofia do direito, ou, Direito natural e ciência do estado em compêndio*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.

HOBBSAWN, Erich J. *A era dos Impérios: 1875-1914*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2011.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

JONHSON, Paul. *Os criadores*. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2006.

JORGE, Ana Maria Castelo Martins. *Literatura e religião nas conferências do casino: as conferências de Augusto Soromenho e Eça de Queirós*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1989. (Lusitânia Sacra, t. 1, 2. série).

JUNQUEIRO, Abílio Guerra. *Os simples*. Porto: Typographia Occidental, 1892.

LAINS, Pedro. *A economia portuguesa, 1851-1913: uma nota de bom comportamento*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. *Portugal antigo e moderno: Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de Todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de Grande Numero de Aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso e Irmãos, 1886. Disponível em <[https://archive.org/stream/gri\\_33125005925355#page/n7/mode/2up](https://archive.org/stream/gri_33125005925355#page/n7/mode/2up)>. Acesso em: 13 fev. 2016.

LOURENÇO, António Apolinário; SANTANA, Maria Helena. No leito: comportamentos sexuais e erotismo. In: VAQUINHAS, Irene (Coord.). *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

LÖWITZ, Karl. *De Hegel a Nietzsche: A ruptura revolucionária do pensamento do século XIX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2014.

LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma Antologia do Ser Social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACHADO, Álvaro Manuel. *A geração de 70: uma revolução cultural e literária*. Lisboa: ICALP, 1986. Disponível em: <<file:///C:/Users/Elisabeth/Downloads/bb04.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

MARQUES, Angelo Raposo. Migalhas da sociologia de Proudhon. In: PETRUS, E. et al. *Proudhon e a cultura portuguesa*. Braga: Livraria Editora Pax, 1968. v. 5.

MARTINI, Elisabeth Fernandes. *Ligações perigosas: a família portuguesa na narrativa curta, durante a regeneração*. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MARX, Karl Heinrich. *Manifesto comunista*. 5. ed. São Paulo: Editora Global, 1985.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich *A sagrada família* ou A crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e Consortes. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Ed., 2005.

MATOS, A. Campos. *Eça de Queiroz: uma biografia*. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2014.

MATTOSO, José; VAQUINHAS, Irene. *História da vida privada em Portugal: a época contemporânea*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 2011.

MATEUS, Isabel Cristina. *Kodakização e despolarização do real: para uma poética do grotesco na obra de Fialho de Almeida*. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/nand/c/1822/5733>>. Acesso em: 7 set. 2015.

MINÉ, Elza. *Páginas flutuantes: Eça de Queirós e o Jornalismo no século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Gabinete de Política Legislativa e Planejamento. *O Código Penal de 1852: nos 150 Anos do Primeiro Código Penal Português (1852-2002)*. Lisboa: GPLP, 2002.

MINOIS, George. *História do riso e do escárnio*. Tradução Maria Helena O. Ortiz Assunção. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

MOISÉS, Massaud. *Romantismo – Realismo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

MÓNICA, Maria Filomena. Os fieis inimigos: Eça de Queirós e Pinheiro Chagas. *Análise Social*, v. 36, 2001. Disponível em:  
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218729234Y9dYV6yz9Wz22SE7.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. *Vidas: biografias, perfis e encontros*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2010. Disponível em:  
<[https://books.google.com.br/books?id=PjISf5JmXEoC&pg=PT128&lpg=PT128&dq=autres+battus+de+la+vie++jules+claretie&source=bl&ots=r3M\\_sm1tuq&sig=ti1lloZJISPr6TCxjgoL7aQZtC4&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwivxbeGtebKAhWHF5AKHV7gAEMQ6AEIHDAAsv=onepage&q=autres%20battus%20de%20la%20vie%20%20jules%20claretie&f=false](https://books.google.com.br/books?id=PjISf5JmXEoC&pg=PT128&lpg=PT128&dq=autres+battus+de+la+vie++jules+claretie&source=bl&ots=r3M_sm1tuq&sig=ti1lloZJISPr6TCxjgoL7aQZtC4&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwivxbeGtebKAhWHF5AKHV7gAEMQ6AEIHDAAsv=onepage&q=autres%20battus%20de%20la%20vie%20%20jules%20claretie&f=false)>. Acesso em: 7 fev. 2016.

MOREIRA, Eduardo Gonzalez. *Fradique Mendes: autor de autores*. Disponível em:  
<<http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL8BArt08.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MOREIRA, Eduardo Gonzalez. *O jogo entre as efabulações fradiquianas*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em:  
<[file:///D:/Users/02182095/Downloads/2013\\_EduardoGonzalesMoreira\\_VCorr.pdf](file:///D:/Users/02182095/Downloads/2013_EduardoGonzalesMoreira_VCorr.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

MONTEIRO, José Maria de Sousa. *Duas obras de misericórdia (ensinar os ignorantes e castigar os que erram) Ou Enérgica refutação do “Opúsculo” do Snr. A. Herculano a propósito da supressão das Conferências do Casino pelo Snr. José Maria de Sousa Monteiro, Redator Principal do “Bem Público”*. Guimarães; Livraria Internacional, 1875.

MONTEIRO, Nuno G. Apresentação. *Penélope: fazer e desfazer a história*. Lisboa: Edições Cosmos e Cooperativa Penélope, 1993. n. 12. Disponível em:  
<<file:///C:/Users/Elisabeth/Downloads/Dialnet-AristocraciasEuropeiasOitocentistas-2685800.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

MOOG, Vianna. *Eça de Queirós e o século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

MORETTI, Franco. *O burguês: entre a História e a Literatura*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

MUSEO DEL DIBUJO. *Caricatura francesa del siglo XIX: catálogo de exposição*. Buenos Aires: [s.n.], 2013.

NOBRE, António. *Correspondência*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982.

OEHLER, Dolf. *Quadros parisienses*. Tradução: José Marcos Macedo e Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Paulo Motta (Org.). *Figurações dos oitocentos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. Alexandre Herculano e a Geração de 70. In: BASTOS et al (Org.). *Literatura, História e Política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

\_\_\_\_\_. Fradique Mendes: Eça, a heteronímia e o vencidismo. *Revista Veredas*, v.3, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.lusitanistasail.org/publicacoes/revista-veredas/veredas-numero-3-tomo-i.html>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, Carlos Mauro de. Uma ideia de república em Hippolyte Taine. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011, São Paulo. *Anais...* [São Paulo: s.n., 2011].

ORTIGÃO, Maria João. *Eça de Queirós e Ramalho Ortigão: entre a Geração de 70 e os vencidos da vida*. Disponível em: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6727/2/Maria%20Jo%C3%A3o%20Ortig%C3%A3o\\_%20E%C3%A7a%20de%20Queir%C3%B3s%20e%20Ramalho%20Ortig%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6727/2/Maria%20Jo%C3%A3o%20Ortig%C3%A3o_%20E%C3%A7a%20de%20Queir%C3%B3s%20e%20Ramalho%20Ortig%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2014.

ORTIGÃO, Ramalho. *Eça e o cenáculo*. Disponível em: <<http://lusografias.wordpress.com/2008/08/31/ramalho-ortigao-eca-e-o-cenaculo>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

ORTIGÃO, Ramalho; QUEIRÓS, Eça. *Obras completas de Ramalho Ortigão: as farpas : edição integral*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945.

PALACIOS, Susana Amalia. O que é um pai? In: DAVID, Sérgio Nazar (Org.). *O que é um pai?* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

PASSOS, António Augusto Soares de. Noivado no sepulcro. In: *Projeto Vercial*. Disponível em: <<http://alfarrabio.di.uminho/passos/html>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

PAVANELO, Luciene Marie. A ciência como questão em Camilo e Machado, críticos do naturalismo. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-68212015000100039&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-68212015000100039&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

PEREIRA, Miriam Halpern. Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX. In: *Livre câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século dezanove*. Paris: Faculdade de Letras, [19--]. Capítulo da tese de doutoramento de 3º ciclo. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253615P4nSE7oy4Nu53FD1.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. v.4.

PINSKY, Carla Banessi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Banessi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

PINTO, Marcio Morena. A noção de vontade geral e seu papel no pensamento político de Jean-Jacques Rousseau. *Cadernos de Ética e de Filosofia*, v. 7, n. 2, 2005.

PROUDHON, J. *O que é propriedade?* Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

QUADROS, António. As conferências do Casino e o seu significado no contexto português. In: *As grandes polémicas portuguesas*. Lisboa: Verbo, 1967. v. 2.

QUEIRÓS, Eça de. *Obra completa*. São Paulo: José Aguilar Editora, 1970. 2 v.

\_\_\_\_\_. Positivismo e idealismo. In: *Notas Contemporâneas*. Porto: Liv. Chardron, 1909.

\_\_\_\_\_. *Correspondência*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da moeda, 1983.

QUEIRÓS, Eça de. *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*. Porto, Lello & Irmão Editores, 1929.

\_\_\_\_\_. *Últimas páginas*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1945.

\_\_\_\_\_. *Contos*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1913.

\_\_\_\_\_. *Contos*. Edições críticas das obras de Eça de Queirós, por Marie-Hélène Piwnic. Organização de Carlos Reis. [S.l.: s.n.], 2009. v. 1.

\_\_\_\_\_. Um gênio que era um santo. In: *In Memoriam*. Porto: Typographia Ocidental, 1896. Disponível em: <https://archive.org/stream/antherodequenta00quengooog#page/n87/mode/2up>. Acesso em: 09 out. 2015.

QUENTAL, Antero. *Prosas Socio-políticas*. Introdução e organização de Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982.

RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manoela (Org.). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. v.1.

RAMOS, Rui. Para uma história política da cidadania em Portugal. *Análise social*, v. 39, 2004. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218707183C2vWV0xp9Xc99GX1.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

RENAN, Ernest. *Vida de Jesus: origens do Cristianismo*. Porto: Lello e Irmão Editores, 1961.

\_\_\_\_\_. D'un vieuxprofesseurallemand. In: *Essais de Morale et de Critique*. Paris: Michel LévyFrèresLibraires-Éditeurs, 1859.

REIS, Bianca Santos Coutinho dos. *Cérebros e Corações: A Ficção de Maria Amália Vaz de Carvalho no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

REIS, Carlos. *As conferencias do Casino*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

REIS, Jaime. *O Atraso Econômico Português (1850-1930)*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1993.

RODRIGUES, Maria Inês M. B. do Nascimento. *Arte, crítica e sociedade na obra de Fialho de Almeida*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

ROUANET, Maria Helena. Pelos silêncios da história. In: BERNARDO, Gustavo (Org.). *Literatura e sistemas culturais*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998.

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre o documento e a arte contemporânea*. São Paulo: Editora SENAC-SP, 2009.

ROSA, J. Mendes. *Das conferências do Casino aos vencidos da vida: itinerário ideológico da Geração de 70*. [S.l. : s.n.], 1998.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Riso e melancolia: a forma Shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garrett e Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Disponível em: <<http://www.companhiadasletras.com.br/trecho.php?codigo=12442>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SÁ, Isabel Guimarães. Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas. In: *Penélope: fazer e desfazer a história*. Lisboa: Edições Cosmos e Cooperativa Penélope. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3767/1/Infantic%25C3%25ADdio.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

SALGADO JUNIOR, António. *História das conferências do Casino: (1871)*. [s.l.: s.n.], 1930.

SANTANA, Maria Helena. *Literatura e ciência na ficção do século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.

SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos. *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

SANTOS, Nuno Borja. O hospital de Rilhafoles e os Asilos de Alienados na Europa do século XIX. *Revista Psilogos*, v. 9, n. 2, 2011. Disponível em: <[http://www.psilogos.com/Revista/Vol9N12/Indice11\\_ficheiros/Borja\\_Santos\\_p68-81.pdf](http://www.psilogos.com/Revista/Vol9N12/Indice11_ficheiros/Borja_Santos_p68-81.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2016.

SECO, Ana Paula; AMARAL. Marques de Pombal e a reforma educacional brasileira. Disponível em:

<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo\\_pombalino\\_intro.html#\\_ftn1](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html#_ftn1)>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SÉRGIO, António. *Breve interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1985.

SERRÃO, Joel (Org.). *Antologia do pensamento político português: liberalismo, socialismo e republicanismo*. Porto: Editorial Inova, 1970.

SGARBI, Plínio. Laissez-faire. In: *Recanto das Letras*. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/741674>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

SILVA, Amaro Carvalho da. *Esboço da vida e obra de Maria Amália Vaz de Carvalho*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Imprensa Nacional, 1997.

SILVEIRA, Fernando Lang. A teoria do conhecimento de Kant: o idealismo transcendental. *Cadernos do Ensino de Física*, v.19, n. especial, p. 28-51, 2002. Disponível em: <[www.if.ufrgs.br/~lang/Textos/KANT.pdf](http://www.if.ufrgs.br/~lang/Textos/KANT.pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2015.

SILVEIRA, Jorge Fernandes da. Casa de escrita. In: SILVEIRA, Jorge Fernandes da (Org.). *A Casa Portuguesa: uma forma de escrever Portugal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SIMÕES, João Gaspar. *Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

SOUZA, Fernando. *Espólio fotográfico português: introdução*. Disponível em: <<http://www.espoliograficopotugues.pt/Default.aspx?ID=51>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

TEIXEIRA, Luís. *Figuras e episódios do "Leão de Ouro"* Lisboa: Ed. Ática, 1941.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o *Ultimatum* inglês. *Análise social*, v. 23, 1987. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223027734K4zTZ2wh1Lu94TC4.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2015.

UNAMUNO, Miguel de. *Portugal, povo de suicidas*. Lisboa: Produções Culturais Engrenagem, 1986.

VALENTE, Vasco Pulido. *Glória: biografia de J. C. Vieira de Castro*. Lisboa: Gótica, 2001.

VALLE, Arthur (Org.); CARVALHO, Cleivison Jesus de; ALVES, Diego (transcrição). Documentos relativos à exposição de José Malhõa no Rio de Janeiro, em 1906. *Rio de Janeiro*, v. 9, n. 1, jan./jun. 2014. Página inicial disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/artigos\\_imprensa/JM\\_1906.htm](http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/JM_1906.htm)>.

VAQUINHAS, Irene. *"Senhoras e Mulheres" na Sociedade Portuguesa do Século XIX*. Lisboa: Colibri, 2000.

VÁSQUEZ, Rachel Bello. *Sociabilidade e aristocracia em Portugal no Último Quartel do século XVII*. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/RaquelBelloVazquez.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

VAZ FERNANDES, David Rafael. *A influência do positivismo no pensamento republicano português*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2011.

VIANNA, Alexander Martins. Iluminismo como conceito de época. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 5, n. 51, ago. 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Elisabeth/Downloads/bb04.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.

VIEIRA, José Augusto. *A divorciada*. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7584552-The-project-gutenberg-ebook-of-a-divorciada-by-jose-augusto-vieira.html>>. Acesso em: 15 maio 2016.

VIEIRA, Lilian Cristina da Silva. *A imaginação grotesca na prosa de Fialho de Almeida: Uma “Diabólica Óptica Deformante”*. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VILELA, Ana Luísa. Fialho, Florbela, Raul. In: *Fialho cem anos depois*. [S.l.]: Ed. Licorne, 2011.

WERLE, Marco Aurélio. *A poesia na estética de Hegel*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas*. v 1: A ideia. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ZILBERMAN, Regina. Almeida Garrett e o cânone romântico. *Via Atlântica*, n. 1, 1997.

ZOLA, Émile. *A besta humana*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. *Le roman expérimental*. [S.l.]: Éditions Ligarán, [19--].